

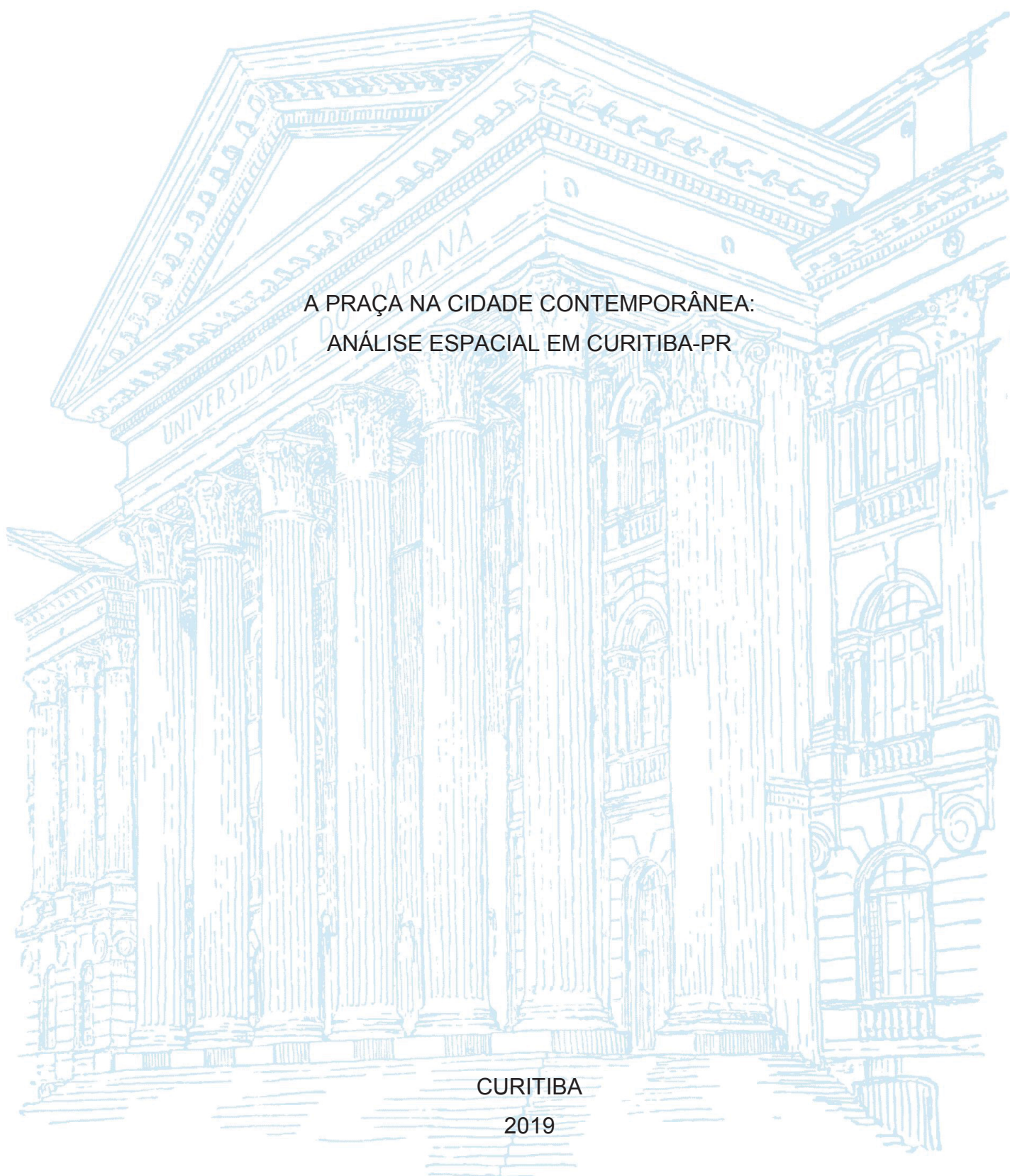
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

NATHÁLIA VANESSA OENNING RIBEIRO

A PRAÇA NA CIDADE CONTEMPORÂNEA:
ANÁLISE ESPACIAL EM CURITIBA-PR

CURITIBA

2019



NATHÁLIA VANESSA OENNING RIBEIRO

A PRAÇA NA CIDADE CONTEMPORÂNEA:
ANÁLISE ESPACIAL EM CURITIBA-PR

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Planejamento Urbano, Setor de Tecnologia, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Planejamento Urbano.

Orientador: Prof. Pós-Dr. Alessandro Filla Rosaneli

CURITIBA

2019

Catalogação na Fonte: Sistema de Bibliotecas, UFPR
Biblioteca de Ciência e Tecnologia

R484p Ribeiro, Nathália Vanessa Oenning
 A Praça na cidade contemporânea: análise espacial em Curitiba-PR [recurso eletrônico] / Nathália Vanessa Oenning Ribeiro – Curitiba, 2019.

Dissertação - Universidade Federal do Paraná, Setor de Tecnologia, Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano.
Orientador: Prof. Dr. Alessandro Filla Rosaneli

1. Planejamento urbano. 2. Espaços Públicos. 3. Praças – Curitiba (PR). I. Universidade Federal do Paraná. II. Rosaneli, Alessandro Filla. III. Título.

CDD: 711.4

Bibliotecária: Roseny Rivelini Morciani CRB-9/1585



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PLANEJAMENTO
URBANO - 40001016104P3

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em PLANEJAMENTO URBANO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **NATHÁLIA VANESSA OENNING RIBEIRO**, intitulada: **A PRAÇA NA CIDADE CONTEMPORÂNEA: ANÁLISE ESPACIAL EM CURITIBA-PR**, sob orientação do Prof. Dr. ALESSANDRO FILLA ROSANELI, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 25 de Setembro de 2019.


ALESSANDRO FILLA ROSANELI
Presidente da Banca Examinadora


MARIANO DE MATOS MACEDO
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)


ELOISA RAMOS RIBEIRO RODRIGUES
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA)

*Aos meus pais Sueli e Antônio;
às minhas irmãs Suellen e Bárbara;
e ao Marcos.*

AGRADECIMENTOS

Ao professor e orientador Alessandro Filla Rosaneli pelo apoio e por apontar os melhores caminhos.

Aos meus pais, Sueli e Antônio, pelo amor, suporte e apoio incondicional.

Às minhas irmãs Suellen e Bárbara, por serem meu porto seguro.

Ao Marcos, pelo amor, apoio e compreensão.

À Bruna Griguol, pela força, troca de ideias e incentivo em todos os momentos.

À Sylvia Baggio e Lis, pelo apoio e pelos momentos leves e positivos.

À Cíntia Nogueira, Bruna Kureke e Luziane Machado, pessoas que o mestrado me fez encontrar.

Aos colegas do IPPUC, Mônica Máximo e Artur Furtado, por compartilharem os conhecimentos de geoprocessamento e pela troca de ideias. Cada contribuição foi muito valiosa para esta pesquisa.

Aos amigos: Marília Tavares, Denize Fávaro, Renan Avanci e Heloísa Timbó, por estarem sempre presentes em minha vida.

O direito à cidade é muito mais que a liberdade individual de ter acesso aos recursos urbanos: é um direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade.

David Harvey, 2013.

RESUMO

O espaço público da praça é um elemento urbano representativo da qualidade de vida nas cidades, por simbolizar o local de manifestação da vida pública e o exercício da cidadania. Esses espaços, entendidos a partir dessa dimensão física e social, refletem nas suas transformações a lógica de produção e reprodução do sistema capitalista. Nas discussões acerca da cidade contemporânea, a relevância das praças está relacionada à qualidade de vida urbana, portanto sua existência é fundamental para o exercício da democracia e do direito à cidade. Sendo assim, a distribuição desses espaços pode ressaltar as desigualdades observadas nas cidades, e seu estudo é fundamental para construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Esta pesquisa apresenta uma análise intraurbana da relação entre a distribuição das praças de Curitiba e o fenômeno de desigualdade socioespacial, partindo da hipótese que a distribuição desses espaços ocorre de forma assimétrica pelo território. Para tanto, em um primeiro momento foi realizada uma análise quantitativa, e em seguida, para verificação da cobertura de praças no território, foi realizada uma análise espacial, utilizando como método a ferramenta *Network Analysis*, técnica que permite a análise de redes baseada na medição de distância entre áreas. A partir da discussão e da adoção de uma distância caminhável adequada para acesso a praças, com base em estudos reportados na literatura, foi possível determinar a abrangência espacial das praças e estimar a população atendida por esses espaços. Os dados obtidos a partir desta análise espacial foram cruzados com o indicador socioeconômico renda média, para verificar se a segregação residencial observada nas cidades contemporâneas é refletida nos espaços públicos. O resultado da análise quantitativa das praças aponta para a forma como esses espaços estão sendo tratados pelo poder público e a sua relevância na gestão das cidades. Além disso, o resultado do método de análise espacial proposto apresentou a forma heterogênea como os espaços públicos estão distribuídos em Curitiba e a desigualdade socioespacial existente, contribuindo para o fornecimento de subsídios para a administração pública no planejamento dos espaços públicos.

Palavras-chave: Praça. Espaço Público. Desigualdade socioespacial. Análise Espacial. Curitiba.

ABSTRACT

The public space of the square is a representative urban element of the quality of life in the city, for symbolizing the place of manifestation of public life and the exercise of citizenship. These spaces, understood from the physical and social dimension, reflect in their transformations the logic of production and reproduction of the capitalist system. In discussions about the contemporary city, the relevance of the squares is related to the urban life quality, therefore its existence is fundamental for the exercise of democracy and the right to the city. Thus, the distribution of these spaces may highlight the inequalities observed in cities, and its study is fundamental for building a fairer and more egalitarian society. This research presents an intraurban analysis of the relationship between the distribution of squares in Curitiba and the phenomenon of socio-spatial inequality. It is assumed that the distribution of these spaces occurs asymmetrically across the territory. To this end, at first a quantitative analysis of the squares was completed, and then, to verify the accessibility of the population to these spaces, a spatial analysis was performed using the *Network Analysis* tool as a method, technique that allows network analysis based on distance measurement between areas. From the discussion and the adoption of a walkable distance suitable for access to squares, based on studies reported in the literature, it was possible to determine the spatial coverage of the squares and to estimate the population served by these spaces. The data obtained from this spatial analysis were crossed with the socioeconomic indicator average income, to verify if the residential segregation observed in contemporary cities is reflected in public spaces. The result of the quantitative analysis of the squares aims to the way these spaces are being treated by the public sector and their significance in the city management. In addition, the result of the spatial analysis method presented the heterogeneous way public spaces are distributed in Curitiba and the existing socio-spatial inequality, contributing to the provision of subsidies for public administration in the planning of public spaces.

Keywords: Square. Public Space. Socio-spatial inequality. Spatial Analysis. Curitiba.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: PRAÇAS CARLOS GOMES E RUI BARBOSA	17
FIGURA 2: PRAÇA DE BOLSO DO CICLISTA.....	18
FIGURA 3: PRAÇA CENTRAL X PRAÇA DE BAIRRO.....	19
FIGURA 4: RENDA MÉDIA E DENSIDADE DEMOGRÁFICA	32
FIGURA 5: DENSIDADE DEMOGRÁFICA E RENDA MÉDIA POR BAIRRO	33
FIGURA 6: COEFICIENTE ESPAÇO PÚBLICO	35
FIGURA 7: PROPOSTAS PARA AS PRAÇAS – PLANO AGACHE	53
FIGURA 8: QUADRO ANALÍTICO DAS ÁREAS VERDES – PPU 1965	54
FIGURA 9: DIAGNÓSTICO DO SISTEMA DE ÁREAS VERDES DE RECREAÇÃO EM 1985	56
FIGURA 10: DIRETRIZES AMBIENTAIS - PMDU	57
FIGURA 11: TIPOS DE ATIVIDADES X QUALIDADE DO AMBIENTE FÍSICO	62
FIGURA 12: NECESSIDADE DE QUADRAS CURTAS	63
FIGURA 13: DIAGRAMA DOS ATRIBUTOS PARA AVALIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO.....	66
FIGURA 14: EXEMPLO DE PRAÇAS ELIMINADAS – CENÁRIO 1	69
FIGURA 15: ACESSIBILIDADE AOS PARQUES	75
FIGURA 16: CONEXÃO DA REDE DE VIAS POR NÓS.....	77
FIGURA 17: EIXO VIÁRIO X REDE PESQUISA ORIGEM-DESTINO	78
FIGURA 18: TRANSPOSIÇÃO DAS BARREIRAS	79
FIGURA 19: MAPA DAS BARREIRAS FÍSICAS	79
FIGURA 20: PONTOS DE INSERÇÃO NA REDE	80
FIGURA 21: PARÂMETROS DE ANÁLISE	81
FIGURA 22: COBERTURA DAS PRAÇAS	81
FIGURA 23: DIVISÃO ADMINISTRATIVA REGIONAL E EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO URBANA.....	82
FIGURA 24: COBERTURA DE PRAÇAS X SETORES CENSITÁRIOS	83
FIGURA 25: MAPA DAS PRAÇAS CADASTRADAS EM CURITIBA	86
FIGURA 26: MAPA DAS PRAÇAS DE CURITIBA – CENÁRIO 1	87
FIGURA 27: MAPA DAS PRAÇAS DE CURITIBA – CENÁRIO 2	88
FIGURA 28: COBERTURA DE PRAÇAS CENÁRIO 1 – LINHAS DE CAMINHAMENTO	93

FIGURA 29: COBERTURA DE PRAÇAS CENÁRIO 1 – POLÍGONOS	94
FIGURA 30: COBERTURA DE PRAÇAS CENÁRIO 2 – LINHAS DE CAMINHAMENTO.....	95
FIGURA 31: COBERTURA DE PRAÇAS CENÁRIO 2 – POLÍGONOS	96
FIGURA 32: ZONEAMENTO E DENSIDADE DEMOGRÁFICA - REGIONAL SANTA FELICIDADE	98
FIGURA 33: REGIONAL SANTA FELICIDADE – CENÁRIOS 1 E 2	99
FIGURA 34: ZONEAMENTO E DENSIDADE DEMOGRÁFICA - REGIONAL CIC .	100
FIGURA 35: REGIONAL CIC – CENÁRIOS 1 E 2	100
FIGURA 36: ZONEAMENTO E DENSIDADE DEMOGRÁFICA - REGIONAL BOA VISTA.....	101
FIGURA 37: REGIONAL BOA VISTA – CENÁRIOS 1 E 2.....	102
FIGURA 38: ZONEAMENTO E DENSIDADE DEMOGRÁFICA - REGIONAL CAJURU.....	103
FIGURA 39: REGIONAL CAJURU – CENÁRIOS 1 E 2	103
FIGURA 40: ZONEAMENTO E DENSIDADE DEMOGRÁFICA - REGIONAL BOQUEIRÃO.....	104
FIGURA 41: REGIONAL BOQUEIRÃO– CENÁRIOS 1 E 2.....	105
FIGURA 42: ZONEAMENTO E DENSIDADE DEMOGRÁFICA - REGIONAL BAIRRO NOVO.....	106
FIGURA 43: REGIONAL BAIRRO NOVO – CENÁRIOS 1 E 2	106
FIGURA 44: ZONEAMENTO E DENSIDADE DEMOGRÁFICA - REGIONAL PINHEIRINHO.....	107
FIGURA 45: REGIONAL PINHEIRINHO – CENÁRIOS 1 E 2	108
FIGURA 46: ZONEAMENTO E DENSIDADE DEMOGRÁFICA - TATUQUARA.....	109
FIGURA 47: REGIONAL TATUQUARA – CENÁRIOS 1 E 2	109
FIGURA 48: ZONEAMENTO E DENSIDADE DEMOGRÁFICA - REGIONAL PORTÃO	110
FIGURA 49: REGIONAL PORTÃO – CENÁRIOS 1 E 2	110
FIGURA 50: ZONEAMENTO E DENSIDADE DEMOGRÁFICA - REGIONAL MATRIZ	111
FIGURA 51: REGIONAL MATRIZ – CENÁRIOS 1 E 2	112
FIGURA 52: POPULAÇÃO ATENDIDA X RENDA – CENÁRIO 1	114
FIGURA 53: POPULAÇÃO ATENDIDA X RENDA – CENÁRIO 2	115

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DAS PRAÇAS	71
TABELA 2: TIPOS DE ESPAÇOS PÚBLICOS EM PAÍSES EUROPEUS	72
TABELA 3: ÍNDICE DE ESPAÇOS LIVRES.....	74
TABELA 4: <i>NATIONAL RECREATION & PARKS ASSOCIATION</i> – DIRETRIZES DE ACESSIBILIDADE	74
TABELA 5: CIDADES – PADRÕES DE ACESSIBILIDADE	74
TABELA 6: QUANTIDADE POR TIPOLOGIA	85
TABELA 7: PRAÇAS ELIMINADAS	91
TABELA 8: ÁREA DE COBERTURA DE PRAÇAS – ESCALA MUNICIPAL	92
TABELA 9: ÁREA DE COBERTURA DE PRAÇAS – ESCALA REGIONAL	97

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

CEP	- Coeficiente de Espaço Público
COHAB	- Companhia de Habitação Popular de Curitiba
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
IPPUC	- Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
PMDU	- Plano Municipal de Desenvolvimento Urbano
PPU	- Plano Preliminar de Urbanismo
SIG	- Sistema de Informações Geográficas
SMMA	- Secretaria Municipal de Meio Ambiente
UDH	- Unidade de Desenvolvimento Humano

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	CIDADE E DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL	26
2.1	DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS EM CURITIBA.....	30
2.1.1	Coeficiente de Espaço Público.....	33
3	ESPAÇO PÚBLICO DA PRAÇA.....	36
3.1	ESPAÇO PÚBLICO	36
3.2	PRAÇA	44
3.2.1	Conceitos e Panorama Histórico	44
3.2.2	Praças Brasileiras	49
3.2.3	Praças Curitibanas.....	52
3.2.4	Tipologias.....	58
4	ESTRUTURAÇÃO METODOLÓGICA	61
4.1	ANÁLISE QUANTITATIVA.....	61
4.1.1	Avaliação de espaços públicos	61
4.1.2	Verificação quantitativa das praças de Curitiba	61
4.2	ANÁLISE ESPACIAL	71
4.2.1	Distância caminhável	71
4.2.2	Análise da cobertura de praças.....	75
4.2.3	População Atendida e Renda Média	82
5	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	85
5.1	ANÁLISE QUANTITATIVA.....	85
5.2	ANÁLISE ESPACIAL	91
5.2.1	Distribuição espacial e cobertura das praças	91
5.2.2	População Atendida e Renda Média	113
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
	REFERÊNCIAS.....	120
	ANEXO 01: TABELA DE PRAÇAS DE CURITIBA - PR.....	128

1 INTRODUÇÃO

O espaço público tem sido um tema relevante quando se discute o planejamento urbano das cidades contemporâneas, por serem o espaço urbano de uso comum, pertencente a todos, como as ruas, praças e parques. Sobre os preceitos de direito à cidade e cidadania, estes lugares são permeados pelo encontro e pela diversidade e, portanto, são elementos fundamentais de análise por suscitar questões sociais, políticas e ambientais.

A discussão sobre a importância da presença e qualidade dos espaços públicos é evidenciada na Nova Agenda Urbana, definida em 2016 na Habitat III – Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável, que destacou a necessidade de espaços públicos socialmente inclusivos e seguros, como forma de contribuir para a redução das desigualdades urbanas. O tema também é abordado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), acordados em 2015 na conferência Rio+20, especificamente no Objetivo nº 11 de “Construir cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resistentes e sustentáveis”, que tem como uma das metas de “até 2030, garantir acesso universal a espaços verdes e públicos seguros, inclusivos e acessíveis, especialmente para mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência” (PNUD, 2015).

A partir dessa abordagem do espaço público na cidade contemporânea, é importante destacar que o conceito de espaço público possui dupla dimensão, ou seja, enquanto espaço produzido, caracteriza-se como um conjunto indissociável constituído por um sistema de objetos – formas espaciais concretas, dimensão material – e outro sistema de ações – forma de apropriação, dimensão social e simbólica (SANTOS, 2002). Sendo assim, a materialização desse espaço é resultado das práticas socioespaciais num determinado tempo e espaço. O espaço público, entendido também como espaço social, reflete nas suas transformações ao longo do tempo, a lógica da produção e reprodução do sistema capitalista (LEFEBVRE, 1991).

Essas transformações afetam diretamente as características do espaço urbano, tanto em seus aspectos físicos quanto na esfera das relações sociais. Nas análises desenvolvidas no âmbito dessa pesquisa, o espaço público foi analisado a partir da sua dimensão física, mas sem reduzir a sua definição a apenas um objeto concreto de livre acesso. Entende-se que a questão espacial é fundamental, mas que o espaço público também é uma instância de representação de forças sociais na

esfera pública da vida urbana, o que destaca seu caráter de espaço democrático. De maneira geral, as discussões sobre a cidade contemporânea têm abordado a relevância do espaço público por ser considerado um elemento representativo da qualidade de vida urbana e da manifestação da vida pública, e essa característica pode ser percebida a partir de uma sucinta análise das transformações desses espaços ao longo da história das cidades.

O espaço público, na cidade ocidental, ocupava a centralidade na vida urbana. Segundo Gomes (2002), a instituição desse espaço na Antiguidade clássica (ágora grega e fórum romano) é dada em sincronia com a possibilidade de organização democrática, ou seja, é o espaço definido como local da democracia e da cidadania. Contudo, a partir do século XIX, com a Revolução Industrial, houve uma ruptura significativa na concepção de cidade e uma perda de significância do espaço público, o qual sofreu as consequências desse fenômeno histórico (SENNETT, 1974). Segundo Sennett (1974), a elevação da burguesia como classe dominante, o rápido avanço das redes de comunicação e a valorização da vida privada fazem parte do conjunto de transformações sociais, baseadas na lógica de produção capitalista, que resultaram no enfraquecimento da vida pública nas metrópoles.

Neste contexto, o elemento urbano praça se apresenta como um local privilegiado da cidade por seu caráter de espaço coletivo, multifuncional e acessível, que além de contribuir para a organização do espaço urbano, possibilita o encontro e o convívio social, por abrigar uma diversidade de usos, como a prática de lazer, contemplação da natureza, além de atividades culturais, cívicas e políticas (SILVA *et al*, 2011). Para Robba e Macedo (2002), as praças são espaços públicos urbanos destinados ao lazer e convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livre de veículos, e apresentam diversas funções, como ambientais (melhoria na ventilação, insolação, qualidade do ar, controle de temperatura, drenagem), funcionais (opções de lazer e recreação), sociais, políticas e estéticas. Esses fatores ressaltam a importância deste elemento urbanístico para a determinação da qualidade de vida em uma cidade.

O espaço público da praça tem o *status* de espaço imprescindível ao exercício da cidadania e à manifestação da vida pública, onde devem estar assegurados os direitos do cidadão, a acessibilidade, a memória, a segurança e o conforto. Atribui-se, assim, à materialidade da praça uma realização sociopolítica identificada por atributos de concepções de espaço público, como cidadania, vida pública e direitos

(ABRAHÃO, 2008), ainda que hoje se presencie uma certa redução de sua importância, ao considerarmos que as cidades contemporâneas enfrentam problemas de diversos âmbitos, desde os vinculados às questões sociais, como insegurança e segregação até os de ordem ambiental, relacionados à degradação desses espaços. À luz dessas considerações, define-se o recorte dessa pesquisa no espaço público da praça.

As praças representam espaços de sociabilidade, são pontos de encontro, descanso e contemplação, sendo fundamentais para a humanização e a sociabilização do indivíduo. É o espaço que possibilita o desenvolvimento da esfera pública do cotidiano, por sua permanência no desenvolvimento das cidades. Na maioria das cidades, sua função e forma urbana, portanto, estão atreladas aos processos de formação política, social e econômica próprios da gênese urbana (KOSTOF, 1992).

Ao longo da história da humanidade, as praças serviram como lugares de encontro, nos quais tradicionalmente aconteciam as reuniões cívicas, religiosas e recreativas, além de atividades comerciais e feiras. A praça era o símbolo de participação da sociedade nas atividades políticas da cidade, tendo como principal referência a ágora grega (CALDEIRA, 2007). No entanto, o adensamento das cidades e as conseqüentes mudanças no território levaram a uma redução dos espaços públicos na malha urbana. Os novos meios de transporte urbano e a generalização do uso do automóvel contribuíram para uma modificação estrutural do território.

O crescimento da indústria automobilística gerou alterações nos espaços públicos, e a cidade passou a ser moldada para o uso do automóvel, o que resultou em mudanças significativas na organização desses espaços, causando prejuízos na vida social urbana (VASCONCELLOS, 2013). Para Gehl e Gemzoe (2002), os novos padrões de transporte das cidades modernas também contribuíram para as alterações nos usos do espaço público. O tráfego de veículos e os estacionamento usurparam o espaço das ruas e praças, ocasionando a deterioração da vida nas cidades e o esvaziamento desses espaços.

Em Curitiba, várias praças da área central, por exemplo, devido à concentração de comércio e serviços e, portanto, destino principal da população, foram alvo de inserção de terminais de transporte. A partir de 1974, a implantação do sistema de transporte coletivo converteu as praças Rui Barbosa, Carlos Gomes e Eufrásio Corrêa, por exemplo, em terminais de transporte e paradas de ônibus (Figura

1). Além disso, a abertura das vias do sistema trinário¹ de Curitiba, diminuíram os espaços de algumas praças, transformando-as em espaços residuais urbanos².

FIGURA 1: PRAÇAS CARLOS GOMES E RUI BARBOSA



Fonte: A autora, 2017.

No entanto, nos últimos anos, tem se notado uma retomada da apropriação das praças, por novas formas de lazer ou por processos voltados à democratização das atividades urbanas, como sinônimo do direito à cidade e da inclusão social. Nas cidades brasileiras, como em várias partes do mundo, “vivemos o tempo das manifestações nas ruas e praças (como reafirmação do espaço público), que se desdobram em lutas pela cidade movidas pela necessidade de apropriação do espaço urbano” (CARLOS, 2014, p. 479).

As praças centrais de Curitiba, espaços de representação política e memória da cidade, foram palco das chamadas “Jornadas de Junho”, manifestações ocorridas no Brasil em 2013, que ocuparam o espaço público, mobilizando forças políticas para transformar aspectos da realidade. Os protestos e reivindicações da sociedade, seja para denunciar injustiças ou exigir do poder público a prestação de melhores serviços relacionados à vida na cidade, reforça a percepção de que o espaço público é o local de manifestação da cidadania e da democracia.

Vale destacar, também, as manifestações no sentido da disponibilidade física de espaços públicos em Curitiba. Um exemplo emblemático da proposição de espaços públicos foi a reivindicação pela Praça de Bolso do Ciclista (Figura 2), idealizada por

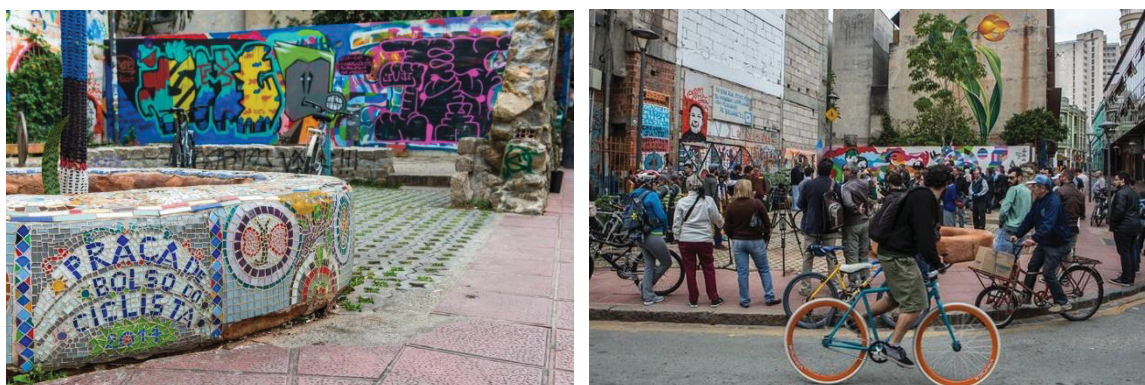
¹ O sistema trinário é o conjunto de três vias paralelas, sendo uma via central com a canaleta exclusiva para a circulação do transporte coletivo e duas vias de fluxo lento para acesso às atividades lindeiras; além de duas vias estruturais, paralelas à via central, com sentido único de tráfego.

² Nesta pesquisa, os espaços residuais são entendidos como os espaços que sobram da implantação de infraestrutura urbana e do parcelamento do solo.

um grupo de ativistas da Associação de Ciclistas do Alto Iguaçu (Ciclolguaçu), localizada na Rua São Francisco, no centro cidade. A prefeitura cedeu o terreno e a praça foi construída coletivamente pelo regime de mutirões, sendo inaugurada em setembro de 2014 (SANTANA, 2016).

É esse o sentido da apropriação dos espaços públicos, sobretudo quando ocupados para o uso recreativo e principalmente cívico, momento em que a apropriação de ruas e praças traz a potência do urbano como lugar privilegiado do encontro de diferentes na luta por direitos e posturas públicas que visem o bem comum e não à manutenção do *status quo*. É em resumo, lugar da criação, da invenção de estratégias de luta e apropriação (ALVES, 2018, p.119).

FIGURA 2: PRAÇA DE BOLSO DO CICLISTA



Fonte: (a) Gazeta do Povo, 2014; (b) G1, 2014.¹

Em contraponto ao que ocorre nas praças centrais, nas praças residenciais ou de bairro, sua utilização está relacionada ao uso recreativo, como espaços de lazer e descanso. No entanto, principalmente nas áreas mais periféricas, além da presença aparentemente mais escassa, vários espaços cadastrados como praça são muitas vezes descaracterizados pela implantação de equipamentos comunitários, como creches, escolas e unidades de saúde, ou são apenas vazios urbanos². Além disso, é possível notar os contrastes espaciais que se evidenciam ao comparar praças públicas de áreas centrais com as dos bairros mais periféricos (Figura 3).

¹ (a) – Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/caderno-g/cinema/cinematheca-exibe-curta-metragem-sobre-a-praca-de-bolso-do-ciclista-8llx7ov2fim56pcewdi7j17mc/>.

(b) – Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2014/10/praca-construida-pela-populacao-deve-virar-nucleo-cultural-em-curitiba.html>

² Os vazios urbanos cadastrados como praças possuem solo permeável, em sua maioria, com presença de vegetação composta majoritariamente por arbustos e árvores esparsas, ou seja, não possuem projeto paisagístico ou equipamentos implantados.

FIGURA 3: PRAÇA CENTRAL X PRAÇA DE BAIRRO



Fonte: (a) Praça Brigadeiro Mário Calmon Eppinghaus – Juvevê;
(b) Praça Gastão Silva - Tatuquara ¹

As praças são distribuídas no território, em sua maioria, a partir das áreas destinadas a equipamentos públicos na aprovação dos loteamentos urbanos ou da produção habitacional da Companhia de Habitação Popular de Curitiba – COHAB. A Lei Federal nº 6.766/1979, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano, alterada pela Lei nº 9.785/1999, define que as áreas destinadas a sistemas de circulação, a implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como a espaços de uso público, serão proporcionais à densidade de ocupação prevista pelo plano diretor ou aprovada por lei municipal para a zona em que se situem (BRASIL, 1979; BRASIL, 1999).

Em Curitiba, a Lei nº 2.942/1966, que estabelece as normas para aprovação de arruamentos, loteamentos e desmembramentos de terrenos, coloca em seu artigo 26, que a área destinada a praças, jardins, parques, bosques e edifícios públicos, será determinada pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC, obedecido o Plano Diretor, e será de 10% da área total do terreno, deduzida a área utilizada pelas vias públicas e as necessárias às obras de saneamento (CURITIBA, 1966).

O Plano Diretor de Curitiba (Lei nº 14.771/2015) estabelece em seu artigo 25 que o parcelamento do solo cumpre com a função social da propriedade quando destina, sem ônus para o Município, áreas para sistemas de circulação, implantação de equipamentos urbanos e comunitários, bem como a espaços livres de uso público, conforme diretrizes fixadas em lei (CURITIBA, 2015). E ainda, nos artigos 73 e 74, que institui a política municipal do uso do espaço público, estabelece:

¹ (a) – Disponível em: <https://guia.gazetadopovo.com.br/passeios/praca-mario-eppinghaus/>
(b) – Google Street View

Art. 73. A política municipal do uso do espaço público tem como prioridade a melhoria das condições ambientais e da paisagem urbana, com os seguintes objetivos:

I – fortalecer o conceito de espaço público como área de fruição coletiva, de forma saudável e segura;

II – ordenar o uso dos espaços públicos, (...), de forma a qualificar a paisagem urbana;

III – ampliar, preservar e diversificar os espaços públicos e seus usos.

Art. 74. São diretrizes gerais da política de uso do espaço público:

(...)

II – distribuir equitativamente em todo o município espaços de lazer, mobiliário urbano e equipamentos de infraestrutura de serviços públicos;

III – definir critérios para a implantação de atividade, mobiliário urbano e outros elementos nos espaços públicos;

(...)

XIII – promover estudos para a adoção de sistemas de sensoriamento eletrônico em mobiliário urbano, equipamentos públicos e pavimentos da rede viária, para a geração de dados ao planejamento e gestão urbana. (CURITIBA, 2015)

O Decreto nº 1.048/2018 regulamenta o previsto em Plano Diretor sobre o parcelamento do solo, e define de forma semelhante a lei de 1966, que a área destinada à implantação de equipamento comunitário, praças, jardins e parques em projetos de cadastramento, unificação ou subdivisão de lotes ou glebas com área superior a 20.000 m², será equivalente a 10% da área líquida (descontadas as áreas atingidas pelo sistema viário básico) e será definida pelo IPPUC (CURITIBA, 2018a).

À luz dessas ponderações, revela-se importante a necessidade de estudos em relação aos espaços públicos, de forma a atender o previsto em legislação, principalmente no que diz respeito à distribuição equitativa. Em Curitiba, parece haver uma desigualdade em relação à distribuição espacial das praças quando analisadas a partir do binômio “centro-periferia”. Sendo assim, como afirma Rosaneli *et al* (2016), podemos considerar que a ausência física de espaços públicos, ou sua distribuição não simétrica pelo território urbano, torna-se um possível indicador de desigualdade, ou seja, a segregação socioespacial observada na cidade também é reproduzida nos seus espaços públicos.

Os estudos de Rosaneli e demais colaboradores, ao considerarem a problemática da produção do espaço público contemporâneo, propõem uma metodologia para constituição de um indicador, o Coeficiente de Espaço Público – CEP¹, que consiste na verificação quantitativa e distributiva dos espaços livres públicos, agrupados em ruas, praças e parques. Ao fazer uma correlação do indicador

¹ O CEP é calculado através da razão entre a área total dos espaços públicos e a área total de um determinado recorte territorial (ROSANELI *et al*, 2016).

resultante com indicadores socioeconômicos, o desmembramento do indicador para a tipologia praças, aponta para uma tendência de concentração desse elemento na região central de Curitiba (ROSANELI, 2014; ROSANELI *et al*, 2015; ROSANELI, *et al*, 2016).

A presença de áreas de lazer equipadas, bem como de outras formas de espaços públicos de uso coletivo, é um aspecto de qualidade do ambiente urbano, que de acordo com Grosbaum (2012), “se mostra mais deficitário à medida que nos afastamos das áreas centrais e valorizadas pelo mercado imobiliário” (GROSBAUM, 2012, p.1). Para Gehl (2013), são nas áreas habitacionais com alta densidade populacional e poucos recursos econômicos, que os espaços públicos tem impacto nas condições de vida, pois inúmeras atividades comunitárias são realizadas do lado de fora das moradias, nas ruas e praças.

Neste cenário, esta pesquisa se concentra no estudo da relevância das praças na cidade contemporânea e na verificação quantitativa e distributiva desses espaços, como possível indicador da desigualdade socioespacial existente no território de Curitiba. A partir abordagem da praça como espaço de manifestação da vida pública, definem-se as questões norteadoras do trabalho: qual a relevância das praças na cidade contemporânea? A distribuição desses espaços reflete a desigualdade socioespacial observada na cidade? Ou seja, existe relação entre a distribuição das praças e as condições socioeconômicas da população?

Parte-se da hipótese que a desigualdade socioespacial, característica das metrópoles contemporâneas devido aos processos de produção do espaço urbano capitalista, pode ser captada pela existência e distribuição de espaços públicos, especialmente as praças, dado que se dispõem de forma desigual no território urbano. E ainda, que o espaço público da praça é relevante no sentido de que a presença e as características físicas e sociais desses espaços são indicadores da qualidade do espaço urbano e, portanto, sua distribuição justa e equitativa é uma das maneiras de efetivar o direito à cidade.

A partir do exposto, o objetivo geral da pesquisa consiste em verificar a relevância e o padrão de distribuição socioespacial das praças, a partir de análise quantitativa e espacial, no Município de Curitiba-PR. Para responder ao problema da pesquisa, foram delimitados os seguintes objetivos específicos:

- Discutir a relevância das praças na cidade contemporânea;

- Verificar, de forma quantitativa, o padrão de distribuição das praças de Curitiba, a partir de métodos de análise espacial;
- Analisar a distribuição das praças em Curitiba, como elemento indicador de desigualdade socioespacial;
- Demonstrar a correlação entre a distribuição das praças e os indicadores socioeconômicos da população.

A relevância da pesquisa pode ser explorada segundo três linhas principais de abordagem. A primeira diz respeito à recorrência do assunto nos principais documentos e eventos internacionais que discutem a questão urbana na atualidade. A nova agenda urbana, definida em 2016 na Habitat III, na Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável, que representa uma visão compartilhada da comunidade urbana para promover espaços urbanos mais sustentáveis e com acesso igualitário aos benefícios e oportunidades que as cidades podem oferecer, discorre sobre a importância de promover espaços públicos de qualidade, com segurança, inclusão, equidade e acessibilidade possibilitando a interação social e o bem-estar humano. E ainda, sobre a distribuição desses espaços, a nova agenda destaca como compromisso: “comprometemo-nos a promover a criação e a manutenção de redes bem conectadas e bem distribuídas de espaços públicos abertos” (UN-HABITAT, 2016).

No relatório brasileiro para a HABITAT III, é ressaltado o direito à cidade sob a perspectiva dos direitos por todos do espaço público,

Resta à sociedade brasileira a consolidação das esferas pública e coletiva e o reforço da consciência cidadã, que passa, evidentemente, pelo reconhecimento de um conjunto de direitos a serem positivados na prática urbana, nas relações diárias, cotidianas, e não apenas reconhecidos na legislação. Trata-se de possibilitar ao conjunto da sociedade compartilhar com igualdade o espaço público, o espaço produzido, os equipamentos e as infraestruturas, bem como reconhecer a função social da propriedade e compartilhar os serviços e os bens hoje distribuídos de maneira desigual e seletiva pelo espaço urbano (IPEA, 2016, p. 26).

Sendo assim, a importância do espaço público na cidade contemporânea tem sido amplamente discutida e entende-se que há necessidade de aprofundamento do tema nas pesquisas acadêmicas. Considerando que a praça é um espaço público de convivência representativo da consolidação da esfera pública, e que sua distribuição pode ressaltar as desigualdades no espaço urbano, seu estudo é fundamental para

contribuir com a elaboração de políticas públicas para construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A segunda linha refere-se à importância do espaço público nas cidades como indicador de qualidade de vida urbana, por possuírem funções diversas como ambientais, funcionais, sociais e estéticas. Diversos indicadores revelam que o nível de urbanização das cidades brasileiras é crescente, e a qualidade de vida da população é impactada diretamente pela qualidade de suas cidades. De modo específico, enfatiza-se neste estudo a realidade de Curitiba, que apesar de seu aparato histórico de planejamento urbano, sendo conhecida como “cidade modelo”, em 2010 foi classificada entre as 20 cidades mais desiguais do mundo (UN-HABITAT; IPEA, 2010), o que torna o estudo de caso interessante em relação ao tema proposto.

Por fim, a terceira linha diz respeito aos possíveis desdobramentos da pesquisa, abordando as múltiplas questões acerca da relevância das praças na cidade contemporânea. Além da contribuição para futuras pesquisas, considera-se que este trabalho poderá dar subsídios para a administração pública, servindo de base para o planejamento de espaços públicos em Curitiba, conforme diretrizes previstas no Plano Diretor.

Nesta perspectiva, a presente pesquisa respeitou o seguinte escopo metodológico: 1) revisão de literatura e dos antecedentes históricos; 2) levantamento de dados - análise quantitativa; 3) análise espacial; 4) discussão dos resultados.

A primeira etapa (1), apresentada nas seções 2 e 3, consiste na revisão bibliográfica acerca dos temas norteadores da pesquisa e na revisão histórica de estudos já conduzidos sobre essa temática no município de Curitiba. Essas duas seções apresentam um caráter teórico e tem por finalidade a busca de referências nos estudos dos principais autores que discutem o tema, como fonte de argumentação e delineamento da pesquisa, constituindo um quadro conceitual que fundamente os princípios metodológicos adotados no decorrer da pesquisa para realização das análises quantitativa e espacial. O recorte temporal feito através da “cidade contemporânea” situa a pesquisa no tempo e aponta para o cenário da discussão proposta.

A seção 2, de título “Cidade e desigualdade socioespacial”, é dedicada à busca por uma base teórica de fundamentação a respeito das desigualdades de acesso à cidade, como resultado da lógica de produção capitalista, e sua relação com os espaços públicos. Já a seção 3, denominada “Espaço Público da Praça”, esboça a

investigação do espaço público a partir de um panorama histórico, no qual se pretende identificar os momentos mais importantes de transformação desses espaços. São apresentados os conceitos elementares para a pesquisa, espaço público e praça, destacando os diferentes papéis que esses espaços desempenharam no contexto das cidades, servindo de base para a discussão do momento atual. Além disso, apresenta um breve panorama da produção dos espaços públicos em Curitiba.

Para as etapas seguintes, das análises quantitativa (2) e espacial (3), a seção 4, denominada “Estruturação metodológica”, apresenta os métodos, técnicas e instrumentos que serviram de referência para a adoção de critérios de análise dos dados, fundamentados nos estudos de diversos autores, divididas em duas subseções.

A análise quantitativa (Seção 4.1), consiste no levantamento de dados nos órgãos municipais (Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA e IPPUC) para verificação quantitativa das praças de Curitiba. Apesar do caráter quantitativo da pesquisa, as praças cadastradas foram analisadas com auxílio da ferramenta *Google Street View*, para identificação de suas características. Sendo assim, foram apresentados os principais critérios de avaliação de qualidade do espaço público como local de representação da esfera pública, como base para identificar áreas que não possuem indícios de uso e apropriação, como terrenos vazios, canteiros do sistema viário, ou praças fechadas por condomínios irregulares, demonstrando a situação atual das praças de Curitiba. A partir dessa análise visual das praças, foi construída uma base de dados georreferenciados, divididas em dois cenários, sendo um mais restritivo, para avaliação da distribuição das praças a partir da análise espacial.

Para a análise espacial (Seção 4.2) são apresentados, primeiramente, os critérios de acessibilidade aos espaços públicos, com foco na distância caminhável, considerando que o acesso a esses equipamentos públicos deve ocorrer de maneira equitativa pelo território. Assim, a partir da definição de uma distância adotada e da base de dados construída na primeira seção, os dados foram processados no *software ArcGis* a partir do método de análise espacial denominado *Network Analysis*, uma técnica de análise de redes baseada na medição de distância entre áreas. Esse método permitiu a definição da área de cobertura das praças, e subsequentemente foi realizado um cálculo estimado da população atendida com base nos dados do Censo 2010, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Esses dados foram cruzados com o indicador socioeconômico renda média *per capita*, para verificar se a segregação residencial da cidade é refletida nos espaços públicos.

Por fim, a quarta etapa, apresentada na seção 5, de título “Discussão dos Resultados”, apresenta os dados obtidos a partir das análises realizadas. Para melhor visualização e entendimento dos dados, optou-se por apresentá-los a partir das divisões administrativas de Curitiba, denominadas regionais.

2 CIDADE E DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL

Na sociedade contemporânea, o espaço urbano pode ser compreendido como o resultado da produção e reprodução das relações sociais, que se encontram representadas no espaço (LEFEBVRE, 1991). Assim, a desigualdade socioespacial é a expressão do processo de urbanização capitalista, produto da reprodução do capital que se sustenta como condição de permanência da desigualdade social (RODRIGUES, 2007).

A desigualdade socioespacial exprime formas e conteúdo da apropriação e da propriedade, da mercadoria terra e das edificações, da cidade mercadoria, da exploração e da espoliação da força de trabalho, da acumulação desigual no espaço, da presença e da, aparentemente paradoxal, ausência do Estado capitalista no urbano (RODRIGUES, 2007, p. 74).

O relatório “A distância que nos une”, produzido pela Oxfam Brasil (2017)¹, aponta diversos fatores que explicam a desigualdade extrema no Brasil. A bagagem histórica de quase quatro séculos de escravidão e o passado colonial criaram profundas fragmentações entre regiões, pobres e ricos, negros e brancos, homens e mulheres. De acordo com o relatório, esses distanciamentos marcaram a forma como a sociedade é organizada, além da economia e do Estado. “Em outras palavras, não só nossa economia beneficia poucos, mas também nosso Estado e nossa organização social contribuem para perpetuar desigualdades” (OXFAM, 2017, p. 43)

De acordo com Villaça (2001), a segregação socioespacial é um fenômeno que ocorre no Brasil desde meados do século XIX, quando a Lei de Terras (1850) determinou que a única forma de posse de terras fosse a partir da compra registrada, reforçando a lógica da propriedade privada e definindo a terra como uma mercadoria, cujo valor é atribuído em função da sua localização. Assim, a valorização da propriedade privada em conjunto com o processo de urbanização brasileiro, reforça a desigualdade social no país. Para Rodrigues (2007), o processo de urbanização perpetua a desigualdade socioespacial, que demonstra a existência de classes sociais e as diferentes formas de apropriação da riqueza produzida, e “expressa a impossibilidade da maioria dos trabalhadores em apropriar-se de condições adequadas de sobrevivência” (RODRIGUES, 2007, p. 75).

¹ A Oxfam Brasil faz parte de uma confederação global que tem como objetivo combater a pobreza, as desigualdades e as injustiças no mundo. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br>

As cidades brasileiras, no período da industrialização, tiveram um crescimento demográfico acelerado, com enorme concentração de pessoas e atividades no espaço urbano. O processo de urbanização brasileiro, a partir da segunda metade do século XX, esteve ancorado num crescimento populacional expressivo. De acordo com o IPEA (2018), entre 1960 e 2010, a população urbana no Brasil cresceu 402%, passando de 32 milhões para 160 milhões de pessoas vivendo nas cidades. O aumento populacional e o crescimento espacial desordenado levam a uma pauperização de parte das populações urbanas (ASCHER, 2010; LEFEBVRE, 1999).

No Brasil, de acordo com Maricato (2003), esse processo reflete as características de uma sociedade de tradições escravocratas, patriarcais e patrimonialistas. Para a autora, a extensão das periferias urbanas, a partir dos anos de 1980, tem sua expressão mais concreta na segregação espacial ou ambiental, configurando extensas áreas de concentração de pobreza.

A exclusão social, acompanhada desse processo de industrialização/urbanização, são paradigmas constantes do capitalismo brasileiro. Para Maricato (1996), a segregação urbana e ambiental é parte do processo de exclusão como um todo. Ela tem aspectos sociais (discriminação), culturais, econômicos, políticos (ausência de cidadania) e ambientais (dificuldade de acesso aos serviços e infraestrutura urbana).

A segregação urbana ou ambiental é uma das faces mais importantes da desigualdade social e parte promotora da mesma. À dificuldade de acesso aos serviços e infraestrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos etc.) somam-se menos oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menos oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer. A lista é interminável. (MARICATO, 2003, p. 152)

Carlos (2018), corrobora a autora, ao afirmar que a segregação, característica da produção da cidade contemporânea e expressão da mercantilização do espaço na totalidade do processo de reprodução do capital, é vivida na dimensão do cotidiano, onde se manifesta concretamente a concentração de riqueza, do poder e da propriedade. A segregação socioespacial apresenta-se inicialmente como diferença nas formas de acesso à moradia e ao transporte urbano (limitação de acesso às

atividades urbanas), bem como na deterioração e diminuição dos espaços públicos (CARLOS, 2018).

A divisão espacial observada nas cidades dos países em desenvolvimento, não reflete apenas as desigualdades de renda entre famílias, mas é também um subproduto do mercado do solo e habitação. “Enquanto as desigualdades de renda são um importante fator de divisão social, as desigualdades espaciais (...) são o resultado das disparidades socioeconômicas e de grandes processos de desenvolvimento urbano” (UN-HABITAT; IPEA, 2010, p. 13).

A desigualdade espacial consiste em um dos mais importantes processos de produção espaço urbano. A distribuição das áreas industriais, das áreas de lazer, dos espaços públicos, dos locais de consumo, das vias de tráfego e dos meios de transporte está, em diferentes graus, exibindo uma nítida espacialidade diferencial (VASCONCELOS *et al*, 2013). Ou seja, o afastamento socioespacial da população resulta em desigualdade dos direitos de acesso à cidade (SPOSITO, 2013).

Villaça (2001) aprofunda a reflexão sobre o tema, mostrando a importância da dimensão espacial para estudá-lo. Para o autor, “o espaço atua como mecanismo de exclusão”, portanto a segregação é um processo fundamental para compreensão da estrutura espacial intraurbana. No Brasil, centro-periferia é o mais conhecido padrão de segregação das metrópoles. De forma simplificada, o centro está relacionado às classes de mais alta renda e tem acesso a maioria dos serviços urbanos e a periferia, mais afastada e subequipada, é ocupada pela população de baixa renda (VILLAÇA, 2001).

Esse padrão socioespacial é baseado, segundo Santos (1994), no movimento de estruturação espacial denominado concentração-dispersão. De acordo com Silva (2012), esse padrão espacial, até o final do século XX, constituiu o modelo de estruturação característico das metrópoles brasileiras, onde a segregação residencial é uma expressão da desigualdade e das assimetrias sociais.

De acordo com Ribeiro *et al* (2016), a organização social do território das metrópoles brasileiras está fortemente baseada na autosegregação das classes superiores como resultado da luta desigual pelo controle dos recursos urbanos e do prestígio social conferido pela localização. Para Silva (2007), a periferia surge quando ocorre a elevação do preço da terra, fazendo com que a população de menor poder aquisitivo procure sua moradia em áreas distantes e desprovidas de infraestrutura, mas dependentes em termos funcionais do centro da cidade.

A periferização das cidades brasileiras ocorrida nesse período produziu paisagens urbanas marcadas pela presença de moradias autoconstruídas e conjuntos residenciais financiados pelo Estado, sempre habitadas por população de baixa renda, que com a intensificação da urbanização avançaram sobre áreas cada vez mais distantes das áreas centrais e dos locais de emprego da população. Os espaços das periferias caracterizaram-se, ainda, pela precariedade de serviços públicos e regras urbanísticas, apresentando um aspecto inacabado e precário, em permanente transformação (SILVA, 2012, p. 76).

Recentemente, a estruturação intraurbana passou por transformações, como aponta Caldeira (2000), ao discutir a proliferação de condomínios horizontais fechados de alta renda. Esse fenômeno, de acordo com a autora, transformou também o perfil socioeconômico da população residente na periferia, que anteriormente era composto predominantemente por população de baixa renda. No entanto, ao estudar os condomínios da cidade de São Paulo, Caldeira (2000) afirma que apesar dessa mudança na composição das áreas periféricas, favelas e condomínios situam-se, em geral, distantes entre si. A autora também discute o impacto dessa nova espacialização nos espaços públicos, questão que será abordada no próximo capítulo deste trabalho.

Nesse contexto, o Estado tem papel decisivo no caráter e no perfil das desigualdades socioespaciais das cidades. Para Matos (2010), no século XX, a soma das intervenções da iniciativa privada e do Estado no espaço físico das cidades “acabou por cristalizar formas de desigualdades, como as que opõem centros e periferias, bairros populares e bairros de altas rendas” (MATOS, 2010, p. 36). Articulado com os interesses de determinados grupos sociais, o Estado favorece a reprodução das desigualdades socioespaciais, a partir da adoção de medidas de planejamento urbano que visem desenvolver negócios urbanos, flexibilização de legislação que favorecem o mercado imobiliário ou investimentos em áreas específicas.

Materializaram-se, então, processos de segregação e exclusão urbana, acompanhados da expansão da pobreza e da violência, o que praticamente impede a experiência da diversidade social e civil típica da vida em cidades. Nesse contexto, antigas e novas desigualdades sociais entre pobres e ricos se sobrepõem e adicionam-se à desigualdade espacial, cuja lógica estaria na base do fenômeno de segregação urbana (MATOS, 2010, P.36).

Portanto, a desigualdade espacial pode ser entendida também uma privação ao uso da cidade. O fenômeno da segregação é uma das chaves escolhidas por Lefebvre (2001) para construir o argumento do direito à cidade. Para o autor “o direito

à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: o direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar” (LEFEBVRE, 2001, p. 134). O autor faz uma distinção entre habitat e habitar, onde o habitar significa participar de uma vida social em comunidade; e o habitat se refere a uma condição em que se pretende melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores e promover o acesso à propriedade. Para Harvey (2014), “reivindicar o direito à cidade (...) equivale a reivindicar algum tipo de poder configurador sobre os processos de urbanização, sobre o modo como as cidades são feitas e refeitas” (HARVEY, 2014, p.30).

O “direito à cidade” tem evoluído (...) como um desafio ao desenvolvimento excludente, à partilha seletiva dos benefícios, à marginalização e discriminação (...). Mais do que um novo dispositivo legalista, o direito a cidade é a expressão da profunda ânsia dos moradores urbanos por um reconhecimento efetivo dos seus vários direitos humanos (UN-HABITAT; IPEA, 2010, p. 20).

No Brasil, o direito à cidade está previsto na Lei nº 10.257/2001, conhecida como Estatuto da Cidade, que regulamentou os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, e estabeleceu o princípio da justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização. No seu artigo 2º prevê que a “política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana”, e tem como diretriz geral a “garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 2001).

Frente ao exposto, o subcapítulo a seguir apresenta um breve panorama das desigualdades em Curitiba, e aproximando para o objeto desta pesquisa, esboça o estudo de um indicador para aferição da distribuição de espaços públicos.

2.1 DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS EM CURITIBA

A estruturação da cidade de Curitiba, enquanto processo, revela a distribuição desigual e hierarquizada dos diferentes segmentos sociais e das atividades produtivas no espaço urbano, que contribuem para uma diferenciação socioespacial. A paisagem de Curitiba, assim como as demais cidades brasileiras, reflete os problemas sociais no espaço, pois não privilegia a igualdade no acesso ao espaço urbano, mesmo tendo a imagem de “cidade modelo”. Conforme aponta Oliveira (2000), a capital foi

reconhecida como sucesso de planejamento urbano, no entanto, essa representação disfarça índices de desigualdade e problemáticas urbanas semelhantes às demais metrópoles brasileiras.

A estruturação dessa desigualdade socioespacial deu-se principalmente a partir da intensificação da urbanização ocorrida nas últimas décadas na metrópole de Curitiba, caracterizada pelo avanço de espaços informais de moradia para as áreas periféricas (SILVA, 2012; SOUZA, 2001).

A rigidez do zoneamento e a implantação da infraestrutura de circulação de Curitiba produziram, também, o aumento do preço da terra no polo e a intensificação da ocupação urbana nas demais cidades do aglomerado metropolitano. Derivados da articulação de ações e interesses de agentes vinculados ao mercado imobiliário, ao setor produtivo e ao Estado, estes fenômenos significaram a extensão da mancha de ocupação urbana e a constituição de uma periferia pobre no entorno de Curitiba, formadas pela consolidação de uma urbanização precária e incompleta derivada da produção de loteamentos populares (SILVA, 2012).

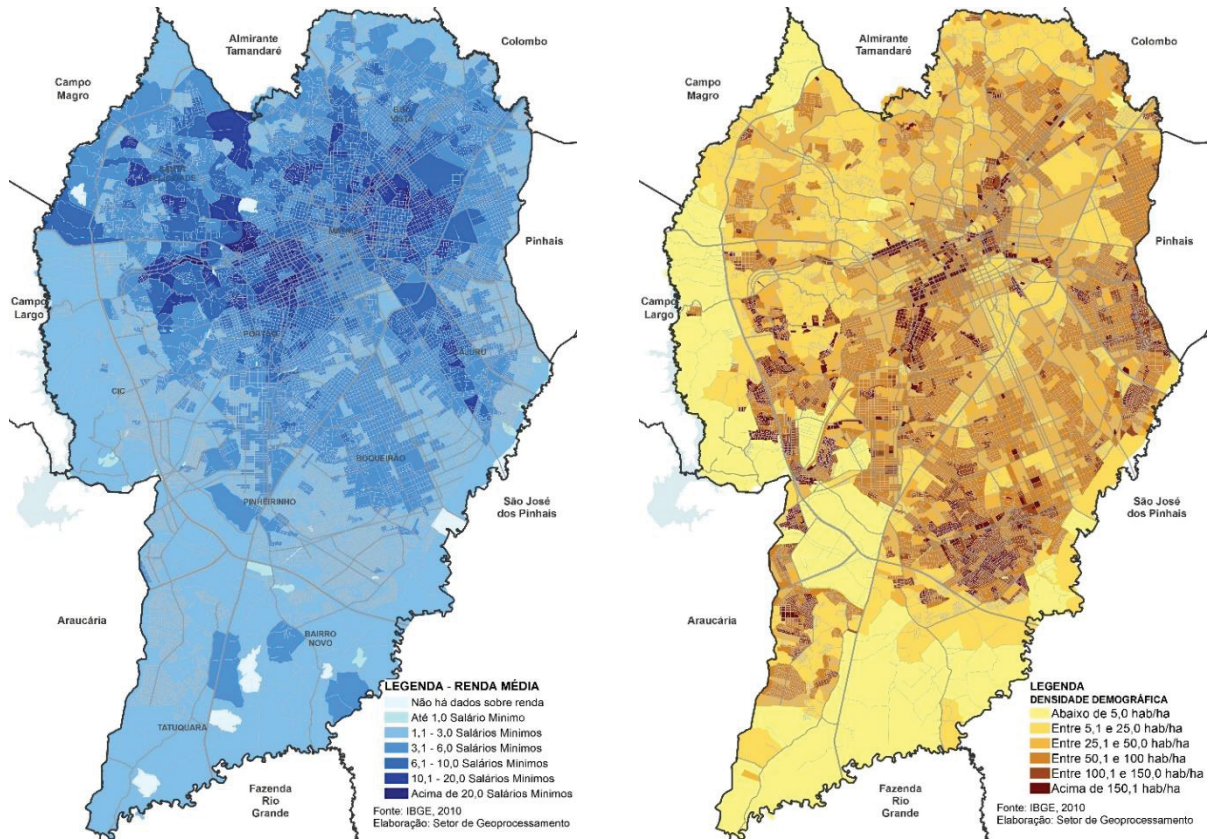
Segundo Albuquerque (2007), a produção da moradia informal é caracterizada por um processo crescente de favelização da baixa renda. A produção habitacional de Curitiba também empurrou a população pobre para as margens da cidade. Para a autora, o planejamento urbano curitibano atuou de maneira favorável à valorização dos espaços destinados à população de alta renda em detrimento às necessidades da população, que vive em condições precárias e com acesso dificultado à cidade formal.

Conforme demonstra Bonduki (1998), os conjuntos habitacionais brasileiros são caracterizados por sua localização desprivilegiada no espaço urbano, resultando numa urbanização que propicia a formação de espaços desiguais, contribuindo para a segregação socioespacial. De acordo com Carvalho (2013), as áreas destinadas à habitação popular de Curitiba, produzidas pela COHAB, desde a década de 1960 até os dias atuais ocorrem em regiões distantes do centro urbano, em áreas pouco valorizadas, concentradas principalmente no sul da cidade.

Além da distância física observada entre as áreas centrais e periféricas de Curitiba, os indicadores socioeconômicos, como renda média, revelam a segregação residencial que ocorre em Curitiba. A população de maior renda (acima de 6 salários mínimos - S.M.) reside nas áreas próximas ao centro, com direção ao norte da cidade. Já a população com renda média menor que 3 salários mínimos, está localizada principalmente na porção sul do território, regiões que abrigaram a maioria das ações

da COHAB. Nessas áreas de implantação de habitação de interesse social, a densidade demográfica é alta, como pode ser observado na Figura 4.

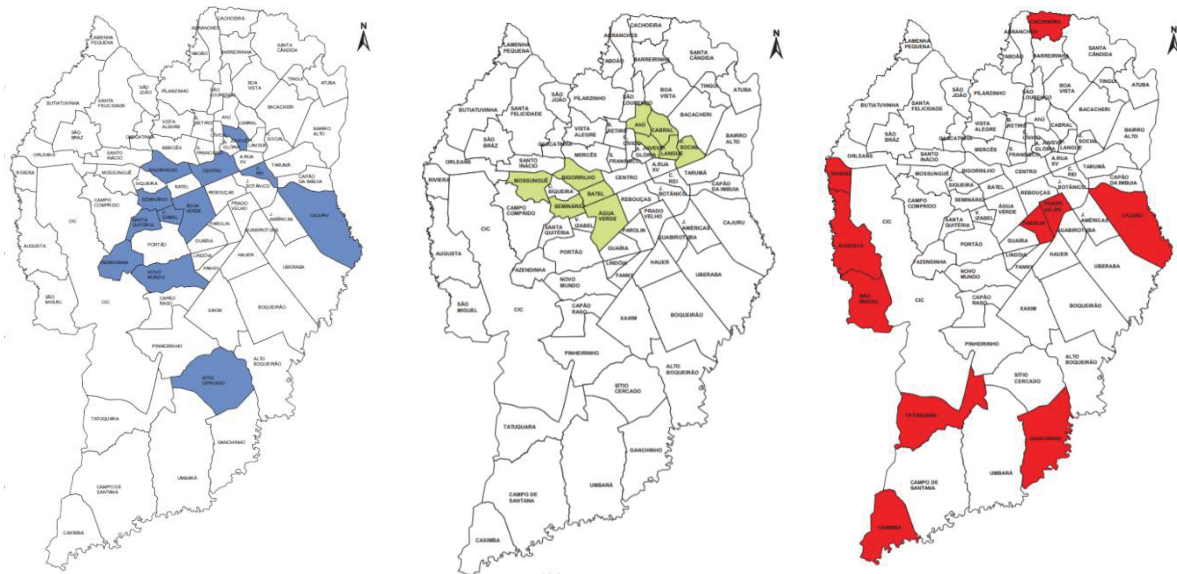
FIGURA 4: RENDA MÉDIA E DENSIDADE DEMOGRÁFICA



Fonte: IBGE, 2010; IPPUC, 2018. *Recorte espacial: setor censitário

Esses dados, quando analisados a partir de uma estratificação por bairros (Figura 5), demonstram que o bairro Centro é área mais densa da cidade, seguidas dos bairros Água Verde e Sítio Cercado (Figura 5a). O bairro Água Verde, de acordo com a Lei nº 9.800/2000, de Zoneamento e Uso do Solo do Município de Curitiba, está localizado em uma ZR-4 (Zona Residencial 4), área definida como de média e alta densidade. Já o bairro Sítio Cercado, de ocupação mais recente, é localizada em SEHIS (Setor Especial de Habitação de Interesse Social), pela lei de zoneamento, é resultado da ação direta do Poder Público Municipal, devido aos empreendimentos de produção habitacional de interesse social e regularização fundiária, realizados pela COHAB (IPPUC, 2012a; CURITIBA, 2000).

FIGURA 5: DENSIDADE DEMOGRÁFICA E RENDA MÉDIA POR BAIRRO



Fonte: IBGE, 2010; IPPUC, 2012a; IPPUC, 2012b. *Recorte espacial: bairros
 (a) – Bairros mais densos; (b) – Bairros com mais de 10% dos domicílios particulares permanentes com rendimento acima de 20 salários mínimos; (c) – Bairros com mais de 10% dos domicílios particulares permanentes com rendimento entre 1/2 e 1 salário mínimo.

Em relação à renda, com a estratificação por bairro (Figura 5b e 5c), destacam-se com a maior renda – acima de 20 salários mínimos, os bairros no entorno do centro da cidade; e com a menor renda – entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo, os bairros periféricos de Curitiba, que assim como analisado anteriormente em relação à densidade, são as áreas onde estão localizados os conjuntos habitacionais produzidos pela COHAB.

Evidencia-se, portanto, a existência de uma Curitiba heterogênea, com a divisão desigual do espaço urbano, onde parte da população vivencia a falta de infraestrutura e de serviços públicos, enquanto outra vive os benefícios da “cidade-modelo”.

2.1.1 Coeficiente de Espaço Público

Matos (2010) apresenta em sua pesquisa que as desigualdades entre as pessoas ganham mais clareza teórica e significados práticos se forem pensadas a partir do princípio da justa distribuição.

Coisas e objetos, materiais e imateriais, tais como bens públicos de consumo, como os referentes aos serviços básicos para se viver em cidades, ou recursos vitais, como água, ar e solo, ou conhecimentos essenciais podem estar distribuídos de maneira mais ou menos desigual entre os componentes de uma determinada sociedade. Tais bens podem ser fundamentais à

sobrevivência das pessoas em condições aceitas como razoáveis (MATOS, 2010, p. 20).

De acordo com Maricato (2003), a segregação urbana é promotora da desigualdade social, que pode ser mensurada pela dificuldade de acesso aos serviços e infraestrutura urbanos, oportunidades de empregos e educação, dificuldade de acesso ao lazer, entre outros. Sendo assim, entende-se que o estudo das desigualdades sociais no espaço urbano enseja a construção de indicadores capazes de incorporar questões como acesso à propriedade, serviços públicos, ocupações qualificadas, entre outros (MATOS, 2010).

Neste sentido, ao abordar a desigualdade a partir da distribuição dos espaços públicos, destaca-se o indicador proposto por Rosaneli, denominado “Coeficiente de Espaço Público – CEP”. O CEP é um coeficiente calculado através da razão entre a área de espaços livres públicos e a área de um determinado recorte territorial, como os setores censitários (ROSANELI, 2014; ROSANELI *et al*, 2015; ROSANELI, *et al*, 2016). Considerando as diversas tipologias de espaços livres públicos (ruas, parques, praças), o coeficiente é um instrumento de análise sobre a relevância e distribuição dos espaços públicos na cidade contemporânea.

Partindo do pressuposto de que os espaços públicos não se distribuem de forma homogênea pelo território, e que há uma relação entre a produção desigual do espaço urbano e a quantidade de espaços públicos, Rosaneli *et al* (2016) realiza uma análise quantitativa e distributiva dos espaços públicos e faz uma correlação entre o indicador CEP com indicadores socioeconômicos. O resultado espacial da pesquisa, com desmembramento do indicador para a tipologia praças e recorte territorial a partir das Unidades de Desenvolvimento Humanos (UDHs)¹, demonstra uma tendência de concentração de praças na região central, mas também apresenta representatividade em alguns compartimentos localizados em regiões mais periféricas (Figura 6). No entanto, de acordo com os autores, ainda é alto o percentual de unidades CEP-praças classificado como baixo (ROSANELI *et al*, 2016).

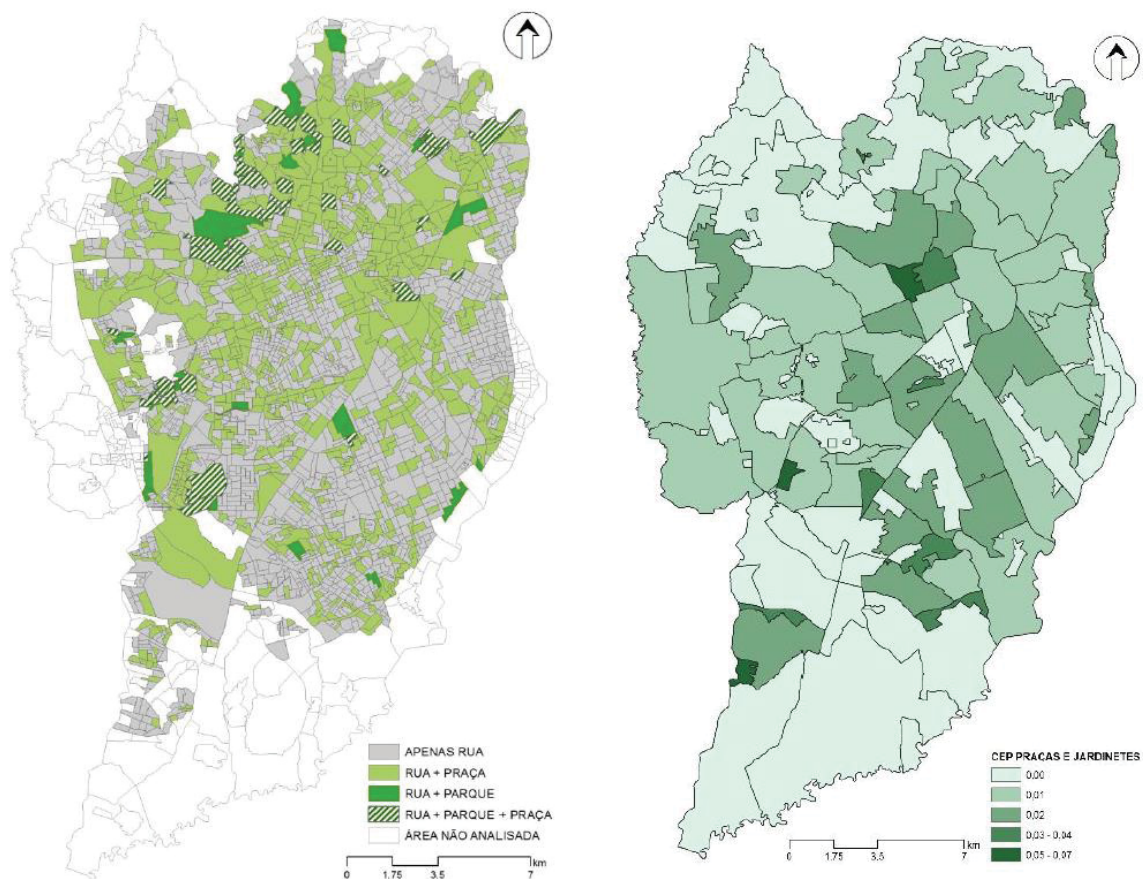
O mapa apresentado na Figura 6 a seguir, expõe os tipos e agrupamentos dos espaços públicos (apenas rua; rua e praça; rua e parque; rua, parque e praça) nos setores censitários (Figura 6a), e sua distribuição pelo território através do CEP, com recorte para praças por UDHs (Figura 6b). É possível verificar a prevalência de

¹ O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil define as UDHs como agrupamentos de setores censitários, estabelecidos de acordo com a semelhança das condições socioeconômicas entre eles.

setores censitários com a presença de ruas e praças com maior concentração na porção centro-norte da cidade. Em relação ao recorte de praças por UDHs, de acordo com Rosaneli *et al* 2017,

(...) a área média das unidades classificadas com alto percentual de praças (141,21 ha) é consideravelmente menor do que aquelas com classificações médias e baixas (351,98 ha e 345,26 ha). Sua espacialização, entretanto, apesar de apresentar alguma tendência de concentração na região central, (...), também apresenta representatividade em alguns compartimentos localizados em regiões mais periféricas (...). Contudo, ainda é alto o percentual de unidades com CEP – praças classificado como baixo (65%), número que acompanha o percentual da população habitante (51%) e a área territorial abrangida pela categoria (69%) (ROSANELI, *et al* 2017).

FIGURA 6: COEFICIENTE ESPAÇO PÚBLICO



Fonte: ROSANELI *et al*, 2016; ROSANELI *et al*, 2017. (a) Tipos de espaços livres públicos presentes nos setores censitários; (b). CEP – praças por UDH.

Este trabalho serviu de inspiração para definição do objeto desta pesquisa, de analisar o fenômeno de distribuição das praças em Curitiba, observando a desigualdade socioespacial que se apresenta, com maior concentração na área central, que possui a maior renda média.

3 ESPAÇO PÚBLICO DA PRAÇA

Este capítulo apresenta as definições e conceitos para entendimento do espaço público das praças a partir de suas dimensões físicas, sociais e simbólicas, evidenciando este elemento como local de encontro e palco das manifestações sociais, culturais e políticas. As reflexões abordadas irão constituir parte do quadro teórico que fundamentará os princípios metodológicos adotados nesta pesquisa.

Em um primeiro momento, serão abordadas as questões referentes ao espaço público e esfera da vida pública, a partir dos conceitos e transformações nestes espaços ao longo do tempo. Em seguida, serão apresentados os conceitos das praças, como espaço público urbano tradicional, o panorama histórico de produção destes espaços, assim como as suas tipologias. Vale ressaltar que o interesse no estudo das tipologias, nesta pesquisa, não está na classificação em si, mas em permitir o conhecimento de sua identidade, estrutura e significação no espaço urbano. Por fim, será apresentada uma breve contextualização de Curitiba, com enfoque nas suas praças.

3.1 ESPAÇO PÚBLICO

De modo geral, o espaço público tem sido tema de diversas pesquisas e discussões nas mais variadas áreas do conhecimento, com a Arquitetura e Urbanismo, Geografia, Antropologia, Filosofia e Sociologia, como parte integrante da história, da política e da vida social nas cidades, desempenhando diferentes funções na vida urbana ao longo do tempo, por possuir a conotação de convívio social e de acesso irrestrito, como espaços da democracia e das manifestações políticas, ou seja, da esfera pública.

Segundo Borja & Muxí (2000, p.8) “o espaço público é ao mesmo tempo o espaço principal do urbanismo, da cultura urbana e da cidadania. É um espaço físico, simbólico e político”. Para os autores, o conjunto de elementos urbanos que permitem o passeio e o encontro constituem o âmbito físico da expressão coletiva e da diversidade social e cultural.

Em relação à dimensão física do espaço público, o código civil brasileiro (Lei 10.406/02), em seus artigos 98 e 99, define como espaço público os bens comuns de uso do povo (BRASIL, 2002). O termo público também é definido em oposição ao

termo privado: aquilo que é aberto e acessível *versus* privacidade; aquilo que é comum, geral e do interesse de todos *versus* interesse particular; aquilo que é amplamente difundido *versus* o não difundido, de conhecimento restrito, ou seja, o que é comum e de interesse de todos (LAVALLE, 2005). Portanto, o espaço público é um espaço urbano coletivo e comum e de propriedade pública, ou seja, é de uso público e posse coletiva, sob guarida do poder público e da sociedade, onde está garantido o livre direito de ir e vir de todos os cidadãos (SANTOS JUNIOR, 2015).

Enquanto espaço produzido, o espaço público caracteriza-se como um conjunto constituído por um sistema de objetos e outro sistema de ações (SANTOS, 2002). Portanto, a materialização das formas é resultado e/ou produto das práticas socioespaciais num determinando tempo e espaço. Jovchelovitch (2000) afirma que os espaços públicos e a vida pública, constituem os elementos centrais da esfera pública, reforçando a existência de uma conexão entre o espaço simbólico das representações sociais e o espaço social. Sendo assim, o espaço público é entendido não somente como suporte físico, mas como espaço onde se realiza a esfera pública. Do ponto de vista da Geografia, Gomes (2002) também afirma:

(...) um olhar geográfico sobre o espaço público deve considerar, por um lado, sua configuração física e, por outro, o tipo de práticas e dinâmicas sociais que aí se desenvolvem. Ele passa então a ser visto como um conjunto indissociável das formas com as práticas sociais. É justamente sob esse ângulo que a noção de espaço público pode vir a se constituir em uma categoria de análise geográfica. Aliás essa parece ser a única maneira de se estabelecer uma relação direta entre a condição da cidadania e o espaço público, ou seja, sua configuração física, seus usos e sua vivência efetiva. (GOMES, 2002, p. 172)

Ao abordar o espaço urbano do ponto de vista da sua apropriação material e simbólica, levanta-se aqui uma breve reflexão em torno do próprio espaço, baseada nas contribuições de Henri Lefebvre. O autor apresenta uma concepção do espaço baseada em três dimensões (tríade espacial): a prática espacial (o espaço percebido), as representações do espaço (o espaço concebido) e os espaços de representação (o espaço vivido). O espaço percebido pode ser apreendido por meio dos sentidos e está relacionado com a materialidade dos elementos que constituem o espaço e à realidade cotidiana; o espaço concebido, à produção do conhecimento, ou seja, ao ato de pensamento e concepção deste espaço; e o espaço vivido, à experiência vivenciada através das imagens e símbolos. A tríade espacial contribui de diferentes formas para a produção do espaço de acordo com a sociedade ou o modo de produção, ganhando novos significados em diferentes momentos históricos da

reprodução das relações sociais. Pode-se concluir, a partir dessa abordagem, que o espaço público também é um espaço social, e as transformações que ocorreram nesses espaços são consequências da lógica de produção do sistema capitalista, que são refletidas nos espaços urbanos (LEFEBVRE, 1991).

Carlos (2011, p.53), ao discutir as relações sociais em sua dimensão espacial, aponta para a ideia de que “a sociedade, ao produzir-se, o faz num determinado espaço, como condição de sua existência”. A autora afirma que o espaço é condição, meio e produto da reprodução social, portanto é produto resultante da história da humanidade.

Podemos pressupor que a espacialidade das relações sociais pode ser efetivamente compreendida no plano da vida cotidiana e, a partir desta é articulada e redefinida como plano da reprodução das relações sociais, vista na multiplicidade dos processos que envolvem a reprodução do espaço em seus mais variados aspectos e sentidos como prática socioespacial. Isso porque as relações sociais têm concretude no espaço, nos lugares onde se realiza a vida humana, envolvendo um determinado dispêndio de tempo que se revela como modo de uso do espaço, em dois planos: o individual (que se expressa em sua plenitude no ato de habitar) e o coletivo (a realização da sociedade), portanto, na dialética entre o público e o privado. A noção de produção, nesta perspectiva, abre-se para a noção de apropriação, revelando-se em atos e situações. (CARLOS, 2011, p.63)

Do ponto de vista da filosofia política, a temática do espaço público é discutida a partir das teorias de Hannah Arendt e Jürgen Habermas. Os autores enfocaram em suas obras os espaços públicos a partir de um viés sociopolítico, relacionando-os com as esferas pública e privada. Hannah Arendt resgata o conceito de público na *pólis* grega que significa “tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível” (ARENDT, 1987, p. 59). Para a autora, a esfera de vida pública é a realização da condição humana mediante três atividades fundamentais que integram a *vita activa*, conceituadas pelos seguintes termos: a ação política, o labor¹ e o trabalho. Dessas três dimensões a ação, por corresponder a atividade humana, é a que apresenta o vínculo maior com a esfera pública, por representar o homem no viver em sociedade, o ser social e político. Sendo assim, a ação seria a atividade política por excelência, e é no espaço público que ela se estabelece (ARENDT, 1987).

¹ Hannah Arendt define o labor como “a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujo crescimento espontâneo, metabolismo e eventual declínio tem a ver com as necessidades vitais”. (ARENDT, 1987, p.15)

O trabalho de Jürgen Habermas discute sobre as tensões e transformações da “esfera pública burguesa”, geradas pelo capitalismo, a partir da formação e do desenvolvimento do Estado moderno burguês. O autor apresenta a importância fundamental acerca do impacto da modernidade e do sistema de produção capitalista na transformação do binômio público-privado em diversas instâncias: a social, econômica e cultural, que são essenciais para reflexões relacionadas aos espaços públicos. Habermas (1984) ressalta que no modo de produção capitalista a sociedade civil burguesa passa a ser constituída e com isso as atividades da população surgem à luz da esfera pública, que passou a ter uma função central a partir do século XIX, tornando-se o princípio de organização do Estado de direito burguês. A opinião pública é formada e a “esfera pública burguesa” passa a constituir uma categoria da estrutura social que influencia no poder decisório sobre as políticas públicas da época (HABERMAS, 1984).

Outro importante estudo dedicado ao tema foi realizado por Richard Sennet, que abordou a partir de um viés sociológico a formação do espaço público vinculando ao tema das práticas sociais da vida pública e sua manifestação nos espaços urbanos. O autor estuda o fenômeno do enfraquecimento da vida pública e os fatores que deram origem à extinção da esfera pública. Sennett (1974) compreende que o espaço público permite a realização dos encontros impessoais e anônimos, possibilitando o encontro das diferenças.

O autor aponta para uma série de mudanças que ocorreram no âmbito das sociedades nos séculos XVIII e XIX que ocasionaram o estreitamento da esfera pública, com consequências para a vida pública e para as cidades, devido ao alargamento da vida privada. Afirma ainda, que o impacto do capitalismo sobre o cotidiano na metrópole contemporânea leva à extinção de uma cultura pública e à formação de uma sociedade intimista, na qual predomina o individualismo, ou seja, a valorização da vida privada em detrimento da vida pública, causando o esvaziamento e descaracterização do espaço público (SENNETT, 1974).

Ascher (2010), em seu livro “Novos princípios do urbanismo”, demonstra as transformações e mudanças nas cidades com a evolução da modernidade. Para o autor a modernização é resultado da interação de três dinâmicas socioantropológicas: a individualização, a racionalização e a diferenciação social. A individualização está relacionada às lógicas de apropriação e domínios individuais, que ocupam o lugar das lógicas coletivas. A racionalização consiste na substituição da tradição pela razão,

pelos conhecimentos científicos, e a diferenciação social está relacionada à diversidade e desigualdade entre grupos e indivíduos, o que gera uma sociedade cada vez mais complexa. Portanto, os desafios que se apresentam nas cidades contemporâneas, de um novo pensar sobre o espaço urbano, estão relacionados não só às transformações físicas, mas também nas maneiras de pensar, de agir, da ciência e das relações sociais. Essas mudanças estruturais modificam a forma como se dá a experiência social na vida urbana (ASCHER, 2010).

Para Mogin (2008), a experiência urbana tem dimensão pública por criar condições de uma experiência pública. No entanto, para o autor, no final do século XIX, a ordem de valores dos espaços públicos se inverte, uma vez que os fluxos prevalecem sobre os lugares e paisagens, “a experiência da caminhada, aquela que leva ao encontro inesperado, é hoje simbolizada pela arquitetura da passagem” (MOGIN, 2008, p. 65). Essa mudança de valor, citada por Mogin, está relacionada às mudanças na esfera pública e privada, processo de transformação iniciado no período industrial e com o advento da sociedade burguesa.

Com o encolhimento da esfera pública na sociedade contemporânea, em sintonia aos interesses do capital global, e a expansão da esfera privada, as possibilidades da vida social e das trocas como consequência da reunião em espaços públicos são reduzidas, tornando evidente o declínio no valor atribuído pelos atores sociais a esses espaços (CARLOS, 2016; QUEIROGA, 2001). A complexidade de relações entre os domínios público e privado na sociedade contemporânea é marcada por desigualdade social e por uma tendência de privatização da vida e consequente desvalorização da esfera pública. Com o desenvolvimento do capitalismo industrial, houve um crescimento demográfico acelerado que acarretou no crescimento espacial das cidades e na pauperização de parte das populações urbanas (ASCHER, 2010).

Carmona (2010), também destaca as mudanças dos espaços públicos a partir das consequências da produção da sociedade capitalista. Para o autor, a valorização do capital e os interesses privados causam o declínio do espaço público e da esfera pública, e a consequente mercantilização e privatização desses espaços. Essas transformações alteram o caráter democrático dos espaços coletivos, além de aumentar a exclusão social.

Esse processo de urbanização e o crescimento da indústria automobilística resultaram em um espaço urbano construído para atender aos interesses de acumulação do capital (VASCONCELLOS, 2013). A cidade passou a ser moldada

para o uso do automóvel, o que resultou em mudanças significativas na organização dos espaços, causando prejuízos na vida pública. Lefebvre (1999), ao citar a argumentação “a favor da rua”, no livro *A Revolução Urbana*, afirma que com o crescimento da indústria do automóvel e a invasão destes nos espaços públicos, a circulação se tornou uma prioridade e o estacionamento uma obsessão, destruindo a vida social e urbana.

Para Gehl e Gemzoe (2002), os novos padrões de transporte alteraram os usos do espaço público. Para os autores, o tráfego de veículos e os estacionamentos usurparam o espaço nas ruas e praças, ocasionando a deterioração da vida nas cidades. O espaço físico de circulação e permanência de pedestres, ao ser invadido por veículos, além de gerar problemas ambientais como o ruído e a poluição, causa impacto nas atividades sociais dessas áreas.

A desvalorização dos espaços públicos também é percebida no espaço das cidades capitalistas a partir da proliferação de enclaves fortificados¹ e fechamento de ruas e praças, construções de condomínios fechados, etc. São barreiras físicas que anulam os encontros, criam tensões, segregações e discriminação a partir das práticas de vigilância. Essas mudanças espaciais estão transformando significativamente a vida pública e o espaço público (CALDEIRA, 2000).

Harvey (2014) afirma que o espaço urbano reflete os impactos da privatização, dos cercamentos, controles espaciais, policiamento, vigilância e da priorização do carro na qualidade de vida urbana e nas relações sociais, em um processo urbano influenciado por interesses de classe dos capitalistas. Teresa Caldeira (2000), ao estudar as transformações na esfera pública de São Paulo, ressalta a segregação espacial em cidades fragmentadas por enclaves fortificados e a mudança profunda no caráter dos espaços públicos e na qualidade de vida urbana. Para a autora, as estratégias de segurança, como muros, cercas e vigilância, distância social e exclusão rompem com os princípios de acessibilidade e livre circulação, valores das cidades modernas.

Jane Jacobs (2000), em seu livro “Morte e vida das grandes cidades”, ao analisar o uso de ruas, calçadas e parques, enfatiza os valores da vida pública moderna como a acessibilidade e a abertura, destacando as condições que tornam

¹ “Os enclaves fortificados são espaços privatizados, fechados e monitorados, destinados a residência, lazer, trabalho e consumo. Podem ser *shopping centers*, conjuntos comerciais e empresariais, ou condomínios residenciais.” (CALDEIRA, 2000, p. 11-12)

possíveis as interações sociais seguras, como a densidade, o uso contínuo, a diversidade de usos, e a clara demarcação entre o espaço público e o privado.

De acordo com Caldeira (2000), existe um consenso a respeito dos elementos básicos da experiência moderna de vida pública urbana: a primazia e a abertura de ruas; a circulação livre; os encontros impessoais e anônimos dos pedestres; o uso público e espontâneo das ruas e praças; e a presença de pessoas de diferentes grupos sociais se apropriando dos espaços públicos para lazer, manifestações políticas, consumo.

A partir da abordagem da perda da esfera pública em função do crescimento da criminalidade, Caldeira (2000) ressalta a segregação socioespacial imposta pelos enclaves fortificados. “À medida que as elites se retiram para seus enclaves e abandonam os espaços públicos para os sem-teto e os pobres, o número de espaços para encontros públicos de pessoas de diferentes grupos sociais diminui consideravelmente” (CALDEIRA, 2000, p. 301).

Os efeitos das estratégias de segurança transformam a paisagem urbana, afetando os padrões de circulação, os trajetos diários, hábitos e gestos relacionados ao uso dos espaços. Os encontros no espaço público se tornam cada dia mais tensos, porque tem como referência os estereótipos e o medo das pessoas. “Tensão, separação, discriminação e suspeição são as novas marcas da vida pública” (CALDEIRA, 2000, p.301).

Para a autora, a desigualdade social do Brasil, tende a produzir uma vivência espacial segregada, pois “todas as possibilidades de mistura ou de se compartilhar um espaço comum são vistas com desconfiança e evitadas socialmente” (CALDEIRA, 2000, p.185). Assim, a experiência moderna da cidade fica comprometida, contradizendo os ideais de heterogeneidade, acessibilidade e igualdade do espaço público moderno democrático. O espaço público criado é fragmentado, e a desigualdade é valorizada.

O novo meio urbano reforça e valoriza desigualdades e separações e é, portanto, um espaço público não democrático e não moderno. O fato de esse tipo de organização do espaço público se espalhar pelo mundo inteiro no momento em que muitas sociedades que o adotam passam por transformações como democratização política, fim de regimes racistas e crescente heterogeneização resultante de fluxos migratórios, indica a complexidade das ligações entre formas urbanas e formas políticas. Além disso, indica que o espaço urbano pode ser a arena na qual a democratização, a equalização social e a expansão dos direitos de cidadania vêm sendo contestados nas sociedades contemporâneas (CALDEIRA, 2000, p.12).

Dentro deste contexto, a filósofa Marilena Chauí, em sua apresentação no Seminário “Espaço público e exclusão social”, mostrou que há uma indissociabilidade da relação entre a democracia e espaço público, e que essa relação estava comprometida pela estrutura autoritária e hierarquizada da nossa sociedade, marcada pelo predomínio do espaço privado sobre o público. Para a autora, “o espaço público é o espaço capaz de constituir e consolidar a cidadania no Brasil” (CHAUI¹, 1998 *apud* ABRAHÃO, 2008, p.30).

Para Abrahão (2008), a constituição de espaços públicos democráticos é um meio de se garantir uma “distribuição mais igualitária de poder sobre as cidades”, isto é, a organização urbana tem papel fundamental na promoção de mudanças sociais (ABRAHÃO, 2008, p. 142). Paulo Gomes (2002) também relacionou a ideia de igualdade do regime democrático à concepção dos espaços públicos urbanos, pela qualidade de livre acesso.

Frente ao exposto, vale ressaltar as discussões recentes a respeito do tema espaço público. No relatório brasileiro para a conferência mundial Habitat III, que definiu a nova agenda urbana, é enfatizada a necessidade de se combater as desigualdades sociais e segregações, transformando as cidades em espaços acessíveis a todos e democráticos, ou seja, lugares para efetivação dos direitos e exercício de oportunidades (IPEA, 2016).

Pensar no direito à cidade é pensar em formas para que o uso da cidade se dê de maneira pública e coletiva. Trata-se de pensar a cidade planejada, produzida e reproduzida a partir de todos e para todos, como espaço essencial para a edificação da cidadania e o convívio das diferenças e da sociabilidade; para a realização, pois, da paz e da harmonia entre pessoas e povos (IPEA, 2016, p. 27).

A Nova Agenda Urbana, documento orientado para ação que definiu padrões globais para o desenvolvimento sustentável, resultado da Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbanos Sustentável, prevê que os aglomerados urbanos sejam participativos, criando sentimentos de pertença e apropriação entre todos os seus habitantes, priorizando espaços públicos acessíveis, seguros e inclusivos (UN-HABITAT, 2016).

Comprometemo-nos a promover espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis, verdes e de qualidade, incluindo ruas, calçadas, ciclofaixas e ciclovias, praças, orlas, jardins e parques que sejam áreas multifuncionais

¹ CHAUI, M. O espaço público e a democracia. Comunicação apresentada ao Seminário Internacional “O espaço público e exclusão social”. São Paulo, 1998.

para interação e inclusão social, saúde e bem-estar humanos, intercâmbio econômico, expressões culturais e diálogo entre uma ampla variedade de pessoas e culturas, e que sejam desenhados e geridos de forma a assegurar o desenvolvimento humano, para construir sociedades pacíficas, inclusivas e participativas, bem como promover a vida coletiva, a conectividade e a inclusão social. (UN-HABITAT, 2016, p. 13)

A partir das considerações expostas nesta seção, a pesquisa adentra sobre o recorte específico do espaço público da praça, que são espaços da vida urbana desde a origem da democracia, da qual são inseparáveis (MARRON, 2016). Para Queiroga (2001), o espaço da praça, como lugar de interação pública, estimula as relações de identidade e de alteridade, e a urbanidade como civilidade e cidadania como ação política.

3.2 PRAÇA

Os espaços públicos estão relacionados com a possibilidade de vida pública em sociedade. Para entender o “lugar” da praça, diante de suas transformações e a partir da noção de espaço público, o percurso estabelecido fundamenta-se pelo histórico desse espaço, destacando seus conceitos. De modo geral, considerando que o entendimento de diversos atores converge para a ideia da praça como espaço físico e social desde suas origens, esta seção apresenta um breve panorama histórico das praças, com base nos processos de urbanização, de modo a compreender as formas de organização pelo território e os usos e apropriações desses espaços pela sociedade.

3.2.1 Conceitos e Panorama Histórico

Para Kostof (1992), as praças urbanas têm como função prover espaços que proporcionem reuniões e encontros entre as pessoas. São os espaços públicos que abrigam as atividades comunitárias, como manifestações, festividades, celebrações, assim como execuções públicas. Em algumas cidades a praça foi o ponto de partida na criação de novos núcleos urbanos, o que reforça sua importância como elemento de organização urbana e interação social (KOSTOF, 1992).

Topalov *et al* (2014), apresenta os verbetes relacionados ao fenômeno urbano, a partir do contexto cultural que lhe dá sentido histórico e linguístico. Essas

definições esboçam o significado da praça na história cidades, sendo assim definido, para o idioma português, ao longo do tempo:

praça: lugar público, plano, & espaçoso, nas Cidades, Vilas. Para feiras & jogos públicos [...] Praça onde se compra, & vende (Bluteau, 1720)

praça: lugar público em uma cidade, e donde regularmente desembocam, e cruzam muitas ruas; lugar onde se ajuntam os negociantes, para falarem de seus negócios (Dicionário geral, 1819). (...)

praça: s.f. (do gr. Plateia, pelo lat. platea) lugar público, grande largo, geralmente rodeado de edifícios, para embelezamento de uma cidade, vila, etc., e como meio higiênico para melhor circulação do ar e plantação de árvores; rossio. Lugar onde se vendem frutas, hortaliças, carnes, peixes, etc.; mercado. Circo (Machado, 1958-1971)

praça: s.f. (séc. 13) 1. área pública não construída, dentro de uma cidade; largo, campo. 2. local aberto onde se compra e vende; mercado, feira. 3. (séc. 14) lugar fortificado; fortaleza. 4. área urbana arborizada e/ou ajardinada [...], para descanso e lazer; jardim público. 5. Comunidade comercial e financeira de uma cidade (Houaiss, Villar & Franco, 2003)
(TOPALOV *et al*, 2014, p. 533-534)

A partir dessas definições, é possível destacar as principais funções das praças, como o lugar público do comércio e das feiras, passando pelo conceito higienista de embelezamento das cidades e de áreas urbanas ajardinadas para descanso e lazer. Lousada (2014) descreve que em Portugal, o vocábulo praça é utilizado pelo menos desde o século XIII, para designar o espaço aberto público e não construído da cidade. Era o espaço multifuncional, de forma irregular e de dimensões variáveis. A autora afirma que o campo semântico do termo praça é extenso, tanto do ponto de vista funcional como da sua localização no espaço urbano. Termos como largo, praça, adro, campo, rossio, terreiro são utilizados para designar espaços públicos livres nas cidades portuguesas. “Os vários significados da palavra praça ajudam a perceber melhor as suas funções, bem como a sua evolução” (LOUSADA, 2014, p. 536).

Na Antiguidade greco-romana, a praça era o espaço público de maior importância da cidade e funcionava como seu centro vital. Benévolo (2003) afirma que sua função social se origina na ágora grega, símbolo de espaços abertos de encontros e manifestações políticas. Cercada por construções, a ágora abrigava três esferas da vida dos cidadãos: a pública, a política e a religiosa, contemplando o conceito abstrato da vida pública a um espaço físico concreto. A ágora, como espaço urbano, constituiu um dos principais elementos urbanos da civilização grega, representando o centro político-social, sendo um vazio cercado pelos edifícios institucionais, sagrados e comerciais. Era o lugar do mercado, do encontro cotidiano e o ambiente político, onde se discutiam as questões da cidade (CALDEIRA, 2007; CALLIARI, 2016).

O Fórum Romano, assim como a ágora grega, desempenhou um papel importante na vida urbana. Também era delimitado por edificações institucionais, religiosas e comerciais (CALDEIRA, 2007). Mumford (1991) ressalta que apesar da ágora e do fórum possuírem configurações morfológicas semelhantes, o espaço da ágora grega estava atrelado à formação da *pólis* como cidade-estado, com uma experiência da prática de cidadania, já no fórum romano o espaço estava vinculado ao imperador e à sua representação política.

Na Idade Média, segundo Sitte (1992), a praça era o local onde se concentrava o movimento e os principais acontecimentos da vida cotidiana, como as festas públicas, as cerimônias oficiais, o anúncio das leis e as execuções públicas. Era o espaço livre, o lugar de interação social, onde acontecia a vida cotidiana. Habermas (1984), ao analisar a organização das cidades medievais, assinala que a esfera pública se manifestava nos espaços públicos, representados pelo espaço da rua e da praça. Caldeira (2007, p. 25) afirma que “para além de um espaço de sociabilidade, a praça era o lugar onde se demonstrava o poder das leis”.

Já no período do Renascimento, a praça “adquire importância estética com as transformações sociais desencadeadas” (CALDEIRA, 2007, p. 27). Com o crescimento urbano e o desenvolvimento do mercantilismo, as praças e ruas no período do Renascimento transformam-se nos principais elementos de reformas e intervenções urbanas. Como afirma Zucker (1959 *apud* CALDEIRA, 2007), ocorre a busca pela ordem e a disciplina em contraste com a espontaneidade do espaço público medieval. A cidade passa a representar o símbolo de uma ordem social e governamental.

A partir da metade do séc. XVIII, o equilíbrio entre as esferas pública e privada começa a alterar-se. O desenvolvimento da burguesia mercantil e intelectual promove uma reestruturação no sentido da vida pública, a praça e a rua perdem força como símbolos de espaços públicos. Teatros, bares e cafés tornam-se alternativas a espaços de sociabilidade e firmam-se como instituições no imaginário da sociedade burguesa. A cidade, com as suas galerias, *boulevards* e jardins, torna-se o espaço de afirmação de uma burguesia ascendente (CALDEIRA, 2007, p.30).

No final do século XIX, a partir da influência exercida pela França e Inglaterra, surgiram campanhas para modernização e embelezamento das cidades. Com base nos conceitos higienistas vigentes na época, o ambiente urbano foi remodelado, expulsando as camadas mais pobres da população das áreas centrais para áreas periféricas. Nesse período diversos parques, avenidas e jardins foram implantados a

partir de políticas públicas de saneamento, alterando as funções dos espaços públicos (ROBBA E MACEDO, 2002).

Segundo Pechman (1996), o urbanismo “limitou-se a produzir uma ‘civildade higienizada’, sem precisar aventurar-se pelas questões dos direitos sociais que a vida urbana suscitava”. Neste período, a praça ajardinada se torna um cenário para atividades de recreação, lazer contemplativo, passeio e convivência dos habitantes, com normas de conduta e comportamento (ROBBA E MACEDO, 2002). A praça se torna um cenário a ser contemplado pela elite, destinado às atividades de recreação e voltado para o lazer contemplativo.

Essas intervenções urbanas transformaram a configuração dos espaços públicos, “a cidade moderna deveria refletir o avanço tecnológico propiciado pelo desenvolvimento industrial” (CALDEIRA, 2007). Com o crescimento e modernização das cidades subordinados às lógicas capitalistas, no período industrial o espaço urbano é caracterizado pelo crescimento demográfico acelerado, com enorme concentração de pessoas e atividades no espaço urbano (ASCHER, 2010; LEFEBVRE, 1999).

A mobilidade das pessoas, das informações e dos bens assume igualmente um lugar novo e mais importante nas cidades. A primeira necessidade é adaptar as cidades às novas exigências da produção, do consumo e das trocas mercantis. Isso requer uma malha de grandes vias de circulação. Com o desenvolvimento dos transportes coletivos e os bondes, formaram-se os bairros residenciais de alta renda e bairros industriais para fábricas e operários. O desenvolvimento do Estado do bem-estar e de diversos serviços públicos contribuiu igualmente na estruturação das cidades, através de rede de linhas de transporte coletivo, de escolas, de hospitais, equipamentos coletivos, etc. (ASCHER, 2010).

Neste período, um dos agentes transformadores das cidades no século XX foi o movimento moderno, cujos princípios e padrões espaciais foram difundidos pelos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna – CIAM. A Carta de Atenas, documento oriundo dos debates realizados em 1933 no CIAM, de acordo com Tenório (2012), definia como princípios norteadores, tanto para o planejamento de novas cidades quanto para a readequação das cidades existentes, que o urbanismo deveria ser pensado de acordo com as necessidades fundamentais dos homens, portanto as funções da cidade estavam relacionadas ao habitar, ao trabalhar e ao recrear (TENÓRIO, 2012).

Como documento recorrente, a Carta de Atenas condenava de forma definitiva a rua corredor da cidade tradicional, separava de forma radical os

pedestres dos carros, e liberava a superfície dos terrenos para uma área verde ilimitada. (...). De fato, a rua passou a ser percurso, o parque passou a ser o espaço verde, a habitação passou a ser alojamento, a rua corredor passou a ser corredor dos edifícios (ABRAHÃO, 2008, p.70)

Neste cenário, a praça assume o papel de elemento de composição do sistema viário, o lugar de passagem, ou se transforma em um amplo espaço livre. Para Sitte (1992), a praça moderna é o espaço vazio diluído na imensidão urbana, em meio ao ruído do intenso tráfego de automóveis. “A ideia do espaço público como derivação do movimento corresponde exatamente às relações entre espaço e movimento produzidos pelo automóvel particular. As ruas adquirem então uma função peculiar: permitir a movimentação” (SENNETT, 1974, p. 28). Para Sennett (1974), o declínio da praça como representação política, causa o enfraquecimento da esfera pública do cotidiano e valorização da vida privada.

Camillo Sitte, em 1889, foi um dos primeiros autores a denunciar a inversão do sentido nas praças na cidade moderna. Para o autor, a praça moderna é designada por “qualquer espaço vazio entre quatro ruas. Talvez esta circunstância seja suficiente em termos de higiene ou de outras considerações técnicas, mas, sob o ponto de vista artístico, um terreno vazio não é uma praça” (SITTE, 1992, p. 47, grifo nosso). Na antiguidade, “as praças principais eram uma necessidade vital de primeira grandeza, na medida em que ali tinha lugar uma grande parte da vida pública, que hoje ocupa espaços fechados, em vez de praças abertas” (SITTE, 1992, p. 17).

Já na cidade contemporânea ocorre uma mudança nas políticas de intervenção urbana, que coloca em questão a retomada do espaço público. Para Caldeira (2007), o espaço da praça ressurgiu com a sua vocação de espaço coletivo, principalmente nas ações de resgate de qualidade urbana, concretizadas principalmente em projetos de renovação de áreas centrais e históricas. Para Abrahão (2008), os planos de revitalização dos centros urbanos, tiveram como protagonista a reorganização espacial a partir da pedestrianização de suas vias e da tentativa de se pensar os espaços públicos a partir da escala humana.

Para Rolnik (2012), depois do intenso período de valorização do uso dos espaços fechados, que ocorreu com a construção de *shoppings* e a proliferação dos condomínios privados horizontais e verticais, “parece haver hoje alguns sinais de um movimento no sentido oposto, de retomada de uso mais permanente das ruas, praças e calçadas da cidade” (ROLNIK, 2012). A autora, citando exemplos de ocupação dos espaços públicos de São Paulo, afirma que pode estar acontecendo uma possível

mudança de cultura ou um desejo de mudança que valoriza a questão uso e do convívio no espaço público. As ruas e praças têm sido ocupadas pela população em manifestações por direitos de viver, usar e produzir o espaço urbano, que representam expressões da luta urbana em relação ao direito à cidade.

A apropriação desses espaços, enquanto espaços de diversidade, do exercício da cidadania, do lazer e qualidade de vida urbana é um dos temas estruturantes da Nova Agenda Urbana. Fica evidente a necessidade de se pensar o planejamento das cidades a partir de uma perspectiva da inclusão, integrando migrantes, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, população LGBT, entre outros grupos sociais vulnerabilizados. A exclusão dessa população da produção do espaço é refletida em espaços de insegurança, que moldam a forma como os espaços comuns são vivenciados. Esse é um dos desafios do planejamento urbano contemporâneo, incorporar soluções urbanas para as especificidades desses grupos (RODRIGUES, 2007; IPEA, 2018; CARMONA, 2010).

Queiroga (2012) também destaca, em sua tese, o potencial crescimento da esfera pública no período atual da urbanização brasileira. Para o autor, o viver público se transformou e, atualmente, apesar da segregação urbana, que continua criando espaços de exclusão e conflito, há um maior uso das ruas, parques e praças, tanto em áreas centrais como em áreas periféricas. Na cidade contemporânea brasileira, as ações ainda são antagônicas à esfera pública, por valorizarem a vida privada criando espaços segregados. No entanto, estão surgindo práticas que vão de encontro ao fortalecimento da cidade enquanto local da vida pública.

3.2.2 Praças Brasileiras

Na América Portuguesa, segundo Schiavinatto (2014), a palavra praça nasceu intimamente ligada à criação de vilas e fortalezas. “Ela configurou um princípio de organização espacial da vila por meio de um lugar vazio circundado por edifícios públicos” (SCHIAVINATTO, 2014, p.542-543). É significativa a herança urbanística deixada pelos colonizadores em suas ex-colônias. Para Caldeira (2010), as vilas e cidades coloniais foram constituídas com base nas características de uso e ocupação do solo, apoiadas na tradição portuguesa. Assegurar a configuração urbana na colônia implicava em uma estratégia de conquista do território. Neste período, a praça

também significava o espaço militarizado, chamado de “praça-fortaleza”, um marco colonizador nas cidades (SCHIAVINATTO, 2014).

No Brasil, a praça se destaca como um centro político-administrativo, onde eram implantados os principais edifícios da cidade, como as igrejas construídas no período colonial. Serviam como espaços de encontro da comunidade, das trocas comerciais, manifestações políticas, militares e religiosas (CALDEIRA, 2007; MARX, 1980; ROBBA E MACEDO, 2002). Para Caldeira (2007), as praças nas primeiras cidades coloniais brasileiras assemelhavam-se ao que acontecia na antiguidade greco-romana, onde a praça era o espaço urbano mais importante, onde se encontravam os edifícios religiosos, administrativos e cívicos.

Marx (1980), afirma que nas praças coloniais brasileiras, a Igreja centralizava os acontecimentos em torno desse espaço público. Em contraponto ao poder religioso, o Estado marca sua presença na cidade com a instalação do pelourinho, com o intuito de estabelecer os mecanismos de controle do regime escravocrata (LOUSADA, 2014). Neste período então, a função da praça também está relacionada aos castigos públicos, e a sua dimensão simbólica representava uma ferramenta de dominação e de promoção social.

No período republicano, seguindo as tendências consolidadas nas cidades europeias, as praças ajardinadas se popularizaram. Sua função deixa de ser o local para realização das atividades religiosas, civis e militares e se torna o espaço das atividades de recreação, do lazer contemplativo e do passeio, além de se tornar o elemento de embelezamento da cidade, a partir da implantação de políticas sanitárias e higienistas. Robba e Macedo (2002), afirmam que neste período haviam normas que hierarquizavam e conduziam a conduta e o comportamento das pessoas. A praça jardim, resultado de projetos paisagísticos passam a abrigar elementos como canteiros ajardinados, fontes, quiosques e coretos.

Com a metrópole republicana, intensifica-se a cidade das regras – estéticas, técnicas, e posturais –, (...) com o intuito de se moldar a imagem de uma nação civilizada. Regularizar, ordenar, organizar, limpar, “sanear”, embelezar são palavras de ordem de um novo mundo que deseja se distanciar do ambiente colonial. Para um melhor controle da população, aprimoram-se os códigos de conduta; trajetos são marcados e desenhados, conduzindo o ir-e-vir do cidadão; aos poucos, o espaço público vai transformando-se. (CALDEIRA, 2007, p.129)

Na cidade moderna que se apresenta após a segunda metade do século XX, a partir das novas necessidades da produção industrial e das atividades

mercantilistas, as praças adquiriram um novo significado ao se estabelecer como apêndice das funções da circulação e do sistema viário (CALDEIRA, 2007). O traçado viário determinava a localização da praça, modificando a relação desse lugar com a população, fazendo com que os espaços simbólicos e tradicionais perdessem o seu significado.

Para Caldeira (2000), os processos de privatização e de cercamento dos espaços públicos que impedem ou restringem acesso a esses espaços, empobrecem a vida pública na cidade. A valorização da vida privada e o discurso do medo refletido nas estratégias de segurança representam a erosão do espaço público, no que diz respeito a seus princípios básicos de comando público e livre acesso (ABRAHÃO, 2008).

As praças e parques originados e reformulados neste período, tiveram como ênfase a função do lazer, alterando o programa deste espaço. Segundo Caldeira (2007), é possível notar a utilização desses espaços como formas de recreação, principalmente nas áreas residenciais. O perfil dessas praças de bairro é totalmente diferenciado das praças dos centros tradicionais. Enquanto as praças centrais passam a funcionar como local de passagem e lazer cultural temporário, as praças residenciais apresentam equipamentos como parquinhos infantis, quadra de esportes, bancos e jardins, e sua esfera de abrangência restringe-se ao domínio local. Quando situadas em bairros populares, tornam-se opções acessíveis de lazer coletivo (CALDEIRA, 2007).

Nos últimos anos, as discussões a respeito das praças apresentam: a retomada da apropriação do espaço público, por novas formas de lazer ou por processos voltados à democratização das atividades urbanas, como sinônimo do direito à cidade e de inclusão social, com as manifestações políticas observadas nas ruas e praças (CARLOS, 2014); e os processos de privatização, ou seja, a dificuldade ou o constrangimento do acesso aos espaços públicos, seja por barreiras físicas ou simbólicas (CALDEIRA, 2000).

A partir desse panorama das praças brasileiras, a próxima seção apresenta os antecedentes históricos do planejamento urbano de Curitiba, com foco na produção dos espaços públicos das praças.

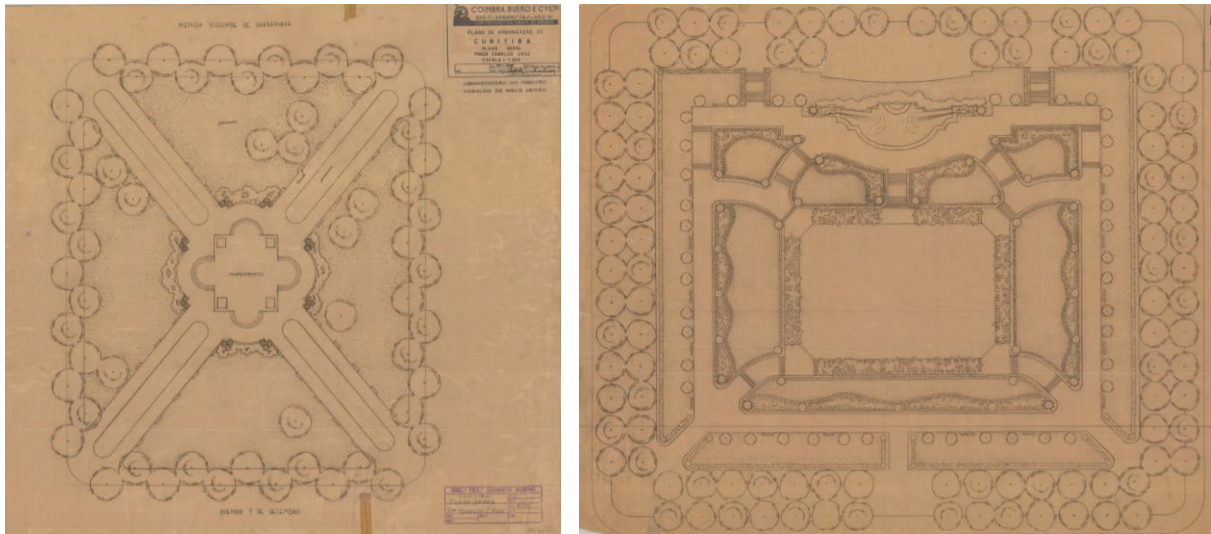
3.2.3 Praças Curitibanas

Com a emancipação política do Paraná e da instalação da província na cidade, o centro urbano de Curitiba teve os primeiros indícios de mudanças e alterações no seu ritmo de desenvolvimento. O progresso econômico despertou na elite o anseio por uma cidade que abrigasse elementos condizentes com o espírito modernista da época. Do ponto de vista do urbanismo, as primeiras intervenções em Curitiba aconteceram em 1857, pelo engenheiro francês Pierre Taulois, quando a cidade se tornou província. Foram estabelecidos novos traçados para as ruas da cidade, com um desenho ortogonal e regular. A partir de 1870, a preocupação com a higiene tornou-se predominante e o Estado passou a interferir em obras sanitárias. Neste período foram construídas diversas praças, com o objetivo de melhorar a estética e o traçado da cidade (BAHLS, 1998).

Com o desenvolvimento econômico e o crescimento da cidade diversas normas e regimentos e regimentos foram estabelecidos, como o Código de Posturas de 1895. Dudeque (1995), destaca que a partir deste código a concepção urbana se transformou e o verde urbano passa a ser valorizado, o que culminou no advento das praças e na criação do Passeio Público. A praça se transforma em um ponto de encontro e lazer curitibano, onde eram realizados diversos eventos culturais, militares e comemorações cívicas, integrando esse espaço às atividades urbanas. Essas alterações, que ocorreram em diversas praças de Curitiba, não representavam atos isolados, mas faziam parte de um contexto nacional reformista (BAHLS, 1998).

Em 1943, com a finalidade de disciplinar a ocupação do solo da capital, foi entregue o Plano de Urbanização de Curitiba conhecido como Plano Agache, que teve como premissas principais: o saneamento, que previa drenagem, canalização de rios e obras sanitárias; o descongestionamento do tráfego urbano e a necessidade de órgãos funcionais em edifícios apropriados. As praças aparecem nesse plano agrupadas sob o título geral de “embelezamentos”, onde são apresentadas algumas propostas paisagísticas para esses espaços (Figura 7), reforçando a função desses espaços neste período (BOLETIM PMC, 1943).

FIGURA 7: PROPOSTAS PARA AS PRAÇAS – PLANO AGACHE



Fonte: IPPUC, 1943. (a). Praça Oswaldo Cruz; (b). Praça Afonso Botelho

Com o adensamento urbano que ocorreu nos anos seguintes, o Plano Agache deixou de ser suficiente para atender as novas demandas da cidade. Assim, em 1964, a administração municipal realizou um concurso para a criação do Novo Plano Diretor do Município, que foi vencido pela empresa SERETE em associação com o arquiteto Jorge Wilhelm, que elaborou o Plano Preliminar de Urbanismo - PPU, que resultou na criação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC e na publicação do Plano Diretor de 1966.

A proposta do plano definiu um modelo linear de expansão urbana, onde os eixos viários seriam os elementos reguladores do crescimento linear da cidade, através do adensamento habitacional e comercial ao longo das vias estruturais, que seriam a base da mobilidade urbana de Curitiba. Essa transformação no campo do transporte público resultou em transformações físicas nos espaços públicos (IPPUC, 2008; WILHEIM; SERETE, 1965). Para Vianna (2017), a relação entre o transporte coletivo e as praças centrais transformaram a função das praças em estações intermodais, uma vez que nelas se encontram as estações de bonde e de ônibus.

Em Curitiba, a partir de 1974, a implantação do sistema de transporte coletivo converteu as praças Rui Barbosa, Carlos Gomes e Eufrásio Corrêa em terminais de transporte em terminais e paradas de ônibus. Sulcos do sistema trinário arrasaram a Praça da Polônia. O largo diante da igreja do bairro Portão tornou-se um resíduo urbano defronte à via estrutural. A praça Oswaldo Cruz, no eixo estrutural, foi cercada e passou a abrigar um ginásio esportivo público. Um centro municipal de saúde ocupou a praça Ouvidor Pardiniho. A praça Afonso Botelho foi cercada. A linearização restrita e o sistema de ônibus descaracterizaram as praças e talvez tenham colaborado

para desagregar os espaços públicos ao longo das vias estruturais (DUDEQUE, 2010).

As praças são citadas no PPU na seção de análise da situação paisagística das áreas verdes do município, que foram classificadas com recreação ativa e passiva/contemplativa, definindo as áreas mínimas necessárias desses espaços de acordo com as faixas etárias da população, assim como seus raios de abrangência.

As áreas menores de 1.000 m² foram consideradas aproveitáveis para recreação de crianças de 0 a 5 anos; as áreas de 1.000 a 30.000 m² para crianças de 0 a 15 anos. Para Jovens de 15 a 25 anos foram consideradas as áreas maiores de 30.000 m², que correspondem ao Passeio Público, Parque Municipal, Horto da Barreirinha e Horto do Matadouro. Foram considerados os seguintes raios de influência:

Crianças de 0 - 5 anos - 500 m

Crianças de 5 - 15 anos - 1.000 m

Jovens de 15 - 25 anos - 5.000 m (WILHEIM; SERETE, 1965).

A partir do estudo da abrangência e do índice de área verde necessária com base nas densidades demográficas definido no plano, foram identificados os déficits dessas áreas no contexto urbano para cada faixa etária. Em relação às funções desses espaços, o PPU aponta que estas não estão bem definidas, “havendo pouquíssimas áreas equipadas para a recreação ativa – 7 áreas de um total de 55 possuem *playgrounds* e alguns deles mal equipados” (WILHEIM; SERETE, 1965).

O diagnóstico foi sintetizado em um quadro analítico das áreas existentes (Figura 8). Com base nessa análise e a partir da previsão do crescimento populacional, foram definidas as quantidades (área necessária) e a distribuição das áreas verdes, com previsão de novas áreas de recreação.

FIGURA 8: QUADRO ANALÍTICO DAS ÁREAS VERDES – PPU 1965

Nº	Nome da Praça	Área a-proxi- mada 1.000 m ²	Nº da U.V.	Função			
				Recreação	Circulação	Estac. veículos	Pequeno comércio
1	Rui Barbosa	24,0	0	-	pedestres	intenso	irregular
2	Oswaldo Cruz	13,2	0	ativ. orien.	-	-	-
3	29 de Março	12,0	0	-	-	-	-
4	Santos Andrade	12,0	0	passiva	pedestres	regular	-
5	Tiradentes	7,0	0	passiva	pedestres	intenso	regular
6	E. Correa	14,5	0	passiva	pedestres	regular	regular
7	Gal. O'Sorio	12,0	0	ativa e pas.	pedestres	regular	regular
8	João Candido	2,5	0	ativa	pedestres	-	-
9	Carlos Gomes	6,5	0	passiva	pedestres	regular	regular
10	L. Bittencourt	3,0	0	passiva	ped. e veic.	-	-
11	19 de Dezembro	5,0	0	passiva	pedestres	regular	-
12	C. Joaquim Macedo	1,5	0	-	veículos	-	-
13	Santos Dumont	1,0	0	ativa	-	regular	-
14	C. Eneas	-	0	ativa	-	-	-
15	Zacarias	1,0	0	-	-	-	-
16	Bom Jesus	0,2	0	-	veículos	-	-
17	Garibaldi	0,5	0	-	pedestres	regular	regular
18	Prof. A. Parodi	0,5	0	-	-	regular	-
19	Gen. Marques	1,0	0	-	pedestres	intenso	-
20	N.S. da Glória	0,6	0	passiva	-	-	-
21	Expedicionário	0,6	0	-	-	-	-
22	Sta. Filomena	1,0	1	-	-	-	-
23	Portugal	1,6	2	-	-	-	-
24	Paul Harris	0,5	2	-	pedestres	-	-
25	S. Paulo da Cruz	0,8	2	-	-	-	-
26	Polônia	0,6	2	-	-	-	-
27	Redentor	0,6	5	passiva	pedestres	regular	regular
28	H. Valente	0,5	5	passiva	-	-	-

Fonte: WILHEIM; SERETE, 1965

Em 1971, Jaime Lerner, no seu primeiro mandato na prefeitura de Curitiba, seguindo o discurso internacional de pensar as cidades a partir da escala humana, defende a volta das ruas tradicionais, transformando-as em ponto de encontro das áreas centrais (ABRAHÃO, 2008). Neste período, foram realizadas intervenções urbanas como o calçamento da Rua XV de Novembro e a criação de parques, como o Barigui, Barreirinha e São Lourenço, com a função de proporcionar espaços de lazer, além do objetivo técnico de reduzir os danos das enchente. No seu segundo mandato (1979-1983), Lerner inaugurou o Bosque do Papa, e no terceiro (1989-1993), o Jardim Botânico, a Ópera de Arame e o Parque Passaúna (DUDEQUE, 2010).

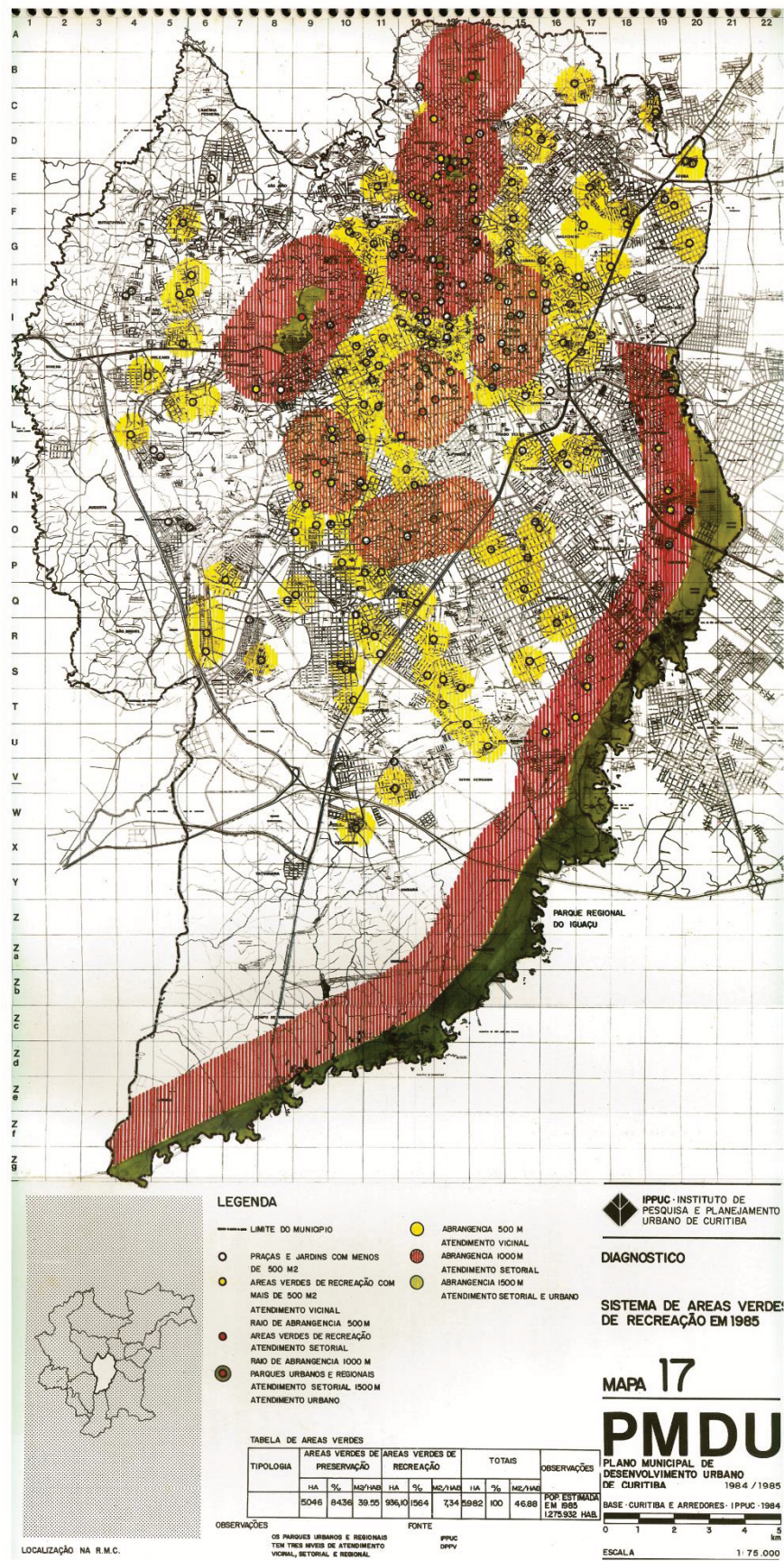
As duas primeiras gestões de Lerner foram decisivas na construção da imagem de Curitiba como “cidade modelo” e “capital ecológica”, imagens que são fruto do processo de *citymarketing* (OLIVEIRA, 2000; FROES, 2018).

Desde a década de 1970, Curitiba é percebida como a “melhor e mais inovadora cidade do país”, paradigma de cidade humanista, bem-sucedida e eficientemente planejada, recebendo a alcunha de Cidade de Primeiro Mundo, Cidade Modelo, Capital Ecológica, dentre outros. Tais imagens da cidade são fruto de um processo de *citymarketing* promovido pela administração municipal, com forte associação a representações de “inovação”, “modernidade”, “eficiência” e “preocupação com o meio ambiente”. No entanto, as características da urbanização curitibana demonstram aspectos contraditórios a essas concepções imagéticas da cidade, revelando, dentre outros aspectos, a poluição do ar, a degradação dos cursos hídricos, a exclusão social e a concentração dos privilégios sociais numa determinada parcela da população. (FROES, 2018, p. 47)

Nas gestões dos prefeitos Maurício Fruet (1983-1985) e Roberto Requião (1986-1988), o IPPUC elaborou em 1985/1988 o Plano Municipal de Desenvolvimento Urbano – PMDU, que a partir de um diagnóstico socioeconômico e físico-territorial propôs diretrizes gerais para o ordenamento do território e a criação de uma estrutura urbana policêntrica.

Em relação às praças, o diagnóstico do plano as apresenta na seção de meio ambiente como componente do sistema de áreas verdes de recreação, que abrange desde os parques existentes até os centros esportivos. Foram mapeados os parques, praças, largos, eixos de animação e jardins ambientais com áreas de abrangência de acordo com o nível de atendimento de cada elemento (Figura 9), sendo: vicinal, com raio de 500 metros; setorial, de 1.000 metros; e setorial e urbano, de 1.500 metros. Desta análise, concluiu-se que existia um déficit de áreas verdes de recreação em Curitiba e que sua distribuição espacial era inadequada (IPPUC, 1985).

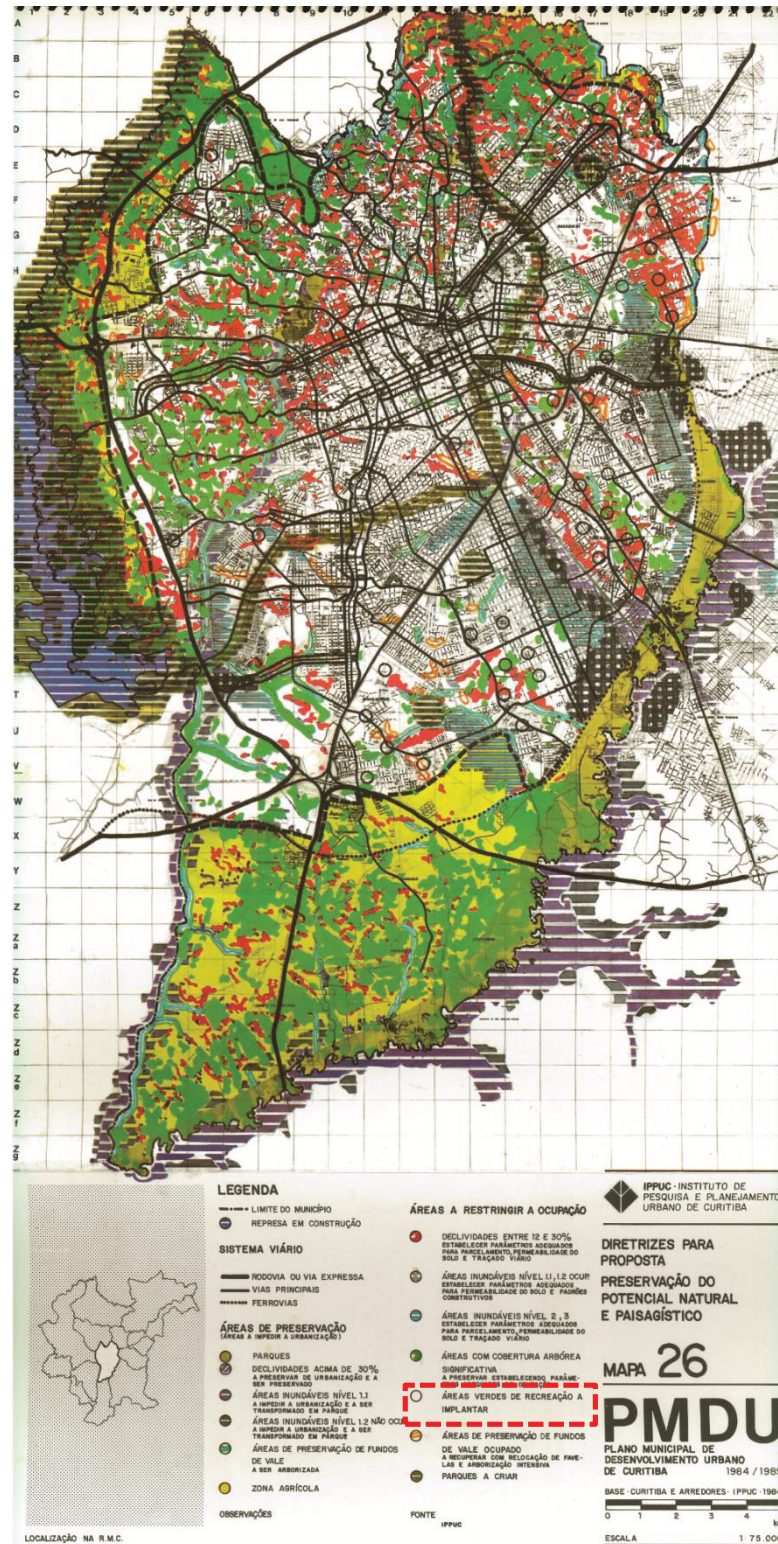
FIGURA 9: DIAGNÓSTICO DO SISTEMA DE ÁREAS VERDES DE RECREAÇÃO EM 1985



Fonte: IPPUC, 1985

Assim, a partir da análise dos dados ambientais, foram definidas e mapeadas as diretrizes urbanísticas relativas a preservação do potencial natural e paisagístico de Curitiba (Figura 10).

FIGURA 10: DIRETRIZES AMBIENTAIS - PMDU



Fonte: IPPUC, 1985. Destaque para a legenda: “áreas verdes de recreação a implantar”.

Em relação às diretrizes apontadas para as áreas verdes, o PMDU definiu a:

Criação de um sistema de áreas verdes e espaços abertos que garanta os padrões mínimos de acessibilidade, de equipamentos e de quantidade dessas áreas por habitante, distribuídas equitativamente por toda a malha urbana, garantindo um equilíbrio entre espaços livres e espaços construídos. A criação desse sistema implica nas seguintes medidas: (...)
 iii) criação de parques e áreas verdes públicas e privadas nas faixas de preservação de fundo de vale com largura superior a 20 metros e ainda não comprometidas com a urbanização; (...)
 v) implantação de parques e praças nos bairros áridos desprovidos de áreas verdes para recreação (IPPUC, 1985).

A análise realizada no PMDU mostra uma preocupação em relação a desigualdade de acesso aos espaços públicos, devido a carência desses espaços nas áreas periféricas, tema que vai de encontro com a proposta desta pesquisa. No entanto, o plano de 1985 não se transformou em legislação urbanística, e com a eleição de Jaime Lerner em 1989, a maioria das propostas não saiu do papel.

Já o Plano Diretor vigente (Lei nº 14.771/2015), aborda em seu capítulo IV a política municipal do uso do espaço público, que tem como objetivos o fortalecimento do conceito de espaço público como área de fruição coletiva, a ampliação, preservação e diversificação desses espaços e de seus usos, e ainda, aponta a necessidade de “distribuir equitativamente em todo o município espaços de lazer, mobiliário urbano e equipamentos de infraestrutura de serviços públicos” (CURITIBA, 2015). Em que pese, as definições do Plano Diretor ainda não resultaram em medidas e ações efetivas para o atendimento das diretrizes previstas.

3.2.4 Tipologias

Esta seção da pesquisa, tem o intuito de esboçar os diferentes tipos de praça, destacando a sua identidade, estrutura e significação no espaço urbano. O estudo não se restringe às classificações, mas contribui para entender a relevância desses espaços e dar base para a primeira etapa de análise das praças. Diversos autores se dedicaram ao estudo dos tipos, em diferentes momentos históricos, portanto optou-se por apresentar as classificações de Zucker, Gehl e Gemzoe, Matas Colum *et al*, Angelis e Angelis Neto, que mais se aproximam aos espaços observados nas cidades contemporâneas.

Zucker (1959, *apud* KOSTOF, 1992; BARTALINI, 1990) distingue as praças em cinco categorias: (i) *praças fechadas*: cercadas por edificações, sendo

interrompidas somente pelas ruas que lhe dão acesso; (ii) *praças dominadas*: organizadas em função de um elemento ou um edifício dominante, determinando as relações sociais devido à atração exercida por esse elemento (igreja, teatro, por exemplo); (iii) *praças nucleares*: espaços formados a partir da presença de um núcleo (monumento, fonte, entre outros), onde a unidade espacial do conjunto é garantida a partir dele; (iv) *praças agrupadas*: compostas pela combinação espacial de diversas praças, que apesar de cada uma ter sua individualidade, a percepção do conjunto é mantida; (v) *praças amorfas*: espaços onde a experiência espacial é difusa e a proporção entre a praça e os edifícios do entorno é inadequada. Apesar de serem consideradas praças para efeito de cadastramento de logradouros públicos, são destituídas de qualidades espaciais.

Para Gehl e Gemzoe (2002), as tipologias espaciais das praças podem ser divididas em: (i) *praça principal*, espaço central em uma cidade ou bairro; (ii) *praça recreativa*, que tem como função ser o local de encontro ou atividade de lazer; *passeio urbano*, aquele que oferece mobiliário urbano de descanso; (iii) *praça de tráfego*, cuja função principal é facilitar a circulação; e (iv) *praça monumental*, que possui importância simbólica no espaço urbano.

Matas Colom *et al* (1983, *apud* ANGELIS *et al*, 2004), em estudo desenvolvido sobre as praças de Santiago do Chile, classificou as praças em quatro categorias: (i) *praça de significação simbólica*, é um marco urbano relacionado à memória; (ii) *praça de significação visual*, está relacionada a um monumento ou edificação que a define; (iii) *praça recreativa*, destinada às atividades de entretenimento, passeio ou encontro; (iv) *praça de circulação*, aquela que se transformou em lugar de passagem de veículos e/ou pedestres.

Angelis e Angelis Neto (2000), ao estudar as praças da cidade de Maringá-PR, e com base nos autores aqui citados, definiu quatro grupos a partir da identificação do uso e localização, sendo: (i) *praça de igreja*, caracterizada pela presença do templo religioso em sua área; (ii) *praça de descanso e/ou recreação*, marcada pela existência de estruturas compatíveis com a função de lazer ativo/passivo, como cancha esportiva, parque infantil, estrutura para terceira idade, equipamentos para prática de exercícios físicos, etc., e geralmente estão localizadas em bairros residenciais; (iii) *praça de circulação*, onde o uso mais importante é a circulação de veículos, o que não significa que estejam desprovidas de qualquer outra estrutura; (iv) *praça de significação visual*, aquelas que contêm em suas áreas

edificações que se destacam por sua arquitetura, ou por edifícios públicos referenciais na cidade.

As tipologias aqui apresentadas, em sua maioria, estão presentes no território de Curitiba, o que demonstra o caráter multifuncional desses espaços nas cidades contemporâneas, e contribuem para o estabelecimento dos critérios adotados na estruturação metodológica deste trabalho.

4 ESTRUTURAÇÃO METODOLÓGICA

Com o intuito de responder às questões iniciais colocadas para esta pesquisa, este capítulo apresenta as escolhas metodológicas adotadas para verificação quantitativa e distributiva das praças de Curitiba. Para tanto, o capítulo está dividido em duas partes: análise quantitativa e análise espacial.

A seção 4.1, que trata da análise quantitativa, apresenta inicialmente os fatores para avaliação de espaços públicos de forma contribuir para uma seleção das praças analisadas na segunda etapa da pesquisa, considerando que alguns logradouros públicos são cadastrados com praças, mas não apresentam indícios de usos. Na sequência serão apresentados os métodos para levantamentos dos dados e para a seleção das praças.

A seção 4.2, apresenta os métodos adotados para a análise espacial da acessibilidade às praças, a partir da definição de uma distância de caminhada. Assim, serão apresentados inicialmente os critérios para determinação das distâncias adequadas, e subsequentemente as técnicas adotadas para a análise e para definição da estimativa da população atendida.

4.1 ANÁLISE QUANTITATIVA

4.1.1 Avaliação de espaços públicos

O espaço construído não é um tipo de cenário neutro para a expansão das relações sociais. A qualidade do espaço construído inevitavelmente influencia a qualidade das interações sociais que lá acontecem. Os espaços materiais que constituem o cenário para a vida pública influenciam os tipos de relações sociais possíveis neles (CALDEIRA, 2000).

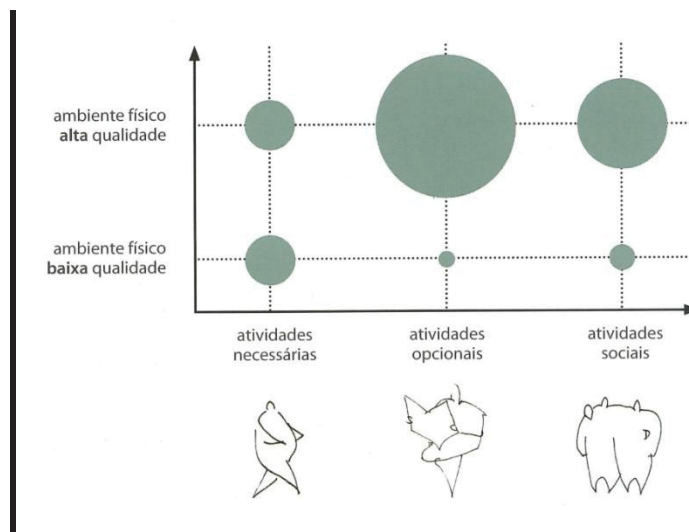
Com base no referencial teórico apresentado, entende-se que existência da vida pública é fundamental para o desenvolvimento e permanência das praças no espaço urbano. Neste contexto, serão apresentados os principais autores que abordam os elementos e os critérios para qualificar o espaço público, em seus aspectos simbólicos e físicos, a partir das atividades que esse espaço possibilita.

O arquiteto dinamarquês Jan Gehl, aborda em suas obras a questão da apropriação do espaço público e da diversidade social, destacando a importância da escala humana na configuração desses locais. O trabalho do autor é baseado na

observação das atividades de passagem e permanência das pessoas nos espaços públicos a partir de técnicas metodológicas específicas.

As práticas sociais estão distribuídas por toda a cidade, e uma parte delas ocorre no espaço público e nas atividades que este possibilita. Gehl (2006) classifica as atividades em necessárias, opcionais e sociais, com base na possibilidade de escolha das pessoas, e esclarece que um espaço público de qualidade é aquele que favorece todas elas (Figura 11). As atividades necessárias são as obrigatórias, as que fazem parte da sua rotina diária, como ir trabalhar e esperar o transporte público, mesmo que o espaço público não lhes ofereça o suporte adequado. As atividades opcionais são as que as pessoas escolhem realizar, como sentar e apreciar a paisagem ou realizar alguma atividade recreativa. Em geral, estas ocorrem quando o espaço possui algum atrativo. As atividades sociais são aquelas vinculadas a interações entre as pessoas. Vale ressaltar que a qualidade do espaço físico está vinculada ao tipo de experiência, prazerosa ou não, que o cidadão terá ao realizá-las (GEHL, 2013).

FIGURA 11: TIPOS DE ATIVIDADES X QUALIDADE DO AMBIENTE FÍSICO



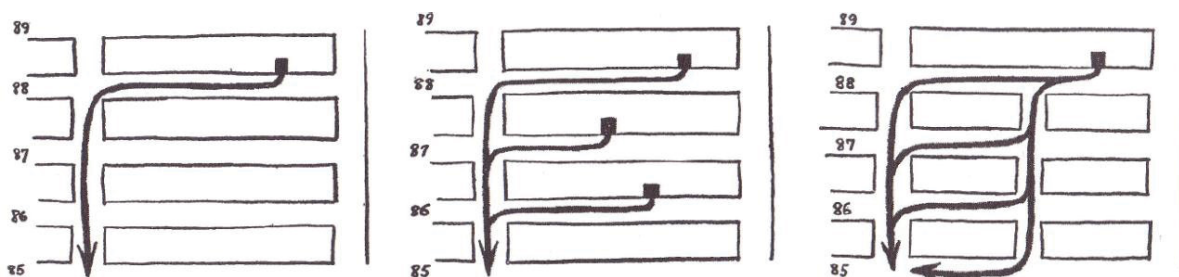
Fonte: GEHL, 2013

Para Gehl (2013), alguns dos fatores mais importantes para o uso dos espaços públicos são: o microclima do local, sua localização, estar com as costas protegidas (proteção), ter boa visibilidade, ter baixo nível de ruído, não ter poluição e apresentar uma paisagem urbana de qualidade. O autor também ressalta que a vida acontece quando se está a pé, e por isso toda sua atenção é voltada ao pedestre, seus locais de trajeto e permanência, abordando os critérios de qualidade com

respeito à paisagem do pedestre no espaço urbano, sendo: *proteção*, contra tráfego e acidentes, crimes e violência e experiências sensoriais desconfortáveis; *conforto*, como oportunidades para caminhar, permanecer em pé, sentar-se, ver, ouvir, conversar, brincar e praticar atividades físicas; e *prazer*, como oportunidades de aproveitar o clima e escala humana (GEHL, 2013). Assim, o planejamento das cidades deve ter como princípio conhecer o ser humano, seus sentidos e velocidades de deslocamento, para definição de distâncias favoráveis para que percorramos a cidade a pé.

Jacobs (2000) evidencia em seu trabalho que a presença de pessoas e a diversidade de usos de um espaço público atraem a vida urbana, necessidade fundamental para o desempenho social e econômico das cidades. A autora alia a segurança no espaço público à presença de pessoas nas ruas, e defende que para obtê-la é necessário haver a nítida separação entre o público e o privado; portas e janelas voltadas para o espaço da rua – denominados “olhos para a rua”; e, que na calçada deve ter usuários transitando ininterruptamente, o que ocorre quando estabelecimentos e espaços públicos apresentam movimento em várias horas do dia. Em relação à diversidade urbana, Jacobs aponta para a necessidade de usos combinados; de quadras curtas que favoreçam a acessibilidade aos locais ampliando as alternativas de trajeto (Figura 12); de prédios antigos, ou seja, da diversidade de atividade; e por fim, a necessidade de alta concentração de pessoas.

FIGURA 12: NECESSIDADE DE QUADRAS CURTAS



Fonte: JACOBS, 2000

A autora ainda afirma que a população mais rica tem muito mais opções de satisfazer as necessidades de lazer e sociabilização do que os mais pobres, “que dependem mais da vida nas ruas” (JACOBS, 2000, p.76). No entanto, ao concentrar seus estudos nas ruas, a autora coloca em menor nível de importância as praças e parques. No entanto, concorda-se aqui com a avaliação de Tenório (2012, p.64),

“Jacobs não poderia diminuir o papel dos parques e praças na urbanidade, já que são indubitavelmente locais de práticas variadas que jamais teriam lugar nas ruas”.

Outros autores que discutem elementos para a qualidade dos espaços são Kevin Lynch e Gordon Cullen. Kevin Lynch (1981) aborda cinco dimensões para construir bons espaços: presença, uso e ação, apropriação, modificação e disposição. A presença está relacionada ao direito de acesso a um lugar. O uso e ação estão relacionadas às habilidades de utilizar o espaço; e a apropriação, a possibilidade de “tomar posse” do lugar, simbolicamente ou não. Modificação é o direito de alteração e, disposição é a possibilidade de se desfazer do espaço. Em relação à praça, Lynch afirma que esta não é apenas um espaço físico aberto, mas um lugar de convívio social integrado ao tecido urbano, e contém elementos que atraem grupos de pessoas e facilitam encontros. Já para Cullen (1971), os principais motivos para apropriação dos espaços pelas pessoas são: o abrigo, a sombra, as conveniências e um ambiente agradável. Desse modo, a presença de mobiliário urbano, tipos de pavimento, desenhos no piso, pontos de iluminação, entre outros, aproximam o espaço das pessoas, favorecendo a ocupação.

Christopher Alexander *et al* (1977) apresentam em seu estudo 253 padrões que orientam desde o planejamento de cidades até a decoração de casas. Os autores apontam para a necessidade de atividades na cidade, a partir de uma boa distribuição de serviços, comércio, locais de trabalho e moradia. Em relação às praças, destacam a importância da densidade de pedestres nestes espaços, fazendo uma correlação entre as dimensões das praças e a presença pessoas, onde quanto maior for a relação área/pessoa, maiores as chances de o espaço ficar vazio. Quanto a acessibilidade às áreas verdes, o autor propõe que estas estejam localizadas a uma distância de menos de 3 minutos de caminhada de cada local de trabalho ou residência (ALEXANDER *et al*, 1977).

Carr *et al* (1995) ao avaliar as qualidades físicas dos espaços públicos, definem três dimensões de análise: as necessidades, os direitos e os significados. Em relação às necessidades humanas, os autores apontam para cinco razões para utilização dos espaços públicos: conforto, descanso, atividades passivas e ativas, e a descoberta. Ao discutir o uso do espaço público a partir do viés da liberdade de uso, Carr *et al* (1995), define que o direito no espaço público passa pelas seguintes dimensões: acesso (físico, visual e social), presença, uso e ação, apropriação, modificação e disposição.

William Whyte (2009) apresenta os estudos realizados nos espaços públicos de Manhattan para compreender o sucesso de alguns espaços em detrimento de outros, em relação a vida pública. A partir de uma pesquisa cautelosa e bem embasada metodologicamente, com o uso de técnicas diversas, como filmagens, medições e entrevistas, o autor identifica padrões de comportamento das pessoas nos espaços públicos. Dentre outras questões, o autor menciona a importância das ruas como conectoras das praças e parques da cidade. Whyte (2009) advoga pelos espaços pequenos como apoio à vida pública da cidade, sem diminuir a importância de grandes espaços na cidade, pois há atividades que só um grande espaço pode acolher.

Whyte, em conjunto com outros pesquisadores, fundou a organização sem fins lucrativos *Project of Public Spaces* (PPS), que lida com planejamento, projeto e pesquisa vinculados aos espaços públicos, com ênfase no campo do ambiente e do comportamento (TENÓRIO, 2012). A PPS tem entre seus princípios o estudo do lugar de intervenção, a partir de levantamentos em campo, entrevistas e observação do comportamento, com o intuito de criar e sustentar espaços públicos que fortaleçam as comunidades.

Nos artigos publicados pela PPS, são citados quatro atributos principais para a avaliação do espaço público: os usos e atividades, o conforto do espaço físico e imagem, a facilidade de acessos e conexões, e a sociabilidade, representados no centro do diagrama ilustrado na Figura 13 (PPS, 2008). Para ser considerado ótimo, o espaço público lugar deve possuir as características que estão no anel intermediário (aspectos intangíveis), que podem ser corroboradas pelo círculo mais externo (medições). Os aspectos intangíveis e de medições são, portanto, itens de verificação do sucesso de um lugar (PPS, 2008).

Quanto aos atributos principais de avaliação, os usos e atividades podem estar relacionados aos elementos constituintes do lugar – parquinhos infantis, quadras esportivas, aos usos do entorno e eventos programados, como feiras. O conforto e imagem estão relacionados ao microclima, aos espaços adequados para permanência, lugares para sentar e boa manutenção. Em relação aos acessos e conexões, de acordo com a PPS, os espaços públicos devem ser facilmente acessíveis a pé e localizados em ruas iluminadas e de tráfego mais lento (PPS, 2005).

As sugestões encontradas na literatura para o favorecimento da vida pública e consequente qualidade dos espaços públicos estão sintetizadas no Quadro 1.

Frente ao exposto nesta seção do trabalho, pode-se considerar que as características físicas e ambientais dos espaços públicos, como acessibilidade, conforto, segurança, diversidade de usos, etc., tem papel importante no desempenho do sistema de objetos, favorecendo ou inibindo a realização de ações da esfera pública em geral. A discussão do tema da qualidade do espaço público, aponta para a relação entre a disponibilidade de condições mínimas de uso, para a apropriação desses espaços. A partir deste viés, a pesquisa adentra para a análise das praças Curitiba.

4.1.2 Verificação quantitativa das praças de Curitiba

Neste trabalho, serão analisadas as praças de Curitiba em todo o território da cidade, pois entende-se que concentrar a pesquisa sobre desigualdade em um único recorte territorial significa limitar a compreensão deste fenômeno socioespacial.

Em Curitiba, o Decreto n° 427/83 define os critérios para denominação de áreas públicas ajardinadas e mantidas pela Prefeitura Municipal, com base em uma diferenciação entre praças, jardins, largos, ruas de pedestre e eixos de animação, que se restringe a uma definição simplificada das tipologias. Os parâmetros para a denominação dos espaços foram os seguintes:

- Jardinetes: áreas com até 2.500 m²;
- Praças: áreas com mais de 2.500 m²;
- Ruas de pedestres: ruas fechadas para uso exclusivo de pedestres, podendo ter acesso mínimo para carros de moradores locais ou comerciantes;
- Eixos de animação: áreas remanescentes ao longo de uma rua, fundo de vale ou refúgios centrais com grandes larguras, que permitam a implantação de áreas de lazer, paisagismo ou esporte, que abranjam mais de uma quadra;
- Largos: áreas remanescentes de loteamentos e lindeiras a um cruzamento de várias ruas, formando um conjunto de vários jardins frente a uma área central formada por um cruzamento. (CURITIBA, 1983)

Nesta pesquisa, todos os elementos apontados pelo decreto foram considerados na análise, por possuírem características semelhantes ao uso das

praças. Cabe mencionar que foi observado que os espaços públicos cadastrados pelo órgão municipal não seguem os critérios de tipologia e áreas determinados pela lei, como por exemplo, existem praças que possuem áreas menores que 2.500 m², jardins maiores de 2.500 m², e até mesmo, áreas cadastradas com termos não definidos na lei, como núcleos e jardins ambientais.

Para a construção da base de dados necessária para a análise a que se propõe este trabalho, foram coletadas as informações do cadastro de praças na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e da base digital georreferenciada no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. Os dados coletados nos dois órgãos municipais, foram verificados e comparados para a correção de possíveis divergências entre os dois cadastros.

Tomando como referência a bibliografia estudada, entende-se que a praça, para cumprir sua função de espaço de convívio e manifestação da vida pública, deve apresentar elementos mínimos de atratividade que possibilitem o seu uso. Assim, para a análise proposta, foram adotados critérios para eliminação dos logradouros públicos oficialmente cadastrados, mas que não possuem a função de uma praça, às vezes por ser apenas um terreno vazio ou por ter sua função descaracterizada.

Vale destacar que a simples presença ou ausência de determinados elementos não garante o uso de um espaço público, no entanto, tem-se claro que as qualidades dos espaços públicos e os elementos que nele se apresentam podem dificultar ou facilitar seu uso e ocupação. Portanto, todas as praças foram analisadas visualmente, com auxílio da ferramenta *Google Street View* para verificação de indícios de uso desses espaços, a partir dos elementos presentes nesta, como bancos, jardins, equipamentos de esporte e recreação, por exemplo, considerando as diversas tipologias existentes.

A intenção da pesquisa é demonstrar a situação atual das praças de Curitiba, portanto, é importante ressaltar que existem áreas que foram eliminadas que são espaços potenciais para o planejamento de espaços públicos, como as praças que são terrenos vazios. A pesquisa foi dividida em dois cenários de análise, onde o primeiro cenário, elimina apenas as praças que não possuem nenhum elemento atrativo (Figura 14), em relação ao seu uso.

FIGURA 14: EXEMPLO DE PRAÇAS ELIMINADAS – CENÁRIO 1



Fonte: Google Maps, 2019. (a) Praça Vazia; (b) Praça Edificada; (c) Espaços Residuais; (d) Sistema Viário; (e) Praça Privatizada; (f) Cadastro equivocado.

As praças eliminadas foram divididas da seguinte forma:

- Praças vazias: terrenos vagos sem nenhum tipo estrutura ou equipamento;
- Cadastros equivocados: áreas verdes de preservação ambiental, remanescentes vegetais, bosque ou espaços que foram incorporados a área de um parque urbano;

- Espaços residuais: espaços públicos que correspondem a remanescentes de loteamentos, como áreas em final de rua ou sobras de subdivisão de quadras, são frequentemente cantos triangulares de quadras, onde não há possibilidade de uso adequado, por suas dimensões e características físicas;
- Sistema viário: espaços como canteiros em vias públicas, áreas de estacionamento ou praças que foram totalmente ocupadas por equipamentos de transporte público, como estações tubo;
- Praças edificadas: espaços públicos que foram totalmente ocupados pela construção de equipamentos públicos; vale ressaltar que não foram eliminadas as praças que tiveram apenas parte de seu espaço ocupadas e que a sobra de área manteve características de praça;
- Praça privatizada: espaços públicos totalmente cercados, localizados no interior de condomínios fechados irregulares.

Considerando a importância da diversidade de usos para criação de espaços inclusivos e que atendem aos diversos grupos sociais e faixas etárias, o segundo cenário, mais restritivo, elimina também as praças com uso limitado e não diversificado, ou seja, que possuem apenas um equipamento instalado, como um banco, uma banca de revistas, um campo de futebol ou quadra esportiva. Em resumo, no cenário 1 foram eliminados os espaços que não são praças e, no cenário 2, as praças que não possuem diversidade de usos, restringindo o público.

A análise das praças foi realizada no ano de 2018, em imagens aéreas datadas deste ano, e imagens no nível da rua que variam entre os anos de 2014 a 2018. Os dados do cadastro e da análise visual foram tabelados no *software Microsoft Excel*, conforme o ilustrado na Tabela 1. Os resultados encontrados serão apresentados no capítulo 5 na forma de gráficos e mapas.

TABELA 1: LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DAS PRAÇAS

CAMPO DA TABELA	DADO LEVANTADO (SMMA, IPPUC, ANÁLISE VISUAL)
CÓDIGO	Identificação do código de cadastramento da SMMA
TIPO	Tipologia de praça - Definições do Decreto nº 427/1983
NOME	Nome da praça
ENDEREÇO / REGIONAL	Localização
ÁREA	Área da praça
EQUIPAMENTOS	Levantamento dos equipamentos existentes: quadras esportivas, parquinho infantil, aparelhos de ginástica, bancas de revistas, entre outros
EDIFICAÇÕES CONSTRUÍDAS	Possui edificação dentro dos limites da praça? (Sim ou não) Se sim, identifica se existe área restante para o uso de praça
ESPAÇOS PARA SENTAR	Possui bancos? (Sim ou não)
DATA	Data da imagem do <i>Google Street View</i>
ELIMINADA	Sim ou Não. Se sim, identifica o cenário (1 ou 2)
MOTIVO ELIMINAÇÃO	Motivo para eliminação da praça

Fonte: A autora, 2019.

4.2 ANÁLISE ESPACIAL

4.2.1 Distância caminhável

Equipamentos e serviços urbanos serão mais acessíveis se estiverem próximos às áreas residenciais, estando a acessibilidade potencializada também pela utilização de modos de transporte não motorizado, incluindo o andar. Destarte, o andar consiste no mais simples e barato meio de transporte humano e representa também uma das formas mais peculiares de vivenciar uma cidade (CARDOSO, 2010, p. 314-315)

Há um consenso entre os autores, que o espaço público da praça, para cumprir sua função de espaço democrático, deve ser acessível a todos, e que o ideal é que ele esteja a uma distância aceitável de caminhada das residências. Com o intuito de realizar a análise espacial da abrangência da praça na cidade de Curitiba, o primeiro passo foi buscar na literatura estudos sobre a cobertura¹ desses espaços públicos no ambiente urbano, para definição da distância mais adequada para o ensaio proposto. Isso não significa que a distância seja um parâmetro rígido para o

¹ O termo cobertura, nesta pesquisa, refere-se à possibilidade espacial de acesso a um determinado tipo de espaço público, estando diretamente relacionada à distância a ser percorrida.

uso do espaço público, no entanto, assumem aqui o sentido de que quanto mais próximo da residência maior será o potencial de utilização desse espaço.

No que diz respeito à disponibilidade de um espaço público em termos de distância é possível notar um descompasso entre os autores. A maioria dos estudos realizados a partir de metodologias embasadas, estão presentes na literatura internacional, portanto será necessário fazer uma aproximação de alguns termos, que se assemelham ao conceito de praça definido neste trabalho, sendo eles: *pocket park* e *neighborhood park*.

De acordo com Carr *et al* (1995) um *pocket park* consiste em um pequeno parque urbano cercado por edifícios, podendo conter um chafariz ou espelho d'água. Já um *neighborhood park* corresponde a um espaço livre localizado em áreas residenciais, sendo promovidos pelo poder público, podendo incluir parquinhos, equipamentos esportivos ou outras estruturas. E um *large park* consiste em um espaço livre desenvolvido e mantido pelo poder público, inserido no planejamento urbano, com nível de relevância municipal, frequentemente situado próximo à região central e com área maior que um *neighborhood park*.

Marcus e Francis (1998), apresentam as seguintes definições: *neighborhood park* (parques de vizinhança ou de bairro): paisagem com áreas verdes (gramados e árvores), geralmente localizadas em áreas residenciais. São equipadas para promover uma variedade de usos ativos (esportes, jogos e caminhadas) e passivos (áreas para sentar e para descanso); e, *pocket park* (parque pequeno): parque de pequenas dimensões, de uso local, principalmente de crianças e adolescentes.

A classificação dos espaços públicos, de acordo com Talavera (2012), é baseada na variável extensão, e de acordo com a distância máxima de influência para cada um dos tipos estabelecidos, os mapas de análise de cobertura podem ser representados. O autor utiliza em sua análise de acessibilidade de pedestres aos espaços públicos, a classificação proposta por Ballester-Olmos and Morata (2001 *apud* TALAVERA, 2012), conforme apresentado na Tabela 2.

TABELA 2: TIPOS DE ESPAÇOS PÚBLICOS EM PAÍSES EUROPEUS

TIPOLOGIA	ÁREA MÍNIMA	DISTÂNCIA MÁXIMA
Praça de Bairro	0,5 ha / 5.000 m ²	250 m
Parque de Distrito	5 ha / 50.000 m ²	1.000 m
Parque Municipal	10 ha / 100.000 m ²	2.000 m

Fonte: Adaptado de TALAVERA, 2012

A organização *New Yorkers for Parks (NY4P)*, um grupo independente de pesquisa que defende parques e espaços públicos de qualidade para a população, com o intuito de incentivar um planejamento participativo e equitativo dos espaços livres desenvolveu o “*Open Space Index*” – Índice de Espaços Livres, que é um índice que abrange um conjunto de metas para acesso e sustentabilidade dos espaços livres dos bairros da cidade de Nova York (NY4P, 2010).

Para o grupo de pesquisadores da NY4P, a cidade deve se certificar de que todos os bairros tenham oportunidades recreativas e espaços livres públicos apropriados para as necessidades da população. Para alcançar esse objetivo, foi elaborado um método de avaliação que identifica lacunas no sistema de espaços livres e dá suporte para um plano de longo prazo, para promover espaços públicos de qualidade (NY4P, 2010). O índice possui quatro categorias principais: espaço livre ativo e passivo, acessibilidade e distância, sustentabilidade ambiental e manutenção. Com o foco nesta pesquisa, serão apresentados os parâmetros relativos às categorias espaço livre ativo e passivo e, acessibilidade e distância, definidas como:

- Espaço livre ativo: espaços que oferecem uma variedade de oportunidades recreativas, como parquinhos infantis, campos, quadras esportivas e centros de recreação que oferecem atividades atléticas e educacionais. São categorizados os seguintes elementos: parquinhos infantis, campos esportivos, quadras e centros de recreação;
- Espaço livre passivo: espaços que oferecem oportunidades para relaxar, passear e socializar, como gramados, esplanadas e áreas naturais;
- Acessibilidade e distância: Em áreas urbanas densamente populosas, a distribuição e acessibilidade do espaço livre é extremamente importante, portanto devem estar localizados a uma curta distância das residências. Para a definição da distância a pé, os espaços livres foram divididos em três tipologias, com base sua na área: *pocket park*, *neighborhood park* e *large parks* (NY4P,2010).

A Tabela 3 apresenta os padrões definidos para cada tipologia e a distância máxima a pé a ser percorrida para acessar esses espaços. Para definição dos padrões do índice, na categoria acessibilidade e distância, foram consideradas as diretrizes da “*National Recreation & Parks Association - Accessibility Guidelines*”, assim como os padrões estabelecidos em várias cidades, conforme Tabelas 4 e 5.

TABELA 3: ÍNDICE DE ESPAÇOS LIVRES

ELEMENTOS DOS ESPAÇOS LIVRES	PADRÕES DE VIZINHANÇA DA NY4P
Espaços livres ativos e passivos	
Espaços livres ativos	1 acre (4.047 m ²) / 1.000 residentes
Parquinhos infantis	1 parquinho / 1.250 crianças
Campos esportivos	1,5 campos / 10.000 residentes
Quadras esportivas	5 quadras / 10.000 residentes
Centros de recreação	1 centro de recreação / 20.000 residentes
Espaços livres passivos	1,5 (6.070 m ²) acres / 1.000 residentes
Jardins comunitários	1 jardim comunitário / 10.000 residentes
Área total de espaços livres	2,5 acres (10.117 m ²) / 1.000 residentes
Acessibilidade e distância	
Distância caminhável até um <i>pocket park</i> (menor que 1 acre / 4.047 m ²)	100% dos residentes ao alcance de 5 minutos de caminhada (1/4 de milha / 400 metros)
Distância caminhável até um <i>neighborhood park</i> (de 1 a 20 acres / 4.047 a 80.937 m ²)	100% dos residentes ao alcance de 5 minutos de caminhada (1/4 de milha / 400 metros)
Distância caminhável até um <i>large park</i> (maior que 20 acres / 80.937 m ²)	100% dos residentes ao alcance de 10 minutos de caminhada (1/2 milha / 800 metros)

Fonte: Adaptado de NY4P, 2010.

TABELA 4: NATIONAL RECREATION & PARKS ASSOCIATION – DIRETRIZES DE ACESSIBILIDADE

PARQUES POR ÁREA	DIRETRIZES DE ÁREA DE ABRANGÊNCIA
Distância caminhável até um parque com área menor que 1 acre (4.047 m ²)	1/4 de milha (400 metros)
Distância caminhável até um parque com área maior que 15 acres (60.703 m ²)	1/4 - 1/2 milha (400 – 800 metros)
Distância caminhável até um parque com área maior que 25 acres (101.171 m ²)	1 - 2 milhas (1.600 – 3.200 metros)

Fonte: Adaptado de NY4P, 2010.

TABELA 5: CIDADES – PADRÕES DE ACESSIBILIDADE

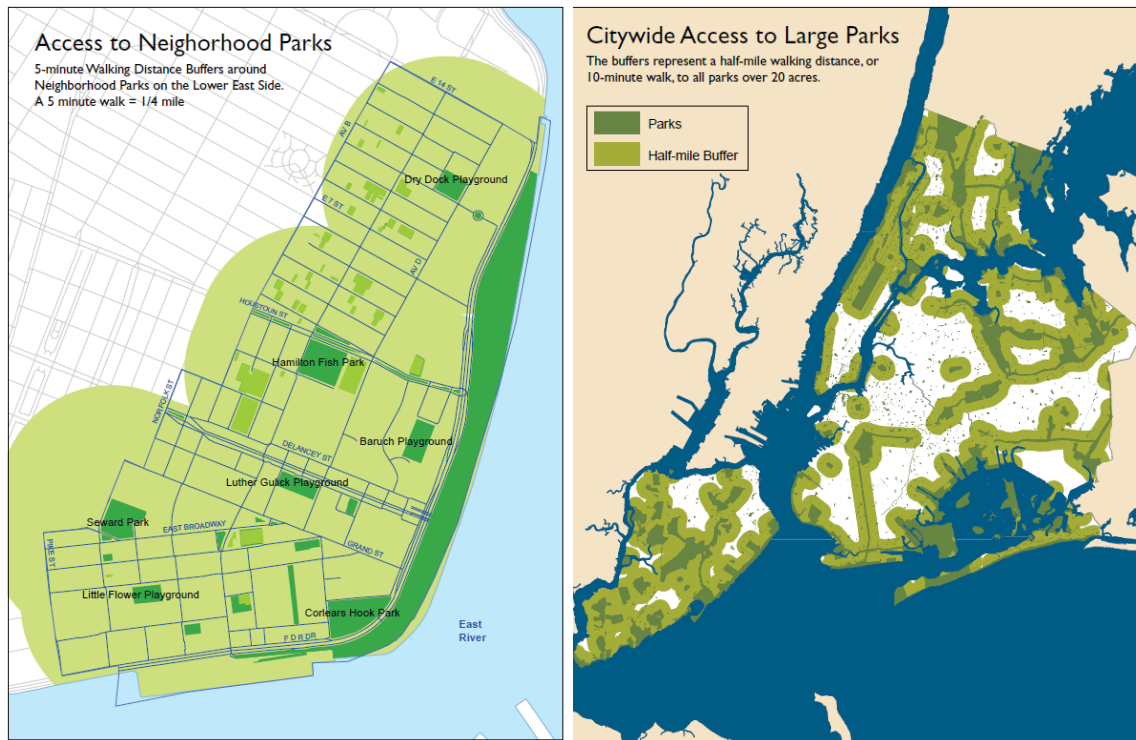
CIDADE	PADRÕES DE ACESSIBILIDADE
Ottawa	todos os residentes devem estar a 1/4 de milha (400 metros) de caminhada de uma área verde
Seattle	todos os residentes devem estar a 1/2 milha (800 metros) de um espaço livre utilizável
San Francisco ¹	todos os residentes devem estar a 1/2 milha (800 metros) de um parque e a 1/4 de milha (400 metros) de um parquinho

Fonte: Adaptado de NY4P, 2010.

¹ San Francisco Planning. Recreation & Open Space, 2014.

Para calcular as distâncias para acesso aos parques, o NY4P utiliza o software de mapeamento SIG, utilizando a ferramenta “buffer”¹ ao redor de cada elemento, conforme exemplo na Figura 15 (NY4P,2010).

FIGURA 15: ACESSIBILIDADE AOS PARQUES



Fonte: NY4P, 2010.

Com base neste índice, optou-se por adotar a distância de 400 metros ou 5 minutos de caminhada, para a análise da cobertura de praças em Curitiba.

4.2.2 Análise da cobertura de praças

Para análise da cobertura das praças, adotou-se um Sistema de Informações Geográficas (SIG), que é um conjunto de ferramentas utilizadas para apresentar e analisar dados espaciais, sendo aplicadas em sistemas que realizam o tratamento computacional de dados geográficos e alfanuméricos (BURROUGH; MCDONNELL, 1998). A análise espacial é composta por um conjunto de procedimentos encadeados

¹ *Buffer* é uma ferramenta que delimita uma área em torno de um determinado elemento do mapa, a partir de uma distância máxima especificada. É uma ferramenta muito utilizada para análises de proximidade.

cuja finalidade é a escolha de um modelo que considere os relacionamentos espaciais presentes no fenômeno em estudo.

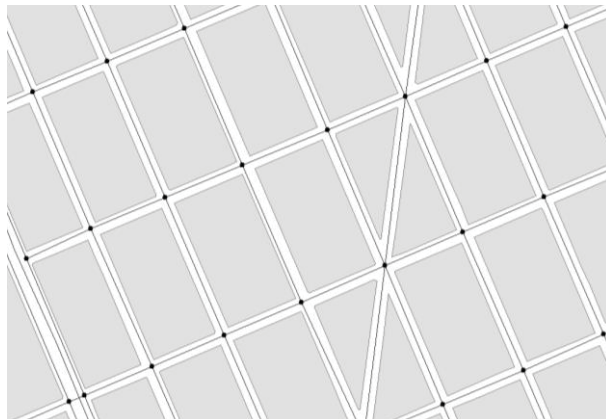
Para Maguire (2005), a base dos sistemas de *softwares* utilizada para modelagem de um SIG tem sido ampliada recentemente, apresentando uma gama cada vez mais sofisticada de opções de análise e modelagem espacial, que podem ser utilizadas para: processamento vetorial, com uso de ferramentas como *overlay*, *proximity*, *buffer*, *clip* e etc.; análise de mapas Raster, que incluem álgebra de mapas e interpolação de superfícies; análise, processamento e visualização de imagens; análises de redes (*Network Analysis*), que incluem localização, áreas de cobertura de um determinado serviço (*service areas*) e otimização de pesquisa operacional com base em matrizes de origem e destino; interação espacial e modelagem de localização; e análise geoestatística.

O objetivo das técnicas de Análise Espacial é descrever os padrões existentes nos dados espaciais e estabelecer, de forma quantitativa, os relacionamentos entre as diferentes variáveis geográficas, e dentre as diversas possibilidades de análise a partir de um SIG, optou-se pelo método *Network Analysis*, ou análise de redes. Este método permite delinear uma “área de serviço” que engloba todas as ruas acessíveis que podem ser alcançadas a partir de uma distância especificada, o que permite a geração de polígonos para demonstrar as áreas de cobertura dos espaços públicos. Esse processo de análise da configuração espacial pode auxiliar no planejamento urbano de espaços públicos (TALAVERA, 2012). Para Comber *et al* (2008), na implementação do estudo da cobertura e acesso a espaços urbanos, a análise de rede oferece o método mais adequado para a avaliação dos fenômenos espaciais, pois calcula a distância dos pontos de acesso do local revelando uma imagem mais realista e precisa do que outros métodos de análise.

As redes são um sistema de linhas interligadas, conectadas por nós, que correspondem a caminhos por onde se movimentam as pessoas, bens, serviços ou informação (ROSA, 2011). As linhas simples não carregam as informações espaciais inerentes a conectividade, essenciais para uma análise de redes, portanto, para que uma rede linear possa ser rastreada de uma linha para outra, é necessário adicionar indicadores topológicos à estrutura de dados (BURROUGH; MCDONNELL, 1998). A topologia pode ser definida pelas relações geométricas existentes entre as entidades espaciais (ROSA 2011), e para esta análise será utilizada a relação conectividade

entre linhas, a partir dos nós, que são os pontos de intersecção entre duas ou mais linhas (Figura 16).

FIGURA 16: CONEXÃO DA REDE DE VIAS POR NÓS



Fonte: A autora, 2019.

Para a compor a base de dados da área de estudo, foram coletados os seguintes mapas georreferenciados da cidade de Curitiba, disponibilizados pelo IPPUC, na projeção SAD69 UTM Zona 22 Sul: limites municipais e regionais, arruamento e eixos viários, hidrografia, ferrovias e parques urbanos; que em conjunto com os mapas dos cenários 1 e 2 das praças, irão compor a base vetorial do SIG. Para o processamento dos dados utilizou-se o *software* ArcGIS versão 10.5. De porte desses dados, a análise de redes dessa pesquisa envolveu as seguintes etapas descritas a seguir.

Etapa 1. Com auxílio do Setor de Geoprocessamento do IPPUC, foi elaborada uma rede conectada por nós com base na pesquisa Origem e Destino¹ (OD) de Curitiba. Optou-se por utilizar como base a pesquisa OD pois ela considera o sentido das vias conforme a circulação dos diferentes meios de deslocamento, e não apenas o eixo das vias, mapeando todas as “linhas de caminhada” possíveis. A diferença da rede baseada na matriz OD e dos eixos viários simples, pode ser observada na Figura 17.

¹ A pesquisa Origem e Destino (OD) tem o objetivo de identificar e quantificar os padrões de deslocamento e as demandas de transporte, abrangendo os 16 municípios que compõem o Núcleo Urbano Central (NUC) da Região Metropolitana de Curitiba e é composta principalmente por: entrevistas domiciliares; levantamento sobre características dos fluxos de viagens; pesquisa de velocidade média e de ocupação dos veículos; contagem de tráfego; origem e destino de cargas; demanda do transporte coletivo; e pesquisa de opinião. Disponível em: <https://ippuc.org.br>

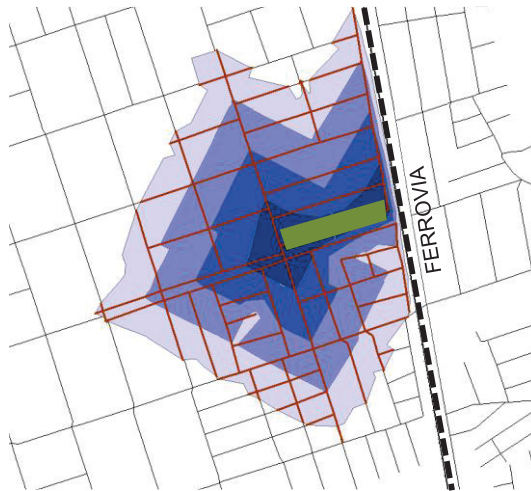
FIGURA 17: EIXO VIÁRIO X REDE PESQUISA ORIGEM-DESTINO



Fonte: *Google Earth*, 2019. A autora, 2019.

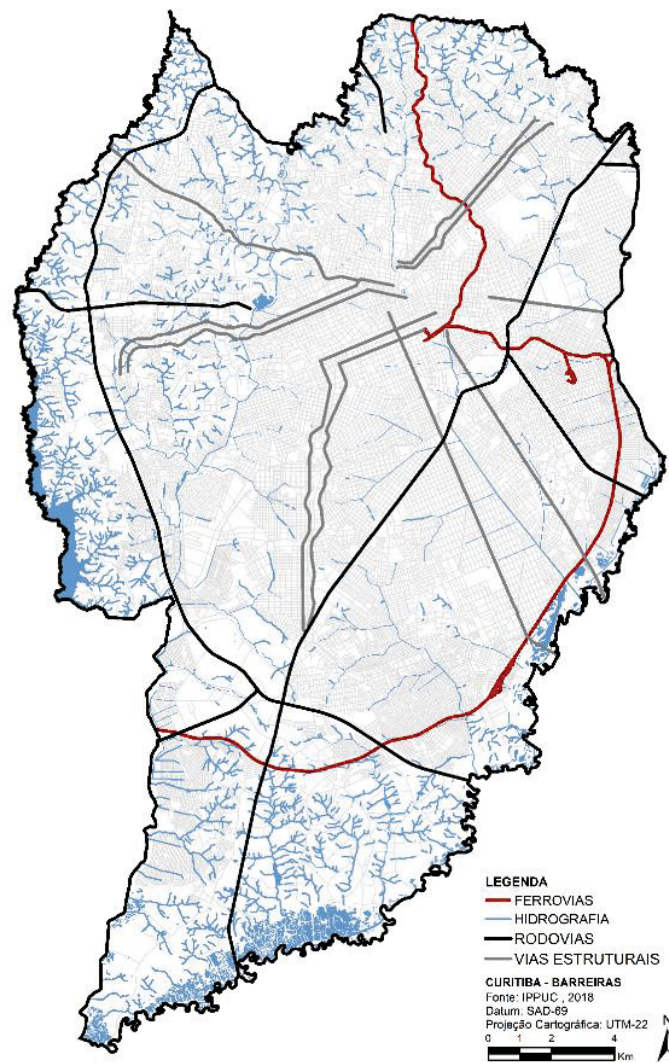
Além disso, esta rede considera as barreiras físicas existentes na malha urbana, por serem considerados obstáculos que dificultam o acesso. As barreiras físicas afetam severamente a acessibilidade, aumentando as distâncias a serem percorridas a pé, portanto sua inserção é importante pois a cobertura das praças só será considerada nos pontos onde as barreiras são transpostas (Figura 18). Para esta análise foram consideradas barreiras a linha férrea, as rodovias, a hidrografia e as vias estruturais de transporte (Figura 19). Ao levar em conta esses elementos, esta ferramenta ganha em qualidade no resultado, quando comparada aos métodos tradicionais de medição de acessibilidade por raios de abrangência, pois considera a acessibilidade real aos espaços. O polígono de cobertura é interrompido quando não há transposições possíveis nas barreiras.

FIGURA 18: TRANSPOSIÇÃO DAS BARREIRAS



Fonte: A autora, 2019.

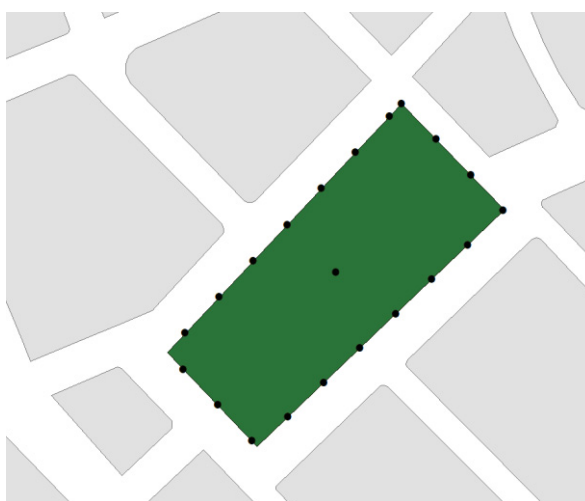
FIGURA 19: MAPA DAS BARREIRAS FÍSICAS



Fonte: IPPUC, 2018. Elaboração: A autora, 2019.

Etapa 2. Criação de uma malha de pontos a cada 25 metros¹ nas bordas dos polígonos das praças, que serão os pontos de entrada na rede para a origem do caminhamiento, e inserção de um ponto no centroide do polígono (Figura 20). O uso do centroide como local para as áreas de saída é utilizado nas análises SIG que relacionam polígonos (praças) a uma rede linear (malha viária) (COMBER *et al*, 2008). A partir desses pontos de saída serão definidas as irradiações máximas, ou seja, a distância percorrida nas linhas (vias) até os polígonos (praças).

FIGURA 20: PONTOS DE INSERÇÃO NA REDE



Fonte: A autora, 2019.

Etapa 3. Criação de uma *Network Service Area*, ferramenta de análise de redes do programa *ArcGis*, onde são inseridos no campo *Facilities*, os pontos gerados na etapa 2. Nesta etapa também são definidos os parâmetros da análise, sendo o principal definido na aba *Analysis Settings*. Neste campo foi inserida a distância caminhável de 400 metros (*Default Breaks*), sendo possível definir intervalos de distância para geração de diversos polígonos de cobertura de praças, a cada 100 metros por exemplo. Também foi definida a direção de caminhamiento (*Away from Facility* – de dentro para fora da praça), e foram eliminadas as restrições do sentido das vias (*Restrictions*), por neste estudo ser considerado apenas o deslocamento a pé (Figura 21). Com a definição das “linhas de caminhamiento”, serão gerados os polígonos de cobertura das praças (Figura 22), que irão permitir o cálculo da população atendida.

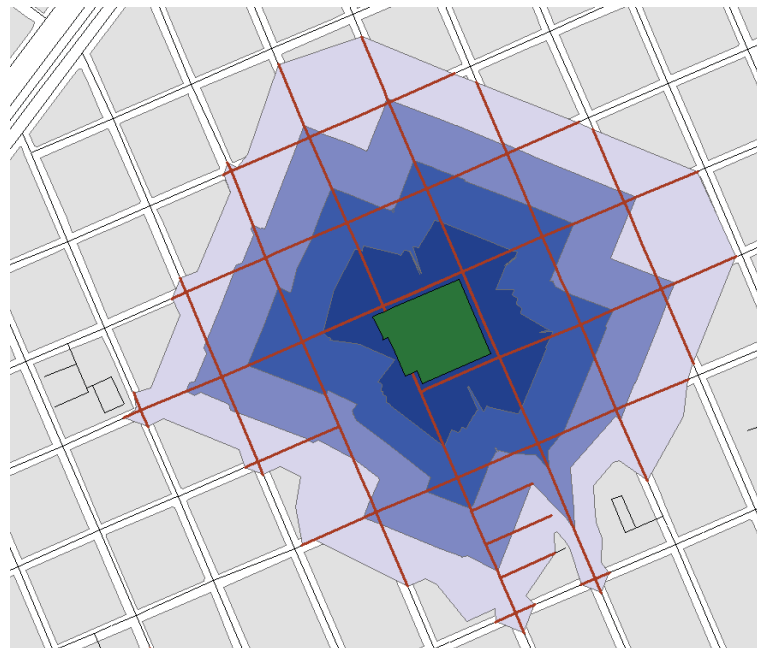
¹ Distância definida a partir de testes realizados no programa ArcGIS

FIGURA 21: PARÂMETROS DE ANÁLISE

Accumulation		Attribute Parameters		Network Locations	
General	Layers	Source	Analysis Settings	Polygon Generation	Line Generation
Settings Impedance: <input type="text" value="Length (Meters)"/>			Restrictions <input type="checkbox"/> Oneway		
Default Breaks: <input type="text" value="100; 200; 300; 400"/>					
<input type="checkbox"/> Use Time: Time of Day: <input type="text" value="08:00"/>					
<input checked="" type="radio"/> Day of Week: <input type="text" value="Today"/>					
<input type="radio"/> Specific Date: <input type="text" value="02/08/2019"/>					
Direction: <input checked="" type="radio"/> Away From Facility <input type="radio"/> Towards Facility					
U-Turns at Junctions: <input type="text" value="Allowed"/>					
<input type="checkbox"/> Use Hierarchy					
<input checked="" type="checkbox"/> Ignore Invalid Locations					

Fonte: A autora, 2019.

FIGURA 22: COBERTURA DAS PRAÇAS



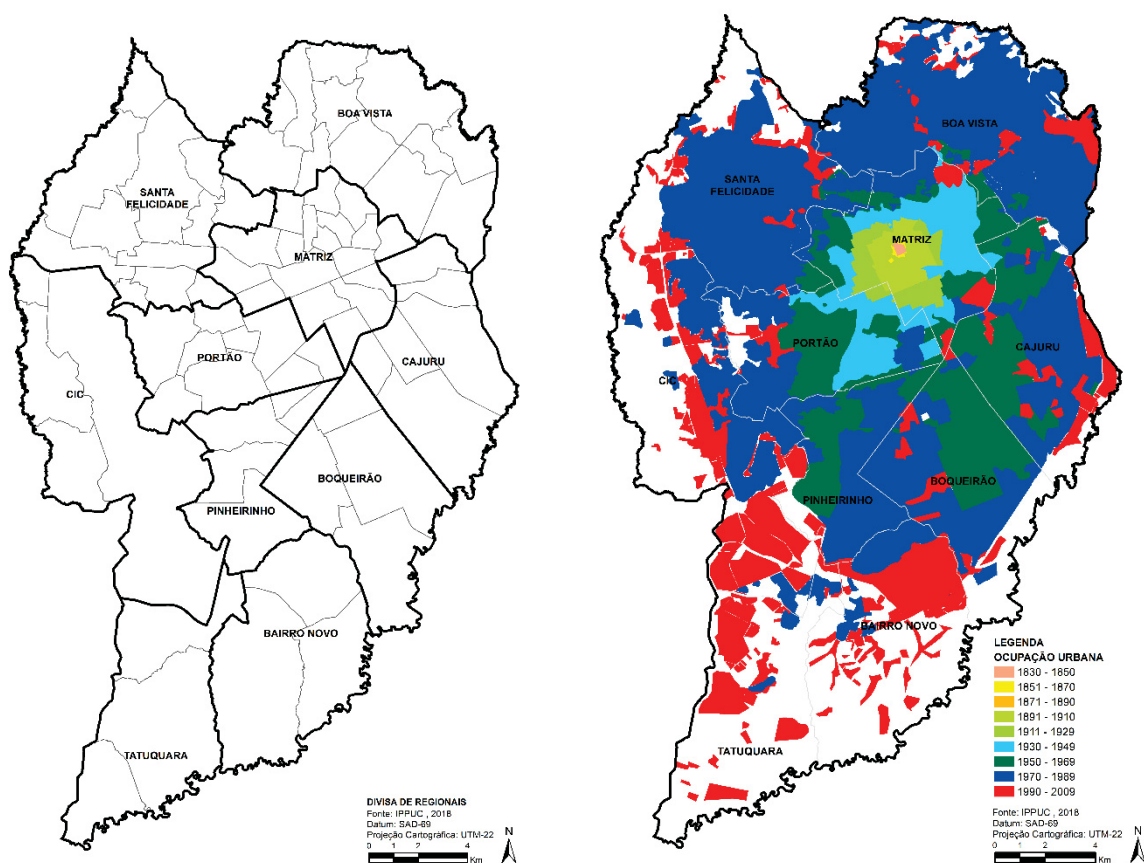
Fonte: A autora, 2019.

Os resultados da análise serão apresentados nas escalas municipal e regional, para melhor visualização do fenômeno, considerando que parte das políticas públicas e ações do governo municipal são discutidas com a comunidade no âmbito das administrações regionais. A divisão político-administrativa de Curitiba é definida a partir 10 regionais: Bairro Novo, Boa Vista, Boqueirão, Cajuru, CIC, Matriz, Pinheirinho, Portão, Santa Felicidade e Tatuquara (Figura 23). Em 2018, o Decreto nº 844 alterou os limites das regionais Portão, Santa Felicidade, Boa Vista e Cajuru

(CURITIBA, 2018b). Os dados de análise foram então revisados conforme a nova delimitação.

Para análise dos resultados serão levados em consideração o mapa da evolução da mancha urbana de Curitiba (Figura 23) e a lei de uso e ocupação do solo, a fim de evitar a interpretação equivocada de áreas de baixo atendimento por praças em áreas não urbanizadas ou de ocupação controlada definidas pela lei. As zonas de restrição legal à ocupação: Zona Residencial de Ocupação Controlada, as Áreas de Proteção Ambiental (APA) do Iguaçu e do Passaúna e a Zona de Contenção.

FIGURA 23: DIVISÃO ADMINISTRATIVA REGIONAL E EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO URBANA



Fonte: IPPUC, 2018.

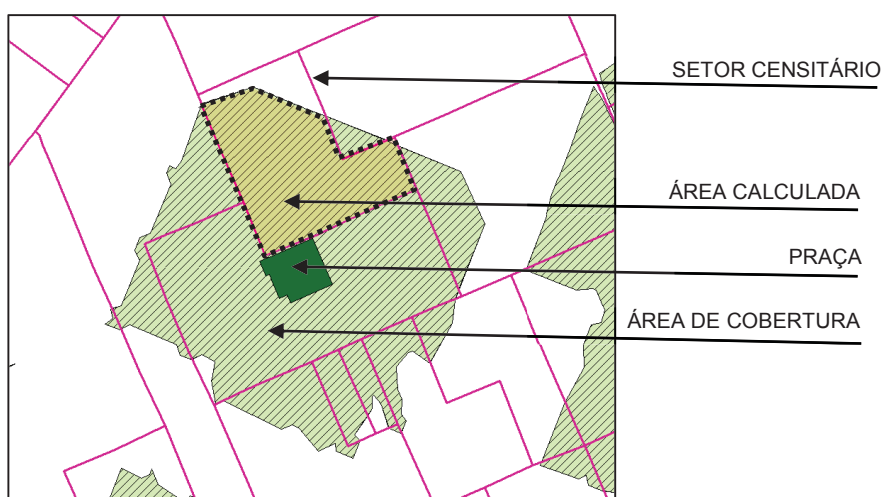
4.2.3 População Atendida e Renda Média

Para estimar a população atendida por praças, foi realizado o cruzamento dos dados do recorte espacial setor censitário do Censo 2010, disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, com as áreas dos polígonos de cobertura. Para o cálculo da população atendida, foram realizadas algumas

operações de geoprocessamento entre os polígonos de atendimento e os setores censitários.

Primeiramente foi utilizada a operação *dissolve* (agregação) do ArcGIS com os polígonos de cobertura de praças. Esse processo permite a união de geometrias entre polígonos adjacentes eliminando limites entre eles e transformando-os em entidades únicas. A partir do arquivo *shapefile*¹ gerado por esse processo, foi realizada a operação *Intersect*, entre os polígonos de abrangência e os setores censitários, que possuem os dados socioeconômicos vinculados aos dados espaciais (Figura 24). A operação de intersecção geométrica é utilizada quando se pretende integrar dois conjuntos de informação espacial, preservando os atributos das entidades que se sobrepõem.

FIGURA 24: COBERTURA DE PRAÇAS X SETORES CENSITÁRIOS



Fonte: IBGE, 2010. Elaborado pela autora, 2019.

Assim, foram calculadas as áreas dos polígonos gerados da operação *Intersect*, e para o cálculo da estimativa da população atendida essa área foi multiplicada pela densidade demográfica do setor censitário correspondente, tendo como resultado a população atendida em cada setor e a porcentagem de atendimento em relação a população total.

Com os dados da população atendida, realizou-se a sobreposição com a renda média. Vale ressaltar que a escolha desse indicador foi adotada em virtude da sua utilização na composição do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e no

¹ Formato de arquivo que contém dados espaciais em forma de vetor gerados a partir de *softwares* de SIG.

Índice de Vulnerabilidade Social (IVS). O objetivo desta análise entre as duas variáveis isoladas – renda média e cobertura de praças na mancha urbanizada – é de comprovar ou refutar a questão hipotética formulada, de que há uma relação entre as características socioeconômicas da população e a distribuição espacial de praças em Curitiba, gerando desigualdades socioespaciais no território intraurbano.

Como as variáveis analisadas possuem naturezas distintas, foi necessária uma normalização dos valores a partir de uma transposição destes para um mesmo intervalo de classes, permitindo assim a equiparação das variáveis. Assim, foram definidos valores de igual amplitude para a porcentagem de população atendida e a renda média, distribuídos em três intervalos de classe: baixo (0 a 0,33), médio (0,33 a 0,66) e alto (0,66 a 1). O mapa resultante dessa análise será apresentado a partir da sobreposição das camadas (*layers*) das duas variáveis.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo serão apresentados os resultados da seleção das praças estudadas e da sua distribuição no território a partir da análise espacial. A organização do capítulo tem início na apresentação das praças selecionadas para a análise e o diagnóstico quantitativo, em seguida serão apresentados os resultados da análise espacial a nível municipal e regional.

5.1 ANÁLISE QUANTITATIVA

Considerando que a análise espacial proposta é realizada a partir de elementos geométricos, as praças de Curitiba foram quantificadas por polígonos. Portanto, se uma praça foi cortada por uma rua gerando dois polígonos, por exemplo, mesmo possuindo mesmo código e nomenclatura no cadastro municipal de praças, a quantificação será equivalente a duas unidades. No cadastro da SMMA, o total é de 1.026, entre praças, jardinetes, largos, núcleos ambientais e jardins ambientais e eixos de animação, que equivalem a 1.098 polígonos. Os dados apresentados nessa seção se referem a quantidade de polígonos (Tabela 6).

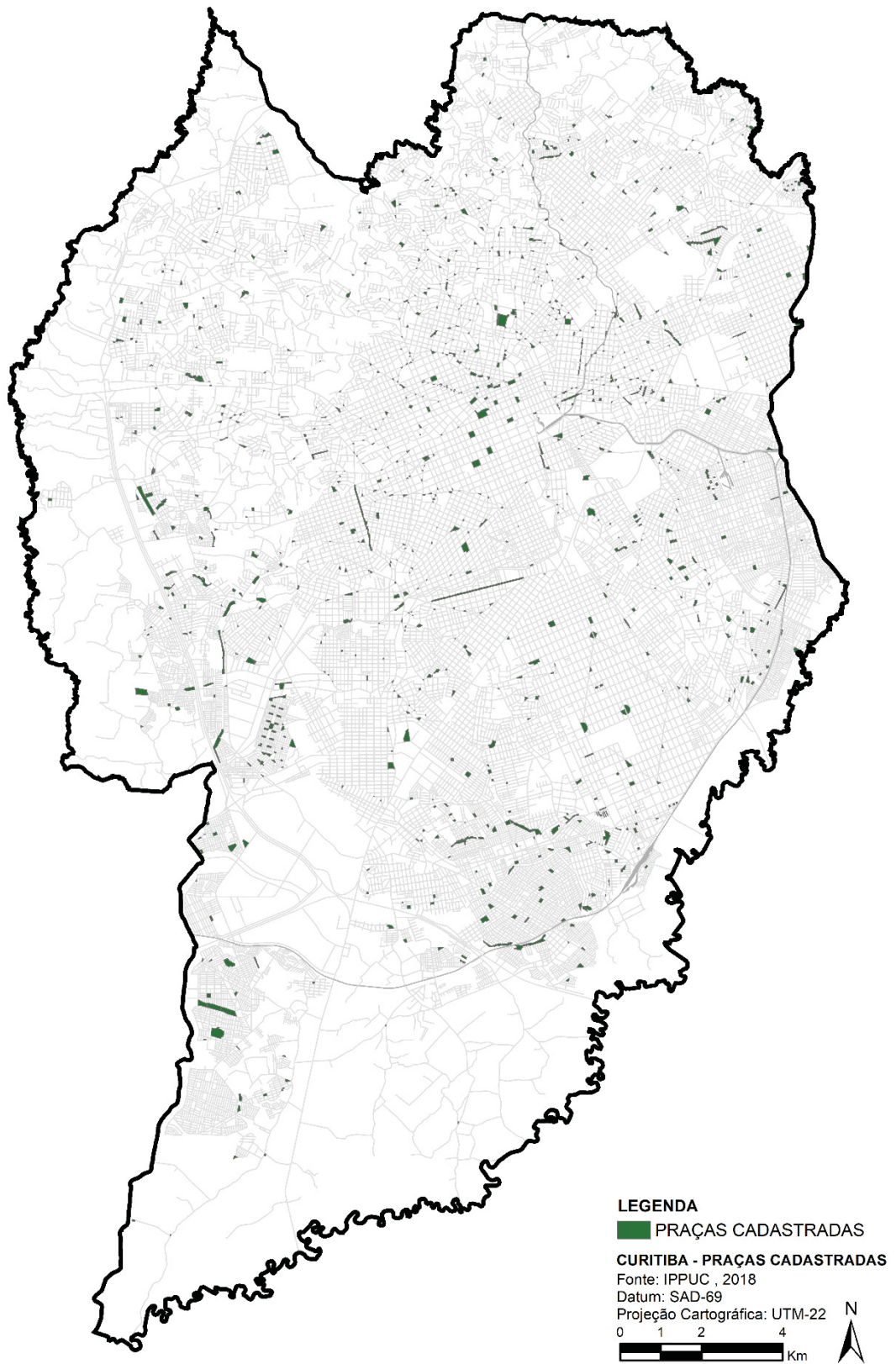
Do universo global de 1.098 polígonos das praças cadastradas (Figura 25), dentre as diversas tipologias existentes em Curitiba, no primeiro cenário de análise foram eliminados 363 polígonos (Figura 26), o que corresponde a aproximadamente 33% do total. O segundo cenário, mais restritivo, elimina também as praças com uso limitado e com as atividades pouco diferenciadas. Neste cenário foram eliminados 520 polígonos, o que corresponde a aproximadamente 47% do total (Figura 27).

TABELA 6: QUANTIDADE POR TIPOLOGIA

TIPOLOGIA	POLÍGONOS	CADASTRO MUNICIPAL
PRAÇAS	503	472
JARDINETE	485	471
EIXOS DE ANIMAÇÃO	23	9
JARDIM AMBIENTAL	12	5
NÚCLEO AMBIENTAL	3	3
LARGO	72	66
TOTAL	1.098	1.026

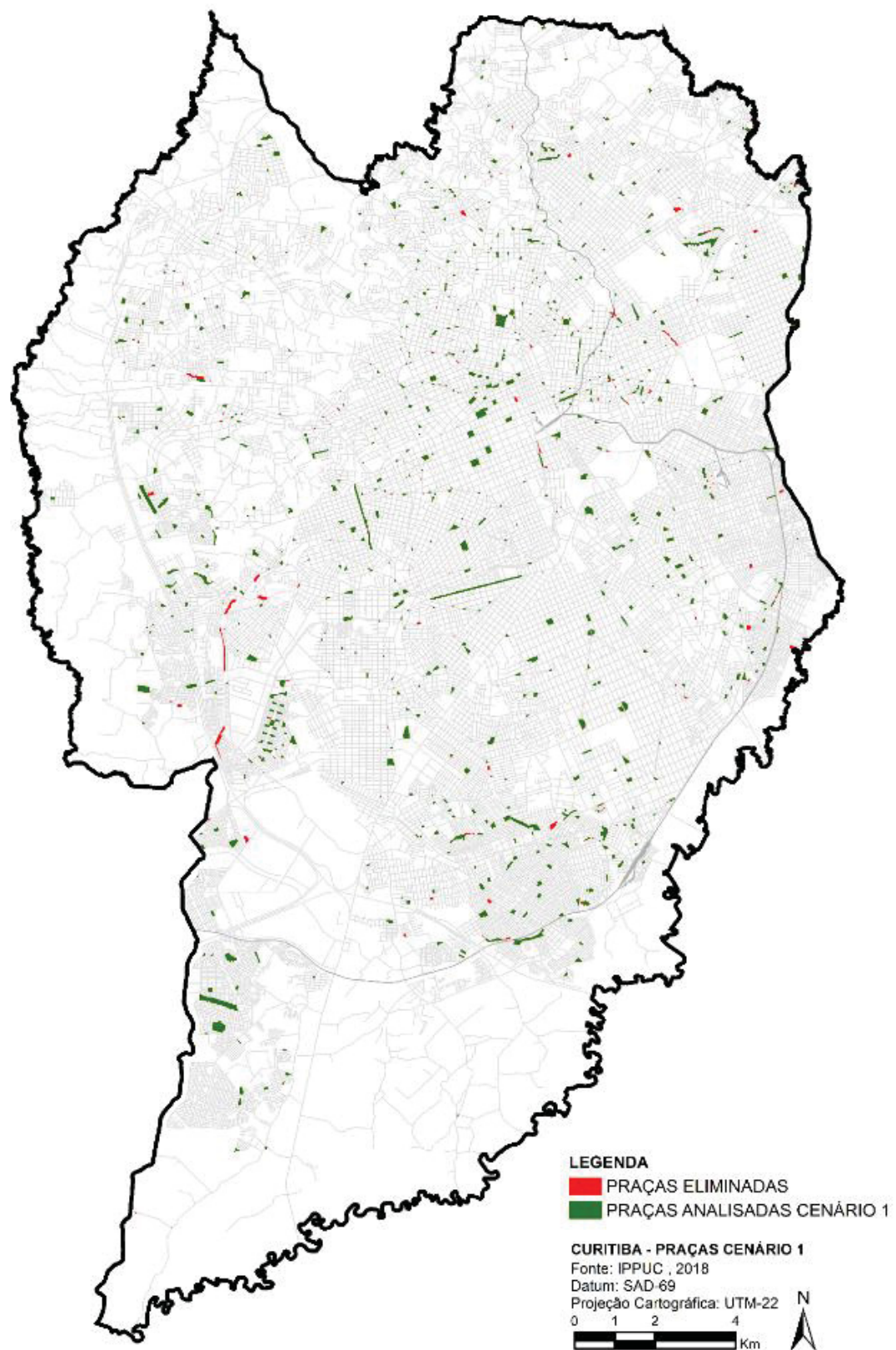
Fonte: SMMA, 2017; IPPUC, 2019. Elaborado pela autora, 2019.

FIGURA 25: MAPA DAS PRAÇAS CADASTRADAS EM CURITIBA



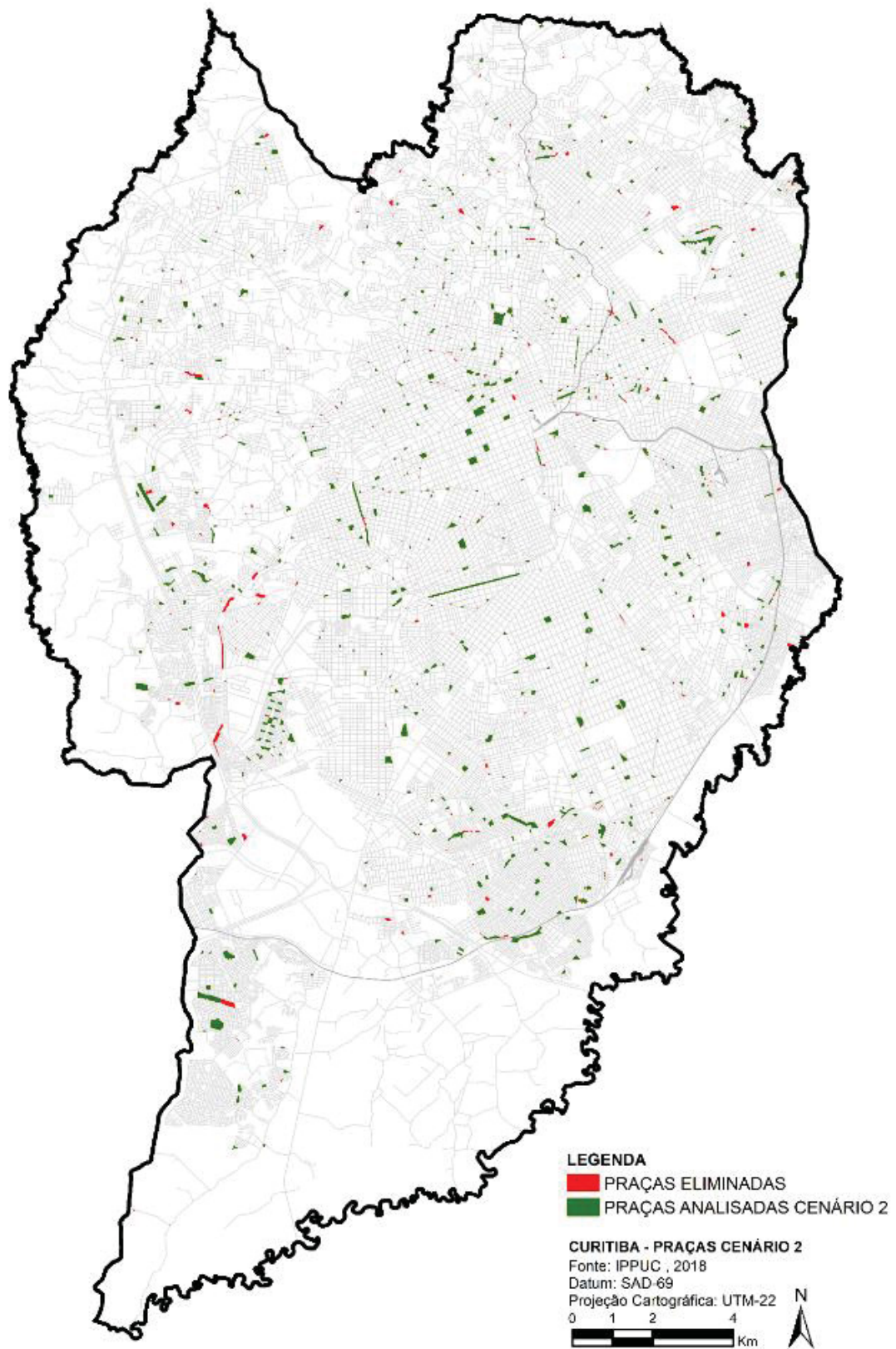
Fonte: IPPUC, 2019; SMMA, 2017.

FIGURA 26: MAPA DAS PRAÇAS DE CURITIBA – CENÁRIO 1



Fonte: IPPUC, 2019; SMMA, 2017. Dados trabalhados pela autora, 2019.

FIGURA 27: MAPA DAS PRAÇAS DE CURITIBA – CENÁRIO 2

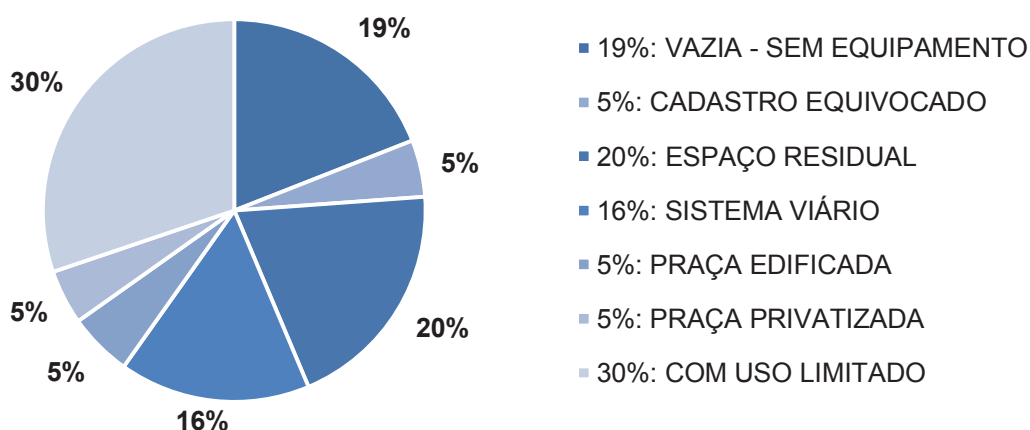


Fonte: IPPUC, 2019; SMMA, 2017. Dados trabalhados pela autora, 2019.

Os motivos para eliminação das praças do cenário 1 e 2 estão quantificados no Gráfico 1. Dos 520 polígonos de praças eliminadas, 30% se referem ao cenário 2 correspondendo às praças sem diversidade de usos, ou seja, não são ideais do ponto de vista da qualidade do espaço público e, portanto, são espaços potenciais para intervenções pelo poder público. As praças que não possuem nenhum tipo de equipamento correspondem a 19% do total e também são espaços que tem potencial de transformação. Em relação às praças que não podem ser consideradas efetivamente praças, 20% são espaços residuais da implantação de loteamentos ou de intervenções urbanísticas pelo poder público e 16% correspondem a espaços incorporados ao sistema viário, como canteiros e rotatórias.

As praças que foram 100% edificadas, ou seja, os espaços em que foram implantados equipamentos públicos municipais como unidades de saúde e creches, correspondem a 5% do total. Vale ressaltar que as praças que tiveram parte de sua área edificada, ainda restando um espaço que permite o uso e apropriação, não foram eliminadas. Em relação às praças que foram privatizadas, ou seja, que tiveram sua área cercada por muros, configurando condomínios horizontais irregulares, correspondem a 5% do total. E, por fim, 5% do total correspondem a cadastros equivocados, como áreas que foram incorporadas a parques.

GRÁFICO 1: MOTIVOS PARA ELIMINAÇÃO DAS PRAÇAS – CENÁRIO 1 E 2

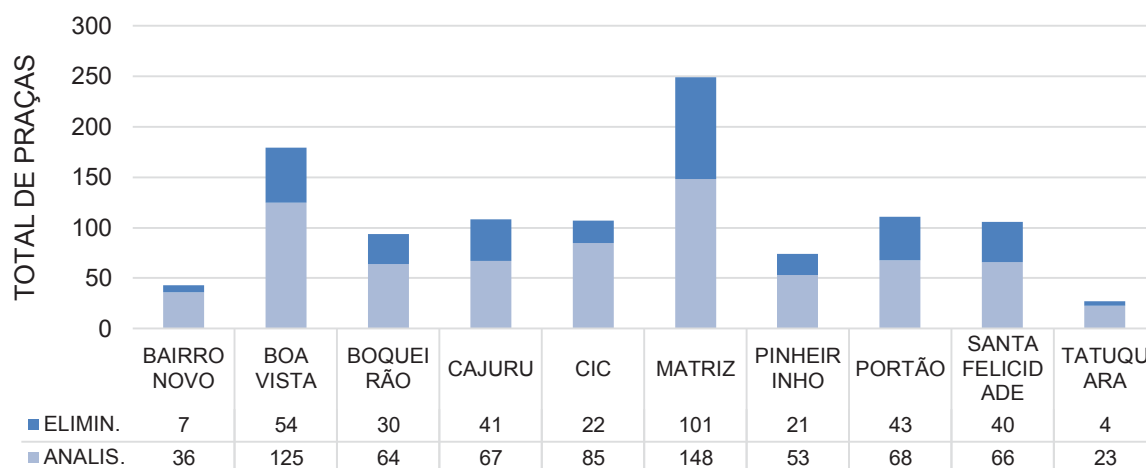


Fonte: A autora, 2019.

Quando analisadas as quantidades por regionais (Gráficos 2 e 3), é possível notar nos dois cenários que a maior quantidade de praças analisadas e eliminadas estão nas regionais Matriz e Boa Vista (áreas centrais e norte de Curitiba) e a menor

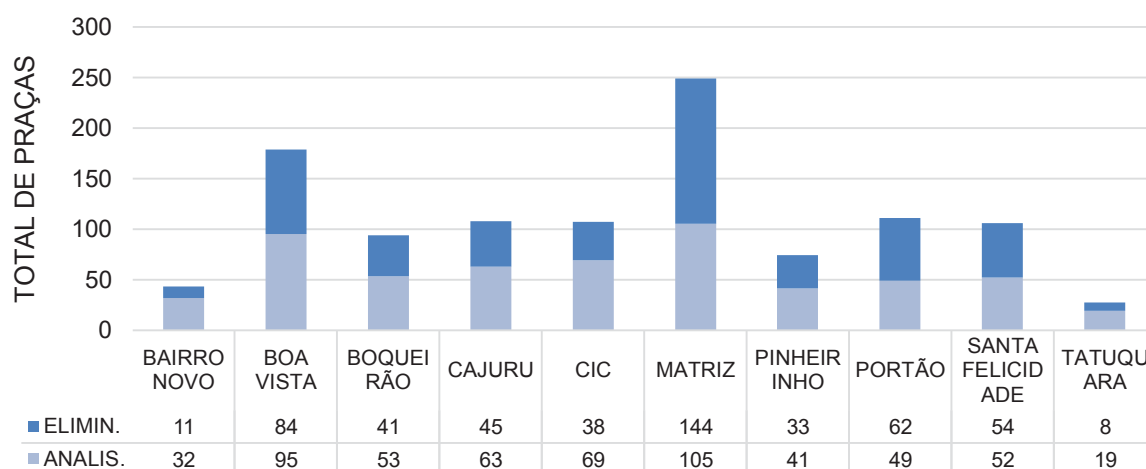
quantidade nas regionais Bairro Novo e Tatuquara (áreas periféricas de ocupação mais recente).

GRÁFICO 2: PRAÇAS POR REGIONAL – CENÁRIOS 1



Fonte: A autora, 2019.

GRÁFICO 3: PRAÇAS POR REGIONAL – CENÁRIOS 2



Fonte: A autora, 2019.

A tabela 7 apresenta as praças eliminadas por regional e sua porcentagem em relação ao total. A Regional Matriz apresenta o maior número total de praças de Curitiba, e também a maior porcentagem de eliminação nos dois cenários (40,56% e 57,83%). Mesmo apresentando a maior taxa de eliminação, essa regional apresenta a maior quantidade de praças analisadas. A Regional Tatuquara possui a menor quantidade de praças no município, e consequentemente o menor índice de praças eliminadas no cenário 1, de 14,81%. A Regional Bairro Novo apresentou o menor índice no cenário 2, de 25,58% de praças eliminadas.

TABELA 7: PRAÇAS ELIMINADAS

REGIONAIS	TOTAL DE PRAÇAS	CENÁRIO 1		CENÁRIO 2	
		PRAÇAS ELIMINADAS	% PRAÇAS ELIMINADAS	PRAÇAS ELIMINADAS	% PRAÇAS ELIMINADAS
MATRIZ	249	101	40,56%	144	57,83%
BOA VISTA	179	54	30,17%	84	46,93%
PORTÃO	111	43	38,74%	62	55,86%
CAJURU	108	41	37,96%	45	41,67%
CIC	107	22	20,56%	38	35,51%
SANTA FELICIDADE	106	40	37,73%	54	50,94%
BOQUEIRÃO	94	30	31,91%	41	43,62%
PINHEIRINHO	74	21	28,38%	33	44,59%
BAIRRO NOVO	43	7	16,28%	11	25,58%
TATUQUARA	27	4	14,81%	8	29,63%
CURITIBA	1.098	363	33,06%	520	47,35%

Fonte: A autora, 2019.

5.2 ANÁLISE ESPACIAL

5.2.1 Distribuição espacial e cobertura das praças

O resultado da análise de redes será apresentado em dois mapas para cada cenário, sendo o primeiro com as linhas de caminamento possíveis com distância em intervalos de 100 a 400 metros para acesso às praças, e o segundo com os polígonos de 400 metros que serviram para o cálculo da população atendida.

A partir da análise dos mapas do cenário 1 (Figuras 28 e 29) é possível observar que existe uma concentração maior de praças na porção central de Curitiba e uma distribuição espacial mais dispersa nas áreas periféricas, com exceção de uma concentração na região sul, que corresponde ao bairro Sítio Cercado e Tatuquara, ambos de ocupação mais recente. Esses bairros foram ocupados a partir da implantação de programas de produção de habitação social e, portanto, possuem maior densidade populacional. Considerando a mancha urbanizada representada no mapa, pode-se concluir a partir de uma análise visual, que existem diversas áreas, principalmente as periféricas, sem cobertura de praças, indicando uma desigualdade espacial em relação a distribuição desses espaços públicos. Em relação ao cenário 2 (Figuras 30 e 31), a distribuição espacial das praças se apresenta mais dispersa, com concentração maior de praças na região central. É possível notar que não há um

padrão na eliminação das praças deste cenário, o que indica que a falta da diversidade de usos é um problema que se distribui por todo o território de Curitiba.

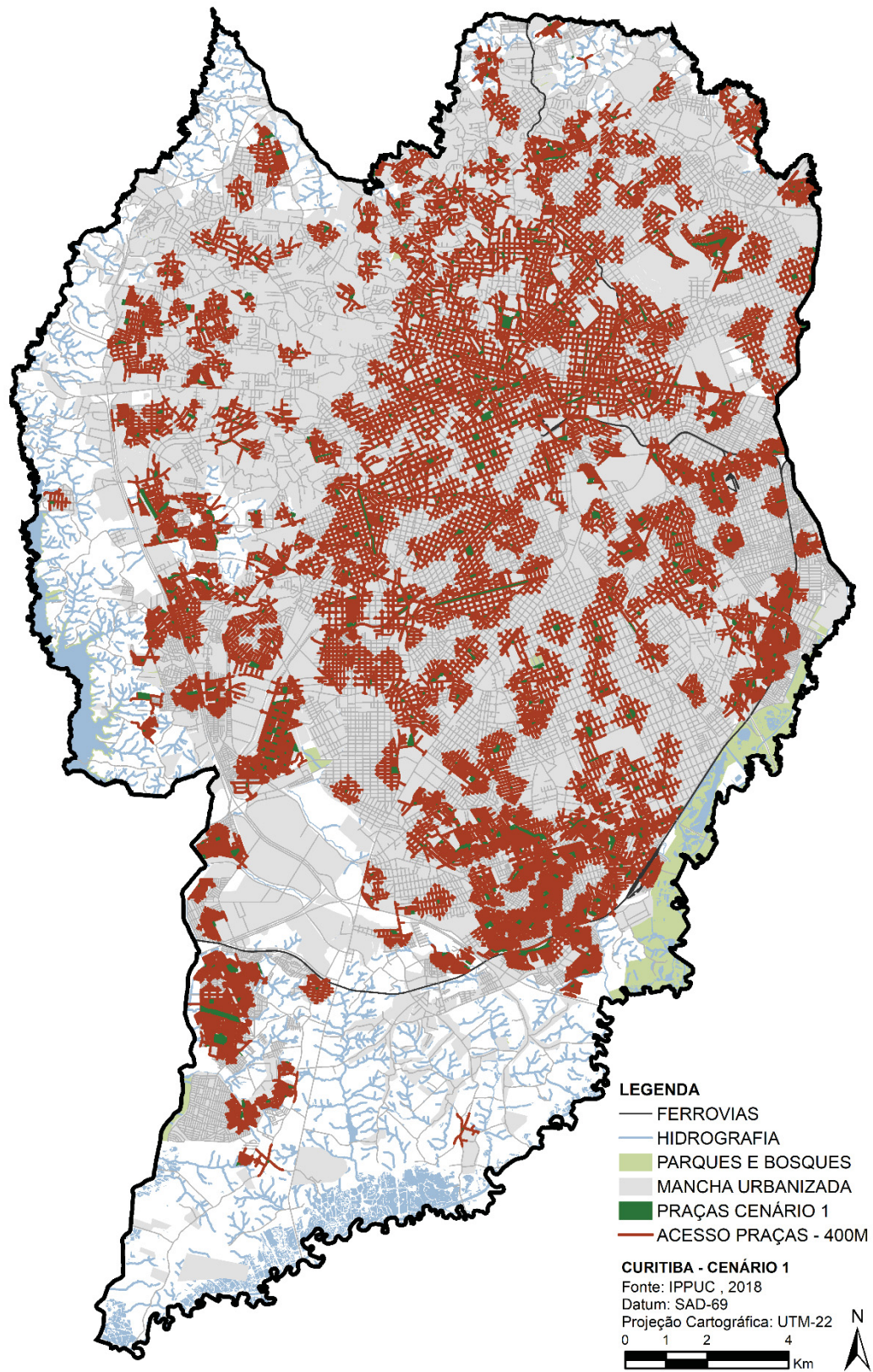
No cenário 1, a área total aproximada do polígono de cobertura de 400 metros de caminhada é de 142,57 km², o que equivale a 32,79% da área total do município e 44,55% da área aproximada da mancha urbanizada. No cenário 2, a área de cobertura é de 115,82 km², sendo 26,64% em relação à área do município e 36,19% da mancha urbanizada (Tabela 8).

TABELA 8: ÁREA DE COBERTURA DE PRAÇAS – ESCALA MUNICIPAL

	ÁREA TOTAL CURITIBA (Km ²)	ÁREA APROX. MANCHA URBANIZADA (Km ²)	ÁREA DE COBERTURA DE PRAÇAS (Km ²)	% ÁREA TOTAL	% ÁREA DA MANCHA URBANIZADA
CENÁRIO 1	434,81 Km ²	320 km ²	142,57 Km ²	32,79%	44,55%
CENÁRIO 2	434,81 Km ²	320 km ²	115,82 Km ²	26,64%	36,19%

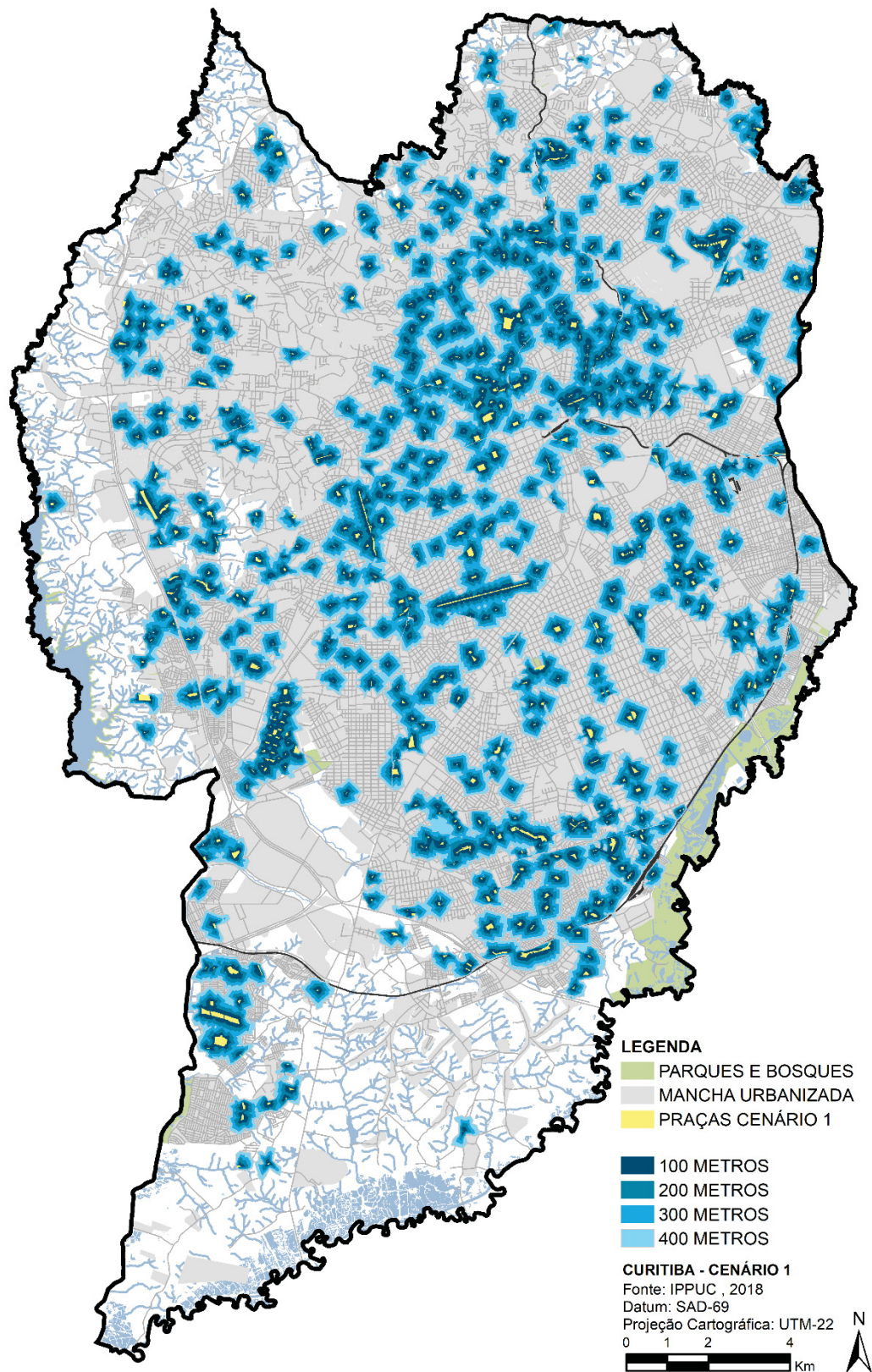
Fonte: A autora, 2019.

FIGURA 28: COBERTURA DE PRAÇAS CENÁRIO 1 – LINHAS DE CAMINHAMENTO



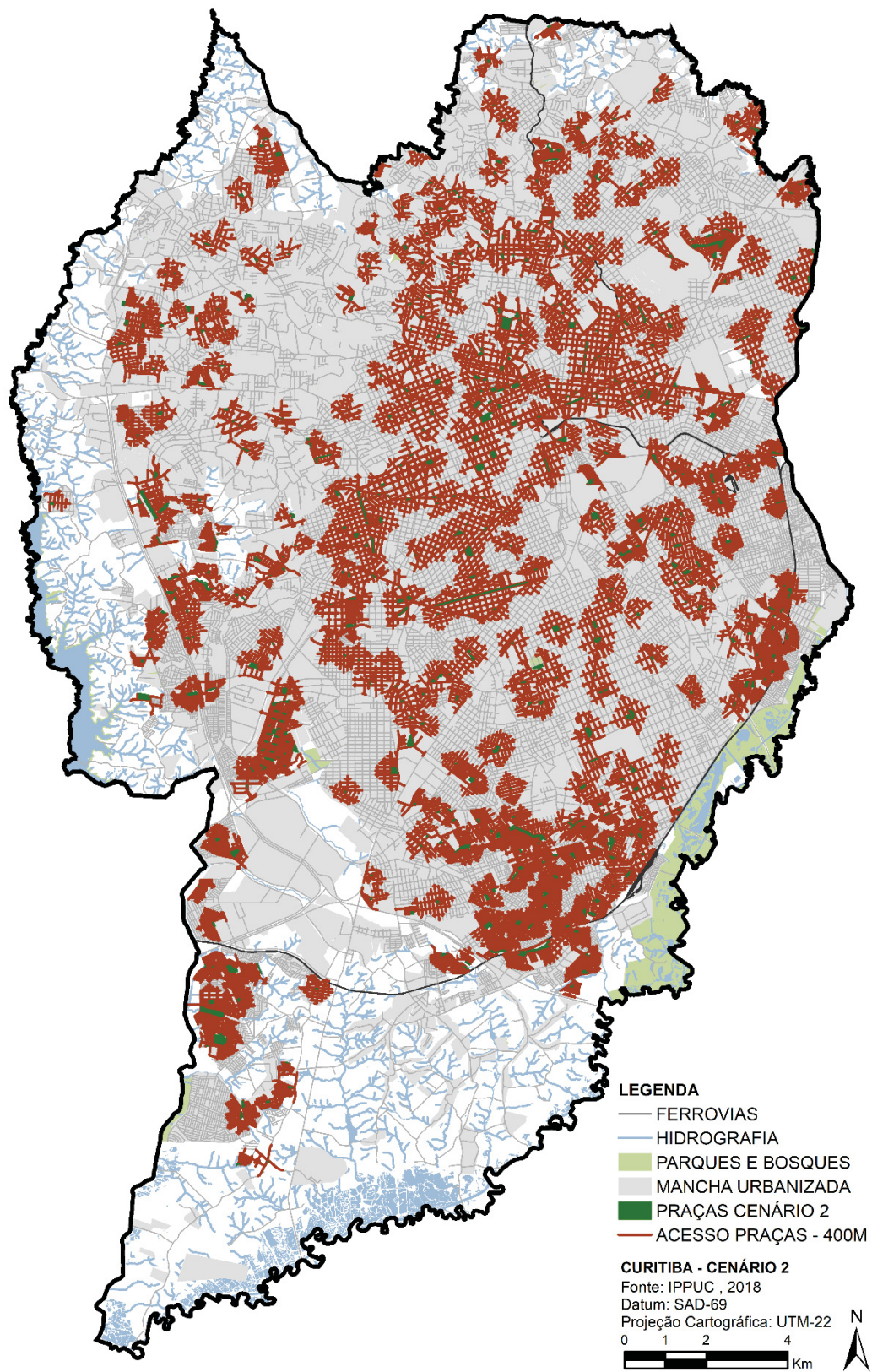
Fonte: IPPUC, 2018. Dados trabalhados pela autora, 2019.

FIGURA 29: COBERTURA DE PRAÇAS CENÁRIO 1 – POLÍGONOS



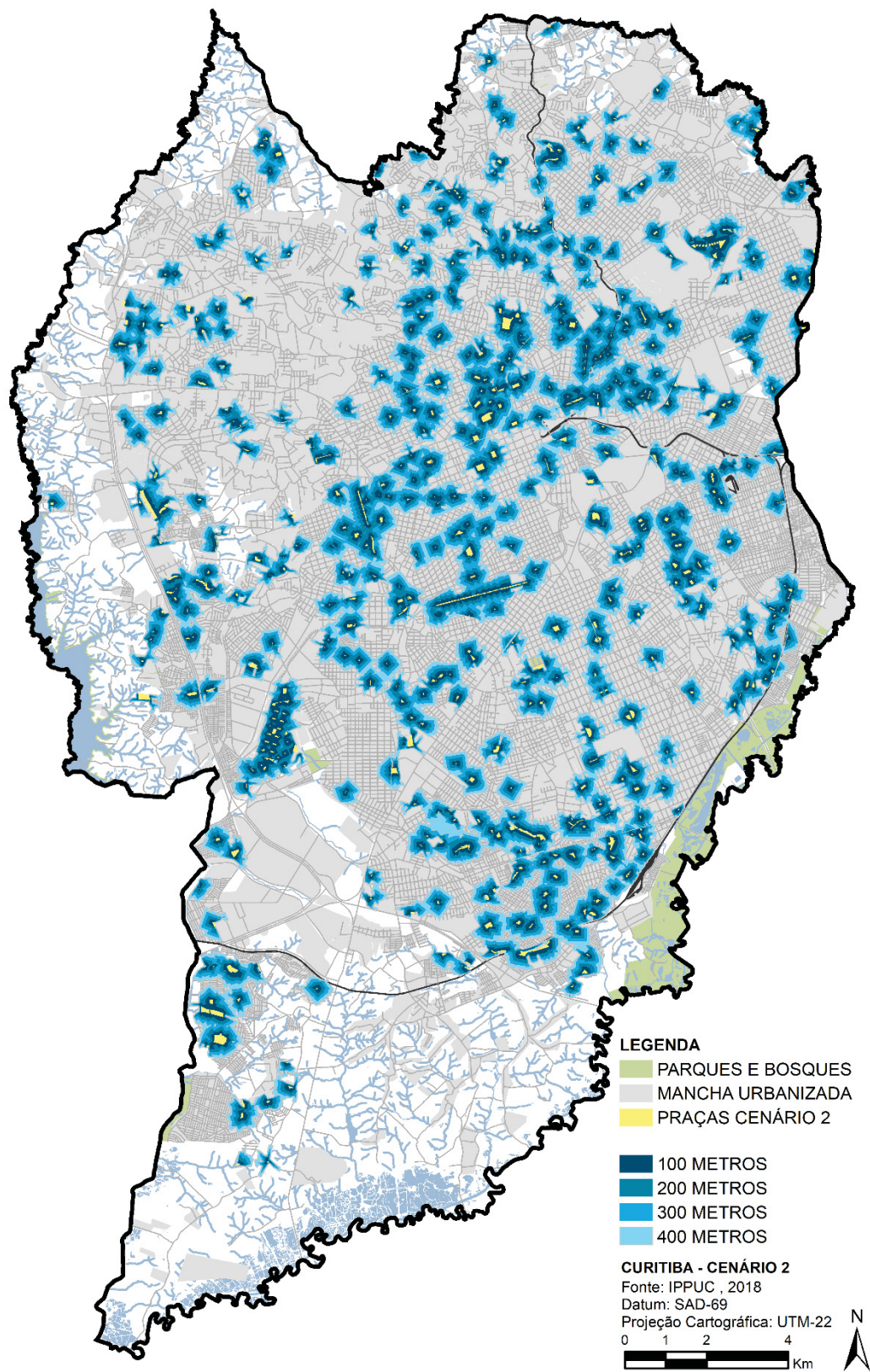
Fonte: IPPUC, 2018. Dados trabalhados pela autora, 2019.

FIGURA 30: COBERTURA DE PRAÇAS CENÁRIO 2 – LINHAS DE CAMINHAMENTO



Fonte: IPPUC, 2018. Dados trabalhados pela autora, 2019.

FIGURA 31: COBERTURA DE PRAÇAS CENÁRIO 2 – POLÍGONOS



Fonte: IPPUC, 2018. Dados trabalhados pela autora, 2019.

Em relação às áreas de cobertura de praças no âmbito da Administração Regional (Tabela 9), a Matriz apresentou a maior taxa de cobertura, relativa à mancha urbanizada, nos dois cenários de análise (66,82% e 55,21%), superior ao verificado na escala municipal. Em seguida, aparece a Regional Portão, com 55,70% de área coberta no cenário 1, e 42,27% no cenário 2.

As regionais que apresentaram as menores porcentagens de cobertura, foram Santa Felicidade, com 30,58% no cenário 1 e 22,44% no cenário 2, e CIC, com 36,93% e 27,04%, valores inferiores à média municipal.

TABELA 9: ÁREA DE COBERTURA DE PRAÇAS – ESCALA REGIONAL

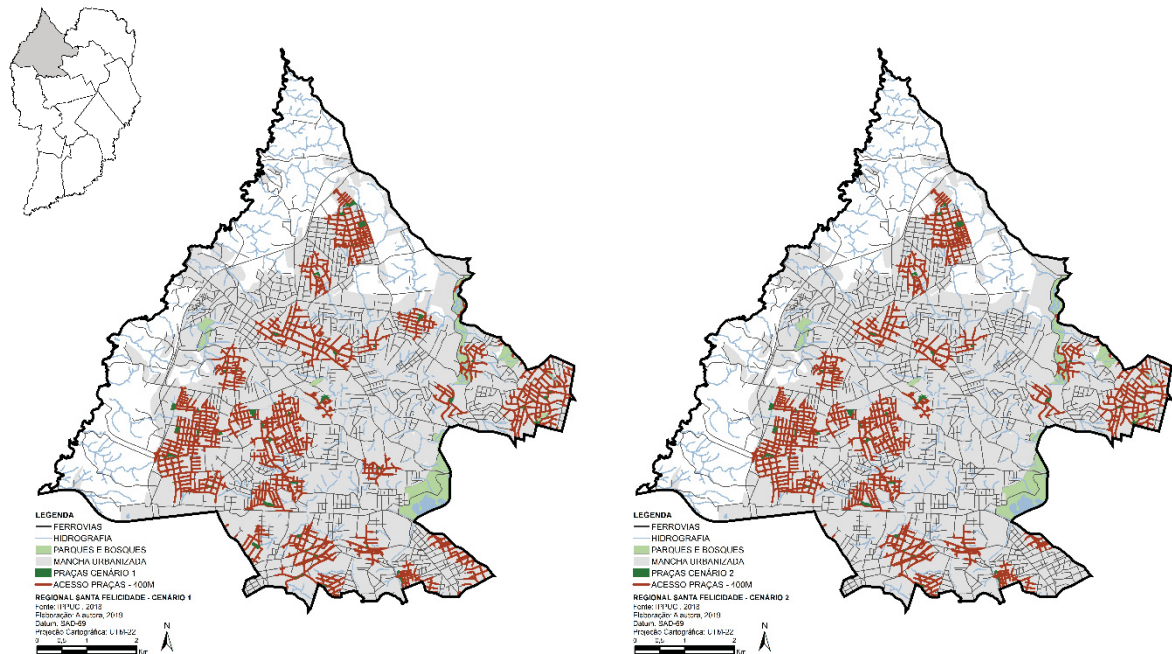
REGIONAL	REGIONAL (Km²)		CENÁRIO 1 (km²)			CENÁRIO 2		
	TOTAL	MANCHA URBAN.	ÁREA COBERTURA	% TOTAL	% URBAN.	ÁREA COBERTURA	% TOTAL	% URBAN
SANTA FELICIDADE	54,92	41,3	12,67	23,07%	30,68%	9,24	16,82%	22,44%
CIC	63,46	36,5	13,48	21,24%	36,93%	9,87	15,55%	27,04%
BOA VISTA	58,34	53,3	21,30	36,51%	39,96%	16,12	27,63%	30,24%
CAJURU	39,93	36,7	14,95	37,44%	40,74%	13,33	33,38%	36,32%
BOQUEIRÃO	39,81	32,5	14,40	36,17%	44,30%	12,85	32,28%	39,54%
BAIRRO NOVO	45,01	18,9	8,57	19,04%	45,34%	7,52	16,71%	39,79%
PINHEIRINHO	24,71	23,4	10,82	43,78%	46,24%	9,06	36,67%	38,72%
TATUQUARA	41,03	11,7	5,79	14,11%	49,49%	4,52	11,02%	38,63%
PORTÃO	31,67	29,8	16,60	52,42%	55,70%	13,49	42,60%	45,27%
MATRIZ	35,93	35,9	23,99	66,77%	66,82%	19,82	55,16%	55,21%
CURITIBA	434,81 Km²	320 km²	142,57 Km²	32,79%	44,55%	115,82 Km²	26,64%	36,19%

Fonte: A autora, 2019.

Para análise dos mapas de cobertura das regionais, primeiramente será apresentada uma breve caracterização da regional, apresentando os mapas de densidade populacional e da lei de uso e ocupação do solo – zoneamento, em conjunto com os dados numéricos apresentados. As regionais serão apresentadas na ordem do menor para o maior atendimento, para o cenário 1.

A Regional Santa Felicidade, localizada na porção noroeste de Curitiba, faz divisa municípios da Região Metropolitana Campo Largo, Campo Magro e Almirante Tamandaré, e é composta pelos bairros: Butiatuvinha, Campina do Siqueira, Campo

FIGURA 33: REGIONAL SANTA FELICIDADE – CENÁRIOS 1 E 2



Fonte: IPPUC, 2018. Dados trabalhados pela autora, 2019.

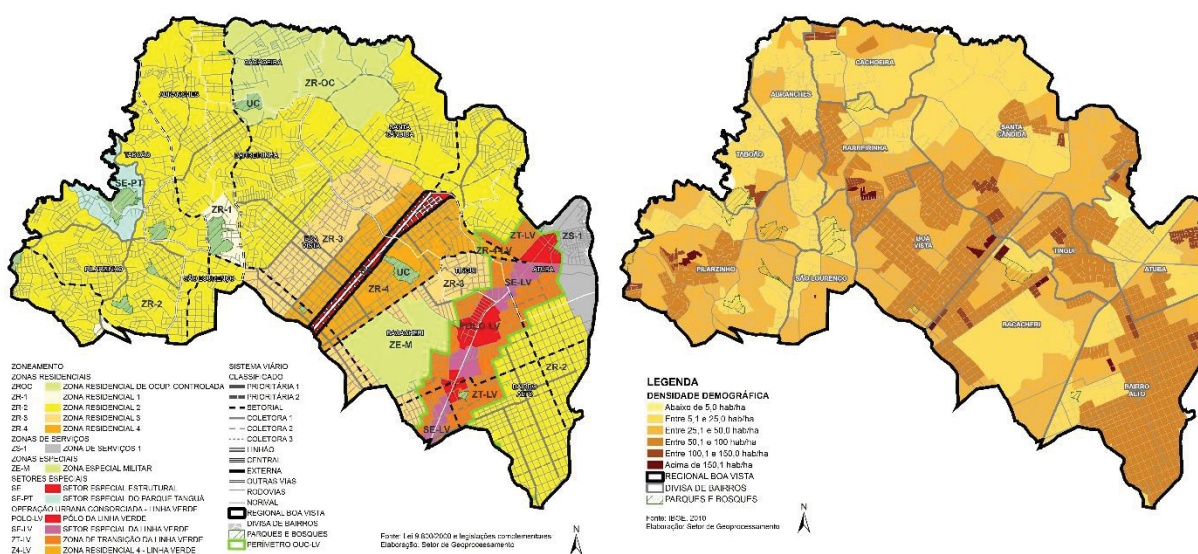
A Regional CIC (Cidade Industrial de Curitiba) localiza-se na porção oeste, fazendo divisa com os municípios Campo Largo e Araucária. É composta por quatro bairros: CIC, Augusta, São Miguel e Riviera. Os zoneamentos predominantes são a APA-PASSAÚNA, SEHIS e as Zonas Industriais (ZI) (Figura 34). As áreas de maior densidade estão localizadas próximas às rodovias, e a densidade média da regional é de 44 habitantes por hectare (IPPUC, 2017).

A mancha urbanizada equivale a 57,52% da área total. A porcentagem de área de cobertura por praças é de 36,93% no cenário 1, e 27,04% no cenário 2. A distribuição espacial das praças está concentrada principalmente nas áreas de SEHIS, sendo os vazios de atendimento observados localizados na maioria em áreas industriais e de proteção ambiental (Figura 35).

Zoneamento predominante é a Zona Residencial 2 (ZR-2), que preenche 50% da extensão territorial, caracterizando a regional como predominantemente residencial (IPPUC, 2017). A densidade média da regional é de 40 habitantes por hectare (Figura 36).

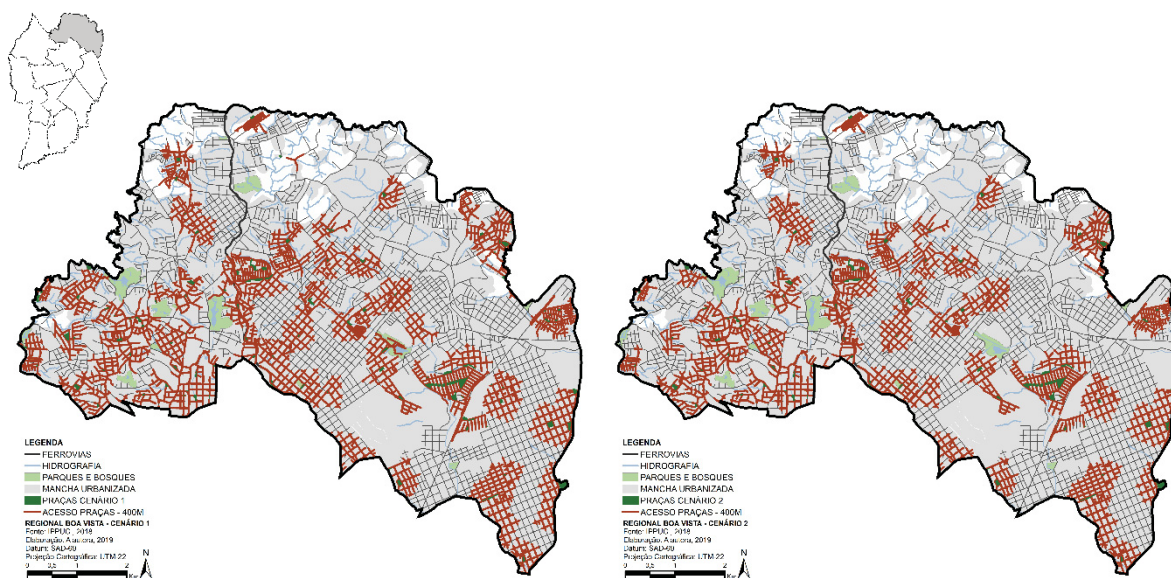
A regional é quase totalmente coberta pela mancha urbanizada, que representa 91,28% da área total da regional. A distribuição espacial é dispersa, configurando vazios de atendimento nos dois cenários de análise (Figura 37). A porcentagem de área cobertura por praças é de 39,96% no cenário 1, e 30,24% no cenário 2. No cenário 2, é considerável o número de praças eliminadas sem diversidade de uso, o que demonstra carência desses espaços nessa porção do Município.

FIGURA 36: ZONEAMENTO E DENSIDADE DEMOGRÁFICA - REGIONAL BOA VISTA



Fonte: CURITIBA, 2000; IBGE, 2010; IPPUC, 2018.

FIGURA 37: REGIONAL BOA VISTA – CENÁRIOS 1 E 2

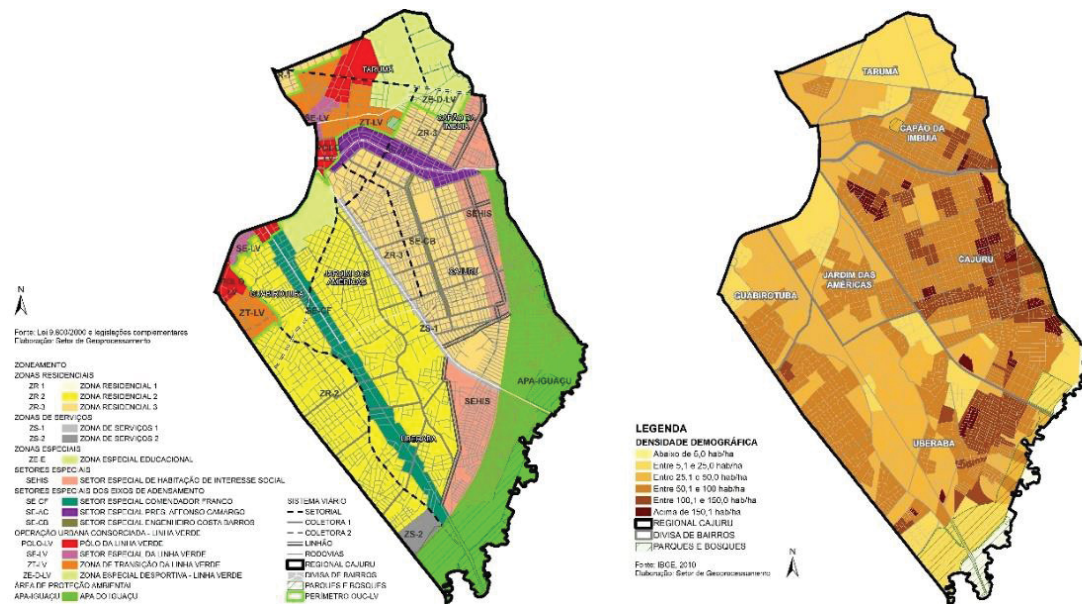


Fonte: IPPUC, 2018. Dados trabalhados pela autora, 2019.

A Regional Cajuru está localizada na porção leste do município, divisa com os municípios de São José dos Pinhais e Pinhais, e é composta pelos bairros: Cajuru, Capão da Imbuia, Guabirota, Jardim das Américas, Uberaba e Tarumã. Os zoneamentos predominantes são a Zona Residencial 3 (ZR-3), a Zona Residencial 2 (ZR-2) e a APA-IGUAÇU (Figura 38). Entre a ferrovia e a APA estão localizadas as zonas de SEHIS, que correspondem às áreas mais densas da regional, sendo a média da regional de 44 habitantes por hectare.

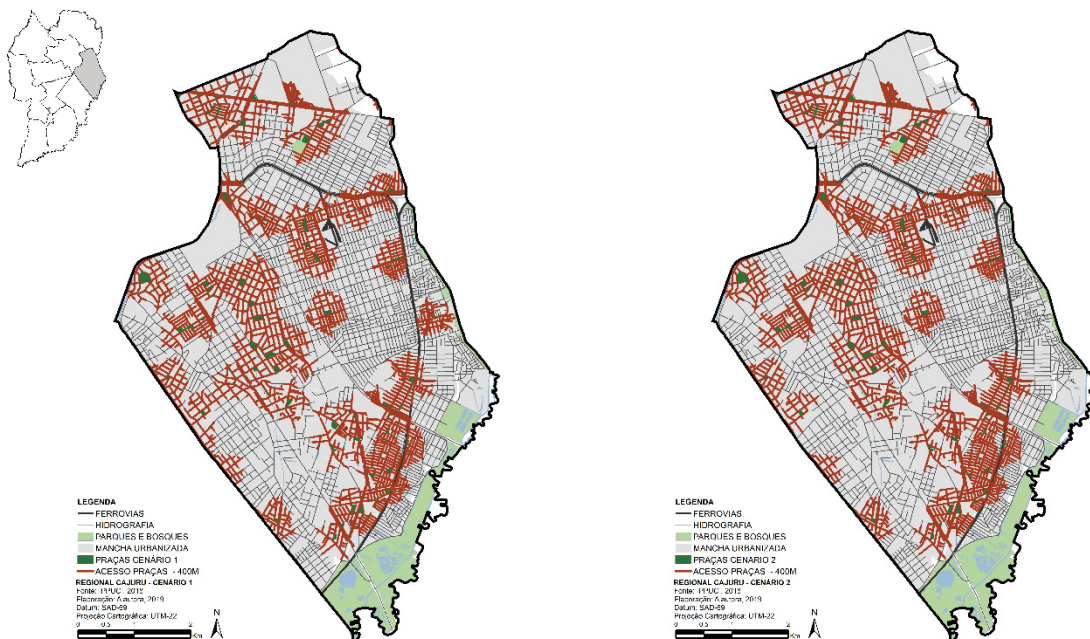
A mancha urbanizada equivale a 91,96% da área da regional. Em relação à distribuição espacial das praças, há pouca cobertura de atendimento, principalmente nas áreas de SEHIS (Figura 39). A porcentagem de área de cobertura por praças é de 40,74% do território urbanizado no cenário 1, e de 36,32% no cenário 2.

FIGURA 38: ZONEAMENTO E DENSIDADE DEMOGRÁFICA - REGIONAL CAJURU



Fonte: CURITIBA, 2000; IBGE, 2010; IPPUC, 2018.

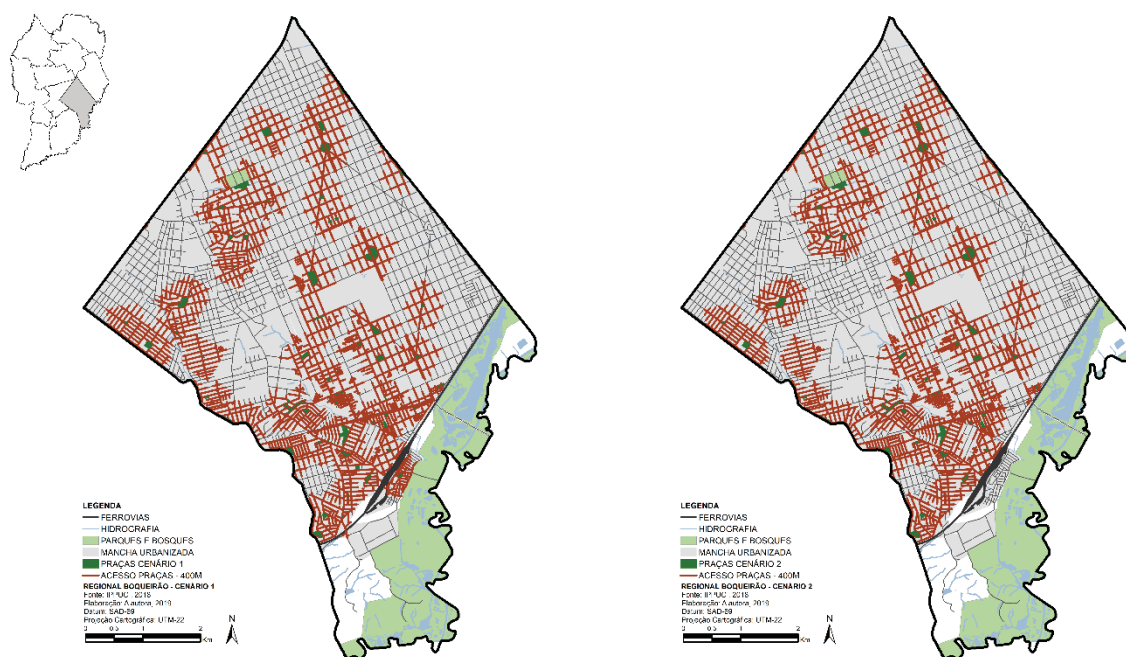
FIGURA 39: REGIONAL CAJURU – CENÁRIOS 1 E 2



Fonte: IPPUC, 2018. Dados trabalhados pela autora, 2019.

A Regional Boqueirão localiza-se na porção sul do município, fazendo divisa com o município de São José dos Pinhais, e é composta por quatro bairros: Alto Boqueirão, Boqueirão, Hauer e Xaxim. Os zoneamentos predominantes na Regional Boqueirão é a Zona Residencial 2 (ZR-2), que representa 29% da extensão territorial,

FIGURA 41: REGIONAL BOQUEIRÃO– CENÁRIOS 1 E 2



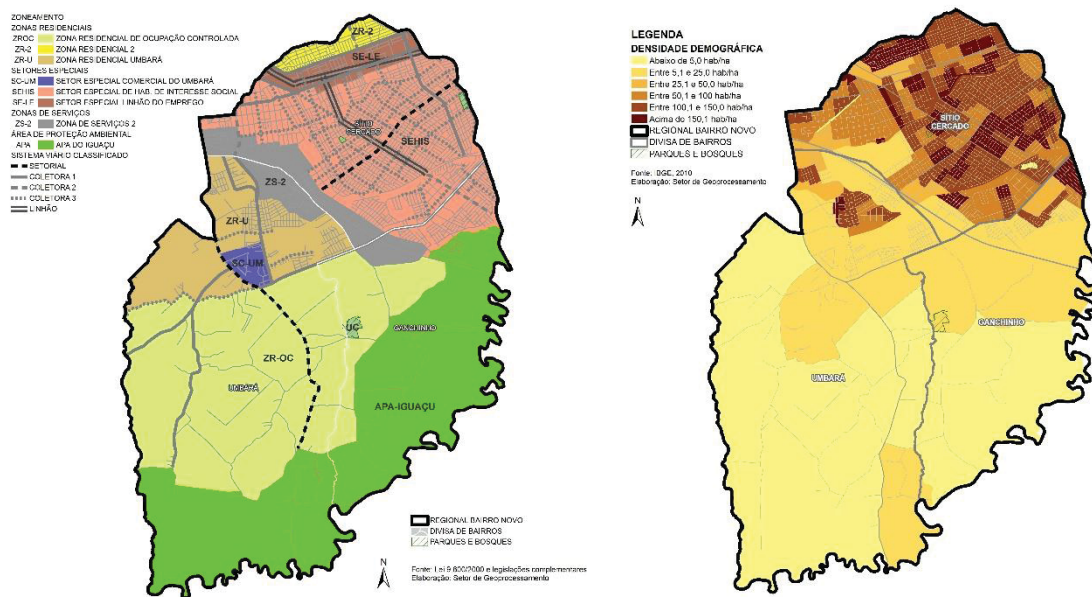
Fonte: IPPUC, 2018. Dados trabalhados pela autora, 2019.

A Regional Bairro Novo está localizada na porção sul do município, fazendo divisa com os municípios da Região Metropolitana São José dos Pinhais e Fazenda Rio Grande, e é composta pelos bairros: Ganchinho, Sítio Cercado e Umbará. Os zoneamentos predominantes da regional são a Zona Residencial de Ocupação Controlada (ZR-OC), que preenche 31% da extensão territorial, e a APA-IGUAÇU, com 29%, ambas com restrição para ocupação (IPPUC, 2017). O Setor Especial de Interesse Social (SEHIS), de forma sucinta, compreende as áreas onde há interesse público de implantar programas habitacionais de interesse social. A SEHIS corresponde à área com maior densidade populacional da regional e está localizada no bairro Sítio Cercado. Os bairros Umbará e Ganchinho possuem baixa densidade por estarem em áreas de ocupação ambiental (Figura 42). A densidade média da regional é de 44 habitantes por hectare. A regional possui 41,95% do território coberto pela mancha urbanizada.

A análise espacial da cobertura de praças, demonstra que as áreas de maior densidade concentram a distribuição desses espaços no território da regional. Em relação aos diferentes cenários analisados, é possível constatar que há pouca diferença entre eles, portanto, a maioria das praças possuem alguma diversidade de

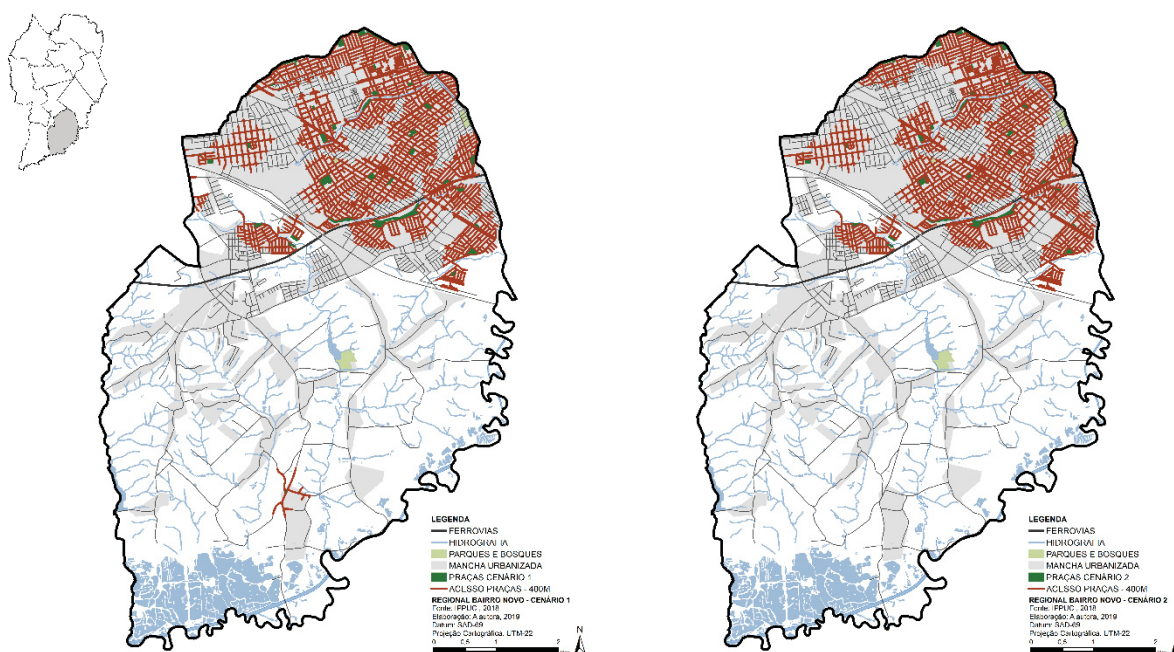
uso (Figura 43). A porcentagem de área de cobertura por praças é de 45,34% do território urbanizado no cenário 1, e de 39,79% no cenário 2.

FIGURA 42: ZONEAMENTO E DENSIDADE DEMOGRÁFICA - REGIONAL BAIRRO NOVO



Fonte: CURITIBA, 2000; IBGE, 2010; IPPUC, 2018.

FIGURA 43: REGIONAL BAIRRO NOVO – CENÁRIOS 1 E 2

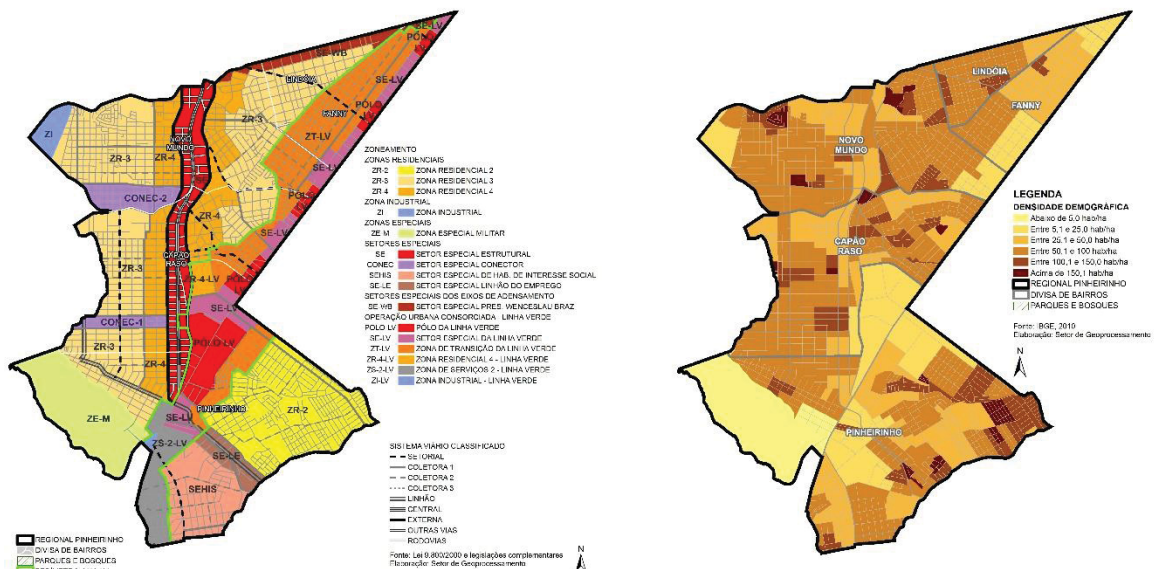


Fonte: IPPUC, 2018. Dados trabalhados pela autora, 2019.

A Regional Pinheirinho localiza-se no centro-sul do município e é composta pelos bairros: Capão Raso, Fanny, Lindóia, Novo Mundo e Pinheirinho. Os zoneamentos predominantes são a ZR-3, a Zona de Transição da Linha Verde, a ZR-2 e o Setor Especial Estrutural (SE). A densidade demográfica é de média a alta pelo território, sendo a média total de 61,18 habitantes por hectare (Figura 44).

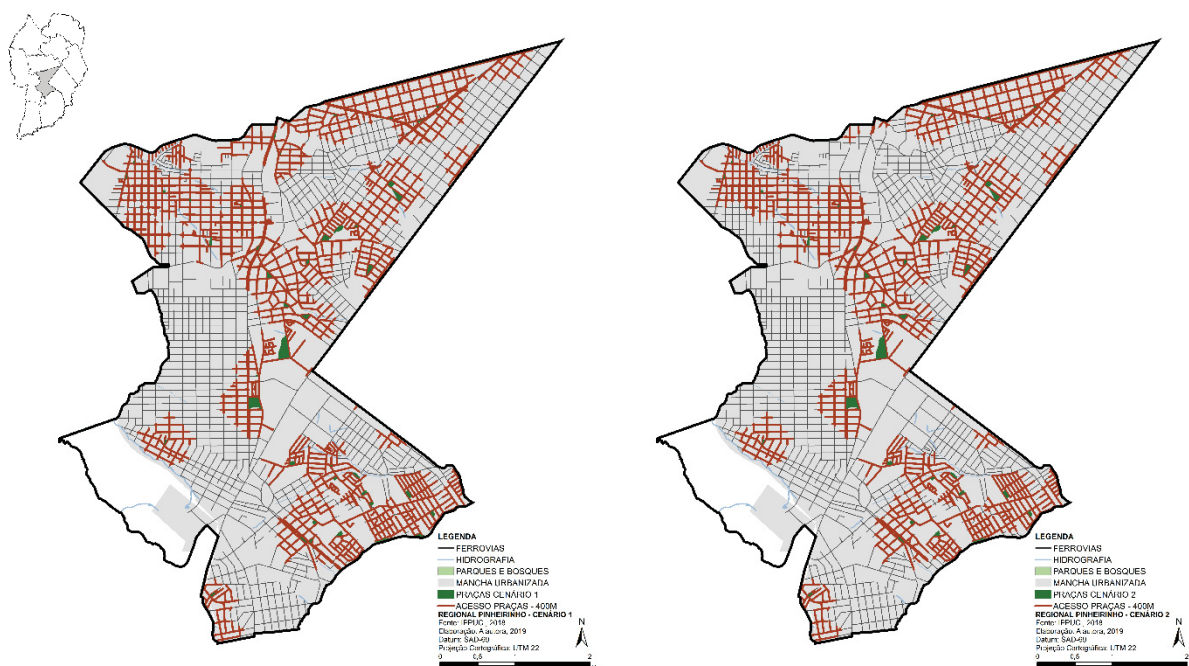
A mancha urbanizada da regional equivale a 94,57% do território da regional. A distribuição espacial das praças, considerando a densidade populacional do pinheirinho, apresenta grandes vazios de atendimento (Figura 45). No entanto, a porcentagem de área de cobertura é de 46,24% do território da regional no cenário 1, e de 38,72% no cenário 2.

FIGURA 44: ZONEAMENTO E DENSIDADE DEMOGRÁFICA - REGIONAL PINHEIRINHO



Fonte: CURITIBA, 2000; IBGE, 2010; IPPUC, 2018.

FIGURA 45: REGIONAL PINHEIRINHO – CENÁRIOS 1 E 2



Fonte: IPPUC, 2018. Dados trabalhados pela autora, 2019.

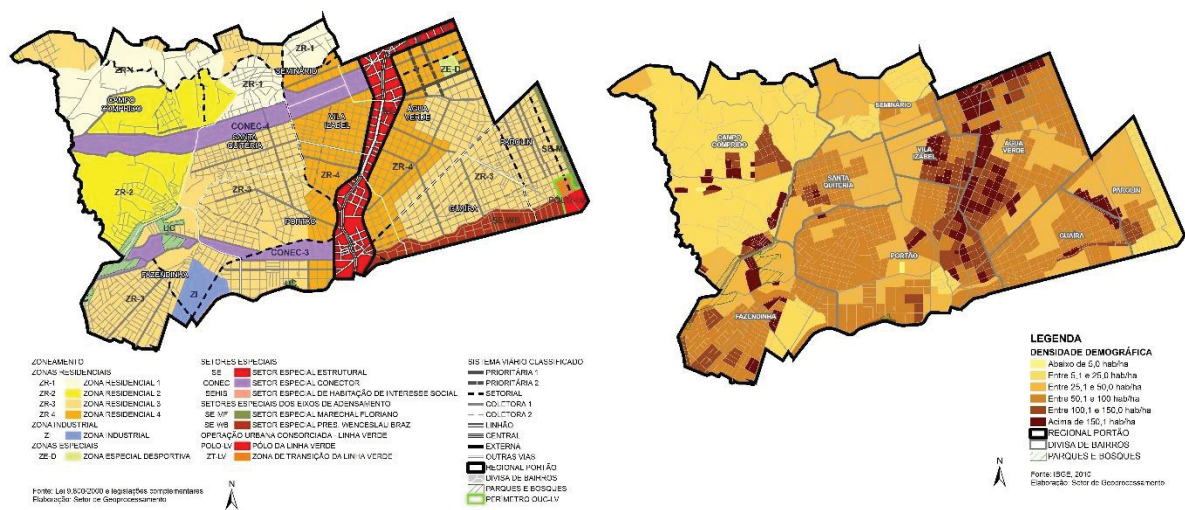
A Regional Tatuquara, de ocupação mais recente, está localizada na região sul de Curitiba, fazendo divisa com os municípios da região metropolitana Araucária e Fazenda Rio Grande, e é composta por três bairros: Campo de Santana, Caximba e Tatuquara. O zoneamento predominante é a APA-IGUAÇU, seguido do Setor Especial de Ocupação Integrada (SE-OI: área reservada para empreendimentos habitacionais), a Zona Industrial e o SEHIS. A densidade populacional é de média a alta na mancha urbanizada, sendo a média da regional 28 habitantes por hectare (Figura 46).

A mancha urbanizada da regional equivale a 28,41% do território da regional. A distribuição espacial das praças se concentra na porção norte da regional, apresentando baixa cobertura ao centro-sul, com destaque para a mancha urbanizada no bairro Campo de Santana (Figura 47). A porcentagem de área de cobertura é de 49,49% do território da regional no cenário 1, e de 38,63% no cenário 2.

as regionais mais densas de Curitiba. Os zoneamentos predominantes são ZR-3 e ZR-4 (Figura 48). A densidade populacional é de média a alta, sendo a média da regional 76 habitantes por hectare.

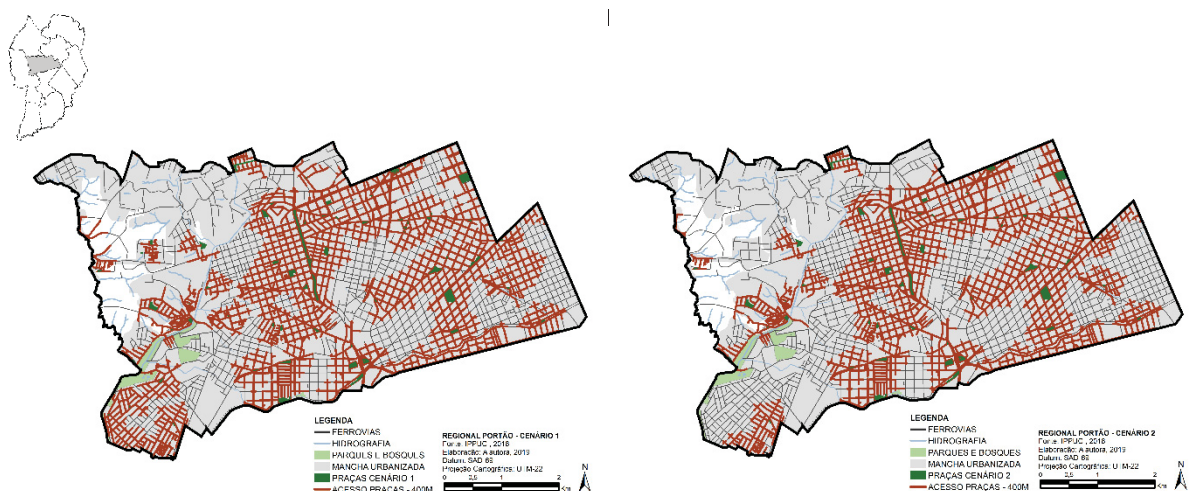
A mancha urbanizada da regional equivale a 93,97% do território da regional. A porcentagem de área de cobertura é de 55,70% do território da regional no cenário 1, e de 45,27% no cenário 2, sendo a segunda melhor regional no atendimento por praças (Figura 49).

FIGURA 48: ZONEAMENTO E DENSIDADE DEMOGRÁFICA - REGIONAL PORTÃO



Fonte: CURITIBA, 2000; IBGE, 2010; IPPUC, 2018.

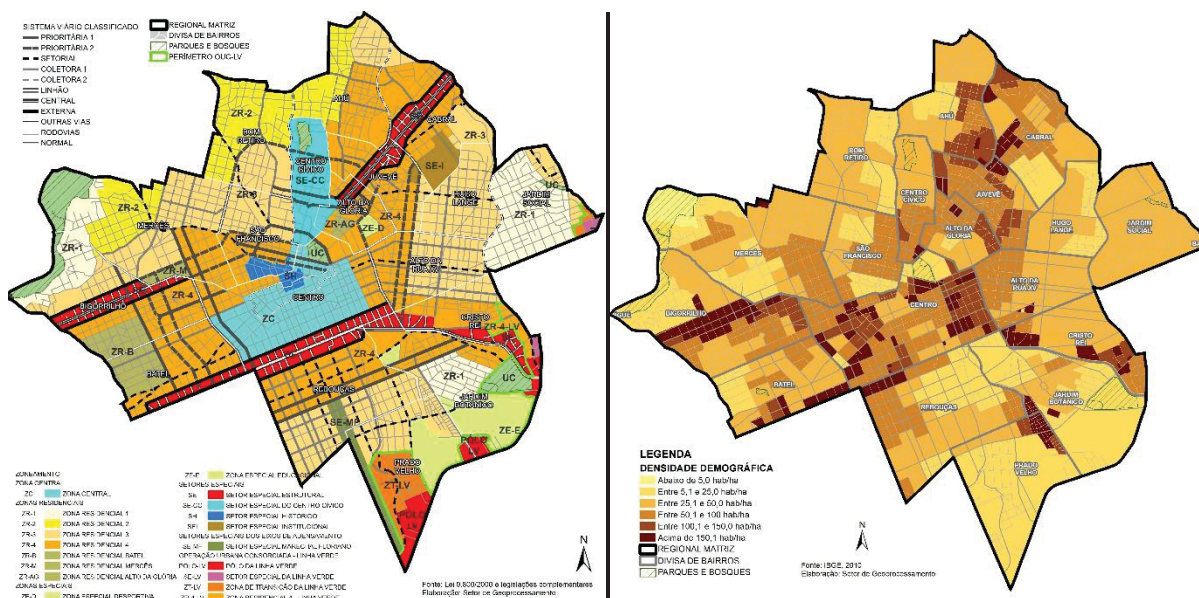
FIGURA 49: REGIONAL PORTÃO – CENÁRIOS 1 E 2



A Regional Matriz, de território 100% urbanizado, está localizada na região centro-norte da cidade, e possui a ocupação mais antiga da cidade. É composta pelos bairros: Ahú, Alto da Glória, Alto da XV, Batel, Bigorrrilho, Bom Retiro, Cabral, Centro, Centro Cívico, Cristo Rei, Hugo Lange, Jardim Botânico, Jardim Social, Juvevê, Mercês, Prado Velho, Rebouças e São Francisco. Os zoneamentos predominantes são a Zona Residencial 4 (ZR-4), a ZR-3, a Zona Central e o Setor Especial Estrutural (Figura 50). São zonas de maior densidade populacional e que permitem maior altura das edificações. A média da densidade é de 58 habitantes por hectare. A densidade demográfica é de média a alta, com valores maiores próximos ao Setor Estrutural, que possui a infraestrutura de transporte com canaleta exclusiva para circulação de ônibus.

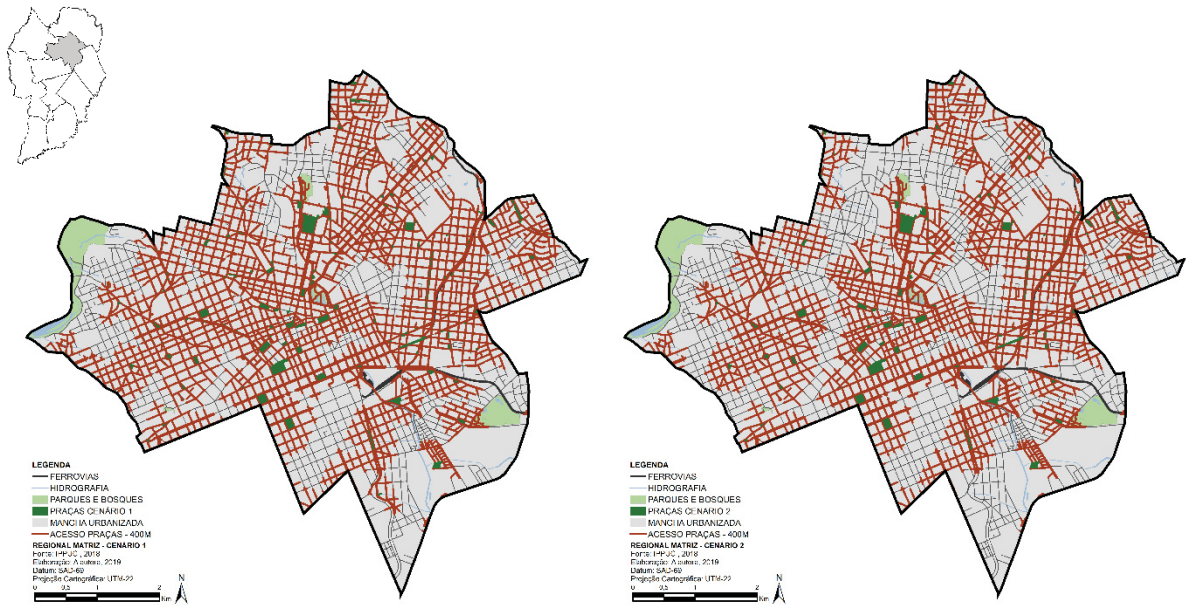
A Matriz possui a melhor cobertura de praças do município. Apesar de apresentar uma aparente queda no cenário 2, ainda continua entre as regionais com maior atendimento (Figura 51). A porcentagem de área de cobertura é de 66,82% do território da regional no cenário 1, e de 55,21% no cenário 2.

FIGURA 50: ZONEAMENTO E DENSIDADE DEMOGRÁFICA - REGIONAL MATRIZ



Fonte: CURITIBA, 2000; IBGE, 2010; IPPUC, 2018.

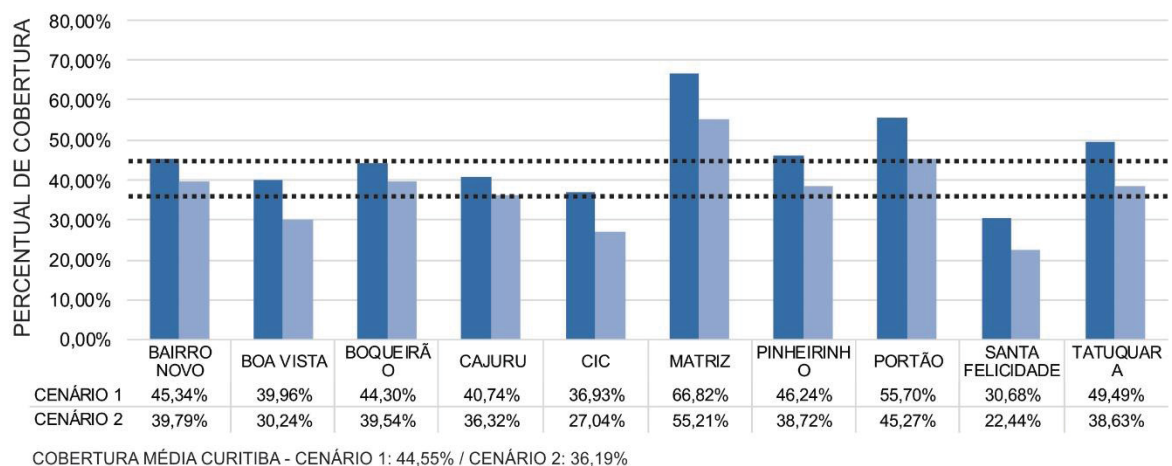
FIGURA 51: REGIONAL MATRIZ – CENÁRIOS 1 E 2



Fonte: IPPUC, 2018. Dados trabalhados pela autora, 2019.

Em relação a área de atendimento do município, no cenário 1, o percentual das regionais Matriz, Portão, Tatuquara, Pinheirinho e Bairro Novo são superiores. No cenário 2, as Regionais Boa Vista, CIC e Santa Felicidade são inferiores ao percentual de cobertura verificado para Curitiba (Gráfico 4).

GRÁFICO 4: PERCENTUAL DE COBERTURA DE PRAÇAS POR REGIONAL – CENÁRIOS 1 E 2



Fonte: A autora, 2019.

Em resumo, a partir da análise local da distribuição espacial e cobertura de praças, é possível notar que as áreas mais centrais (Regionais Matriz e Portão) possuem melhor atendimento em relação às áreas periféricas, apesar de algumas

exceções. Assim, é possível afirmar que existe desigualdade espacial no território de Curitiba, com maior concentração no centro e um padrão de distribuição mais disperso conforme se afasta dele.

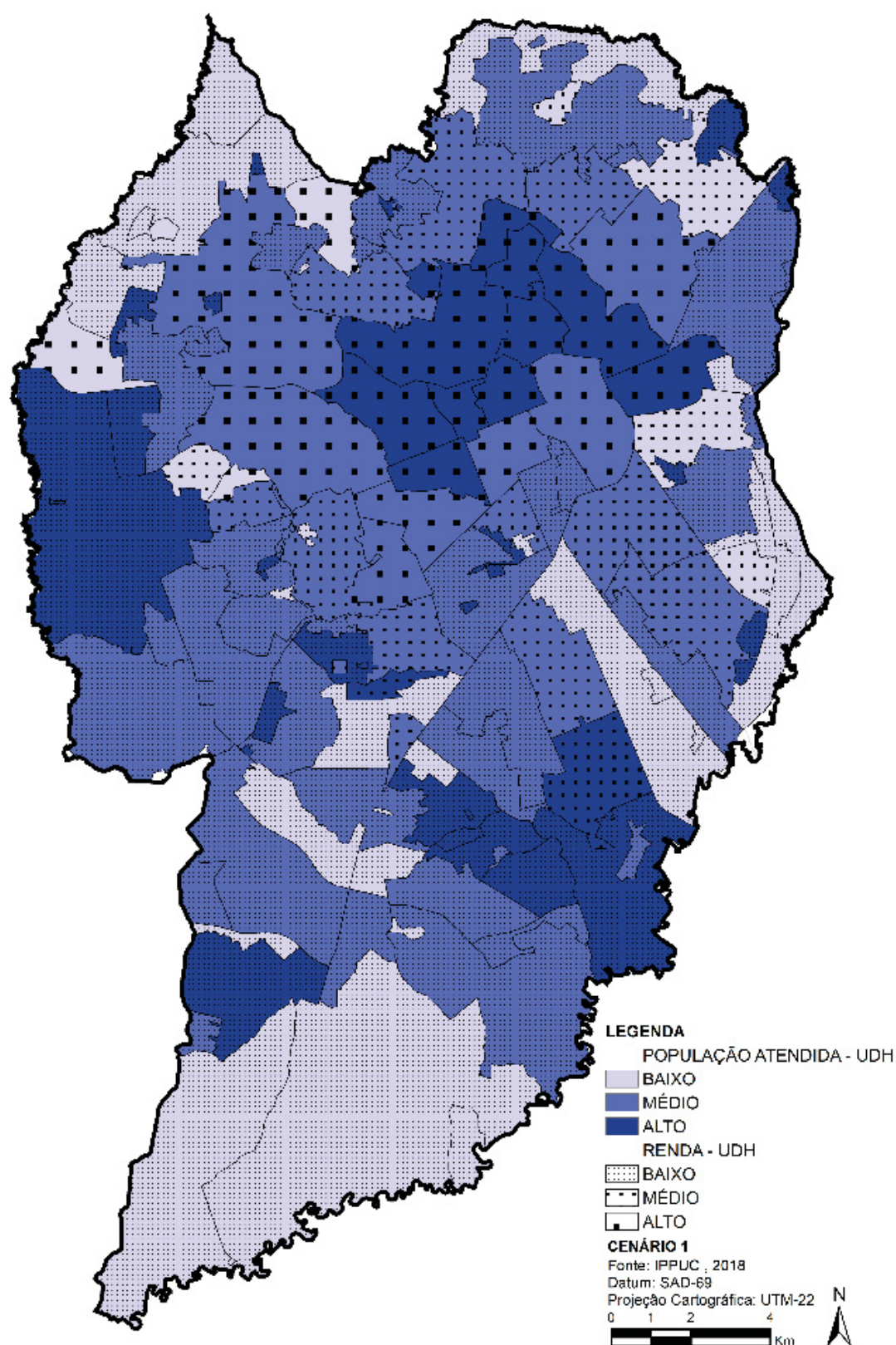
5.2.2 População Atendida e Renda Média

A partir da análise espacial realizada, foi possível calcular uma estimativa da população atendida por praças, com base nos dados do Censo 2010. Para o cenário 1, que eliminou as praças que não são efetivamente praças, a porcentagem aproximada de população do município, que possuem praças a uma distância de 400 metros ou 5 minutos de caminhada de sua residência, é de 53%. No cenário 2, a porcentagem de população estimada é de aproximadamente 45%.

Com base na distribuição das praças na malha urbana, notou-se que estas estão localizadas principalmente em áreas residenciais de média e alta densidades. A porcentagem de população atendida foi classificada em baixo (0 – 33,33%), médio (entre 33,33% e 66,66%) e alta (66,66% e 100%) por setor censitário e agrupadas em UDHs, para o comparativo com o indicador renda média *per capita* para os dois cenários de análise, também dividido em três intervalos de classe.

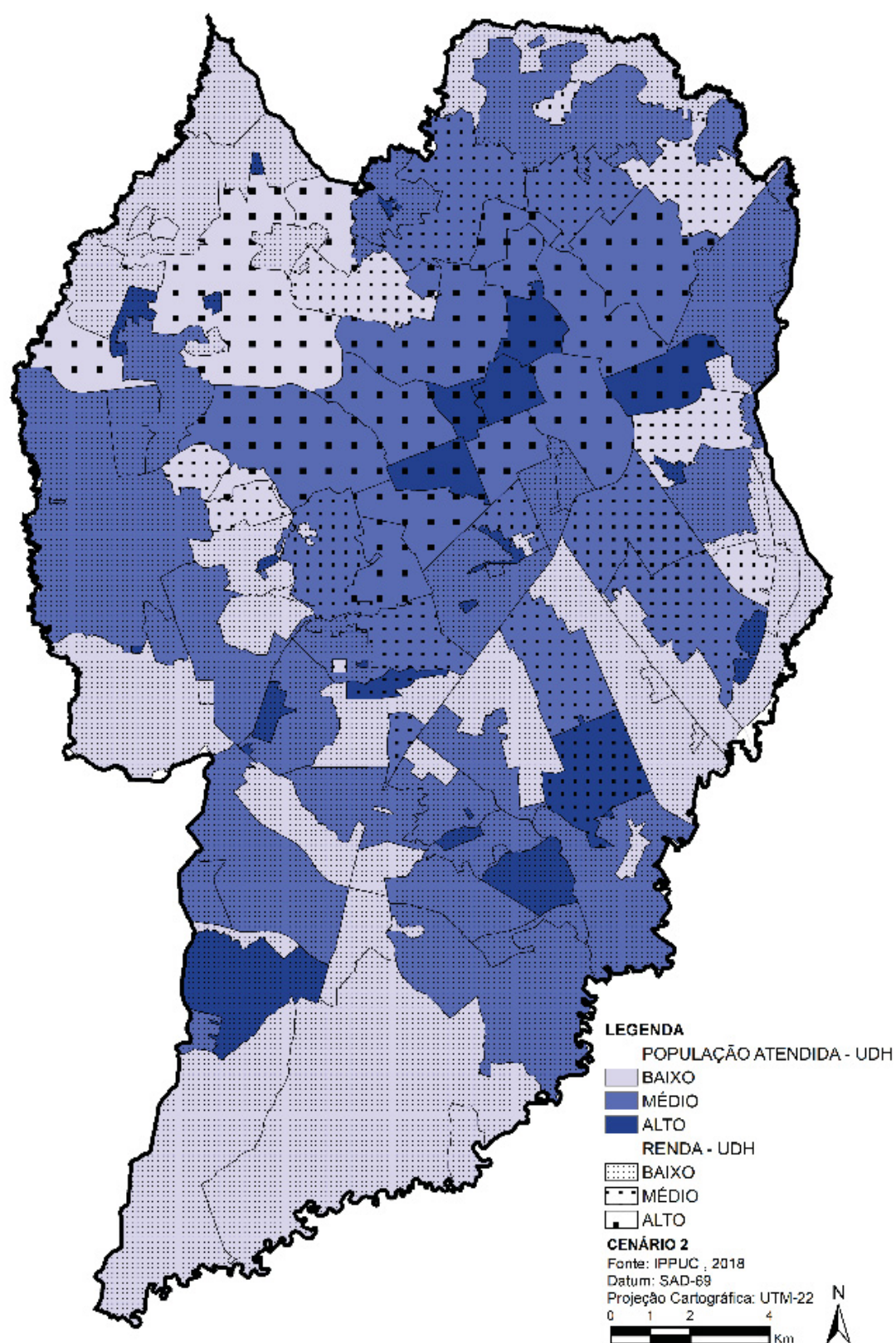
As áreas de porcentagem de população atendida estão representadas no mapa na cor azul, sendo o azul mais escuro as UDHs com alto atendimento de praças e o azul mais claro as áreas com baixo atendimento de praças. A hachura representa o indicador renda média, sendo a de maior tamanho as UDHs de alta renda e a de menor tamanho as áreas de baixa renda do município (Figura 52 e 53).

FIGURA 52: POPULAÇÃO ATENDIDA X RENDA – CENÁRIO 1



Fonte: IBGE, 2010; IPPUC, 2018. Dados trabalhados pela autora, 2019.

FIGURA 53: POPULAÇÃO ATENDIDA X RENDA – CENÁRIO 2



Fonte: IBGE, 2010; IPPUC, 2018. Dados trabalhados pela autora, 2019.

No cenário 1, a partir da sobreposição de camadas do atendimento das praças com a renda média, é possível notar que a área central, de maior renda, possui média e alta cobertura desses espaços, indicadas no mapa. Nas áreas com rendas mais baixas, observou-se que há predominância de baixo atendimento, com destaque para a área mais densa do Cajuru, Boqueirão e Campo de Santana. No entanto, também há alto atendimento de praças em regiões de baixa renda, como o bairro Sítio Cercado na Regional Bairro Novo e os setores habitacionais da Regional CIC.

No cenário 2, destaca-se o baixo atendimento por praças na área de renda mais alta na Regional Santa Felicidade e redução de espaços de alto atendimento em áreas periféricas. Portanto, é possível concluir que o padrão de distribuição espacial das praças em Curitiba não é homogêneo, assim como sua relação com a renda média da população, sendo possível identificar algumas áreas onde ocorre a desigualdade socioespacial, nos dois cenários de análise, principalmente nas áreas mais periféricas do município.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa seção destina-se a expressar os resultados obtidos pela pesquisa, com base na hipótese levantada inicialmente e nos objetivos estabelecidos. O estudo das praças na cidade contemporânea, com base nas referências teóricas apresentadas, permitiu compreender a importância do uso dos espaços públicos, e do seu caráter de espaço democrático, por ser o elemento representativo da qualidade de vida urbana.

As discussões acerca da necessidade do espaço público de qualidade nas cidades estão na pauta das recentes publicações internacionais. É notável o crescimento do debate a respeito da necessidade de espaços seguros, diversificados, inclusivos e acessíveis, como forma de reduzir as desigualdades socioespaciais. No entanto, considerando os conflitos de diversos âmbitos enfrentados nas cidades contemporâneas, vinculados às questões sociais, como insegurança e segregação, há uma certa redução da importância desses espaços, quando analisados a partir de um panorama histórico.

O adensamento urbano, em conjunto com a priorização do automóvel e usurpação dos espaços públicos para abertura de vias, a expulsão da população mais pobre para áreas periféricas produzindo espaços de segregação, o aumento da violência, a priorização da vida privada e a proliferação de enclaves fortificados são algumas das questões que impactam na experiência da vida pública nesses espaços e na própria manutenção destes na malha urbana. Ao mesmo tempo, tem-se notado uma retomada da apropriação desses espaços, seja por novas formas de lazer ou nos processos recentes de ocupações de ruas e praças para manifestações democráticas de direito à cidade.

Em Curitiba, assim como as demais cidades brasileiras, apesar da imagem de “cidade-modelo” o espaço urbano é marcado pela desigualdade socioespacial e pelos conflitos das metrópoles contemporâneas. Além da distância física observada entre as áreas centrais e periféricas, os indicadores socioeconômicos revelam a segregação espacial intraurbana. A partir dessa constatação, para a confirmação ou refutação da hipótese levantada de que a desigualdade socioespacial é refletida nos espaços públicos e que a distribuição espacial ocorre de forma desigual no território, foi

realizada a verificação quantitativa e distributiva das praças de Curitiba, a partir de métodos de análise espacial.

A verificação quantitativa das praças, aponta para a forma como esses espaços estão sendo tratados pelo poder público e a sua relevância na gestão das cidades. O número de praças que não foram consideradas praças, de 363 no cenário 1 (33% do total) e 520 no cenário 2 (57% do total), é significativo se considerarmos que no cenário 1, apenas 19% tem potencial de transformação em novos espaços.

Os diversos motivos de eliminação das praças como: espaços residuais, ocupação por edificações, canteiros do sistema viário e cercamentos por condomínios irregulares demonstram o descaso em relação a esses espaços em Curitiba. Na análise visual das praças que identificaram esses espaços descaracterizados, também foi possível notar claramente os contrastes de qualidade entre as áreas centrais e as áreas periféricas. Apesar de suas funções diferentes no território urbano, as praças residenciais, de uso relacionado à recreação, estavam em condições mais precárias.

Nesse sentido, a abordagem histórica do planejamento urbano de Curitiba, com foco em suas praças, demonstra um primeiro período de caráter mais elitista e higienista, passando pelo Plano Preliminar de Urbanismo em 1965, que definia raios de abrangência ideais por faixa etária para áreas de recreação e espaços públicos, e pelo Plano Municipal de Desenvolvimento Urbano – PMDU, que a partir de um estudo socioeconômico e físico-territorial com áreas de abrangência dos espaços públicos, demonstrou a carência desses espaços nas regiões mais periféricas. Essa análise dos planos foi interessante por evidenciar a preocupação com esses espaços nos planos urbanísticos mais recentes. No entanto, foram poucas as ações e medidas tomadas para efetivá-las.

O Plano Diretor vigente, de 2015, aponta como diretriz a necessidade de distribuir equitativamente os espaços públicos pelo território, com diversidade de usos. No entanto, para definir os espaços públicos como instrumentos privilegiados da política urbana, é necessário um passo à frente, de compreender a forma como espaços estão distribuídos, sua qualidade e importância, como base para propor espaços diversificados, inclusivos, seguros e acessíveis a toda população, garantindo o direito à cidade. Assim, o método de análise espacial proposto, teve como objetivo entender como esses espaços estão distribuídos, podendo fornecer subsídios para a administração pública para o planejamento dos espaços públicos.

A análise de redes, adotada para a verificação distributiva das praças de Curitiba, se mostrou eficiente no sentido de produzir um resultado mais próximo do real do que os métodos tradicionais de raios de abrangência, por considerar as linhas de caminhada existentes e as barreiras físicas presentes na malha urbana. Com este método, foi possível compreender as regiões atendidas por praças e, comparando com o indicador de renda média *per capita*, verificar a desigualdade socioespacial em Curitiba, à luz de suas praças. Foi possível concluir que o padrão de distribuição espacial das praças não é homogêneo, sendo possível relacionar áreas de alta cobertura por praças com áreas de renda mais alta, como nas regionais Matriz e Portão, assim como o contrário também ocorre, como o baixo atendimento na regional Santa Felicidade, que possui maior renda. No entanto, a maior concentração de praças e maior renda média é predominante na área central, que é historicamente mais consolidada.

As limitações deste estudo se dão por sua essência quantitativa, que não considera a vida pública existente em cada um desses espaços. A metodologia adotada também não considera a qualidade das calçadas e vias de acesso às praças, assim como a sua declividade. Outra questão relevante está relacionada à distância adotada para a cobertura das praças no território. Por estar baseada em literatura internacional, pode haver uma diferença na maneira como as distâncias são percebidas no cotidiano dos brasileiros. Futuras pesquisas poderiam investigar a partir de entrevistas, a distância que as pessoas estão dispostas a caminhar para acessar uma praça. No entanto, não se pretendeu fixar um valor rígido para a cobertura de espaços públicos, até porque tipologias diferentes de espaço, assim como as faixas etárias da população podem implicar em distâncias físicas diferentes.

Compreende-se então que a disponibilidade física desses espaços não é sinônimo de garantia de acesso e redução das desigualdades, é preciso considerar a dimensão imaterial e simbólica, que é inerente à natureza dos espaços públicos. Por fim, considerando os avanços e limitações desta pesquisa, o método utilizado pode contribuir com as pesquisas de análises espaciais em planejamento urbano, além de auxiliar na tomada de decisões pelo poder público, em relação aos espaços públicos da cidade contemporânea. Espaços estes representativos da democracia, do direito à cidade, que podem contribuir para a redução das desigualdades socioespaciais intraurbana.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, S. L. **Espaço público**: do urbano ao político. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2008.
- ALBUQUERQUE, A. F. **A questão habitacional em Curitiba**: o enigma da “cidade modelo”. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- ALEXANDER, C.; ISHIKAWA, S.; SILVERSTEIN, M. **A pattern language**. New York: Oxford University Press, 1977.
- ALVES, G.A. As centralidades periféricas: da segregação socioespacial ao direito à cidade. In.: CAROLS, A.F.A.; SANTOS, C.S.; ALVAREZ, I.P. (orgs.). **Geografia urbana crítica: teoria e método**. São Paulo: Contexto, 2018, p. 109-123.
- ANGELIS, B.L.D; NETO, G.DA. Os elementos de desenhos das praças de Maringá. **Acta Scientiarum**, Maringá, p.1445-1454, 2000.
- _____; CASTRO, R.M.; NETO, G.D.A. Metodologia para levantamento, cadastramento, diagnóstico e avaliação de praças no Brasil. **Engenharia Civil-UM**, Maringá, n.20, p.57-70, 2004.
- ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- ASCHER, F. **Os novos princípios do urbanismo**. São Paulo: Romano Guerra, 2010.
- BAHLS, A.V.S. **O verde na metrópole**: A evolução das praças e jardins em Curitiba (1885-1916). Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e História. Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, 1998.
- BARTALINI, V. **Espaços livres públicos**: o caso das praças do metrô de São Paulo. FAUUSP, São Paulo, v.1., n.1., p. 11-22, dez. 1990.
- BENÉVOLO, L. **História da Cidade**. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- BOLETIM, PMC. **Plano de Urbanização de Curitiba – Plano Agache**. Ano II, Nº12. Curitiba: Secretaria da Prefeitura, 1943.
- BONDUKI, N. **Origens da Habitação Social no Brasil**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- BORJA, J.; MUXÍ, Z. **El espacio público, ciudad y ciudadanía**. Barcelona: 2000.
- BRASIL. **Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979**. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras providências. Diário Oficial da União, 20 dez 1979.
- _____. **Lei nº 9.785, de 29 de janeiro de 1999**. Altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de julho de 1941 (desapropriação por utilidade pública) e as Leis nº 6.015, de 31 de

dezembro de 1973 (registros públicos) e 6.766, de 19 de dezembro de 1979 (parcelamento do solo urbano). Diário Oficial da União, 4 fev 1999.

_____. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União, 10 jul 2001.

_____. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil Brasileiro. Diário Oficial da União, 11 jan 2002.

BURROUGH, P.A.; MCDONNELL, R.A. ***Principles of Geographical Information Systems***. New York: Oxford University Press, 1998.

CALDEIRA, J.M. **A praça brasileira - trajetória de um espaço urbano**: origem e modernidade. Tese (Doutorado em história) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas 2007.

_____. **A praça colonial brasileira**. Univ. Arquitetura e Comunicação Social, Brasília, v. 7, n. 1, p.19-39, jan/jun, 2010.

CALDEIRA, T.P.R. **Cidade de Muros**. Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34: EDUSP, 2000.

CALLIARI, M. **Espaço público e urbanidade em São Paulo**. São Paulo: Bei Comunicação, 2016.

CARDOSO, L. Acessibilidade espacial como instrumento de combate às desigualdades intraurbanas: o caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: MATOS, R.; WEBER, S. (orgs.). **Desigualdades, redes e espacialidades emergentes no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 311-348.

CARLOS, A.F.A. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A.F.A.; SOUZA, M.L.; SPOSITO, M.E.B. (orgs.) **A produção do espaço urbano: agentes, processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 53-73.

_____. O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e direito à cidade. **GEOUSP – Espaço e Tempo**. São Paulo, v.18, n. 2, p. 472-486, 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/89588>. Acesso em: 04 ago 2017.

_____. A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico. In: VASCONCELOS, P.A.; CORRÊA, R.L.; PINTAUDI, S.M. (orgs.) **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2016. p. 95-110.

_____. Geografia crítica-radical e a teoria social. In.: CARLOS, A.F.A.; SANTOS, C.S.; ALVAREZ, I.P. (orgs.). **Geografia urbana crítica: teoria e método**. São Paulo: Contexto, 2018, p. 15-34.

CARMONA, M. Contemporary Public Space: critique and classification, Part One: Critique. **Journal of Urban Design**, v.15, n.1, 2010, p 123-148.

CARR, S.; FRANCIS, M.; RIVLIN, L. G.; STONE, A. M. **Public Space**. New York: Cambridge University Press, 1995.

CARVALHO, A. S. **Às margens da Curitiba “modelo”: onde habitam os excluídos da cidade idealizada?** ANPUH – XXVII Simpósio Nacional de História. Natal, 2013.

COMBER, A.; BRUNSDON, C.; GREEN, E. Using a GIS-based network analysis to determine urban greenspace accessibility for different ethnic and religious groups. *Science Direct: Landscape and Urban Planning* 86, p.103–114, 2008.

CULLEN, G. **Paisagem urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1971.

CURITIBA. **Decreto 2.942, de 27 de dezembro de 1966**. Normas para aprovação de arruamentos e desmembramentos de terrenos no Município de Curitiba. Diário Oficial do Município de Curitiba, n. 17, 28 jan 1967.

_____. **Decreto 427, de 20 de outubro de 1983**. Define critérios para denominação de áreas públicas ajardinadas. Diário Oficial do Município de Curitiba, n. 44, 26 out 1983.

_____. **Lei 9.800, de 3 de janeiro de 2000**. Dispõe sobre o Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo no Município de Curitiba e dá outras providências. Diário Oficial do Município de Curitiba, n. 21, 14 mar 2000.

_____. **Lei 14.771, de 17 de dezembro de 2015**. Dispõe sobre a revisão do Plano Diretor de Curitiba de acordo com o disposto no Art. 40, § 3º, do Estatuto da Cidade, para orientação e controle do desenvolvimento integrado do Município. Diário Oficial do Município de Curitiba, n. 236, 17 dez 2015.

_____. **Decreto 1.048, de 2 de outubro de 2018**. Regulamenta os artigos 25, 26, 27 e inciso III do artigo 44 da Lei Municipal nº 14.771, de 17 de dezembro de 2015, dispõe sobre a destinação de áreas públicas em projetos de cadastramento, unificação ou subdivisão, e dá outras providências. Diário Oficial do Município de Curitiba, n. 189, 5 out 2018a.

_____. **Decreto 844, de 14 de agosto de 2018**. Aprova a nova delimitação de áreas das Administrações Regionais. Diário Oficial do Município de Curitiba, n. 160, 24 ago 2018b.

DUDEQUE, I. T. **Cidades sem véus: doenças, poder e desenhos urbanos**. Curitiba: Champagnat, 1995.

_____. **Nenhum dia sem uma linha: uma história do urbanismo de Curitiba**. São Paulo, SP: Studio Nobel, 2010.

FROES, A. C. **Ideologia ambiental no planejamento e produção do espaço urbano em Curitiba: estudo de caso do projeto Viva Barigui**. Dissertação (Mestrado

em Planejamento Urbano e Regional) – Setor de Tecnologia. Universidade Federal do Paraná - UFPR. Curitiba, 2018.

GEHL, J. **La Humanización del espacio publico**. Barcelona: Gustavo Gili, 2006.

_____. **Cidade para pessoas**. São Paulo, SP: Perspectiva, 2013.

_____; GEMZOE, L. **Novos espaços urbanos**. Barcelona: Gustavo Gili, 2002.

GOMES, P.C.C. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GROSBAUM, M. **O espaço público no processo de urbanização de favelas**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HARVEY, D. **Cidades Rebeldes**: do direito à cidade para a luta anticapitalista. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Relatório Brasileiro para a Habitat III**. Brasília, ConCidades, 2016.

_____. **A nova agenda urbana e o Brasil: insumos para sua construção e desafios a sua implementação**. Brasília, ConCidades, 2018.

IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Plano Municipal de Desenvolvimento Urbano - PMDU**. Curitiba, 1985.

_____. **Plano de Mobilidade Urbana e Transporte Integrado**. Curitiba, 2008.

_____. **Análise do Censo 2010**: População. Curitiba, 2012a.

_____. **Rendimento**: Comparação Curitiba 2000 e 2010 e comparação entre capitais. Curitiba, 2012b.

_____. **Diagnóstico Regional**. Curitiba, 2017.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades norte-americanas**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JOVCHELOVITCH, S. **Representações sociais e esfera pública**: A construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

KOSTOF, S. **The City Assembled**: the elements of urban form through history. New York: Thames & Hudson, 1992.

LAVALLE, A.G. As dimensões constitutivas do espaço público. **Espaço & Debates**, n. 46. São Paulo: Annablume, 2005.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LOUSADA, M.A. Praça. In: TOPALOV, C.; BRESCIANI, S.; LILLE, L.C.; D'ARC, H.R. (orgs.). **A Aventura das palavras da cidade, através dos tempos, das línguas e das sociedades**. São Paulo: Romano Guerra, 2014, p. 534-542.

LYNCH, K. **Good City Form**. Cambridge: The MIT Press, 1981.

MAGUIRE, D.J. *Towards a GIS Platform for Spatial Analysis and Modeling*. In: MAGUIRE, D.; BATTY, M. GOODCHILD, M.F. (orgs.). **GIS, Spatial Analysis, and Modeling**. New York: ESRI, 2005, p. 19-39.

MARCUS, C.C.; FRANCIS, C. **People Places: Design Guidelines for Urban Open Space**. New York: John Wiley & Sons, INC, 1998.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

_____. **Metrópole, legislação e desigualdade**. Estudos avançados, São Paulo, v. 17, n. 48, p.151-167, maio/agosto, 2003.

MARRON, C. Introduction: Culture. In.: MARRON, C. **City Squares**: Eighteen writers on the spirit and significance of squares around the world. New York: HarperCollins, 2016.

MARX, M. **Cidade Brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

MATOS, R. Desigualdades socioespaciais: inserções teóricas e conceituais e discussão do caso brasileiro. In: MATOS, R.; WEBER, S. (orgs.). **Desigualdades, redes e espacialidades emergentes no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 19-57.

MOGIN, O. **A condição urbana**. A cidade na era da globalização. São Paulo: Estação Liberdade, 2008.

MUMFORD, L. **A cidade na História**: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

NEW YORK FOR PARKS – NY4P. **The Open Space Index**. New York, 2010.

OLIVEIRA, D. **Curitiba e o Mito da Cidade Modelo**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2000.

OXFAM, Brasil. **A distância que nos une: Um retrato das desigualdades brasileiras.** São Paulo, 2017.

PECHMAN, Roberto. O urbano fora do lugar? Transferências e traduções das ideias urbanísticas nos anos 20. In: RIBEIRO, L.C.Q.; PECHMAN, R. (orgs.) **Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Acompanhando a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável: subsídios iniciais do Sistema das Nações**

Unidas no Brasil sobre a identificação de indicadores nacionais referentes aos objetivos de desenvolvimento sustentável. Brasília: PNUD, 2015.

PROJECT FOR PUBLIC SPACES - PPS. **Ten principles for successful squares.** New York, 2005.

_____. **Good Places.** New York, 2008.

QUEIROGA, E.F. **A megalópole e a praça: o espaço entre a razão de dominação e a ação comunicativa.** Tese (Doutorado em arquitetura e urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

_____. **Dimensões públicas do espaço contemporâneo: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros.** Tese (Livre Docência em paisagem e ambiente) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

RIBEIRO, L.C.Q.; KOSLINSKI, M.C.; ZUCCARELLI, C. CHRISTOVÃO, A.C. Desafios urbanos à democratização do acesso às oportunidades educacionais nas metrópoles brasileiras. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, n. 134, p.171-193, jan-mar, 2016.

ROBBA, F.; MACEDO, S.S. **Praças Brasileiras.** São Paulo: Edusp, 2002.

RODRIGUES, A.M. **Desigualdades socioespaciais: a luta pelo direito à cidade.** Cidades, Brasília, v.4, n. 6, p.73-88, 2007.

ROLNIK, R. **De dentro pra fora: será que São Paulo está valorizando mais seus espaços públicos?** 2012. Disponível em:

<https://raquelrolnik.wordpress.com/2012/10/25/de-dentro-pra-fora-sera-que-sao-paulo-esta-valorizando-mais-seus-espacos-publicos/>

ROSA, R. **Análise espacial em geografia.** Revista da ANPEGE, v. 7, n. 1, número especial, p. 275-289, out. 2011.

ROSANELI, A. F. **Cartografia dos espaços livres públicos de Curitiba.** Anais do IX Colóquio QUAPÁ-SEL, Vitória, ES, 2014.

_____; BRANDENBURG, E. J. WEISHOF, N. **Morfologia espacial dos espaços públicos de Curitiba/PR**. I Congresso Internacional Espaços Públicos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

_____; BRANDENBURG, E. J. SCHAFASCHEK, M. C. I. SILVA, M. M. **Renda e espaço livre público: uma breve análise espacial em Curitiba, PR**. XI Colóquio Quapá-SEL. Salvador: UFBA, 2016.

_____; BRANDENBURG, E. J. SCHAFASCHEK, M. C. I. SILVA, M. M. Espaço Público e desigualdade socioespacial na metrópole contemporânea: Curitiba-PR. In: **Urbanization in Latin America: Exclusion, Marginality and Conflict**. Latin America Conference of the Regional Studies Association. São Paulo: 2017.

SANTANA, D. T. **Praça de Bolso do Ciclista de Curitiba/PR**: idealização, cotidiano e o uso da bicicleta como forma de contestação. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Setor de Ciências Biológicas. Universidade Federal do Paraná - UFPR. Curitiba, 2016.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS JUNIOR, O. A. Espaços urbanos coletivos, Heterotopia e o Direito à cidade: reflexões a partir do pensamento de Henri Lefebvre e David Harvey. In: COSTA, M.C.; COSTA, H.S.M.C; MONTE-MÓR, R.L.M. (orgs.) **Teorias e práticas urbanas**: condições para a sociedade urbana. Belo Horizonte, MG: C/Arte, 2015, p. 193-213.

SCHIAVINATTO, I.L. Praça. In: TOPALOV, C.; BRESCIANI, S.; LILLE, L.C.; D'ARC, H.R. (orgs.). **A Aventura das palavras da cidade, através dos tempos, das línguas e das sociedades**. São Paulo: Romano Guerra, 2014, p. 542-548.

SENNETT, R. **O declínio do homem público**. São Paulo: Companhia das Letras, 1974.

SILVA, K.O. A periferização causada pela urbanização brasileira. **Revista Urutágua**, Maringá, n.11, 2007.

SILVA, G.C.; LOPES, W.G.R.; LOPES, J.B. Evolução, mudanças de uso e apropriação de espaços públicos em áreas centrais urbanas. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v.11, n.3, p. 197-212, jul/set. 2011.

SILVA, M.N. **A dinâmica da produção dos espaços informais de moradia e o processo de metropolização em Curitiba**. Tese (Doutorado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra. Universidade Federal do Paraná - UFPR. Curitiba, 2012.

SITTE, C. **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos**. São Paulo: Editora Ática, 1992.

SOUZA, N.R. Planejamento urbano em Curitiba: Saber técnico, classificação dos Citadinos e partilha da cidade. **Revista de sociologia e política**, Curitiba, nº 16, p. 107-122, junho, 2001.

SPOSITO, M.E.B. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In.: VASCONCELOS, P.A.; CORRÊA, R.L.; PINTAUDI, S.M. **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013.

TALAVERA, R. **Improving pedestrian accessibility to public space Through space syntax analysis**. Eighth International Space Syntax Symposium. Santiago de Chile: PUC, 2012.

TENÓRIO, G.S. **Ao desocupado em cima da ponte**: Brasília, arquitetura e vida pública. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de Brasília - UNB. Brasília, 2012.

TOPALOV, C.; BRESCIANI, S.; LILLE, L.C.; D'ARC, H.R. (orgs.). **A Aventura das palavras da cidade, através dos tempos, das línguas e das sociedades**. São Paulo: Romano Guerra, 2014.

UN-HABITAT - Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos. **Nova Agenda Urbana**. Quito, 2016.

_____; IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Estado das Cidades do Mundo 2010/2011**: Unindo o urbano dividido. Brasília, 2010.

VASCONCELLOS, E.A. **Políticas de Transporte no Brasil**: a construção da mobilidade excludente. Barueri: Manole, 2013.

VASCONCELOS, P.A.; CORRÊA, R.L.; PINTAUDI, S.M. Introdução. In.: VASCONCELOS, P.A.; CORRÊA, R.L.; PINTAUDI, S.M. **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013.

VIANNA, F.B. **O Plano de Curitiba 1965-1975**: Desdobramento de outro moderno brasileiro. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2017.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo, SP: Studio Nobel, FAPESP – Lincoln Institute, 2001.

WILHEIM, J.; SERETE, Sociedade de Estudos e Projetos Ltda. **Plano preliminar de urbanismo de Curitiba**. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba; IPPUC, 1965.

WHYTE, W.H. The social life of small urban spaces. New York: Project for Public Spaces, 2009.

ANEXO 01: Tabela de praças de Curitiba - PR

Nº	TIPO	NOME	REGIONAL	ÁREA	ANÁLISE	MOTIVO ELIMINAÇÃO
1	PÇ.	Padre Franciso Corso	BAIRRO NOVO	16.291,61	ANALISADA	NÃO SE APLICA
2	PÇ.	Cicero Portes	BAIRRO NOVO	12.006,84	ANALISADA	NÃO SE APLICA
3	PÇ.	Emirados Árabes Unidos	BAIRRO NOVO	2.993,68	ANALISADA	NÃO SE APLICA
4	PÇ.	José Luiz Franceschi	BAIRRO NOVO	7.672,89	ANALISADA	NÃO SE APLICA
5	PÇ.	José Soares Grobe	BAIRRO NOVO	17.984,03	ANALISADA	NÃO SE APLICA
6	PÇ.	Desembargador Marçal Justen	BAIRRO NOVO	2.374,41	ANALISADA	NÃO SE APLICA
7	PÇ.	Egydio José Busnardo	BAIRRO NOVO	4.674,10	ANALISADA	NÃO SE APLICA
8	PÇ.	s.n.	BAIRRO NOVO	43.034,18	ANALISADA	NÃO SE APLICA
9	PÇ.	Alberto Massuda	BAIRRO NOVO	22.931,37	ANALISADA	NÃO SE APLICA
10	PÇ.	s.n.	BAIRRO NOVO	3.622,54	ELIMINADA 1	PRAÇA PRIVATIZADA
11	PÇ.	Prof. Marii Queiroz Azevedo	BAIRRO NOVO	6.296,02	ANALISADA	NÃO SE APLICA
12	PÇ.	Napoleão Côrtes Filho	BAIRRO NOVO	6.918,72	ANALISADA	NÃO SE APLICA
13	PÇ.	Carlos Raul Heller	BAIRRO NOVO	5.370,73	ANALISADA	NÃO SE APLICA
14	PÇ.	Praça das Tendas	BAIRRO NOVO	5.786,23	ANALISADA	NÃO SE APLICA
15	PÇ.	s.n.	BAIRRO NOVO	4.123,25	ANALISADA	NÃO SE APLICA
16	PÇ.	s.n.	BAIRRO NOVO	3.612,59	ANALISADA	NÃO SE APLICA
17	PÇ.	Jornalista Luzimar de Maria Dionysio - Meid	BAIRRO NOVO	5.353,43	ANALISADA	NÃO SE APLICA
18	PÇ.	Heitor Oscar Prados	BAIRRO NOVO	1.843,85	ANALISADA	NÃO SE APLICA
19	JD.	s.n.	BAIRRO NOVO	1.368,15	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
20	PÇ.	Bosque 300 Anos	BAIRRO NOVO	7.606,83	ELIMINADA 1	CADASTRO EQUIVOCADO
21	PÇ.	Campo Cerrado	BAIRRO NOVO	3.830,93	ANALISADA	NÃO SE APLICA
22	JD.	Júlia Scroccaro Burbello	BAIRRO NOVO	216,08	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
23	JD.	Maria Imaculada	BAIRRO NOVO	552,16	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
24	PÇ.	s.n.	BAIRRO NOVO	1.948,87	ANALISADA	NÃO SE APLICA
25	PÇ.	José Chimanski	BAIRRO NOVO	4.342,99	ANALISADA	NÃO SE APLICA
26	PÇ.	s.n.	BAIRRO NOVO	5.775,96	ANALISADA	NÃO SE APLICA
27	JD.	s.n.	BAIRRO NOVO	833,46	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
28	PÇ.	Aristides Outeiral Hoefel Filho	BAIRRO NOVO	8.477,79	ANALISADA	NÃO SE APLICA
29	PÇ.	s.n.	BAIRRO NOVO	4.000,52	ANALISADA	NÃO SE APLICA
30	JD.	Victorino Antônio Boff	BAIRRO NOVO	703,57	ANALISADA	NÃO SE APLICA
31	E.A.	s.n.	BAIRRO NOVO	13.051,96	ANALISADA	NÃO SE APLICA
32	PÇ.	s.n.	BAIRRO NOVO	4.198,71	ELIMINADA 1	PRAÇA EDIFICADA
33	PÇ.	s.n.	BAIRRO NOVO	7.615,83	ELIMINADA 1	CADASTRO EQUIVOCADO
34	PÇ.	s.n.	BAIRRO NOVO	10.961,62	ANALISADA	NÃO SE APLICA
35	PÇ.	Maria da Luz Taborda Cubas de Andrade	BAIRRO NOVO	3.425,91	ANALISADA	NÃO SE APLICA
36	JD.	Antônio Lino Deconto	BAIRRO NOVO	273,26	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
37	JD.	s.n.	BAIRRO NOVO	1.486,55	ELIMINADA 1	CADASTRO EQUIVOCADO
38	PÇ.	s.n.	BAIRRO NOVO	4.696,61	ANALISADA	NÃO SE APLICA
39	PÇ.	s.n.	BAIRRO NOVO	4.659,47	ANALISADA	NÃO SE APLICA
40	PÇ.	Lenyr Marés de Souza Cavallin	BAIRRO NOVO	7.944,96	ANALISADA	NÃO SE APLICA
41	PÇ.	s.n.	BAIRRO NOVO	3.064,08	ANALISADA	NÃO SE APLICA
42	PÇ.	s.n.	BAIRRO NOVO	2.249,69	ANALISADA	NÃO SE APLICA
43	JD.	s.n.	BAIRRO NOVO	381,58	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
44	PÇ.	Nações	BOA VISTA	789,61	ANALISADA	NÃO SE APLICA
45	PÇ.	Alemanha	BOA VISTA	9.006,47	ELIMINADA 1	CADASTRO EQUIVOCADO
46	PÇ.	Alemanha	BOA VISTA	6.579,39	ELIMINADA 1	CADASTRO EQUIVOCADO
47	PÇ.	Cap. Joviniano Pereira de Camargo	BOA VISTA	2.757,29	ANALISADA	NÃO SE APLICA
48	PÇ.	Anna Maurer Rutz	BOA VISTA	7.040,11	ANALISADA	NÃO SE APLICA
49	PÇ.	República da Islândia	BOA VISTA	6.537,08	ELIMINADA 1	CADASTRO EQUIVOCADO
50	JD.	s.n.	BOA VISTA	426,74	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
51	JD.	Alcebiades de Oliveira	BOA VISTA	1.954,85	ANALISADA	NÃO SE APLICA
52	JD.	João Túlio	BOA VISTA	1.187,18	ANALISADA	NÃO SE APLICA
53	JD.	Margarida Ribas de Mello	BOA VISTA	780,31	ANALISADA	NÃO SE APLICA
54	JD.	Jacob Buffara	BOA VISTA	656,64	ANALISADA	NÃO SE APLICA
55	JD.	s.n.	BOA VISTA	2.221,77	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
56	JD.	Clóvis Edilberto de Assumpção	BOA VISTA	3.588,67	ANALISADA	NÃO SE APLICA
57	PÇ.	Lúcia Bozza Pilatti	BOA VISTA	3.629,19	ANALISADA	NÃO SE APLICA
58	PÇ.	Florinda Gusso Bozza	BOA VISTA	1.862,81	ANALISADA	NÃO SE APLICA
59	PÇ.	Padre Giovanni Graceffa	BOA VISTA	1.361,58	ANALISADA	NÃO SE APLICA
60	PÇ.	Primavera	BOA VISTA	11.125,79	ELIMINADA 1	CADASTRO EQUIVOCADO
61	PÇ.	Maria Stacheiki de Oliveira	BOA VISTA	85,75	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
62	PÇ.	Paulo Santi	BOA VISTA	1.716,32	ANALISADA	NÃO SE APLICA
63	PÇ.	Irene Pereira da Silva (Rosa Pereira)	BOA VISTA	6.419,32	ANALISADA	NÃO SE APLICA
64	PÇ.	Vasco Taborda Ribas	BOA VISTA	4.209,99	ANALISADA	NÃO SE APLICA
65	PÇ.	s.n.	BOA VISTA	6.601,80	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
66	PÇ.	s.n.	BOA VISTA	9.666,40	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
67	PÇ.	José Olpolz	BOA VISTA	866,63	ANALISADA	NÃO SE APLICA
68	LG.	Largo Mãe de Deus	BOA VISTA	113,10	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
69	PÇ.	Ângela Costa Bazzo	BOA VISTA	607,03	ANALISADA	NÃO SE APLICA
70	PÇ.	Chuniti Hara	BOA VISTA	557,48	ANALISADA	NÃO SE APLICA
71	JD.	Jamil Snege	BOA VISTA	77,52	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
72	JD.	Landivio Tschoeke	BOA VISTA	1.178,77	ANALISADA	NÃO SE APLICA
73	JD.	Cecília Blanchet Geronasso	BOA VISTA	408,59	ANALISADA	NÃO SE APLICA
74	PÇ.	Irineu Mazzarotto	BOA VISTA	1.322,34	ANALISADA	NÃO SE APLICA
75	JD.	s.n.	BOA VISTA	1.168,24	ANALISADA	NÃO SE APLICA

Nº	TIPO	NOME	REGIONAL	ÁREA	ANÁLISE	MOTIVO ELIMINAÇÃO
76	JD.	Egydio Bonatto	BOA VISTA	358,50	ANALISADA	NÃO SE APLICA
77	JD.	Afonso Rauscher	BOA VISTA	44,69	ANALISADA	NÃO SE APLICA
78	JD.	s.n.	BOA VISTA	501,90	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
79	J.A.	s.n.	BOA VISTA	451,50	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
80	JD.	s.n.	BOA VISTA	1.205,54	ANALISADA	NÃO SE APLICA
81	PÇ.	s.n.	BOA VISTA	5.970,41	ANALISADA	NÃO SE APLICA
82	JD.	Onira de Rezende	BOA VISTA	829,44	ANALISADA	NÃO SE APLICA
83	JD.	s.n.	BOA VISTA	992,36	ANALISADA	NÃO SE APLICA
84	JD.	Atílio Vieira de Moura	BOA VISTA	1.148,25	ANALISADA	NÃO SE APLICA
85	JD.	Manoel Scliar	BOA VISTA	458,31	ANALISADA	NÃO SE APLICA
86	JD.	Siegfried Rigler	BOA VISTA	1.259,03	ANALISADA	NÃO SE APLICA
87	PÇ.	Eralto Thiele	BOA VISTA	2.467,87	ANALISADA	NÃO SE APLICA
88	JD.	José Maria Braga Munhoz da Rocha	BOA VISTA	1.118,75	ANALISADA	NÃO SE APLICA
89	JD.	Wilson Joffre Soares Santos Filho	BOA VISTA	286,18	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
90	JD.	Dr. Luiz Gonzaga da Motta Ribeiro Filho	BOA VISTA	498,20	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
91	JD.	s.n.	BOA VISTA	417,61	ELIMINADA 1	CADASTRO EQUIVOCADO
92	PÇ.	Eloina Macedo Bacelar	BOA VISTA	1.299,98	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
93	JD.	s.n.	BOA VISTA	35,46	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
94	JD.	Maria Irene de Albuquerque	BOA VISTA	141,98	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
95	PÇ.	s.n.	BOA VISTA	4.534,72	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
96	JD.	Armildo Berwig	BOA VISTA	465,98	ELIMINADA 1	PRAÇA EDIFICADA
97	PÇ.	Pedro de Almeida	BOA VISTA	6.025,22	ELIMINADA 1	PRAÇA EDIFICADA
98	PÇ.	Carlos Guillen	BOA VISTA	471,71	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
99	PÇ.	João Tataren	BOA VISTA	480,63	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
100	PÇ.	Cidade de Mainz	BOA VISTA	969,50	ANALISADA	NÃO SE APLICA
101	PÇ.	Antônio Carlos Mendes Vieira	BOA VISTA	7.015,72	ANALISADA	NÃO SE APLICA
102	PÇ.	s.n.	BOA VISTA	152,23	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
103	PÇ.	s.n.	BOA VISTA	1.108,55	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
104	PÇ.	Carlos Rodrigues da Cruz	BOA VISTA	3.218,56	ANALISADA	NÃO SE APLICA
105	PÇ.	Thereza Glaser	BOA VISTA	493,57	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
106	PÇ.	s.n.	BOA VISTA	2.281,84	ANALISADA	NÃO SE APLICA
107	PÇ.	Estevão Mussak	BOA VISTA	5.995,13	ANALISADA	NÃO SE APLICA
108	PÇ.	Anibal Afonso	BOA VISTA	3.578,46	ANALISADA	NÃO SE APLICA
109	PÇ.	Acir Macedo Guimarães	BOA VISTA	2.429,65	ANALISADA	NÃO SE APLICA
110	JD.	Syro Simao	BOA VISTA	527,85	ANALISADA	NÃO SE APLICA
111	JD.	Miguel Bakun	BOA VISTA	786,87	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
112	JD.	Verônica Mikosz Kucek	BOA VISTA	941,34	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
113	JD.	Verônica Mikosz Kucek	BOA VISTA	1.123,54	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
114	JD.	s.n.	BOA VISTA	663,85	ELIMINADA 1	PRAÇA PRIVATIZADA
115	JD.	Estanislau Kucek	BOA VISTA	844,32	ELIMINADA 1	PRAÇA EDIFICADA
116	PÇ.	Irmã Tereza	BOA VISTA	2.077,71	ELIMINADA 1	PRAÇA PRIVATIZADA
117	JD.	s.n.	BOA VISTA	23,87	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
118	PÇ.	Cova da Iria	BOA VISTA	5.105,96	ANALISADA	NÃO SE APLICA
119	PÇ.	Jóquei Pinheiro Filho	BOA VISTA	1.056,18	ANALISADA	NÃO SE APLICA
120	PÇ.	São Francisco de Assis	BOA VISTA	768,52	ANALISADA	NÃO SE APLICA
121	PÇ.	Conselheiro Tomas José Coelho	BOA VISTA	4.295,81	ANALISADA	NÃO SE APLICA
122	PÇ.	Major Fidêncio Lemos do Prado	BOA VISTA	571,00	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
123	PÇ.	Juventina Abib	BOA VISTA	452,44	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
124	PÇ.	Carlos Schott	BOA VISTA	1.698,12	ANALISADA	NÃO SE APLICA
125	PÇ.	José Ferreira dos Santos	BOA VISTA	4.455,60	ANALISADA	NÃO SE APLICA
126	E.A.	Santa Catarina	BOA VISTA	2.131,56	ANALISADA	NÃO SE APLICA
127	LG.	Prof. Miguel Wouk	BOA VISTA	877,48	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
128	JD.	Úrsula Elizabeth H. de Mari	BOA VISTA	974,23	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
129	JD.	Miguel Karam	BOA VISTA	634,01	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
130	JD.	Dep. Fed. Mário C. Stamm	BOA VISTA	1.673,67	ANALISADA	NÃO SE APLICA
131	JD.	s.n.	BOA VISTA	563,30	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
132	JD.	Elias Celso Lisboa de Miranda Filho	BOA VISTA	3.206,01	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
133	JD.	s.n.	BOA VISTA	191,46	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
134	PÇ.	Hildegard Soboll Martins	BOA VISTA	1.697,85	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
135	JD.	s.n.	BOA VISTA	1.116,51	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
136	JD.	s.n.	BOA VISTA	179,36	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
137	PÇ.	Antonio Furlan	BOA VISTA	993,99	ANALISADA	NÃO SE APLICA
138	PÇ.	Carlos Stellfeld	BOA VISTA	379,54	ANALISADA	NÃO SE APLICA
139	PÇ.	Ver. Edward Menezes Caldas	BOA VISTA	5.184,65	ANALISADA	NÃO SE APLICA
140	PÇ.	Faraó Akhenaton	BOA VISTA	2.536,50	ANALISADA	NÃO SE APLICA
141	PÇ.	Celso do Amaral Cattani	BOA VISTA	5.323,94	ANALISADA	NÃO SE APLICA
142	JD.	Gal. Ivan Jejuhy Affonso da Costa	BOA VISTA	3.459,01	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
143	PÇ.	Hatume Nakahata	BOA VISTA	886,38	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
144	PÇ.	Coronel Adélio Conti	BOA VISTA	26.043,58	ANALISADA	NÃO SE APLICA
145	PÇ.	Coronel Adélio Conti	BOA VISTA	14.647,96	ANALISADA	NÃO SE APLICA
146	PÇ.	Centro Esportivo Avelino A. Vieira	BOA VISTA	14.441,30	ELIMINADA 1	PRAÇA EDIFICADA
147	PÇ.	Aurora L. Geronasso / Centro Esportivo Ba	BOA VISTA	4.344,70	ANALISADA	NÃO SE APLICA
148	JD.	Armando Perdigo	BOA VISTA	965,63	ANALISADA	NÃO SE APLICA
149	JD.	Geraldo Meira Goes	BOA VISTA	285,44	ANALISADA	NÃO SE APLICA
150	JD.	Vicente Laginestra	BOA VISTA	5.176,96	ANALISADA	NÃO SE APLICA

Nº	TIPO	NOME	REGIONAL	ÁREA	ANÁLISE	MOTIVO ELIMINAÇÃO
151	JD.	s.n.	BOA VISTA	796,74	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
152	JD.	Iracema Benghi Ruggeri	BOA VISTA	280,37	ANALISADA	NÃO SE APLICA
153	JD.	Vicente Laginestra	BOA VISTA	4.437,20	ELIMINADA 1	CADASTRO EQUIVOCADO
154	JD.	s.n.	BOA VISTA	174,68	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
155	JD.	s.n.	BOA VISTA	749,24	ELIMINADA 1	CADASTRO EQUIVOCADO
156	JD.	s.n.	BOA VISTA	172,45	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
157	PÇ.	Semen Uniga	BOA VISTA	884,24	ANALISADA	NÃO SE APLICA
158	PÇ.	Oswaldo Antonio dos Santos	BOA VISTA	847,22	ANALISADA	NÃO SE APLICA
159	PÇ.	Padre José Zajac	BOA VISTA	1.806,03	ANALISADA	NÃO SE APLICA
160	PÇ.	Jorn. Alexandre Zraik	BOA VISTA	3.017,93	ANALISADA	NÃO SE APLICA
161	PÇ.	Padre Félix Stefanowicz	BOA VISTA	1.309,41	ANALISADA	NÃO SE APLICA
162	JD.	Hedwignes Nadolny	BOA VISTA	268,77	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
163	JD.	Lais de Lima Conter	BOA VISTA	970,98	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
164	JD.	Carmina Gonsalves Oliveira	BOA VISTA	539,39	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
165	JD.	Bispo Dom Inácio Krause	BOA VISTA	361,01	ANALISADA	NÃO SE APLICA
166	JD.	s.n.	BOA VISTA	191,64	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
167	PÇ.	s.n.	BOA VISTA	3.386,44	ANALISADA	NÃO SE APLICA
168	PÇ.	Liberdade	BOA VISTA	9.532,40	ANALISADA	NÃO SE APLICA
169	PÇ.	Max Sesselmeier	BOA VISTA	23.998,20	ANALISADA	NÃO SE APLICA
170	PÇ.	Mamonas	BOA VISTA	2.822,09	ANALISADA	NÃO SE APLICA
171	PÇ.	Ivo Rodrigues	BOA VISTA	362,24	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
172	JD.	12 de Outubro	BOA VISTA	5.383,51	ANALISADA	NÃO SE APLICA
173	JD.	Ver. Lauro Carvalho Chaves	BOA VISTA	3.229,93	ANALISADA	NÃO SE APLICA
174	PÇ.	s.n.	BOA VISTA	6.086,51	ANALISADA	NÃO SE APLICA
175	PÇ.	Bernardo Manoel Hostin	BOA VISTA	1.897,20	ANALISADA	NÃO SE APLICA
176	JD.	Roni E. Albuquerque	BOA VISTA	776,99	ANALISADA	NÃO SE APLICA
177	JD.	Arthur Praxedes de Miranda	BOA VISTA	199,67	ANALISADA	NÃO SE APLICA
178	JD.	Habib Taherzadeth	BOA VISTA	2.017,84	ANALISADA	NÃO SE APLICA
179	JD.	s.n.	BOA VISTA	399,40	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
180	JD.	s.n.	BOA VISTA	114,52	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
181	PÇ.	Léo Alceu Hatschbach	BOA VISTA	380,02	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
182	PÇ.	Léo Alceu Hatschbach	BOA VISTA	552,58	ANALISADA	NÃO SE APLICA
183	JD.	s.n.	BOA VISTA	729,39	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
184	PÇ.	s.n.	BOA VISTA	4.140,25	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
185	JD.	s.n.	BOA VISTA	543,88	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
186	JD.	s.n.	BOA VISTA	1.090,19	ANALISADA	NÃO SE APLICA
187	JD.	s.n.	BOA VISTA	2.155,12	ANALISADA	NÃO SE APLICA
188	PÇ.	Júlio Dotti	BOA VISTA	2.711,76	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
189	PÇ.	Julius Forrer	BOA VISTA	9.072,21	ANALISADA	NÃO SE APLICA
190	PÇ.	Luis Gonzaga dos Santos	BOA VISTA	3.288,99	ANALISADA	NÃO SE APLICA
191	PÇ.	Pedro Bacelar	BOA VISTA	3.167,40	ANALISADA	NÃO SE APLICA
192	PÇ.	s.n.	BOA VISTA	9.304,88	ANALISADA	NÃO SE APLICA
193	JD.	Artina B. Coutinho	BOA VISTA	3.267,74	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
194	JD.	s.n.	BOA VISTA	402,48	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
195	JD.	s.n.	BOA VISTA	741,12	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
196	JD.	Francisco Krasinski	BOA VISTA	207,21	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
197	JD.	Rosa Prevedello Schwarsbach	BOA VISTA	805,79	ANALISADA	NÃO SE APLICA
198	JD.	s.n.	BOA VISTA	1.048,99	ELIMINADA 1	PRAÇA EDIFICADA
199	JD.	s.n.	BOA VISTA	404,91	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
200	JD.	s.n.	BOA VISTA	339,30	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
201	PÇ.	s.n.	BOA VISTA	2.183,65	ANALISADA	NÃO SE APLICA
202	JD.	Cardec Bahia	BOA VISTA	948,28	ANALISADA	NÃO SE APLICA
203	JD.	Cel. Brasília Marques	BOA VISTA	807,23	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
204	JD.	Erwin Ofner	BOA VISTA	1.237,91	ANALISADA	NÃO SE APLICA
205	PÇ.	João Cláudio dos Santos	BOA VISTA	8.679,61	ANALISADA	NÃO SE APLICA
206	PÇ.	Cel. Luiz Gonzaga da Rocha	BOA VISTA	1.356,14	ANALISADA	NÃO SE APLICA
207	JD.	João Zonta	BOA VISTA	317,46	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
208	PÇ.	Antonio Arnaldo Sobota	BOA VISTA	2.234,26	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
209	LG.	dos Colonizadores	BOA VISTA	698,35	ANALISADA	NÃO SE APLICA
210	JD.	s.n.	BOA VISTA	100,51	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
211	JD.	s.n.	BOA VISTA	570,09	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
212	PÇ.	Elis Regina Sbrissia Mendes	BOA VISTA	13.387,47	ELIMINADA 1	CADASTRO EQUIVOCADO
213	PÇ.	s.n.	BOA VISTA	281,48	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
214	PÇ.	s.n.	BOA VISTA	1.623,31	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
215	PÇ.	Olavo Romanus	BOA VISTA	3.077,43	ANALISADA	NÃO SE APLICA
216	PÇ.	s.n.	BOA VISTA	1.668,99	ANALISADA	NÃO SE APLICA
217	JD.	s.n.	BOA VISTA	539,11	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
218	PÇ.	Irmã Tereza	BOA VISTA	716,12	ANALISADA	NÃO SE APLICA
219	N.A.	s.n.	BOA VISTA	2.172,25	ANALISADA	NÃO SE APLICA
220	JD.	s.n.	BOA VISTA	432,98	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
221	JD.	s.n.	BOA VISTA	45,12	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
222	JD.	Ver. Domingos Primo Moro	BOA VISTA	130,87	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
223	PÇ.	Colonização Menonita	BOQUEIRÃO	21.911,99	ANALISADA	NÃO SE APLICA
224	PÇ.	Pref. Lineu Ferreira do Amaral	BOQUEIRÃO	2.626,41	ANALISADA	NÃO SE APLICA
225	PÇ.	Gen. Florimar Campelo	BOQUEIRÃO	9.922,99	ANALISADA	NÃO SE APLICA

Nº	TIPO	NOME	REGIONAL	ÁREA	ANÁLISE	MOTIVO ELIMINAÇÃO
226	PÇ.	Waldomiro Rauth	BOQUEIRÃO	2.182,80	ANALISADA	NÃO SE APLICA
227	PÇ.	José Araújo Filho	BOQUEIRÃO	1.190,88	ANALISADA	NÃO SE APLICA
228	PÇ.	Padre Agostinho Legrós	BOQUEIRÃO	7.771,87	ANALISADA	NÃO SE APLICA
229	JD.	Coronel Benoit Pontes Cideira	BOQUEIRÃO	1.151,07	ANALISADA	NÃO SE APLICA
230	PÇ.	Amazires Bley Davet	BOQUEIRÃO	17.083,56	ANALISADA	NÃO SE APLICA
231	PÇ.	Prof. Hermann Mathias Gorgen	BOQUEIRÃO	2.178,67	ANALISADA	NÃO SE APLICA
232	JD.	Dr. Luisnei Rodrigues da Silva	BOQUEIRÃO	1.128,76	ANALISADA	NÃO SE APLICA
233	PÇ.	Amaro Bernardo Velloso	BOQUEIRÃO	6.697,56	ANALISADA	NÃO SE APLICA
234	JD.	Orlando Calil Fadel	BOQUEIRÃO	1.339,99	ANALISADA	NÃO SE APLICA
235	JD.	Nicolau Pedro	BOQUEIRÃO	2.190,27	ANALISADA	NÃO SE APLICA
236	JD.	s.n.	BOQUEIRÃO	724,43	ANALISADA	NÃO SE APLICA
237	JD.	Helmut Peyerl	BOQUEIRÃO	306,25	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
238	JD.	Carlos Danilo Costa Côrtes	BOQUEIRÃO	2.122,46	ANALISADA	NÃO SE APLICA
239	JD.	s.n.	BOQUEIRÃO	77,34	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
240	PÇ.	s.n.	BOQUEIRÃO	871,69	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
241	PÇ.	Mario Farah Rafka	BOQUEIRÃO	3.076,64	ANALISADA	NÃO SE APLICA
242	PÇ.	Maestro Fernando Alves	BOQUEIRÃO	3.739,95	ANALISADA	NÃO SE APLICA
243	PÇ.	Cláudio Manoel Loyola e Silva	BOQUEIRÃO	7.424,75	ANALISADA	NÃO SE APLICA
244	PÇ.	Carlos Roberto Kaseker	BOQUEIRÃO	3.073,20	ANALISADA	NÃO SE APLICA
245	JD.	Praça da Conquista	BOQUEIRÃO	1.614,62	ANALISADA	NÃO SE APLICA
246	PÇ.	Recanto dos Eucaliptos	BOQUEIRÃO	24.792,24	ANALISADA	NÃO SE APLICA
247	PÇ.	Reverendo Elias Abrahão	BOQUEIRÃO	18.592,34	ELIMINADA 1	CADASTRO EQUIVOCADO
248	PÇ.	s.n.	BOQUEIRÃO	4.532,50	ANALISADA	NÃO SE APLICA
249	PÇ.	Nair Cicchetto Andrade	BOQUEIRÃO	9.846,47	ANALISADA	NÃO SE APLICA
250	PÇ.	Gustavo Schineider	BOQUEIRÃO	5.026,55	ANALISADA	NÃO SE APLICA
251	JD.	Arthur Rodrigues Tramuja Neto	BOQUEIRÃO	1.256,91	ANALISADA	NÃO SE APLICA
252	JD.	Jornalista José Blanski Filho	BOQUEIRÃO	515,71	ANALISADA	NÃO SE APLICA
253	JD.	Jornalista Vinicius Coelho	BOQUEIRÃO	1.624,55	ANALISADA	NÃO SE APLICA
254	JD.	Raul Martim Brey	BOQUEIRÃO	1.024,44	ANALISADA	NÃO SE APLICA
255	JD.	s.n.	BOQUEIRÃO	230,88	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
256	JD.	Jornalista Alvaro Sérgio Maravalhas	BOQUEIRÃO	707,47	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
257	JD.	Pastora Isaura Galvão Silva Feijó	BOQUEIRÃO	364,52	ANALISADA	NÃO SE APLICA
258	PÇ.	Presbiterianos - Ashbel Green Simonton	BOQUEIRÃO	5.738,97	ANALISADA	NÃO SE APLICA
259	JD.	s.n.	BOQUEIRÃO	3.834,81	ELIMINADA 1	CADASTRO EQUIVOCADO
260	JD.	s.n.	BOQUEIRÃO	128,49	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
261	JD.	s.n.	BOQUEIRÃO	209,57	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
262	E.A.	s.n.	BOQUEIRÃO	1.122,30	ANALISADA	NÃO SE APLICA
263	E.A.	s.n.	BOQUEIRÃO	639,71	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
264	E.A.	s.n.	BOQUEIRÃO	1.020,19	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
265	PÇ.	Vila Pantanal	BOQUEIRÃO	2.241,72	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
266	PÇ.	s.n.	BOQUEIRÃO	5.092,08	ANALISADA	NÃO SE APLICA
267	PÇ.	Nelson Satermaski Monteiro	BOQUEIRÃO	10.092,63	ANALISADA	NÃO SE APLICA
268	PÇ.	Eng. Gil Reinaldo Glaser	BOQUEIRÃO	4.223,02	ANALISADA	NÃO SE APLICA
269	PÇ.	Imer Collares Marques	BOQUEIRÃO	2.758,95	ANALISADA	NÃO SE APLICA
270	PÇ.	Brasília dos Santos Muniz	BOQUEIRÃO	604,42	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
271	PÇ.	Brasília dos Santos Muniz	BOQUEIRÃO	647,86	ANALISADA	NÃO SE APLICA
272	PÇ.	Brasília dos Santos Muniz	BOQUEIRÃO	685,52	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
273	PÇ.	Brasília dos Santos Muniz	BOQUEIRÃO	667,03	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
274	PÇ.	Alcir Teixeira (Zico)	BOQUEIRÃO	15.548,87	ANALISADA	NÃO SE APLICA
275	PÇ.	Padre Mário Tésio	BOQUEIRÃO	445,10	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
276	JD.	Zelinda Fanini Schier	BOQUEIRÃO	2.977,20	ANALISADA	NÃO SE APLICA
277	JD.	s.n.	BOQUEIRÃO	910,26	ANALISADA	NÃO SE APLICA
278	JD.	Elvi José Stofella	BOQUEIRÃO	779,17	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
279	JD.	Volmar Antonio Daroit	BOQUEIRÃO	1.161,00	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
280	PÇ.	s.n.	BOQUEIRÃO	1.636,79	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
281	PÇ.	Alfredo Hauer	BOQUEIRÃO	15.641,28	ANALISADA	NÃO SE APLICA
282	PÇ.	Dr. Joaquim Meneleu de Almeida Torres	BOQUEIRÃO	4.918,47	ANALISADA	NÃO SE APLICA
283	PÇ.	Dr. Joaquim Meneleu de Almeida Torres	BOQUEIRÃO	5.275,69	ANALISADA	NÃO SE APLICA
284	PÇ.	Dom Geraldo Fernandes	BOQUEIRÃO	8.775,26	ANALISADA	NÃO SE APLICA
285	PÇ.	Nair Pereira Queirolo	BOQUEIRÃO	3.713,93	ANALISADA	NÃO SE APLICA
286	JD.	s.n.	BOQUEIRÃO	843,22	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
287	JD.	s.n.	BOQUEIRÃO	1.282,20	ANALISADA	NÃO SE APLICA
288	JD.	s.n.	BOQUEIRÃO	226,12	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
289	PÇ.	Rudolf Miguel Hansel	BOQUEIRÃO	4.897,53	ANALISADA	NÃO SE APLICA
290	JD.	s.n.	BOQUEIRÃO	1.620,55	ANALISADA	NÃO SE APLICA
291	PÇ.	Nossa Senhora Do Carmo	BOQUEIRÃO	8.859,44	ANALISADA	NÃO SE APLICA
292	PÇ.	Nossa Senhora Do Carmo	BOQUEIRÃO	14.861,26	ANALISADA	NÃO SE APLICA
293	PÇ.	Onofre Silvestre	BOQUEIRÃO	1.499,85	ELIMINADA 1	CADASTRO EQUIVOCADO
294	PÇ.	Nei Gonçalves de Paula	BOQUEIRÃO	1.765,89	ANALISADA	NÃO SE APLICA
295	PÇ.	s.n.	BOQUEIRÃO	4.135,79	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
296	JD.	Ten. Manoel Gomes de Britto	BOQUEIRÃO	2.179,36	ANALISADA	NÃO SE APLICA
297	PÇ.	s.n.	BOQUEIRÃO	5.017,22	ELIMINADA 1	PRAÇA PRIVATIZADA
298	JD.	s.n.	BOQUEIRÃO	681,61	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
299	JD.	Irene Benfica Businari	BOQUEIRÃO	183,89	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
300	PÇ.	João Antônio Pereira da Silva - João Lamei	BOQUEIRÃO	1.573,18	ANALISADA	NÃO SE APLICA

Nº	TIPO	NOME	REGIONAL	ÁREA	ANÁLISE	MOTIVO ELIMINAÇÃO
301	LG.	5	BOQUEIRÃO	324,43	ELIMINADA 1	PRAÇA PRIVATIZADA
302	LG.	4	BOQUEIRÃO	59,91	ELIMINADA 1	PRAÇA PRIVATIZADA
303	LG.	4	BOQUEIRÃO	294,28	ELIMINADA 1	PRAÇA PRIVATIZADA
304	LG.	6	BOQUEIRÃO	281,94	ELIMINADA 1	PRAÇA PRIVATIZADA
305	LG.	1	BOQUEIRÃO	50,79	ELIMINADA 1	PRAÇA PRIVATIZADA
306	LG.	7	BOQUEIRÃO	318,52	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
307	LG.	1	BOQUEIRÃO	165,93	ELIMINADA 1	PRAÇA PRIVATIZADA
308	LG.	2	BOQUEIRÃO	358,84	ELIMINADA 1	PRAÇA PRIVATIZADA
309	LG.	10	BOQUEIRÃO	273,24	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
310	LG.	3	BOQUEIRÃO	343,02	ELIMINADA 1	PRAÇA PRIVATIZADA
311	LG.	8	BOQUEIRÃO	315,73	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
312	LG.	6	BOQUEIRÃO	58,97	ELIMINADA 1	PRAÇA PRIVATIZADA
313	LG.	6	BOQUEIRÃO	306,77	ELIMINADA 1	PRAÇA PRIVATIZADA
314	LG.	5	BOQUEIRÃO	55,38	ELIMINADA 1	PRAÇA PRIVATIZADA
315	PÇ.	A	BOQUEIRÃO	915,65	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
316	PÇ.	B	BOQUEIRÃO	932,54	ANALISADA	NÃO SE APLICA
317	PÇ.	s.n.	CAJURU	5.950,34	ELIMINADA 1	PRAÇA EDIFICADA
318	PÇ.	Mauro Ferreira	CAJURU	8.093,77	ANALISADA	NÃO SE APLICA
319	JD.	Levi Alves Cordeiro	CAJURU	49,82	ANALISADA	NÃO SE APLICA
320	PÇ.	Prof. Emílio Schultz - Praça Sul	CAJURU	3.941,39	ANALISADA	NÃO SE APLICA
321	PÇ.	Prof. Emílio Schultz - Praça Sul	CAJURU	1.179,21	ANALISADA	NÃO SE APLICA
322	PÇ.	Walt Disney - Praça Central	CAJURU	3.424,87	ANALISADA	NÃO SE APLICA
323	PÇ.	s.n.	CAJURU	2.211,87	ANALISADA	NÃO SE APLICA
324	PÇ.	Walt Disney - Praça Norte	CAJURU	9.080,46	ANALISADA	NÃO SE APLICA
325	PÇ.	s.n.	CAJURU	6.438,49	ANALISADA	NÃO SE APLICA
326	JD.	s.n.	CAJURU	816,92	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
327	PÇ.	Maestro Alceu Bocchino	CAJURU	747,02	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
328	PÇ.	Prof. Metry Bacila	CAJURU	732,49	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
329	JD.	s.n.	CAJURU	746,29	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
330	JD.	s.n.	CAJURU	743,32	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
331	JD.	s.n.	CAJURU	740,55	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
332	JD.	Jesus Francisco da Rocha	CAJURU	874,03	ANALISADA	NÃO SE APLICA
333	JD.	s.n.	CAJURU	412,88	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
334	JD.	s.n.	CAJURU	1.480,86	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
335	JD.	Irmã Beatriz Comparin	CAJURU	696,77	ANALISADA	NÃO SE APLICA
336	JD.	Armando Bogo	CAJURU	171,39	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
337	PÇ.	s.n.	CAJURU	837,29	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
338	JD.	Paulo do Canto Pacheco	CAJURU	257,99	ANALISADA	NÃO SE APLICA
339	PÇ.	s.n.	CAJURU	4.582,75	ANALISADA	NÃO SE APLICA
340	JD.	s.n.	CAJURU	932,73	ANALISADA	NÃO SE APLICA
341	JD.	s.n.	CAJURU	950,42	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
342	JD.	s.n.	CAJURU	800,60	ANALISADA	NÃO SE APLICA
343	JD.	s.n.	CAJURU	505,96	ANALISADA	NÃO SE APLICA
344	JD.	s.n.	CAJURU	4.329,88	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
345	PÇ.	Amizade	CAJURU	2.838,42	ANALISADA	NÃO SE APLICA
346	PÇ.	Anhangava	CAJURU	10.583,51	ELIMINADA 1	PRAÇA PRIVATIZADA
347	PÇ.	Renato Zorze	CAJURU	3.100,44	ANALISADA	NÃO SE APLICA
348	JD.	Celio José Pivova	CAJURU	3.895,07	ANALISADA	NÃO SE APLICA
349	PÇ.	Leopoldina Bueno da Silva Zibarth	CAJURU	3.737,63	ANALISADA	NÃO SE APLICA
350	PÇ.	Renato Russo	CAJURU	7.037,74	ANALISADA	NÃO SE APLICA
351	PÇ.	Lafayette Queirolo	CAJURU	5.966,38	ANALISADA	NÃO SE APLICA
352	PÇ.	Homero Morinobu Oguido	CAJURU	2.807,59	ANALISADA	NÃO SE APLICA
353	PÇ.	Elias Jorge	CAJURU	3.930,36	ANALISADA	NÃO SE APLICA
354	PÇ.	s.n.	CAJURU	3.138,03	ELIMINADA 1	CADASTRO EQUIVOCADO
355	JD.	Paulo Schleder de Macedo	CAJURU	1.431,18	ANALISADA	NÃO SE APLICA
356	PÇ.	s.n.	CAJURU	7.315,42	ANALISADA	NÃO SE APLICA
357	PÇ.	Paulino José Schmitt	CAJURU	2.434,37	ANALISADA	NÃO SE APLICA
358	JD.	Amurity Rodrigues	CAJURU	2.758,13	ANALISADA	NÃO SE APLICA
359	PÇ.	Ronald Pereira da Silva - Ronald da Gaita	CAJURU	944,77	ANALISADA	NÃO SE APLICA
360	JD.	Cel. Almir Silva	CAJURU	1.498,12	ANALISADA	NÃO SE APLICA
361	PÇ.	Mansueden dos Santos Prudente	CAJURU	12.288,85	ANALISADA	NÃO SE APLICA
362	JD.	Guilherme Donatti	CAJURU	4.584,12	ANALISADA	NÃO SE APLICA
363	JD.	Francisca Toni Mathias	CAJURU	3.091,80	ANALISADA	NÃO SE APLICA
364	JD.	Prof. Rosario Farani Mansur Guerios	CAJURU	7.706,07	ANALISADA	NÃO SE APLICA
365	PÇ.	Maestro Bento Mossurunga	CAJURU	6.802,81	ANALISADA	NÃO SE APLICA
366	PÇ.	Camilo Stelfeld	CAJURU	5.634,87	ANALISADA	NÃO SE APLICA
367	PÇ.	Ivan Ferreira do Amaral Filho	CAJURU	3.521,56	ANALISADA	NÃO SE APLICA
368	PÇ.	Grécia	CAJURU	3.021,24	ANALISADA	NÃO SE APLICA
369	PÇ.	Ryu Mizuno	CAJURU	5.043,77	ANALISADA	NÃO SE APLICA
370	PÇ.	Tsunessaburo Makiguti	CAJURU	3.775,13	ANALISADA	NÃO SE APLICA
371	PÇ.	Jardim das Américas	CAJURU	4.737,68	ANALISADA	NÃO SE APLICA
372	JD.	Márcio Ribas	CAJURU	1.413,96	ANALISADA	NÃO SE APLICA
373	PÇ.	Yeda de Souza Castro	CAJURU	802,28	ANALISADA	NÃO SE APLICA
374	JD.	Raquel Carneiro do Amaral e Silva	CAJURU	144,39	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
375	JD.	San Genaro	CAJURU	20,06	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO

Nº	TIPO	NOME	REGIONAL	ÁREA	ANÁLISE	MOTIVO ELIMINAÇÃO
376	JD.	s.n.	CAJURU	121,04	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
377	JD.	Leonor Caviski Aleksiejuk	CAJURU	161,70	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
378	JD.	s.n.	CAJURU	142,22	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
379	PÇ.	Abílio de Abreu	CAJURU	25.225,35	ANALISADA	NÃO SE APLICA
380	PÇ.	Madre Isabel Dos Anjos	CAJURU	1.459,89	ANALISADA	NÃO SE APLICA
381	PÇ.	Flausina Ribeiro De Lyola	CAJURU	2.404,68	ANALISADA	NÃO SE APLICA
382	PÇ.	Arlene Maria Hansel	CAJURU	7.255,95	ANALISADA	NÃO SE APLICA
383	PÇ.	Miguel Pitaki Junior	CAJURU	371,42	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
384	JD.	Mário Wilson Ribas	CAJURU	1.020,96	ANALISADA	NÃO SE APLICA
385	JD.	Prof. Artur Santos de Azeida	CAJURU	333,55	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
386	JD.	s.n.	CAJURU	395,89	ANALISADA	NÃO SE APLICA
387	JD.	Alberto Salomon	CAJURU	78,73	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
388	JD.	s.n.	CAJURU	390,00	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
389	PÇ.	Oatre Brambilla	CAJURU	356,59	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
390	PÇ.	Leônidas Silva	CAJURU	170,14	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
391	PÇ.	Fr. Jorge Dudu da Silva	CAJURU	3.095,19	ANALISADA	NÃO SE APLICA
392	PÇ.	Edison Valmir Ferreira	CAJURU	1.639,76	ANALISADA	NÃO SE APLICA
393	JD.	s.n.	CAJURU	103,13	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
394	JD.	s.n.	CAJURU	745,77	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
395	JD.	Aziz Abdulla	CAJURU	1.500,19	ANALISADA	NÃO SE APLICA
396	JD.	s.n.	CAJURU	557,60	ANALISADA	NÃO SE APLICA
397	JD.	Gastão Adolpho Romana	CAJURU	1.497,65	ANALISADA	NÃO SE APLICA
398	JD.	s.n.	CAJURU	2.922,25	ELIMINADA 1	CADASTRO EQUIVOCADO
399	JD.	s.n.	CAJURU	1.258,88	ANALISADA	NÃO SE APLICA
400	PÇ.	s.n.	CAJURU	3.386,87	ELIMINADA 1	PRAÇA EDIFICADA
401	JD.	s.n.	CAJURU	474,70	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
402	PÇ.	s.n.	CAJURU	2.883,82	ANALISADA	NÃO SE APLICA
403	JD.	s.n.	CAJURU	171,03	ANALISADA	NÃO SE APLICA
404	JD.	s.n.	CAJURU	383,72	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
405	PÇ.	Herculano Zibarth	CAJURU	9.622,90	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
406	JD.	s.n.	CAJURU	99,06	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
407	JD.	Eng. Ruy Cavalcanti de Albuquerque	CAJURU	500,98	ANALISADA	NÃO SE APLICA
408	PÇ.	Luiz Carlos Saroli - Caio Junior	CAJURU	10.990,00	ANALISADA	NÃO SE APLICA
409	PÇ.	Das Américas	CAJURU	9.127,06	ANALISADA	NÃO SE APLICA
410	PÇ.	s.n.	CAJURU	1.543,70	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
411	JD.	s.n.	CAJURU	663,77	ELIMINADA 1	PRAÇA PRIVATIZADA
412	PÇ.	s.n.	CAJURU	5.490,12	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
413	PÇ.	s.n.	CAJURU	9.236,36	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
414	JD.	s.n.	CAJURU	367,27	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
415	JD.	s.n.	CAJURU	743,84	ANALISADA	NÃO SE APLICA
416	JD.	s.n.	CAJURU	793,44	ANALISADA	NÃO SE APLICA
417	JD.	s.n.	CAJURU	932,83	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
418	JD.	s.n.	CAJURU	937,59	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
419	JD.	s.n.	CAJURU	912,37	ANALISADA	NÃO SE APLICA
420	JD.	s.n.	CAJURU	306,03	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
421	JD.	s.n.	CAJURU	899,02	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
422	JD.	s.n.	CAJURU	394,61	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
423	JD.	s.n.	CAJURU	271,74	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
424	PÇ.	Eng. Renato Ribeiro Businari	CAJURU	6.290,59	ANALISADA	NÃO SE APLICA
425	PÇ.	Enoch Araújo Ramos	CIC	10.119,27	ANALISADA	NÃO SE APLICA
426	PÇ.	Milton César da Silva	CIC	2.561,08	ANALISADA	NÃO SE APLICA
427	PÇ.	Ary de Souza	CIC	3.204,64	ANALISADA	NÃO SE APLICA
428	PÇ.	Alberto da Silva	CIC	509,81	ANALISADA	NÃO SE APLICA
429	PÇ.	Alberto da Silva	CIC	2.487,98	ANALISADA	NÃO SE APLICA
430	PÇ.	Alceu Mileke	CIC	2.528,00	ELIMINADA 1	PRAÇA EDIFICADA
431	PÇ.	Alceu Mileke	CIC	440,42	ANALISADA	NÃO SE APLICA
432	PÇ.	Eli Ribeiro da Silva	CIC	2.036,82	ANALISADA	NÃO SE APLICA
433	PÇ.	Eli Ribeiro da Silva	CIC	475,66	ANALISADA	NÃO SE APLICA
434	PÇ.	Donizete Custódio	CIC	2.108,59	ANALISADA	NÃO SE APLICA
435	PÇ.	Donizete Custódio	CIC	291,84	ANALISADA	NÃO SE APLICA
436	PÇ.	Euclides da Silva	CIC	320,19	ANALISADA	NÃO SE APLICA
437	PÇ.	Euclides da Silva	CIC	2.214,90	ANALISADA	NÃO SE APLICA
438	PÇ.	José Costa do Nascimento	CIC	2.485,12	ANALISADA	NÃO SE APLICA
439	PÇ.	José Costa do Nascimento	CIC	498,12	ANALISADA	NÃO SE APLICA
440	PÇ.	Lino da Rocha	CIC	437,85	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
441	PÇ.	Lino da Rocha	CIC	2.499,86	ANALISADA	NÃO SE APLICA
442	PÇ.	Pantelis Stergov Zafires	CIC	2.523,26	ANALISADA	NÃO SE APLICA
443	PÇ.	Pantelis Stergov Zafires	CIC	443,81	ANALISADA	NÃO SE APLICA
444	PÇ.	Luiz Otávio Leal	CIC	2.964,50	ANALISADA	NÃO SE APLICA
445	PÇ.	Evangelho Quadrangular	CIC	2.984,13	ANALISADA	NÃO SE APLICA
446	PÇ.	Prof. Jorge Visca	CIC	15.064,92	ANALISADA	NÃO SE APLICA
447	PÇ.	08 de Março	CIC	993,16	ELIMINADA 1	PRAÇA EDIFICADA
448	PÇ.	Léo Roberto Dietrich	CIC	890,03	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
449	PÇ.	Lysandro Santos Lima	CIC	7.465,99	ANALISADA	NÃO SE APLICA
450	PÇ.	Da União	CIC	12.096,48	ANALISADA	NÃO SE APLICA

Nº	TIPO	NOME	REGIONAL	ÁREA	ANÁLISE	MOTIVO ELIMINAÇÃO
451	JD.	Humberto Bertoldi	CIC	3.234,45	ANALISADA	NÃO SE APLICA
452	PÇ.	s.n.	CIC	5.461,07	ANALISADA	NÃO SE APLICA
453	JD.	Desembargador Luiz Viel	CIC	967,86	ANALISADA	NÃO SE APLICA
454	PÇ.	s.n.	CIC	12.694,91	ELIMINADA 1	PRAÇA EDIFICADA
455	PÇ.	s.n.	CIC	7.205,49	ANALISADA	NÃO SE APLICA
456	JD.	Chaim Leib Boiko	CIC	989,75	ANALISADA	NÃO SE APLICA
457	JD.	Luiz Carlos Marrero	CIC	418,67	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
458	JD.	Anna Meyer Fruet	CIC	776,92	ANALISADA	NÃO SE APLICA
459	JD.	s.n.	CIC	784,82	ANALISADA	NÃO SE APLICA
460	JD.	s.n.	CIC	1.442,61	ANALISADA	NÃO SE APLICA
461	JD.	s.n.	CIC	797,64	ANALISADA	NÃO SE APLICA
462	PÇ.	s.n.	CIC	4.087,75	ANALISADA	NÃO SE APLICA
463	JD.	s.n.	CIC	1.645,29	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
464	JD.	s.n.	CIC	377,00	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
465	PÇ.	s.n.	CIC	3.974,24	ANALISADA	NÃO SE APLICA
466	PÇ.	s.n.	CIC	2.456,66	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
467	PÇ.	Himer Macorin Lombardi	CIC	18.373,91	ANALISADA	NÃO SE APLICA
468	PÇ.	s.n.	CIC	594,30	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
469	JD.	s.n.	CIC	1.328,11	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
470	JD.	Santa Helena	CIC	1.155,97	ANALISADA	NÃO SE APLICA
471	PÇ.	Mané Garrincha	CIC	28.801,02	ELIMINADA 1	CADASTRO EQUIVOCADO
472	PÇ.	Matias Aleonor Martins	CIC	4.635,04	ANALISADA	NÃO SE APLICA
473	PÇ.	José Bório	CIC	2.273,46	ANALISADA	NÃO SE APLICA
474	PÇ.	Eunice Silva Cabral	CIC	51,62	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
475	JD.	s.n.	CIC	134,83	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
476	PÇ.	Gregório Piatkowski	CIC	21.113,77	ANALISADA	NÃO SE APLICA
477	PÇ.	Verde Vale	CIC	3.516,38	ANALISADA	NÃO SE APLICA
478	E.A.	s.n.	CIC	30.686,83	ELIMINADA 1	CADASTRO EQUIVOCADO
479	PÇ.	Ciomar Silva de Souza	CIC	275,80	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
480	PÇ.	Nelson Lins Junior	CIC	755,39	ANALISADA	NÃO SE APLICA
481	JD.	s.n.	CIC	2.980,13	ANALISADA	NÃO SE APLICA
482	JD.	Dr. Bernardo Garcez de Barros	CIC	389,35	ANALISADA	NÃO SE APLICA
483	JD.	Laeth da Rosa Benato	CIC	943,98	ANALISADA	NÃO SE APLICA
484	PÇ.	s.n.	CIC	25.732,99	ELIMINADA 1	CADASTRO EQUIVOCADO
485	PÇ.	s.n.	CIC	1.290,49	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
486	PÇ.	s.n.	CIC	2.395,46	ELIMINADA 1	PRAÇA EDIFICADA
487	PÇ.	s.n.	CIC	7.209,69	ELIMINADA 1	PRAÇA PRIVATIZADA
488	PÇ.	Jocelina Dias de Melo	CIC	9.358,10	ANALISADA	NÃO SE APLICA
489	PÇ.	Santa Rosa	CIC	2.362,33	ANALISADA	NÃO SE APLICA
490	PÇ.	s.n.	CIC	8.154,07	ELIMINADA 1	CADASTRO EQUIVOCADO
491	PÇ.	José Fressato	CIC	4.081,85	ANALISADA	NÃO SE APLICA
492	PÇ.	Irmãs da Sagrada Família	CIC	987,86	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
493	PÇ.	Maj. Antonio Alves da Rocha Loures	CIC	6.549,93	ANALISADA	NÃO SE APLICA
494	PÇ.	Adolfo João Hilário De Veiga	CIC	4.091,24	ANALISADA	NÃO SE APLICA
495	PÇ.	Adolfo João Hilário De Veiga	CIC	2.221,45	ANALISADA	NÃO SE APLICA
496	PÇ.	s.n.	CIC	11.524,19	ELIMINADA 1	CADASTRO EQUIVOCADO
497	PÇ.	Dr. Ewaldo Riedel	CIC	55.708,31	ANALISADA	NÃO SE APLICA
498	PÇ.	Ronald Golias	CIC	5.808,76	ANALISADA	NÃO SE APLICA
499	JD.	s.n.	CIC	1.676,18	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
500	JD.	s.n.	CIC	896,55	ANALISADA	NÃO SE APLICA
501	PÇ.	Plínio Anciutti Pessoa	CIC	10.892,89	ANALISADA	NÃO SE APLICA
502	JD.	Adair Moura da Silva	CIC	5.553,37	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
503	PÇ.	Paulo Roberto Bittencourt Teixeira	CIC	2.701,56	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
504	PÇ.	s.n.	CIC	2.833,27	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
505	PÇ.	s.n.	CIC	638,87	ANALISADA	NÃO SE APLICA
506	PÇ.	s.n.	CIC	1.033,84	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
507	PÇ.	s.n.	CIC	12.655,75	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
508	PÇ.	s.n.	CIC	6.425,82	ANALISADA	NÃO SE APLICA
509	PÇ.	s.n.	CIC	1.126,77	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
510	PÇ.	s.n.	CIC	4.268,20	ANALISADA	NÃO SE APLICA
511	JD.	Ozório Claudino de Barros	CIC	2.248,45	ANALISADA	NÃO SE APLICA
512	JD.	Elisandra Santos de Sousa Matos	CIC	127,26	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
513	JD.	s.n.	CIC	1.212,98	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
514	PÇ.	Athos Abilhoa	CIC	13.919,30	ANALISADA	NÃO SE APLICA
515	PÇ.	s.n.	CIC	20.263,98	ANALISADA	NÃO SE APLICA
516	PÇ.	s.n.	CIC	7.320,16	ANALISADA	NÃO SE APLICA
517	JD.	s.n.	CIC	2.340,00	ANALISADA	NÃO SE APLICA
518	PÇ.	Antonio Sebastião da Cunha Gebran	CIC	5.236,83	ANALISADA	NÃO SE APLICA
519	PÇ.	s.n.	CIC	3.871,25	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
520	JD.	s.n.	CIC	213,51	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
521	PÇ.	Ruth Portes Polsaque	CIC	2.677,06	ANALISADA	NÃO SE APLICA
522	PÇ.	Luiz Geraldo Caillet Ferreira dos Santos	CIC	5.985,11	ANALISADA	NÃO SE APLICA
523	JD.	Eng. Orlando Moacyr Seiler Giglio	CIC	942,71	ANALISADA	NÃO SE APLICA
524	PÇ.	Bela Vista do Passaúna	CIC	37.113,41	ANALISADA	NÃO SE APLICA
525	PÇ.	s.n.	CIC	1.966,90	ANALISADA	NÃO SE APLICA

Nº	TIPO	NOME	REGIONAL	ÁREA	ANÁLISE	MOTIVO ELIMINAÇÃO
526	JD.	João Rodrigues da Rocha	CIC	413,73	ANALISADA	NÃO SE APLICA
527	JD.	Maria Edithe Wolf Neves	CIC	2.169,21	ANALISADA	NÃO SE APLICA
528	PÇ.	s.n.	CIC	1.948,77	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
529	E.A.	s.n.	CIC	2.319,90	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
530	E.A.	s.n.	CIC	1.303,58	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
531	PÇ.	s.n.	CIC	851,52	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
532	PÇ.	Goethe	MATRIZ	808,74	ANALISADA	NÃO SE APLICA
533	PÇ.	Nossa Senhora da Glória	MATRIZ	432,06	ANALISADA	NÃO SE APLICA
534	PÇ.	Portugal	MATRIZ	4.279,76	ELIMINADA 1	PRAÇA EDIFICADA
535	PÇ.	Else Schiller Ote	MATRIZ	318,74	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
536	JD.	Eng. Raul Iwersen	MATRIZ	299,15	ELIMINADA 1	PRAÇA EDIFICADA
537	PÇ.	Divina Pastora	MATRIZ	176,19	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
538	PÇ.	29 de Março	MATRIZ	12.765,77	ANALISADA	NÃO SE APLICA
539	PÇ.	Himeji	MATRIZ	671,18	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
540	PÇ.	Himeji	MATRIZ	406,10	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
541	PÇ.	Prof. Marina Pinto	MATRIZ	39,58	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
542	JD.	s.n.	MATRIZ	3.586,33	ANALISADA	NÃO SE APLICA
543	JD.	s.n.	MATRIZ	1.447,13	ELIMINADA 1	CADASTRO EQUIVOCADO
544	LG.	Gen. Affonso Fink	MATRIZ	57,82	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
545	LG.	Antônio Manzochi	MATRIZ	508,03	ANALISADA	NÃO SE APLICA
546	LG.	Antônio Sbalqueiro	MATRIZ	416,68	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
547	LG.	Frei Ricardo	MATRIZ	380,10	ANALISADA	NÃO SE APLICA
548	LG.	Frei Timóteo	MATRIZ	189,10	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
549	LG.	Frei Timóteo	MATRIZ	319,66	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
550	JD.	Ligia Barbosa Ribas	MATRIZ	431,15	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
551	JD.	Dep. Homero Silva	MATRIZ	372,31	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
552	JD.	Menotti Caprilhone	MATRIZ	201,47	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
553	JD.	Mário Bialli	MATRIZ	202,96	ANALISADA	NÃO SE APLICA
554	JD.	Abib Calixto	MATRIZ	210,74	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
555	JD.	Khalil Mahfoud	MATRIZ	405,72	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
556	JD.	s.n.	MATRIZ	1.024,80	ANALISADA	NÃO SE APLICA
557	JD.	s.n.	MATRIZ	79,55	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
558	PÇ.	Isaac Milder	MATRIZ	598,04	ANALISADA	NÃO SE APLICA
559	PÇ.	Brig. Mario Calmon Eppinghaus	MATRIZ	15.335,13	ANALISADA	NÃO SE APLICA
560	PÇ.	Vivian Calopreso Braga	MATRIZ	222,11	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
561	PÇ.	São Paulo da Cruz	MATRIZ	1.459,98	ANALISADA	NÃO SE APLICA
562	PÇ.	Gen. San Martin	MATRIZ	768,40	ANALISADA	NÃO SE APLICA
563	JD.	Guilherme Ronconi	MATRIZ	83,09	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
564	LG.	Prosdócimo Guerra	MATRIZ	555,74	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
565	LG.	Eng. Savino Folloni	MATRIZ	249,21	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
566	N.A.	Ten. Ferdinando Ernesto Guilherme Liegel	MATRIZ	784,42	ANALISADA	NÃO SE APLICA
567	JD.	s.n.	MATRIZ	837,02	ANALISADA	NÃO SE APLICA
568	JD.	Paul Harris	MATRIZ	656,49	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
569	JD.	Mário Bandeira Rocha	MATRIZ	41,47	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
570	JD.	Pe. Bonifácio Klempass	MATRIZ	47,65	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
571	JD.	Jorn. Samuel Guimarães da Costa	MATRIZ	835,77	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
572	JD.	Rui Castro dos Santos	MATRIZ	1.527,44	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
573	JD.	José de Oliveira da Rocha	MATRIZ	169,86	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
574	PÇ.	Pedro Alexandre Brotto	MATRIZ	628,53	ANALISADA	NÃO SE APLICA
575	PÇ.	Mounif Tacla	MATRIZ	3.506,49	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
576	JD.	Dr. Manoel Lopes de Alencar	MATRIZ	5.081,75	ANALISADA	NÃO SE APLICA
577	LG.	Ver. Dorgelo Biazetto	MATRIZ	183,57	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
578	LG.	Erasmus Rotterdam	MATRIZ	1.841,53	ANALISADA	NÃO SE APLICA
579	LG.	Senador Flávio Carvalho Guimarães	MATRIZ	752,55	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
580	LG.	Otto Braun	MATRIZ	416,94	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
581	JD.	Seneval Cardoso	MATRIZ	220,45	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
582	JD.	Ellen White	MATRIZ	232,81	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
583	PÇ.	Tokio Ito	MATRIZ	163,25	ANALISADA	NÃO SE APLICA
584	PÇ.	Prof. Ezilda José Abussamara Sallum	MATRIZ	4.139,18	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
585	PÇ.	Suiça	MATRIZ	2.345,58	ANALISADA	NÃO SE APLICA
586	PÇ.	Major Aviador Idegald Coutinho Bacci	MATRIZ	153,56	ANALISADA	NÃO SE APLICA
587	PÇ.	Cel. Elísio da Costa Marques	MATRIZ	144,04	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
588	JD.	Nilseu Brock	MATRIZ	459,64	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
589	PÇ.	Alfredo Andersen	MATRIZ	3.344,95	ANALISADA	NÃO SE APLICA
590	PÇ.	Espanha	MATRIZ	5.013,56	ANALISADA	NÃO SE APLICA
591	PÇ.	Prof. Hyperides Zanello	MATRIZ	2.704,29	ANALISADA	NÃO SE APLICA
592	PÇ.	Ucrânia	MATRIZ	2.740,76	ANALISADA	NÃO SE APLICA
593	LG.	David Silveira da Motta	MATRIZ	170,63	ANALISADA	NÃO SE APLICA
594	LG.	Galícia	MATRIZ	650,58	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
595	LG.	Pedro Deconto	MATRIZ	952,54	ANALISADA	NÃO SE APLICA
596	LG.	Terço	MATRIZ	426,91	ANALISADA	NÃO SE APLICA
597	JD.	República Oriental do Uruguay	MATRIZ	596,75	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
598	JD.	Ruy Neves Ribas	MATRIZ	582,00	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
599	JD.	Nelson Batista Ribas	MATRIZ	79,18	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
600	JD.	Osmar Carta	MATRIZ	100,15	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO

Nº	TIPO	NOME	REGIONAL	ÁREA	ANÁLISE	MOTIVO ELIMINAÇÃO
601	JD.	Paulo Henrique Andrade Santos	MATRIZ	113,49	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
602	JD.	Prof. Egypcialinda Velloso Parigot de Souza	MATRIZ	962,75	ELIMINADA 1	PRAÇA EDIFICADA
603	JD.	s.n.	MATRIZ	75,21	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
604	JD.	Dr. Jorge Trochimczuk	MATRIZ	75,38	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
605	PÇ.	Gen. Werner Gross	MATRIZ	2.336,64	ANALISADA	NÃO SE APLICA
606	PÇ.	Poeta Fernando Pessoa	MATRIZ	1.015,56	ANALISADA	NÃO SE APLICA
607	LG.	José Zonatto	MATRIZ	239,05	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
608	LG.	Pedro Mainka	MATRIZ	492,46	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
609	LG.	Fidelis Ballin	MATRIZ	145,31	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
610	LG.	Lucidio Zanotto	MATRIZ	544,22	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
611	JD.	Cel. Mário de Menezes Dória	MATRIZ	69,80	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
612	JD.	José Mayanet	MATRIZ	346,44	ANALISADA	NÃO SE APLICA
613	JD.	Orlando Bertoldi	MATRIZ	122,02	ANALISADA	NÃO SE APLICA
614	JD.	Des. Negi Calixto	MATRIZ	2.716,99	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
615	PÇ.	Mal. Alberto Ferreira de Abreu	MATRIZ	1.390,46	ANALISADA	NÃO SE APLICA
616	PÇ.	Miguel Couto	MATRIZ	94,52	ANALISADA	NÃO SE APLICA
617	PÇ.	Miguel Couto	MATRIZ	658,62	ANALISADA	NÃO SE APLICA
618	PÇ.	Helene Ginvert Garfunkel - Madame Garfur	MATRIZ	814,89	ANALISADA	NÃO SE APLICA
619	PÇ.	Octávio de Sá Barreto	MATRIZ	422,21	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
620	LG.	Helena Stadler de Souza	MATRIZ	388,31	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
621	LG.	Dr. Theodoro Bayma	MATRIZ	206,65	ANALISADA	NÃO SE APLICA
622	PÇ.	Giovani Gervason	MATRIZ	28,09	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
623	PÇ.	Emerson da Silva	MATRIZ	173,69	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
624	PÇ.	Ten. Ernani Vidal	MATRIZ	652,44	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
625	PÇ.	Nações	MATRIZ	1.555,41	ANALISADA	NÃO SE APLICA
626	PÇ.	Nações	MATRIZ	3.092,10	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
627	J.A.	Schiller	MATRIZ	924,93	ANALISADA	NÃO SE APLICA
628	J.A.	Schiller	MATRIZ	758,66	ANALISADA	NÃO SE APLICA
629	J.A.	Schiller	MATRIZ	1.080,00	ANALISADA	NÃO SE APLICA
630	J.A.	Schiller	MATRIZ	1.000,48	ANALISADA	NÃO SE APLICA
631	J.A.	Schiller	MATRIZ	947,05	ANALISADA	NÃO SE APLICA
632	J.A.	Schiller	MATRIZ	760,69	ANALISADA	NÃO SE APLICA
633	J.A.	Schiller	MATRIZ	1.272,72	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
634	JD.	Cleusa Salomão	MATRIZ	260,84	ANALISADA	NÃO SE APLICA
635	JD.	Maçons	MATRIZ	289,73	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
636	JD.	Des. Zeferino Krukoski	MATRIZ	1.049,92	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
637	JD.	Natário Santos	MATRIZ	1.044,44	ANALISADA	NÃO SE APLICA
638	JD.	Hipólito Dopieralski	MATRIZ	200,92	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
639	JD.	Aline Cordeiro Parigot de Souza	MATRIZ	663,68	ANALISADA	NÃO SE APLICA
640	PÇ.	Villa Lobos	MATRIZ	2.611,41	ANALISADA	NÃO SE APLICA
641	PÇ.	Pres. Eisenhower	MATRIZ	3.664,11	ANALISADA	NÃO SE APLICA
642	PÇ.	Gen. João Gualberto Gomes de Sá	MATRIZ	9.033,17	ANALISADA	NÃO SE APLICA
643	JD.	s.n.	MATRIZ	553,76	ANALISADA	NÃO SE APLICA
644	JD.	s.n.	MATRIZ	818,75	ANALISADA	NÃO SE APLICA
645	JD.	Gen. Murat Guimarães	MATRIZ	832,97	ANALISADA	NÃO SE APLICA
646	JD.	s.n.	MATRIZ	50,16	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
647	PÇ.	Bandeira	MATRIZ	393,62	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
648	PÇ.	Garibaldi	MATRIZ	2.583,24	ANALISADA	NÃO SE APLICA
649	PÇ.	Garibaldi	MATRIZ	583,11	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
650	PÇ.	Dona Honorina Valente	MATRIZ	365,93	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
651	PÇ.	João Cândido	MATRIZ	7.420,74	ANALISADA	NÃO SE APLICA
652	PÇ.	Odilon Maeder	MATRIZ	2.014,93	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
653	PÇ.	Padre João Sotto-Maior	MATRIZ	5.391,52	ANALISADA	NÃO SE APLICA
654	PÇ.	Redentor	MATRIZ	1.299,83	ANALISADA	NÃO SE APLICA
655	PÇ.	Nassib Abdo Abage	MATRIZ	802,98	ANALISADA	NÃO SE APLICA
656	LG.	Cel. Enéas	MATRIZ	1.845,14	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
657	LG.	Irmã Estanislava	MATRIZ	450,16	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
658	LG.	Dr. Ernani Arzua Pereira	MATRIZ	171,56	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
659	JD.	Gel. Gastão Pereira Cordeiro	MATRIZ	1.964,24	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
660	JD.	Frederico Kirchgassner	MATRIZ	52,76	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
661	PÇ.	Ouvidor Pardinho	MATRIZ	14.947,74	ANALISADA	NÃO SE APLICA
662	PÇ.	Radialista	MATRIZ	466,78	ANALISADA	NÃO SE APLICA
663	E.A.	João Saldanha	MATRIZ	4.989,41	ANALISADA	NÃO SE APLICA
664	LG.	Baden Powel	MATRIZ	954,63	ANALISADA	NÃO SE APLICA
665	LG.	Júlio Szymanski	MATRIZ	293,60	ANALISADA	NÃO SE APLICA
666	JD.	Constantino Fanini	MATRIZ	1.460,18	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
667	PÇ.	Itália	MATRIZ	3.902,16	ANALISADA	NÃO SE APLICA
668	PÇ.	Gen. Plínio Tourinho	MATRIZ	12.107,94	ANALISADA	NÃO SE APLICA
669	PÇ.	Omar Sabbag	MATRIZ	355,70	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
670	PÇ.	Hayao Washida	MATRIZ	1.663,33	ANALISADA	NÃO SE APLICA
671	PÇ.	Jorn. Divonira Torres Kudri	MATRIZ	3.741,71	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
672	JD.	Rutilio de Sá Ribas	MATRIZ	46,22	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
673	JD.	Constantino Stroppa	MATRIZ	220,79	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
674	PÇ.	Santa Filomena	MATRIZ	1.008,15	ANALISADA	NÃO SE APLICA
675	PÇ.	Des. Acyr Saldanha Loyola	MATRIZ	792,23	ANALISADA	NÃO SE APLICA

Nº	TIPO	NOME	REGIONAL	ÁREA	ANÁLISE	MOTIVO ELIMINAÇÃO
676	PÇ.	Soroptimismo Internacional	MATRIZ	5.768,52	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
677	PÇ.	Alcides Munhoz Neto	MATRIZ	667,79	ANALISADA	NÃO SE APLICA
678	JD.	s.n.	MATRIZ	696,68	ANALISADA	NÃO SE APLICA
679	JD.	Berel Brick	MATRIZ	345,13	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
680	JD.	Victo Pavim Johnsson	MATRIZ	35,19	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
681	JD.	Poeta Leonardo Hencke	MATRIZ	478,19	ANALISADA	NÃO SE APLICA
682	JD.	Maria Philomena de Luca Mondrone	MATRIZ	489,32	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
683	JD.	Airton Sozzi	MATRIZ	22,03	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
684	JD.	Adelina Dutra Sanson	MATRIZ	111,69	ANALISADA	NÃO SE APLICA
685	JD.	Prof. Oswaldo Dória	MATRIZ	186,41	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
686	JD.	Dr. Nélio Ribas Centa	MATRIZ	220,71	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
687	JD.	Eng. Augusto Grohs	MATRIZ	1.333,09	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
688	PÇ.	Mário Vendramel	MATRIZ	11.342,93	ANALISADA	NÃO SE APLICA
689	LG.	Guido Viaro	MATRIZ	2.441,00	ELIMINADA 1	PRAÇA EDIFICADA
690	JD.	s.n.	MATRIZ	297,47	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
691	JD.	Prof. Fernando Lacerda Carneiro	MATRIZ	442,86	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
692	JD.	s.n.	MATRIZ	73,36	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
693	PÇ.	Nossa Senhora de Saleté	MATRIZ	52.331,98	ANALISADA	NÃO SE APLICA
694	PÇ.	Gibran Khalil Gibran	MATRIZ	1.785,60	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
695	PÇ.	Rio Iguaçu	MATRIZ	8.937,16	ANALISADA	NÃO SE APLICA
696	PÇ.	Didi Caillet de Leão	MATRIZ	1.989,79	ANALISADA	NÃO SE APLICA
697	LG.	José Knoppholz	MATRIZ	547,91	ANALISADA	NÃO SE APLICA
698	LG.	Melvin Jones	MATRIZ	883,16	ANALISADA	NÃO SE APLICA
699	J.A.	Sofia	MATRIZ	3.190,48	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
700	JD.	Ricardo Scremin	MATRIZ	568,64	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
701	JD.	Dr. João de Lima Cordeiro	MATRIZ	37,92	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
702	JD.	João Régis Teixeira Jr.	MATRIZ	1.210,91	ANALISADA	NÃO SE APLICA
703	PÇ.	Carlos Filizola	MATRIZ	1.959,72	ANALISADA	NÃO SE APLICA
704	PÇ.	Polônia	MATRIZ	2.218,46	ANALISADA	NÃO SE APLICA
705	PÇ.	Ercílio Slavieiro	MATRIZ	480,56	ANALISADA	NÃO SE APLICA
706	PÇ.	Ildefonso Correia de Serro Azul - Poeta Sa	MATRIZ	1.484,44	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
707	LG.	Issac Lazzarotto	MATRIZ	1.225,90	ANALISADA	NÃO SE APLICA
708	J.A.	Sete de Setembro	MATRIZ	8.103,61	ANALISADA	NÃO SE APLICA
709	J.A.	Sete de Setembro	MATRIZ	3.074,81	ANALISADA	NÃO SE APLICA
710	JD.	Henrique Knoppholz	MATRIZ	166,27	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
711	JD.	Roque Vernalha	MATRIZ	445,26	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
712	JD.	Terezinha Schlivinski	MATRIZ	821,22	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
713	PÇ.	Cecília Rego Almeida	MATRIZ	174,91	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
714	PÇ.	Senador Correia	MATRIZ	7.051,09	ELIMINADA 1	PRAÇA EDIFICADA
715	PÇ.	Carlos Gomes	MATRIZ	5.993,61	ANALISADA	NÃO SE APLICA
716	PÇ.	19 de Dezembro	MATRIZ	4.433,15	ANALISADA	NÃO SE APLICA
717	PÇ.	Eufrázio Correia	MATRIZ	9.743,44	ANALISADA	NÃO SE APLICA
718	PÇ.	Expedicionário	MATRIZ	1.101,17	ANALISADA	NÃO SE APLICA
719	PÇ.	Generoso Marques	MATRIZ	2.003,52	ANALISADA	NÃO SE APLICA
720	PÇ.	José Borges de Macedo	MATRIZ	3.310,94	ANALISADA	NÃO SE APLICA
721	PÇ.	General Osório	MATRIZ	12.009,41	ANALISADA	NÃO SE APLICA
722	PÇ.	Zacarias	MATRIZ	2.348,34	ANALISADA	NÃO SE APLICA
723	PÇ.	Tiradentes	MATRIZ	5.091,42	ANALISADA	NÃO SE APLICA
724	PÇ.	Tiradentes	MATRIZ	1.701,90	ANALISADA	NÃO SE APLICA
725	PÇ.	Rui Barbosa	MATRIZ	36.946,89	ANALISADA	NÃO SE APLICA
726	PÇ.	Oswaldo Cruz	MATRIZ	15.865,53	ANALISADA	NÃO SE APLICA
727	PÇ.	Santos Andrade	MATRIZ	12.920,84	ANALISADA	NÃO SE APLICA
728	PÇ.	Santos Dumont	MATRIZ	1.464,38	ANALISADA	NÃO SE APLICA
729	LG.	Alfredo Parodi	MATRIZ	1.435,53	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
730	LG.	Frederico Faria de Oliveira	MATRIZ	405,06	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
731	LG.	Bittencourt	MATRIZ	994,55	ANALISADA	NÃO SE APLICA
732	LG.	Cel. Joaquim Pereira de Macedo	MATRIZ	342,04	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
733	JD.	Leonor Twardowski	MATRIZ	1.888,90	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
734	LG.	Maestro Luiz Eulógio Zilli	MATRIZ	242,29	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
735	JD.	Cap. Eduardo Albuquerque Torres Pereira	MATRIZ	66,62	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
736	JD.	James Portugal de Macedo	MATRIZ	203,50	ANALISADA	NÃO SE APLICA
737	JD.	Ramiro Trevisan	MATRIZ	80,45	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
738	JD.	Olga Edith de Menezes	MATRIZ	26,99	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
739	JD.	Henrique Oliva	MATRIZ	156,97	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
740	JD.	s.n.	MATRIZ	256,20	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
741	JD.	s.n.	MATRIZ	289,46	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
742	LG.	Largo da China	MATRIZ	590,96	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
743	JD.	s.n.	MATRIZ	46,99	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
744	PÇ.	João Joaquim Corrêa da Silva	MATRIZ	139,96	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
745	JD.	Felipe Nievola	MATRIZ	783,39	ANALISADA	NÃO SE APLICA
746	JD.	Stella Surugi Leprevost	MATRIZ	1.673,09	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
747	JD.	s.n.	MATRIZ	75,01	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
748	JD.	s.n.	MATRIZ	197,16	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
749	JD.	s.n.	MATRIZ	355,56	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
750	JD.	s.n.	MATRIZ	165,54	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL

Nº	TIPO	NOME	REGIONAL	ÁREA	ANÁLISE	MOTIVO ELIMINAÇÃO
751	JD.	Catarina Furlan	MATRIZ	290,09	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
752	JD.	s.n.	MATRIZ	373,80	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
753	JD.	s.n.	MATRIZ	132,82	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
754	JD.	Des. Jorge Andrighetto	MATRIZ	342,17	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
755	PÇ.	Des. Francisco Cunha Pereira	MATRIZ	5.677,96	ANALISADA	NÃO SE APLICA
756	JD.	Argentino Rumiato	MATRIZ	200,78	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
757	JD.	Ana Valéria Furtado	MATRIZ	79,45	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
758	JD.	Maria Elizabeth Esmanhoto Wieryszko	MATRIZ	257,63	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
759	JD.	s.n.	MATRIZ	393,96	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
760	JD.	Lá Aun Engel	MATRIZ	705,85	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
761	JD.	Isabel Lopes Santos Souza	MATRIZ	366,73	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
762	JD.	s.n.	MATRIZ	516,64	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
763	JD.	s.n.	MATRIZ	180,42	ELIMINADA 1	PRAÇA EDIFICADA
764	JD.	Batalhão de Suez	MATRIZ	139,52	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
765	JD.	José Armando de Almeida Maranhão	MATRIZ	125,80	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
766	PÇ.	29 de Agosto - Dia do Paraná	MATRIZ	564,40	ANALISADA	NÃO SE APLICA
767	JD.	s.n.	MATRIZ	554,04	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
768	PÇ.	Maria Rosa - Guerreira do Contestado	MATRIZ	1.131,81	ANALISADA	NÃO SE APLICA
769	JD.	s.n.	MATRIZ	138,38	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
770	JD.	s.n.	MATRIZ	75,13	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
771	JD.	s.n.	MATRIZ	80,48	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
772	PÇ.	21 Irmãos-Amigos de Curitiba	MATRIZ	162,52	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
773	PÇ.	Bolso do Ciclista	MATRIZ	93,22	ANALISADA	NÃO SE APLICA
774	PÇ.	s.n.	MATRIZ	2.565,53	ELIMINADA 1	PRAÇA PRIVATIZADA
775	PÇ.	Nossa Senhora das Graças	MATRIZ	2.424,72	ELIMINADA 1	PRAÇA EDIFICADA
776	JD.	s.n.	MATRIZ	4.488,89	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
777	JD.	s.n.	MATRIZ	2.291,78	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
778	JD.	Jules Gineste Salomon	MATRIZ	114,07	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
779	JD.	s.n.	MATRIZ	227,20	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
780	JD.	Aldo Lúcio Bertoldi	MATRIZ	40,07	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
781	PÇ.	Abílio de Oliveira Mendes	PINHEIRINHO	2.485,98	ANALISADA	NÃO SE APLICA
782	PÇ.	Nova República	PINHEIRINHO	3.042,48	ANALISADA	NÃO SE APLICA
783	PÇ.	Elba de Pádua Lima	PINHEIRINHO	2.156,64	ANALISADA	NÃO SE APLICA
784	PÇ.	Primo Favretto	PINHEIRINHO	4.015,70	ANALISADA	NÃO SE APLICA
785	LG.	Padre Albino Vico	PINHEIRINHO	755,16	ANALISADA	NÃO SE APLICA
786	LG.	Padre Angelo Bagio	PINHEIRINHO	412,35	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
787	JD.	Jorge Haikel Fahd	PINHEIRINHO	1.357,71	ANALISADA	NÃO SE APLICA
788	LG.	Élcio Gusso	PINHEIRINHO	189,57	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
789	JD.	Papa Bento XV	PINHEIRINHO	185,09	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
790	JD.	s.n.	PINHEIRINHO	143,48	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
791	PÇ.	Zumbi dos Palmares	PINHEIRINHO	28.395,34	ANALISADA	NÃO SE APLICA
792	PÇ.	Com. Bortholo Pellanda Netto	PINHEIRINHO	3.340,07	ANALISADA	NÃO SE APLICA
793	PÇ.	Ecilda Melania Voluz Brum	PINHEIRINHO	1.550,64	ANALISADA	NÃO SE APLICA
794	PÇ.	Manoel Borba	PINHEIRINHO	1.257,45	ANALISADA	NÃO SE APLICA
795	PÇ.	s.n.	PINHEIRINHO	8.023,07	ELIMINADA 1	CADASTRO EQUIVOCADO
796	PÇ.	s.n.	PINHEIRINHO	3.433,03	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
797	E.A.	s.n.	PINHEIRINHO	5.037,75	ANALISADA	NÃO SE APLICA
798	PÇ.	s.n.	PINHEIRINHO	3.636,99	ANALISADA	NÃO SE APLICA
799	JD.	Delfino Mendes de Siqueira	PINHEIRINHO	2.245,67	ANALISADA	NÃO SE APLICA
800	JD.	Fábio Alessandro Túlio	PINHEIRINHO	885,43	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
801	JD.	Prof. Hildo Afonso Miecznikowski	PINHEIRINHO	1.110,11	ANALISADA	NÃO SE APLICA
802	JD.	s.n.	PINHEIRINHO	716,08	ANALISADA	NÃO SE APLICA
803	PÇ.	Reverendo Oswaldo Soeiro Emrich	PINHEIRINHO	2.143,77	ANALISADA	NÃO SE APLICA
804	JD.	s.n.	PINHEIRINHO	1.259,61	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
805	JD.	s.n.	PINHEIRINHO	17,80	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
806	JD.	Angelo Cavol	PINHEIRINHO	358,15	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
807	PÇ.	s.n.	PINHEIRINHO	2.226,43	ANALISADA	NÃO SE APLICA
808	PÇ.	s.n.	PINHEIRINHO	18.039,42	ANALISADA	NÃO SE APLICA
809	PÇ.	Atílio Vicelli	PINHEIRINHO	340,13	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
810	PÇ.	Atílio Vicelli	PINHEIRINHO	729,86	ANALISADA	NÃO SE APLICA
811	JD.	s.n.	PINHEIRINHO	611,78	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
812	JD.	João Barão	PINHEIRINHO	154,79	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
813	JD.	João Barão	PINHEIRINHO	450,69	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
814	PÇ.	Dr. João Paul	PINHEIRINHO	577,48	ANALISADA	NÃO SE APLICA
815	PÇ.	Pr. João Emílio Henck	PINHEIRINHO	6.039,69	ANALISADA	NÃO SE APLICA
816	JD.	Júlio Bobato	PINHEIRINHO	270,95	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
817	E.A.	Arnaldo Faivro Busato	PINHEIRINHO	9.728,64	ANALISADA	NÃO SE APLICA
818	E.A.	Arnaldo Faivro Busato	PINHEIRINHO	3.437,42	ANALISADA	NÃO SE APLICA
819	E.A.	Arnaldo Faivro Busato	PINHEIRINHO	8.542,80	ANALISADA	NÃO SE APLICA
820	E.A.	Arnaldo Faivro Busato	PINHEIRINHO	10.168,23	ANALISADA	NÃO SE APLICA
821	E.A.	Arnaldo Faivro Busato	PINHEIRINHO	5.591,33	ANALISADA	NÃO SE APLICA
822	E.A.	Arnaldo Faivro Busato	PINHEIRINHO	10.040,93	ANALISADA	NÃO SE APLICA
823	E.A.	Arnaldo Faivro Busato	PINHEIRINHO	12.203,61	ANALISADA	NÃO SE APLICA
824	PÇ.	Dante Gasparin	PINHEIRINHO	712,57	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
825	PÇ.	Arthur Morgenstein Júnior (Passarinho)	PINHEIRINHO	5.310,49	ANALISADA	NÃO SE APLICA

Nº	TIPO	NOME	REGIONAL	ÁREA	ANÁLISE	MOTIVO ELIMINAÇÃO
826	PÇ.	Luiz Fernando Mainardes	PINHEIRINHO	4.813,21	ANALISADA	NÃO SE APLICA
827	JD.	Prof. Iêza Almeida Bronholo	PINHEIRINHO	686,81	ANALISADA	NÃO SE APLICA
828	JD.	Maria Gomes	PINHEIRINHO	229,29	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
829	JD.	Izel Pelizzari Koehler	PINHEIRINHO	367,73	ANALISADA	NÃO SE APLICA
830	JD.	Rubens de Melo Braga	PINHEIRINHO	273,07	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
831	JD.	Gen. Isaac Nahon	PINHEIRINHO	139,88	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
832	JD.	s.n.	PINHEIRINHO	26,70	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
833	JD.	José Sezanoski	PINHEIRINHO	118,05	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
834	JD.	Luiz Orlando Garcez Oliveira Mello	PINHEIRINHO	631,26	ANALISADA	NÃO SE APLICA
835	JD.	Frederico Stall	PINHEIRINHO	486,08	ANALISADA	NÃO SE APLICA
836	JD.	s.n.	PINHEIRINHO	78,73	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
837	JD.	s.n.	PINHEIRINHO	219,40	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
838	JD.	Arthur Johannes Liebold	PINHEIRINHO	988,97	ANALISADA	NÃO SE APLICA
839	JD.	s.n.	PINHEIRINHO	414,35	ELIMINADA 1	PRAÇA EDIFICADA
840	JD.	Renário Alves	PINHEIRINHO	409,58	ANALISADA	NÃO SE APLICA
841	JD.	Alceu Cordeira da Fonseca	PINHEIRINHO	2.162,87	ANALISADA	NÃO SE APLICA
842	J.A.	Olga de Araújo Espindola	PINHEIRINHO	2.477,38	ANALISADA	NÃO SE APLICA
843	JD.	Nilo Kusma Palhano	PINHEIRINHO	1.258,65	ANALISADA	NÃO SE APLICA
844	JD.	s.n.	PINHEIRINHO	119,32	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
845	JD.	s.n.	PINHEIRINHO	33,40	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
846	JD.	s.n.	PINHEIRINHO	231,79	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
847	JD.	Pe. Alcides Zanella	PINHEIRINHO	280,99	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
848	JD.	s.n.	PINHEIRINHO	330,71	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
849	PÇ.	Domingas Bianco Stoco (Dona Minga)	PINHEIRINHO	3.457,22	ANALISADA	NÃO SE APLICA
850	JD.	s.n.	PINHEIRINHO	80,98	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
851	JD.	s.n.	PINHEIRINHO	1.641,50	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
852	JD.	s.n.	PINHEIRINHO	384,24	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
853	PÇ.	Anna Ritter	PINHEIRINHO	5.173,16	ELIMINADA 1	PRAÇA PRIVATIZADA
854	JD.	Alupio Valter	PINHEIRINHO	490,28	ANALISADA	NÃO SE APLICA
855	JD.	Roberto Kosop	PORTÃO	120,23	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
856	JD.	s.n.	PORTÃO	1.499,08	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
857	JD.	Ercília Alves dos Santos	PORTÃO	167,51	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
858	JD.	Alcides Alves Baptista	PORTÃO	486,34	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
859	JD.	Cel. Qopm Wantuil Borges	PORTÃO	256,33	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
860	JD.	s.n.	PORTÃO	632,66	ANALISADA	NÃO SE APLICA
861	PÇ.	Alcinda Gomes Chagas	PORTÃO	781,97	ANALISADA	NÃO SE APLICA
862	PÇ.	s.n.	PORTÃO	1.571,53	ANALISADA	NÃO SE APLICA
863	JD.	s.n.	PORTÃO	95,72	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
864	PÇ.	Bento Munhoz da Rocha Neto	PORTÃO	25.229,85	ANALISADA	NÃO SE APLICA
865	PÇ.	Ipiranga	PORTÃO	4.832,00	ANALISADA	NÃO SE APLICA
866	JD.	Pe. Silvio Sattler	PORTÃO	573,85	ELIMINADA 1	PRAÇA EDIFICADA
867	PÇ.	Afonso Botelho	PORTÃO	23.481,09	ANALISADA	NÃO SE APLICA
868	PÇ.	Japão	PORTÃO	7.456,23	ANALISADA	NÃO SE APLICA
869	PÇ.	Japão	PORTÃO	1.306,58	ANALISADA	NÃO SE APLICA
870	PÇ.	Monsenhor Francisco Starzinski	PORTÃO	1.044,48	ELIMINADA 1	PRAÇA EDIFICADA
871	PÇ.	Elias Abdo Bittar	PORTÃO	9.952,17	ANALISADA	NÃO SE APLICA
872	PÇ.	Maria Polenta	PORTÃO	358,48	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
873	PÇ.	Sagrado Coração de Jesus	PORTÃO	1.438,78	ANALISADA	NÃO SE APLICA
874	PÇ.	Maria Bergamin Andretta	PORTÃO	356,15	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
875	PÇ.	Prof. Rosa Kolody	PORTÃO	627,79	ANALISADA	NÃO SE APLICA
876	PÇ.	Hee Wing	PORTÃO	128,78	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
877	LG.	Jornalista Carlos Coelho	PORTÃO	2.868,75	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
878	LG.	Dr. Ciro Silva	PORTÃO	107,18	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
879	LG.	Prof. Dr. Aroldo Trevisani Beltrão	PORTÃO	421,74	ANALISADA	NÃO SE APLICA
880	LG.	Jacob Stofella Filho	PORTÃO	536,76	ANALISADA	NÃO SE APLICA
881	LG.	Dr. Acir Mulinari	PORTÃO	210,44	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
882	LG.	Orlei Kos	PORTÃO	349,16	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
883	N.A.	Aniello Pierre	PORTÃO	654,88	ANALISADA	NÃO SE APLICA
884	JD.	s.n.	PORTÃO	402,21	ANALISADA	NÃO SE APLICA
885	JD.	Sérgio Fraga	PORTÃO	2.745,10	ANALISADA	NÃO SE APLICA
886	JD.	Prof. Erasmo Pilotto	PORTÃO	441,39	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
887	JD.	Irmã Efigênia	PORTÃO	46,70	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
888	JD.	Mons. Francisco Gorski	PORTÃO	96,52	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
889	JD.	Paula Pedroso do Amaral	PORTÃO	144,14	ANALISADA	NÃO SE APLICA
890	JD.	Luiz Carlos Ribeiro	PORTÃO	50,98	ANALISADA	NÃO SE APLICA
891	JD.	Celestina Bortoletto Cavallin	PORTÃO	469,90	ANALISADA	NÃO SE APLICA
892	PÇ.	Prof. Francisco Ribeiro Azevedo de Macedo	PORTÃO	9.012,81	ANALISADA	NÃO SE APLICA
893	E.A.	Artur Bernardes	PORTÃO	4.045,18	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
894	E.A.	Artur Bernardes	PORTÃO	4.045,18	ANALISADA	NÃO SE APLICA
895	E.A.	Artur Bernardes	PORTÃO	7.673,45	ANALISADA	NÃO SE APLICA
896	E.A.	Artur Bernardes	PORTÃO	11.534,90	ANALISADA	NÃO SE APLICA
897	E.A.	Artur Bernardes	PORTÃO	1.091,55	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
898	E.A.	Artur Bernardes	PORTÃO	5.151,60	ANALISADA	NÃO SE APLICA
899	JD.	Prof. Maria Lenira Gracia de Toledo Piza -	PORTÃO	151,93	ANALISADA	NÃO SE APLICA
900	JD.	Neylor Vasconcellos de Andrade	PORTÃO	118,27	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL

Nº	TIPO	NOME	REGIONAL	ÁREA	ANÁLISE	MOTIVO ELIMINAÇÃO
901	PÇ.	Alice de Souza	PORTÃO	2.807,79	ANALISADA	NÃO SE APLICA
902	PÇ.	Padre João Bagozzi	PORTÃO	554,32	ANALISADA	NÃO SE APLICA
903	PÇ.	Des. Armando Carneiro	PORTÃO	3.792,42	ANALISADA	NÃO SE APLICA
904	PÇ.	Des. Armando Carneiro	PORTÃO	1.304,56	ANALISADA	NÃO SE APLICA
905	PÇ.	Tito Schier	PORTÃO	8.905,21	ANALISADA	NÃO SE APLICA
906	PÇ.	Paulo Dietzch	PORTÃO	1.935,46	ANALISADA	NÃO SE APLICA
907	PÇ.	Kornel Denega	PORTÃO	617,51	ANALISADA	NÃO SE APLICA
908	PÇ.	Padre Dario Zampiero	PORTÃO	1.360,56	ANALISADA	NÃO SE APLICA
909	PÇ.	Dr. João Visinoni	PORTÃO	5.078,05	ANALISADA	NÃO SE APLICA
910	PÇ.	Professora Hildegard Schmah	PORTÃO	8.704,20	ANALISADA	NÃO SE APLICA
911	PÇ.	Manoel Tambosi	PORTÃO	1.812,02	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
912	PÇ.	Maria Regina Predebon Vanzo	PORTÃO	10.967,66	ANALISADA	NÃO SE APLICA
913	LG.	São Silvestre	PORTÃO	710,22	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
914	LG.	Francisco Pirkie	PORTÃO	313,15	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
915	JD.	Alice Alves da Cruz e Oliveira	PORTÃO	156,99	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
916	JD.	Joseph Smith	PORTÃO	315,95	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
917	JD.	Nossa Senhora do Rosário de Fátima	PORTÃO	790,81	ANALISADA	NÃO SE APLICA
918	JD.	Professor Amantino de Mello Ribas	PORTÃO	537,29	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
919	JD.	José Affonso Werneck	PORTÃO	217,50	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
920	JD.	Pastor Lourival Malinoski	PORTÃO	473,15	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
921	JD.	s.n.	PORTÃO	73,04	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
922	JD.	Waldemar Klemtz	PORTÃO	254,32	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
923	JD.	Prof. Alceu Pedrazzi	PORTÃO	352,42	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
924	JD.	s.n.	PORTÃO	329,88	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
925	JD.	Natalina Bertasso Tavares	PORTÃO	11,22	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
926	JD.	Luiz Affonso Leal Hauer	PORTÃO	653,24	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
927	JD.	Nagibe Chede Abraão	PORTÃO	2.089,82	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
928	PÇ.	Abibe Isfer	PORTÃO	1.697,03	ANALISADA	NÃO SE APLICA
929	PÇ.	Antonio Gunha	PORTÃO	7.363,36	ANALISADA	NÃO SE APLICA
930	LG.	Luiz Cavichio II	PORTÃO	859,11	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
931	LG.	Augusto Ickert	PORTÃO	7,34	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
932	JD.	Sérgio Vergés	PORTÃO	753,68	ANALISADA	NÃO SE APLICA
933	LG.	Alexandre Marchioro	PORTÃO	508,95	ANALISADA	NÃO SE APLICA
934	PÇ.	Maria Da Paixão Brandão Reis	PORTÃO	607,24	ANALISADA	NÃO SE APLICA
935	PÇ.	Pedro Gasparello	PORTÃO	764,62	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
936	PÇ.	Tobias Bueno Arruda	PORTÃO	7.213,44	ANALISADA	NÃO SE APLICA
937	PÇ.	Eng. Amur Raphael Grassi Mattei	PORTÃO	9.625,13	ANALISADA	NÃO SE APLICA
938	LG.	Anibal Guimarães Carneiro	PORTÃO	124,26	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
939	PÇ.	França	PORTÃO	4.203,48	ANALISADA	NÃO SE APLICA
940	LG.	Luiz Perrone	PORTÃO	58,73	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
941	LG.	Virmond de Lima	PORTÃO	384,82	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
942	JD.	Eng. João Vicente Portela Couto	PORTÃO	42,24	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
943	JD.	Lélia Correa De Azevedo	PORTÃO	201,24	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
944	JD.	Eng. Douglas Souza Luz	PORTÃO	1.107,01	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
945	JD.	s.n.	PORTÃO	104,47	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
946	JD.	s.n.	PORTÃO	123,46	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
947	JD.	Eleonora Valente	PORTÃO	114,90	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
948	JD.	Alexandre Marchioro	PORTÃO	53,21	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
949	JD.	s.n.	PORTÃO	334,89	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
950	PÇ.	Santo João Paese	PORTÃO	2.441,23	ANALISADA	NÃO SE APLICA
951	JD.	s.n.	PORTÃO	637,81	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
952	JD.	s.n.	PORTÃO	87,58	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
953	JD.	s.n.	PORTÃO	707,80	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
954	JD.	Rodrigo David e Silva	PORTÃO	194,08	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
955	JD.	s.n.	PORTÃO	40,18	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
956	JD.	Vera Vargas	PORTÃO	1.050,31	ANALISADA	NÃO SE APLICA
957	JD.	Sebastiana Siqueira de Almeida	PORTÃO	452,10	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
958	JD.	Alice de Souza	PORTÃO	208,68	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
959	PÇ.	Adilson Luiz Sebarke Junior	PORTÃO	637,14	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
960	PÇ.	s.n.	PORTÃO	931,58	ANALISADA	NÃO SE APLICA
961	JD.	s.n.	PORTÃO	334,41	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
962	JD.	s.n.	PORTÃO	208,57	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
963	PÇ.	s.n.	PORTÃO	16.501,39	ELIMINADA 1	PRAÇA EDIFICADA
964	PÇ.	s.n.	PORTÃO	3.034,25	ANALISADA	NÃO SE APLICA
965	LG.	Tomie Ohtake	PORTÃO	342,73	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
966	PÇ.	Aristides Scuiasiato	SANTA FELICIDADE	2.695,87	ANALISADA	NÃO SE APLICA
967	PÇ.	s.n.	SANTA FELICIDADE	11.790,09	ELIMINADA 1	CADASTRO EQUIVOCADO
968	PÇ.	Celso Kava	SANTA FELICIDADE	10.164,18	ANALISADA	NÃO SE APLICA
969	JD.	s.n.	SANTA FELICIDADE	2.609,48	ANALISADA	NÃO SE APLICA
970	JD.	Circe Silva Peixoto	SANTA FELICIDADE	352,08	ANALISADA	NÃO SE APLICA
971	PÇ.	Piazza San Marco	SANTA FELICIDADE	3.351,92	ANALISADA	NÃO SE APLICA
972	PÇ.	Recanto da Itália	SANTA FELICIDADE	10.262,59	ANALISADA	NÃO SE APLICA
973	PÇ.	Antonio Bertoly	SANTA FELICIDADE	4.962,72	ANALISADA	NÃO SE APLICA
974	PÇ.	Itália Maria Malucelli Trombini	SANTA FELICIDADE	3.472,85	ANALISADA	NÃO SE APLICA
975	PÇ.	Sinibaldo Trombini	SANTA FELICIDADE	7.447,21	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO

Nº	TIPO	NOME	REGIONAL	ÁREA	ANÁLISE	MOTIVO ELIMINAÇÃO
976	JD.	Michelangelo	SANTA FELICIDADE	728,71	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
977	JD.	João Carlos Ribeiro Placha	SANTA FELICIDADE	438,59	ANALISADA	NÃO SE APLICA
978	JD.	Camilo Marina	SANTA FELICIDADE	53,20	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
979	JD.	Valentino Gusso	SANTA FELICIDADE	1.031,68	ANALISADA	NÃO SE APLICA
980	JD.	Prof. Porcia Guimarães Alves	SANTA FELICIDADE	1.216,80	ANALISADA	NÃO SE APLICA
981	JD.	Carlos Alberto Carneiro	SANTA FELICIDADE	629,91	ANALISADA	NÃO SE APLICA
982	JD.	Heitor Gurgel do Amaral Valente Netto	SANTA FELICIDADE	212,62	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
983	PÇ.	Padre Maximiliano Sanavio	SANTA FELICIDADE	12.071,14	ANALISADA	NÃO SE APLICA
984	PÇ.	Neuma Cortes Monclaro	SANTA FELICIDADE	3.536,51	ANALISADA	NÃO SE APLICA
985	PÇ.	Isabel Kokatt Gbur	SANTA FELICIDADE	1.620,16	ANALISADA	NÃO SE APLICA
986	PÇ.	s.n.	SANTA FELICIDADE	7.931,86	ANALISADA	NÃO SE APLICA
987	PÇ.	Prof. Dr. Manoel Lourenço Branco	SANTA FELICIDADE	3.377,58	ANALISADA	NÃO SE APLICA
988	PÇ.	Vergílio Pedro Carbonera	SANTA FELICIDADE	11.919,43	ANALISADA	NÃO SE APLICA
989	JD.	Massae Yassumoto	SANTA FELICIDADE	1.986,38	ELIMINADA 1	PRAÇA PRIVATIZADA
990	JD.	s.n.	SANTA FELICIDADE	340,56	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
991	JD.	s.n.	SANTA FELICIDADE	545,18	ANALISADA	NÃO SE APLICA
992	JD.	Francisco das Chagas Lima	SANTA FELICIDADE	295,84	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
993	JD.	Almyr Ayres de Arruda	SANTA FELICIDADE	138,38	ANALISADA	NÃO SE APLICA
994	JD.	Exp. José Aloísio Goedert	SANTA FELICIDADE	946,25	ANALISADA	NÃO SE APLICA
995	JD.	s.n.	SANTA FELICIDADE	205,61	ANALISADA	NÃO SE APLICA
996	JD.	Rachel Costa da Rocha Loures	SANTA FELICIDADE	1.722,04	ANALISADA	NÃO SE APLICA
997	JD.	s.n.	SANTA FELICIDADE	3.245,64	ANALISADA	NÃO SE APLICA
998	PÇ.	Marco Aurélio Malucelli	SANTA FELICIDADE	8.916,62	ANALISADA	NÃO SE APLICA
999	JD.	Amsterdã	SANTA FELICIDADE	935,46	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
1000	PÇ.	Jodat Nicolas Kury	SANTA FELICIDADE	2.248,59	ANALISADA	NÃO SE APLICA
1001	PÇ.	Frederico Ozanam	SANTA FELICIDADE	1.186,83	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
1002	JD.	Leodenir Vendramin	SANTA FELICIDADE	75,95	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
1003	JD.	Altenencio Gabardo	SANTA FELICIDADE	774,49	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
1004	JD.	Jorn. Lourival Souza Curvelo	SANTA FELICIDADE	1.944,61	ANALISADA	NÃO SE APLICA
1005	PÇ.	Octávio Sylvio Nicco	SANTA FELICIDADE	3.421,96	ANALISADA	NÃO SE APLICA
1006	PÇ.	Loris Scorsin	SANTA FELICIDADE	3.689,05	ANALISADA	NÃO SE APLICA
1007	JD.	Alice Pilotto	SANTA FELICIDADE	738,32	ANALISADA	NÃO SE APLICA
1008	JD.	Ruben Dário	SANTA FELICIDADE	1.630,37	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
1009	JD.	s.n.	SANTA FELICIDADE	234,58	ELIMINADA 1	PRAÇA PRIVATIZADA
1010	PÇ.	Guilherme Schultz	SANTA FELICIDADE	2.105,07	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
1011	JD.	Prof. Adelino Fressato	SANTA FELICIDADE	7.138,15	ANALISADA	NÃO SE APLICA
1012	PÇ.	s.n.	SANTA FELICIDADE	8.614,22	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
1013	JD.	Dr. João Urban	SANTA FELICIDADE	2.944,22	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
1014	JD.	Prof. Izaura Oliveira de Oliveira	SANTA FELICIDADE	489,58	ELIMINADA 1	PRAÇA PRIVATIZADA
1015	JD.	s.n.	SANTA FELICIDADE	569,79	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
1016	JD.	s.n.	SANTA FELICIDADE	43,73	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
1017	PÇ.	Jorn. José Wanderley Dias	SANTA FELICIDADE	2.795,13	ANALISADA	NÃO SE APLICA
1018	PÇ.	Fortunato Valeda Bermudez	SANTA FELICIDADE	642,24	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
1019	JD.	Dep. Ladislau Lachowski	SANTA FELICIDADE	1.737,38	ANALISADA	NÃO SE APLICA
1020	JD.	Lothário Seifert	SANTA FELICIDADE	150,39	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
1021	JD.	Prof. Benedito Nicolau Dos Santos Filho	SANTA FELICIDADE	151,71	ANALISADA	NÃO SE APLICA
1022	JD.	Afonso Alves Rezende	SANTA FELICIDADE	1.275,26	ANALISADA	NÃO SE APLICA
1023	JD.	Aline de Souza Thomaszeck	SANTA FELICIDADE	185,13	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
1024	JD.	Arthur Luiz Pereira de Lacerdda	SANTA FELICIDADE	121,86	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
1025	JD.	s.n.	SANTA FELICIDADE	66,64	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
1026	JD.	s.n.	SANTA FELICIDADE	78,92	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
1027	JD.	s.n.	SANTA FELICIDADE	71,17	ELIMINADA 1	PRAÇA EDIFICADA
1028	JD.	s.n.	SANTA FELICIDADE	473,82	ELIMINADA 1	PRAÇA EDIFICADA
1029	PÇ.	Walter Moacir Ferri	SANTA FELICIDADE	8.606,66	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
1030	JD.	Octávio Joppert	SANTA FELICIDADE	310,79	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
1031	JD.	s.n.	SANTA FELICIDADE	84,37	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
1032	JD.	Ksenia Weshuk Twerdochlib	SANTA FELICIDADE	241,49	ANALISADA	NÃO SE APLICA
1033	PÇ.	Veneto	SANTA FELICIDADE	3.390,00	ANALISADA	NÃO SE APLICA
1034	PÇ.	Francisco Falcão de Jesus	SANTA FELICIDADE	5.900,38	ANALISADA	NÃO SE APLICA
1035	PÇ.	Julio Cezar Amaral de Souza	SANTA FELICIDADE	8.480,35	ANALISADA	NÃO SE APLICA
1036	JD.	s.n.	SANTA FELICIDADE	785,98	ANALISADA	NÃO SE APLICA
1037	JD.	s.n.	SANTA FELICIDADE	221,85	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
1038	JD.	s.n.	SANTA FELICIDADE	425,93	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
1039	JD.	s.n.	SANTA FELICIDADE	126,35	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
1040	PÇ.	s.n.	SANTA FELICIDADE	3.970,53	ANALISADA	NÃO SE APLICA
1041	PÇ.	Dr. João Carlos Hartley Gutierrez	SANTA FELICIDADE	3.882,36	ANALISADA	NÃO SE APLICA
1042	JD.	Joel Dias da Silva	SANTA FELICIDADE	1.496,78	ANALISADA	NÃO SE APLICA
1043	JD.	s.n.	SANTA FELICIDADE	66,84	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
1044	JD.	Aryon Cornelsen	SANTA FELICIDADE	528,00	ANALISADA	NÃO SE APLICA
1045	PÇ.	Maria de Lurdes Gasparin Pianowski	SANTA FELICIDADE	1.618,07	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
1046	PÇ.	Joaquim Fernandes Lopes - Careca	SANTA FELICIDADE	6.530,74	ANALISADA	NÃO SE APLICA
1047	JD.	Zezé Ribas	SANTA FELICIDADE	684,45	ANALISADA	NÃO SE APLICA
1048	JD.	s.n.	SANTA FELICIDADE	1.913,10	ELIMINADA 1	PRAÇA EDIFICADA
1049	JD.	s.n.	SANTA FELICIDADE	62,03	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
1050	PÇ.	Kelly Elizabeth da Silva	SANTA FELICIDADE	23.290,93	ELIMINADA 1	CADASTRO EQUIVOCADO

Nº	TIPO	NOME	REGIONAL	ÁREA	ANÁLISE	MOTIVO ELIMINAÇÃO
1051	PÇ.	s.n.	SANTA FELICIDADE	1.645,14	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
1052	JD.	s.n.	SANTA FELICIDADE	818,32	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
1053	JD.	s.n.	SANTA FELICIDADE	1.058,37	ANALISADA	NÃO SE APLICA
1054	JD.	Edith Wasilewaka	SANTA FELICIDADE	59,34	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
1055	JD.	s.n.	SANTA FELICIDADE	1.182,58	ANALISADA	NÃO SE APLICA
1056	JD.	s.n.	SANTA FELICIDADE	275,25	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
1057	JD.	Fedele Durigan	SANTA FELICIDADE	364,90	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
1058	JD.	David Krieger	SANTA FELICIDADE	1.376,61	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
1059	JD.	Enf. Virginia Leite	SANTA FELICIDADE	394,52	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
1060	PÇ.	da Mina	SANTA FELICIDADE	3.862,15	ANALISADA	NÃO SE APLICA
1061	JD.	Andréia Cristina Ferreira	SANTA FELICIDADE	529,72	ANALISADA	NÃO SE APLICA
1062	JD.	João Salvador	SANTA FELICIDADE	544,68	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
1063	JD.	Jorn. Jorge Renato Toniolo	SANTA FELICIDADE	803,38	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
1064	JD.	Nelson Gobbo	SANTA FELICIDADE	278,64	ANALISADA	NÃO SE APLICA
1065	JD.	Renato Volpi	SANTA FELICIDADE	640,19	ANALISADA	NÃO SE APLICA
1066	JD.	Silvano Túlio	SANTA FELICIDADE	1.276,24	ELIMINADA 1	VAZIA - SEM EQUIP.
1067	JD.	s.n.	SANTA FELICIDADE	61,50	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
1068	JD.	Mons. João Augusto Sobrinho	SANTA FELICIDADE	525,57	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
1069	JD.	Aristides Contador Bueno	SANTA FELICIDADE	142,47	ELIMINADA 1	ESPAÇO RESIDUAL
1070	JD.	s.n.	SANTA FELICIDADE	207,25	ELIMINADA 1	PRAÇA PRIVATIZADA
1071	JD.	s.n.	SANTA FELICIDADE	322,78	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
1072	PÇ.	s.n.	TATUQUARA	3.241,72	ANALISADA	NÃO SE APLICA
1073	PÇ.	s.n.	TATUQUARA	1.455,54	ANALISADA	NÃO SE APLICA
1074	PÇ.	Reinaldo Alberti	TATUQUARA	3.718,23	ANALISADA	NÃO SE APLICA
1075	JD.	Dino Paolini	TATUQUARA	347,24	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
1076	PÇ.	Acir Teodoro Tosi	TATUQUARA	28.938,90	ANALISADA	NÃO SE APLICA
1077	PÇ.	Sol. Wagner Alves Sampaio	TATUQUARA	8.264,21	ANALISADA	NÃO SE APLICA
1078	JD.	s.n.	TATUQUARA	1.105,93	ANALISADA	NÃO SE APLICA
1079	JD.	Capitão Shingo Kuba	TATUQUARA	1.351,47	ANALISADA	NÃO SE APLICA
1080	PÇ.	s.n.	TATUQUARA	5.657,45	ANALISADA	NÃO SE APLICA
1081	PÇ.	s.n.	TATUQUARA	34.112,86	ANALISADA	NÃO SE APLICA
1082	PÇ.	s.n.	TATUQUARA	93,02	ELIMINADA 1	SISTEMA VIÁRIO
1083	PÇ.	s.n.	TATUQUARA	20.905,14	ANALISADA	NÃO SE APLICA
1084	PÇ.	s.n.	TATUQUARA	38.287,16	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
1085	PÇ.	Gastão Silva	TATUQUARA	3.307,76	ANALISADA	NÃO SE APLICA
1086	PÇ.	s.n.	TATUQUARA	7.573,75	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
1087	JD.	s.n.	TATUQUARA	1.129,10	ANALISADA	NÃO SE APLICA
1088	PÇ.	Monteiro Lobato	TATUQUARA	59.552,97	ANALISADA	NÃO SE APLICA
1089	PÇ.	Philomena Fogaça	TATUQUARA	6.690,14	ANALISADA	NÃO SE APLICA
1090	JD.	s.n.	TATUQUARA	1.918,15	ELIMINADA 1	PRAÇA EDIFICADA
1091	PÇ.	s.n.	TATUQUARA	1.432,92	ANALISADA	NÃO SE APLICA
1092	PÇ.	s.n.	TATUQUARA	681,04	ELIMINADA 1	PRAÇA EDIFICADA
1093	JD.	Manoel Jacintho Coelho	TATUQUARA	1.094,89	ANALISADA	NÃO SE APLICA
1094	PÇ.	s.n.	TATUQUARA	8.402,75	ANALISADA	NÃO SE APLICA
1095	JD.	s.n.	TATUQUARA	2.954,77	ANALISADA	NÃO SE APLICA
1096	JD.	s.n.	TATUQUARA	1.425,22	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO
1097	PÇ.	s.n.	TATUQUARA	1.126,36	ANALISADA	NÃO SE APLICA
1098	JD.	s.n.	TATUQUARA	891,33	ELIMINADA 2	COM USO LIMITADO

LEGENDA:

* TIPO:

- E.A.: EIXO DE ANIMAÇÃO
- J.A.: JARDIM AMBIENTAL
- JD.: JARDINETE
- LG.: LARGO
- N.A.: NÚCLEO AMBIENTAL
- PÇ.: PRAÇA

* NOME:

- s.n.: sem nome

* ANÁLISE:

- ANALISADA: PRAÇA ANALISADA NO ESTUDO
- ELIMINADA 1: PRAÇA ELIMINADA NO CENÁRIO 1
- ELIMINADA 2: PRAÇA ELIMINADA NO CENÁRIO 2